

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Giovana Duarte

**TERRITÓRIO DE GÊNERO: DA FLEXIBILIDADE À PRECARIIDADE
DO TRABALHO FEMININO NO COMPLEXO DE USINAS
HIDRELÉTRICAS NA CIDADE DE QUEVEDOS – RIO GRANDE DO
SUL**

Santa Maria, RS
2022

Giovana Duarte

**TERRITÓRIO DE GÊNERO: DA FLEXIBILIDADE À PRECARIIDADE DO
TRABALHO FEMININO NO COMPLEXO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NA
CIDADE DE QUEVEDOS – RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Laura Senna Ferreira

Santa Maria, RS
2022

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Duarte, Giovana

Território de gênero: da flexibilidade à precariedade do trabalho feminino no complexo de usinas hidrelétricas na cidade de Quevedos - Rio Grande do Sul / Giovana Duarte.- 2022.

203 p.; 30 cm

Orientadora: Laura Senna Ferreira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2022

1. Território de gênero 2. Trabalho 3. Flexibilidade 4. Precariedade

I. Senna Ferreira, Laura

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GIOVANA DUARTE, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Giovana Duarte

**TERRITÓRIO DE GÊNERO: DA FLEXIBILIDADE À PRECARIIDADE DO
TRABALHO FEMININO NO COMPLEXO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NA
CIDADE DE QUEVEDOS – RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Aprovado em 14 de março de 2022:



Laura Senna Ferreira, Dra. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)



Mari Cleise Sandalowski, Dra. (UFSM)



Maria Aparecida da Cruz Bridi, Dra.
(UFPR)

Santa Maria, RS,
2022

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas as mulheres que atuaram e atuam na órbita das usinas hidrelétricas, em Quevedos (RS).

AGRADECIMENTOS

*“Fechei os olhos e pedi um favor ao vento:
leve tudo o que for desnecessário.
Daqui para frente levo apenas o que couber no bolso
e no coração” (Cora Coralina).*

Esta dissertação é fruto da colaboração de pessoas que acreditaram em mim, participaram da pesquisa e me apoiaram, cada uma ao seu modo. Para elas deixo as minhas homenagens e gratidão:

À minha orientadora, professora Dr^a. Laura Senna Ferreira, que me acolheu, apoiou e acreditou em mim. Agradeço por ter me amparado com contribuições enriquecedoras e decisivas para o desenvolvimento da pesquisa, e por instigar a minha imaginação sociológica através da arte.

Às interlocutoras e interlocutores, sem os quais não seria possível realizar a pesquisa. Agradeço por confiarem parte de suas experiências e trajetórias de vida a mim, dispendendo o tempo de seus dias para contribuir com este estudo. Obrigada!

À minha banca de qualificação e de defesa, professora Mariana Selister Gomes, professora Mari Cleise Sandalowski e professora Maria Aparecida da Cruz Bridi, obrigada por aceitarem fazer parte deste momento e contribuírem com este estudo.

À minha família que esteve ao meu lado em todos os instantes, me apoiando e me tranquilizando. Sem esse amparo afetivo não seria possível chegar ao fim deste estudo. Os meus pais são os meus maiores exemplos de perseverança.

À minha irmã e amiga, que me ensina a encerrar a vida de uma forma esperançosa, e deixa os meus dias mais leves. Estamos uma pela outra!

À professora Letícia Machado Spinelli, pelo incentivo de longa data, e por ter encaminhado os meus primeiros passos nos estudos sobre trabalho e gênero.

Ao professor Sadi Dal Rosso, pela gentileza em contribuir para que eu possa “decolar nos estudos e pesquisas”, com o seu livro.

Aos meus amigos(as): obrigada pelo apoio e carinho!

Ao PPGCS, principalmente a secretária Jane Santos, que auxiliou em todos os momentos burocráticos durante esse período.

À UFSM, por ter sido a minha “casa”, desde a graduação, durante estes 6 anos de estudo e de pesquisa. Tenho orgulho de ter feito parte do quadro de alunos(as) desta instituição. Espero que ela permaneça pública, gratuita e de qualidade, e continue sendo referência nacional em termos de assistência estudantil.

À CAPES pelo financiamento, que permitiu a realização da pesquisa com maior segurança.

A vocês, os meus mais sinceros agradecimentos!

*de que valerão meus escritos
se outras não falarem
não se contarem
não dançarem
não se manifestarem
não se erguerem*

*de que valerão meus escritos
se eu me esquecer de direcioná-los
para aquelas que engolem silêncios em seco
que escondidas oram ao impossível
que no ônibus às cinco da manhã
fecham os olhos e sonham rumos
que focam em tapar os vergões
que nunca soltaram do peito os leões
que estão habituadas a vestir
inseguranças*

*eu agora não falarei por ninguém
convidarei para virem ao meu lado
para não deixarem se apagar
ou desencorajar*

*de que valerão os meus escritos
se eu não convocá-las
se eu ignorar da onde vim
se eu parar em mim*

(Ryane Leão)

RESUMO

TERRITÓRIO DE GÊNERO: DA FLEXIBILIDADE À PRECARIEDADE DO TRABALHADO FEMININO NO COMPLEXO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NA CIDADE DE QUEVEDOS – RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: Giovana Duarte

ORIENTADORA: Laura Senna Ferreira

A cidade de Quevedos, localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul, experimenta, desde o século XX, impactos acarretados pelas intervenções nos recursos naturais disponíveis, em prol de grandes empresas. Recentemente, houve a instalação de quatro pequenas centrais de empreendimentos energéticos, que desencadearam alterações significativas na estrutura ocupacional do local, a partir da incidência de mais de 500 postos de trabalhos diretos e outros, externalizados. Tal contexto propiciou um fluxo de trabalhadores e de trabalhadoras de geografias distintas, das regiões do Nordeste e Sul do país. Neste mesmo sentido, também ocorreu a crescente emergência de espaços prostitucionais. As mulheres, neste contexto, inseriram-se em empregos e em serviços periféricos e desvalorizados socialmente e moralmente. Diante disso, o objetivo deste estudo foi de analisar em que medida as transformações laborais associadas ao complexo de usinas hidrelétricas na cidade de Quevedos (RS), durante o período de 2018 a 2021, tem resultado em precariedade no trabalho feminino, bem como produzido um determinado território de gênero, associado as experiências comuns entre os espaços das usinas hidrelétricas e a prostituição local. Para isso, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, articulada a uma triangulação de dados, a partir de distintas fontes, como a técnica de entrevista narrativa, junto aos recursos da história de vida e da história oral, e uma pesquisa documental, para o adensamento dos dados sobre o mundo do trabalho feminino. A pesquisa indica que o território de gênero alude a experiências de classe comuns entre as mulheres que atuam nos empregos internos das usinas, assim como as inseridas na prostituição. As condições e as relações de precariedade laboral, referentes às altas jornadas, aos salários variáveis, às formas de controle, de repressão e de superexploração — expressivas no cotidiano da esfera de produção — impõem malefícios ao bem-estar das trabalhadoras, os quais coexistem com a necessidade delas estarem geograficamente móveis. Ambas as mulheres estão desprovidas de estabilidade e de segurança e vivem à margem do risco e da vulnerabilidade social, no entanto se utilizam da sociabilidade na labuta, para o acalento e para a elaboração de estratégias de resistências para se manterem nas ocupações. Além disso, vivenciam duras opressões de gênero nos espaços de trabalho. O território em questão se constitui dos pontos de vista objetivo e subjetivo, cujas dimensões práticas e simbólicas denotam a precariedade atravessada na vida, como um todo, destas mulheres, em decorrência do impacto das condições do trabalho flexível e das desigualdades sistemáticas de gênero e raça.

Palavras-chaves: Território de gênero. Trabalho. Flexibilidade. Precariedade.

ABSTRAT

GENDER TERRITORY: FROM FLEXIBILITY TO PRECARIETY OF FEMALE WORK IN THE COMPLEX OF HYDROELECTRIC PLANTS IN THE CITY OF QUEVEDOS - RIO GRANDE DO SUL STATE

AUTHOR: Giovana Duarte
ADVISOR: Laura Senna Ferreira

The city of Quevedos locates in the interior of Rio Grande do Sul State. Since the 20th century, it has been experiencing the impacts caused by interventions in the available natural resources in favor of large companies. Recently, four small power plants have been installed. So, they have triggered significant changes in the occupational structure of the place, from the incidence of more than 500 direct jobs and others outsourced. Such a context emerged with many workers from different geographies, from the northeast to the south of Brazil. At the same time, there was also a growing concentration of prostitution spaces. Thus, women started peripheral jobs and services and were socially and morally devalued. Therefore, the study analyzes the female workers' conditions in the complex of hydroelectric plants, in the city of Quevedos (RS), between 2018 to 2021, from the work and class experiences to understand the formation of a gender territory between the spaces of hydroelectric plants and prostitution. Then, it was possible to use qualitative research articulated with a triangulation of data from different sources such as the narrative interview technique, resources of life and oral histories, and documentary research for the women's world of work densification. The research indicates that gender territory alludes to common class experiences among women who work in the mills' internal jobs and prostitution. The conditions and relations of precarious work refer to long working hours, variable wages, forms of control, repression and overexploitation, expressive in the daily life of the sphere of production imposed harms to their well-being and coexisted with the need for geographically mobile workers. Both are deprived of stability and security, living on the fringes of risk and social vulnerability. However, they use sociability in their toil for nurturing and resistance strategies to keep themselves in occupations. In addition, they experience harsh gender oppression in the workplace. The territory is constituted by an objective and subjective point of view. The practical and symbolic dimensions denote the precariousness experienced in women's lives due to the impact of flexible working conditions and systematic inequalities of gender and race.

Keywords: Gender territory. Work. Flexibility. Precariousness.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Apresentação das interlocutoras e interlocutores.....	36
Quadro 2: Resgate histórico dos primeiros subsistemas interligados de Usinas hidrelétricas no Brasil.....	42
Quadro 3: Características das Pequenas Centrais Hidrelétricas.....	60
Quadro 4: Narrativas dualistas entre grupos econômicos e a população local.	77
Quadro 5: Negociações para instalação energética: decisões do município de Quevedos (RS).	82
Quadro 6: Negociações para instalação energética: decisões dos grupos econômicos.....	82
Quadro 7: Jornada e adoecimento e/ou acidentes (2018-2021).	137
Quadro 8: Perfil das trabalhadoras entrevistadas das Usinas Hidrelétricas.	145
Quadro 9: Perfil das trabalhadoras entrevistadas da prostituição.	148

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Usina hidrelétrica Quebra-Dentes (1959).....	41
Imagem 2: Área da instalação do Complexo de usinas hidrelétricas.....	54
Imagem 3: Localização das PCH's no Estado do Rio Grande do Sul/ Brasil.....	60
Imagem 4: Rio Alto Toropi.....	72
Imagem 5: Rio Toropi.....	73
Imagem 6: Mapa com a localização dos alojamentos provisórios em Quevedo (RS)...	92
Imagem 7: Refeitório localizado na Usina Rincão São Miguel.....	94
Imagem 8: Refeitório localizado no alojamento dos(as) trabalhadores(as).....	95
Imagem 9: Cozinha localizada nas proximidades do alojamento.....	122
Imagem 10: Cozinha localizada na Usina Rincão São Miguel.....	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma temporal: ciclos da instalação do Complexo Energético.....	58
Figura 2: Localização das Pequenas Centrais de Usinas Hidrelétricas nas regiões do Brasil.	61
Figura 3: Consumo energético por setor em anos selecionados.	62
Figura 4: Divulgação de oportunidade de emprego no complexo energético.....	104
Figura 5: Nuvem de palavras: condições de trabalho nos espaços laborais das usinas hidrelétricas.	141
Figura 6: Nuvem de palavras: condições de trabalho na prostituição.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARPPN	Área Permanente Particular Natural
ASPROBA	Associação de Mulheres Profissionais do Sexo da Bahia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUTS	Central Única dos Trabalhadores do Sexo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GAPA-MG	Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS
GEMPC	Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
OBS	Classificação Brasileira de Ocupações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
1 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E OS EFEITOS SOBRE O TERRITÓRIO: A INSTALAÇÃO DO COMPLEXO ENERGÉTICO NA CIDADE DE QUEVEDOS (RS)	39
1.1 HISTÓRIA DA ANTIGA USINA HIDRELÉTRICA E OS EMPREENDIMENTOS RECENTES	39
1.2 OS CICLOS DE INSTALAÇÃO DO COMPLEXO ENERGÉTICO E A INTERVENÇÃO ESTATAL	48
1.3 CONFLITOS SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS	62
1.3.1 Desapropriações de terras	62
1.3.2 Impactos ambientais.....	72
1.3.3 Experiências vividas nas margens dos rios e o vocabulário “racionalizador”76	
1.4 SOCIOLOGIZANDO AS NEGOCIAÇÕES, OS CONFLITOS SOCIAIS E AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS.....	79
2 AS CONDIÇÕES DO TRABALHO FEMININO NA ÓRBITA DO COMPLEXO ENERGÉTICO	89
2.1 AS DINÂMICAS DOS TRABALHOS NO COMPLEXO ENERGÉTICO	89
2.2 “DIVERSÃO DIFERENCIADA”: A EMERGÊNCIA DA PROSTITUIÇÃO.....	96
2.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ÓRBITA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS	103
2.4 DA FLEXIBILIDADE À PRECARIÉDADE DO TRABALHO FEMININO.....	107
2.5 O IMPACTO DAS CONDIÇÕES LABORAIS NA SAÚDE DAS TRABALHADORAS	135
3 TERRITÓRIO DE GÊNERO: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NOS TRABALHOS FLEXÍVEIS	143
3.1 PERFIL E TRAJETÓRIA OCUPACIONAL DAS TRABALHADORAS	143
3.2 TERRITÓRIO DE GÊNERO	148
3.3 O CICLO DE VIDA FLEXÍVEL.....	154
3.4 REPRESSÃO E CONTROLE DA FORÇA DE TRABALHO	163
3.5 OPRESSÕES DE GÊNERO NOS ESPAÇOS LABORAIS	168
3.6 ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS FEMININAS	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194
ANEXO I.....	202

INTRODUÇÃO

A cidade de Quevedos, localizada na microrregião Centro Ocidental do estado do Rio Grande do Sul, tem como uma das principais características econômicas, a produção de grãos e de produtos de origem animal, os quais mantêm a subsistência dos moradores locais. Além disso, os recursos naturais, como os rios, os lagos e as cachoeiras, são as principais e mais abundantes riquezas geológicas e topográficas do território em questão, sendo considerados espaços recreativos e de sociabilidade, por parte da população. Desde 1942, o local é palco de investimentos de grandes empresas, que promoveram a instalação da primeira usina hidrelétrica, denominada Quebra-Dentes. Mais recentemente, a partir dos anos 2000, houve novas intervenções econômicas do capital privado, vinculadas às cadeias produtivas globais, buscando a construção de novas unidades de geração de energia nos cursos d'água do município, iniciativas que contaram com a contribuição do estado, a partir da elaboração de projetos de apoio, como o Programa Gaúcho de Incentivo às Pequenas Centrais Hidrelétricas, aprovado em março de 2017, bem como da flexibilizações de leis de proteção ambiental e de desapropriações das localidades rurais, o que propiciou a instalação de quatro novos empreendimentos energéticos privados na região, abrangendo outras duas cidades vizinhas. Além disso, criou estímulos à população, no âmbito dos negócios, objetivando a melhoria da qualidade de vida e do crescimento econômico local.

Com a instalação dos empreendimentos, a cidade se tornou o mais novo lócus empregatício da região, sendo, as principais transformações, as alterações na estrutura ocupacional, diante da disponibilização de mais de 500 ocupações diretas e indiretas. Tal intervenção promoveu, simultaneamente, um fluxo de grupos sociais de trabalhadores e de trabalhadoras de geografias distintas — das regiões Sul e Nordeste do país. As mulheres, neste contexto, têm sido posicionadas nas ocupações mais degradantes, sendo socialmente e moralmente inferiorizadas, quando comparadas às demais atividades. Elas se encontram imersas nas novas modalidades laborais, mais flexíveis, instáveis e inseguras, bem como em atividades estritamente informais, como na prostituição, que se fez presente, desde os primeiros instantes das instalações energéticas no local. Constituindo o seguinte objeto de estudo: em que medida as transformações laborais associadas ao complexo de usinas hidrelétricas na cidade de Quevedos- RS, durante o período de 2018 a 2021, tem resultado em precariedade no trabalho feminino, bem como produzido um determinado território de gênero, associado as experiências

comuns do ponto de vista de classe¹ e de gênero, entre os espaços das usinas hidrelétricas e os prostíbulos locais. O território de gênero é concebido, por meio das ligações entre os espaços das usinas e da prostituição, a partir das experiências comuns das mulheres que atuam, que vivem e que circulam nestes locais. Ele se forja, com base nos aspectos particulares que são compartilhados nas vidas das trabalhadoras, marcado pelos efeitos da flexibilidade, consequentemente da precariedade laboral, da superexploração da força de trabalho e das demais opressões de gênero. Assim, será considerando as dimensões objetivas e subjetivas de suas vivências, estabelecendo uma visão polissêmica com base nas experiências femininas.

Para uma melhor compreensão do contexto empírico, serão narrados os processos, referentes à instalação do complexo de usinas hidrelétricas, bem como às características atrativas do território. Também serão observadas as dinâmicas, que levaram à emergência dos espaços de prostituição, cujos estabelecimentos coincidiram com o período de instalação das usinas, bem como as semelhanças, as diferenças e as desigualdades de gênero, de raça e de classe vivenciadas pelas trabalhadoras, com base nas trajetórias, nas experiências e nos vínculos estabelecidos pelas mulheres, dentro dos distintos ambientes laborais e para além deles. Da mesma forma, serão investigados os possíveis ciclos de precariedades (individuais e/ou coletivas), associadas às condições de trabalho e às opressões nos espaços laborais, além identificar as práticas de resistências vivenciadas pelas mulheres no território de gênero.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A produção do conhecimento na Sociologia requer atenção aos dados empíricos da realidade concreta, no que tange as dimensões objetiva e subjetiva. Para tal é preciso se envolver, observar, interagir e interpretar o social, para sua apreensão, envolvendo um “trabalho artesanal” (MARTINS, 2004) e uma “imaginação intuitiva”, que compete para compreender os fenômenos sociais. Neste estudo, almejou-se superar a dicotomia entre estrutura e agência na produção do conhecimento sociológico, uma vez que se compreende ambos como “processos indivisíveis” (ALEXANDER, 1987, p. 14), e para isso buscou-se promover no estudo o seguinte movimento: Usina/ Território/ Desenvolvimento ↔ Gênero/ Trabalho/ Trajetórias/

¹ O conceito de classe serve para definir um conjunto de pessoas, grupos sociais que se encontram em determinado espaço, envolve contrastes, conflitos, hierarquias, solidariedades, entre outros. Os debates nas últimas décadas, em torno do conceito perpassam discussões com ênfase social à ênfase na linguagem e econômica. Historicamente têm sido feita referência a diferentes grupos de trabalhadores, com distintas nomenclaturas que se sucedem, como “classe dominante”, “classe trabalhadora”, “classe subalterna” etc. Nesta pesquisa, adota-se o conceito de “classe trabalhadora” (CHAUI, 2014; THOMPSON, 1987; 1998, 2001; BADARÓ, 2009, 2019), visando designar os diversos trabalhadores e trabalhadoras que estão integradas, ou foram expulsas do mercado de trabalho.

Experiências/ Conflitos. Nesse aspecto, a pesquisa envolve a parcialidade e a objetividade pautada em saberes localizados dos coletivos, uma “proposta que diz respeito a vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado” (HARAWAY, 1995, p. 35). Destaca-se que o caráter da produção do conhecimento foi marcado pela ciência hegemônica diante da periferia global de um mundo colonizado, que se baseou única e exclusivamente nas experiências europeias e norte-americanas, sob um olhar imperial entre a metrópole e as colônias, ou mesmo entre as sociedades pré-modernas e as sociedades modernas, tendo como pano de fundo, aspectos liberais e coronelistas, de ocultamento da violência, seja ela colonial, ou patriarcal, pressupondo uma conduta civilizatória, associada inteiramente aos juízos de valor e preconceitos constitutivos dos pesquisadores. Contudo, como destaca Raewyn Connel (2012), “existem numerosas formas identificáveis de resistência, a maioria delas envolvendo uma busca por especificidade local” (CONNEL, 2012, p.11). Dessa forma, a corporificação do conhecimento “de parcialidade, objetividade e conhecimentos localizados, estimulam conversas e códigos neste potente nóculo nos campos de corpos e significados possíveis” (HARAWAY, 1995, p.41). Entende-se que o conhecimento deve ir além da hegemonia, e evidenciar as práticas de dominações, opressões e privilégios presentes na realidade investigada, o que diz respeito a uma ciência pautada por um interesse especial e de esperança “na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (HARAWAY, 1995, p. 24).

Os fenômenos sociais não são passíveis de controle, tampouco de manipulação, pois, dificilmente é possível “separar causas e motivações isoladas e exclusivas” (MARTINS, 2004, p. 291), mas, eles agem, interagem e se transformam com a temporalidade, isto é, são sensíveis e transparentes, razão pela qual as análises de sua manifestação são sempre parciais, em confronto com o interesse particular do(a) pesquisador(a), em sua forma ativa de observar o mundo social. Segundo Heloisa Martins (2004, p. 192): “no trabalho sociológico, a neutralidade não existe, e a objetividade é relativa”. Nesse aspecto, como evidencia Pierre Bourdieu (1983), é preciso ativar a “vigilância epistemológica”, a fim de contribuir para demonstrar as diferentes “vias de se fazer ciência” (BOURBIEU, 1983), e evitar os efeitos de deslocamento no modo de estranhar o objeto. Assim, sem pretensão a neutralidade, a objetividade ocorrerá por meio da descrição detalhada dos percursos realizados e do não distanciamento social e cultural do universo de pesquisa.

Nesse mesmo sentido, esta pesquisa trata-se de um estudo qualitativo. Conforme Martins (2004), ela permite apreender a totalidade, a singularidade, além das ambiguidades do objeto de estudo. O olhar “de baixo” impera fortemente para a criticidade, e permite articular com um

olhar exterior e interior, possibilitando analisar as variadas formas de opressão, dominação e exploração da forma como ela é na sua expressão real, por meio das experiências de vida.

Para assimilar a pluralidade do universo social investigado, utilizou-se da “triangulação” (FLICK, 2009), que consiste na busca por distintas fontes de dados, para captar os diferentes níveis da manifestação social do objeto. Após observar os limites e as possibilidades da realização da pesquisa, definiu-se como técnica primária de investigação do grupo de trabalhadoras das usinas hidrelétricas e dos espaços com prostituição, a entrevista narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002), articulada aos recursos da história oral (HAGUETTE, 1997) e história de vida (BECKER, 1993), acompanhada de uma pesquisa documental (CELLARD, 2008).

Optar por tais técnicas ensejou a imersão na vida subjetiva e objetiva das interlocutoras. O caminho metodológico percorrido neste estudo, se procedeu entre os meses de abril a dezembro de 2020, momento em que foram realizados os primeiros movimentos e incursões, a fim de explorar o campo de estudo, e permitir a proximidade com as interlocutoras dos diferentes espaços laborais. Inicialmente houve um levantamento de informações contidas nas mídias digitais e documentos oficiais, favoráveis para a análise do processo de instalação dos empreendimentos energéticos e das transformações laborais, na cidade Quevedos (RS). Tais como o *website* da prefeitura do município, assim como jornais da região, fotos, gravações, legislações, Ata da Câmara de vereadores de sessão extraordinária, materiais de propagandas (das empresas e dos investidores das usinas) e redes sociais, que continham parte dos acontecimentos sobre os empreendimentos e empregos emergentes. Entende-se que a pesquisa documental é uma fonte importante, para a Sociologia, e possui como ferramenta, a história, vinculada aos arquivos, com enfoque nos gestos, nos fatos, nas anotações de observações em campo etc. (CELLARD, 2008). Nesse sentido buscou-se pelos vestígios da atividade humana favorecer a observação e a reconstituição da gênese do fenômeno social na sua dimensão temporal.

As primeiras entrevistas ocorrem no mês de abril, com um dos agentes administrativos do complexo energético, e quem realizou indicações e colaborou como mediador para o contato com outras trabalhadoras dos setores das usinas, na área da construção civil e de alimentos, sendo as trabalhadoras do setor de limpeza, parte delas próximas da pesquisadora, o que facilitou o contato. Totalizam-se vinte entrevistas realizadas, dentre elas algumas foram executadas a distância, de modo virtual, a partir de chamadas de vídeo ou ligações, devido ao contexto pandêmico. Para tanto, também houveram entrevistas presenciais, para as quais foram tomados precauções e cuidados, conforme as orientações da Organização Mundial da Saúde

(OMS). Ambas as entrevistas ocorreram durante os meses abril de 2020 a setembro de 2021. Elas se desenvolveram nos locais de trabalho das interlocutoras, e apenas quatro delas nas residências das trabalhadoras e informantes do estudo. O diálogo resultante da conversação, obtiveram duração, em média, de 40 minutos a 3 horas. Tratando-se das interlocutoras, houve acesso a treze mulheres, sendo quatro delas atuantes na prostituição; sete trabalhadoras terceirizadas e subcontratadas dos serviços alimentícios (entre elas uma cozinheira e seis auxiliares de cozinha), uma trabalhadora do setor de limpeza, bem como uma engenheira, que integra as empresas empreitadas para a construção do complexo energético. Priorizou-se pelas trabalhadoras mais antigas das usinas, que ingressaram desde o início dos empreendimentos energéticos (2018), incluindo aquelas que foram demitidas dos empregos. Contudo, não foi dispensado a disponibilidade e aceitabilidade das demais trabalhadoras que quiseram participar da pesquisa. Foram entrevistadas quatro trabalhadoras que atuam nos espaços de prostituição, que compartilharam suas trajetórias e experiências de vida. Essas últimas entrevistas expressaram as principais limitações da pesquisa, sobretudo pela indisponibilidade de alguns espaços para o contato com as mulheres, e aos poucos foi possível encontrar mediadores que estabeleceram ligações entre a pesquisadora e as interlocutoras. Igualmente, houveram mais sete interlocutores(a) classificados(a) como informantes do estudo, que contribuíram com comentários/ acontecimentos/ experiências etc., sobre os aspectos não destacados pelas interlocutoras, cuja seleção priorizou aqueles que estavam engajados no processo de construção dos empreendimentos no segmento, e aqueles próximos das interlocutoras, e/ ou frequentadores dos espaços com prostituição. Dentre eles, há um dos representantes dos investidores do empreendimento, uma servidora pública do município de Quevedos, um casal de agricultor, que vivenciaram momentos de desapropriações e negociações no momento de instalação das usinas, dois informantes (sendo uma mulher e um homem) que possuem vínculos com os espaços prostitucionais, e um trabalhador das usinas do setor alimentício. O parâmetro de montagem da amostra deste estudo constitui-se como heterogêneo e representativo, contando com interlocutoras e informantes que contribuíram para conhecer os acontecimentos significativos da realidade societal do objeto, constituindo, assim, o universo dos dados coletados.

Também foram realizadas observações nos refeitórios e cozinhas das usinas hidrelétricas, localizadas na sede e na localidade rural do município sobredito, durante o mês junho de 2020, após autorização da gestão administrativa do complexo energético. Nesse momento, acompanhou-se a rotina e analisou-se as condições de trabalho das mulheres nestes espaços, bem como a sociabilidade entre as mesmas. Naquele mesmo dia no espaço do refeitório, foram

realizadas entrevistas individuais com três trabalhadoras que atuavam nestes locais, no setor de alimentos. De acordo com Howard S. Becker (1993) a observação participante permite atentar para o universo particular da vida cotidiana de um grupo ou organização, favorece a proximidade com as conversações, interpretações, aspirações, acontecimentos e experiências que ocorrem nos espaços sociais. Optou-se por um olhar amplo e ao mesmo tempo específico, com um envolvimento próprio para explicar os fatos sociais que chamaram atenção “num complexo de variáveis interconectáveis” (BECKER, 1993, p. 58), que permitiu “especular possibilidades”, no desenrolar das observações.

No que tange a entrevista narrativa, destaca-se que ela está além de uma técnica de investigação em profundidade, como ressaltam Sandra Jovchelovitch e Martins Bauer (2002), a experiência humana socialmente se revela e é expressada por narrativas. Ao narrar, exterioriza-se as sequências de sentimentos, de motivações, de acontecimentos, de ações, revelam-se os lugares e a temporalidade dos saberes específicos e autênticos da realidade cotidiana, tanto em termos particulares, de um sujeito individual, quanto em termos conjuntos, de uma coletividade, uma vez que as experiências narradas, por vezes, listam acontecimentos que tornam possíveis conectá-los uns nos outros, “tanto no tempo como no sentido”, ao passo que “a linguagem, assim como o meio de troca, não é neutro, mas constitui uma cosmovisão particular” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p.95). A narrativa “está simplesmente ali, como a própria vida” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91), infinita em suas variedades e presente em todo o lugar, manifestando-se na forma de contar uma história. Para isso, mobiliza-se aspectos da técnica de história de vida. Ela propicia explorar com maior riqueza de detalhes, as vivências que se manifestam na experiência individual. Conforme Howard S. Becker (1993), esta técnica possibilita adentrar nos “aspectos do “eu”, trazidos à existência” (BECKER, 1993, p. 110), assim, possibilita mergulhar na vida íntima das interlocutoras, desde os aspectos familiares, aos seus anseios, desejos/ sonhos, planejamentos de vida, dificuldades, medos, etc., atrelado as suas vivências no geral, que se revelam como uma “mensagem viva e vibrante, que vêm de “lá”, que nos conta o que significa ser um tipo de pessoa que nunca encontramos face a face” (BECKER, 1993, p. 111). Para ampliar o adensamento do objeto de estudo, utilizou-se recursos da história oral (HAGUETTE, 1997), visando realizar a interação entre o passado e o presente, buscando, a partir da memória do depoimento pessoal, os aspectos mais gerais do desvendamento da história do processo de instalação das usinas hidrelétricas em Quevedos (RS), a fim de realizar a “reconstituição” (HAGUETTE, 1997) das origens dos empreendimentos energéticos, dos conflitos sociais e das dinâmicas laborais.

Para a estruturação das entrevistas, foram elaborados tópicos guias, com eixos temáticos, a partir do conhecimento da pesquisadora sobre a realidade investigada. Segundo Martin Bauer e Aartes Bas (2002), os tópicos guias facilitam a fluidez da entrevista, por não haver uma padronização na condução do diálogo, o qual se desenvolveu com base em uma comunicação “cotidiana” e “cooperativa” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002), com usos de linguagens espontâneas, a fim de buscar o sentido das experiências pessoais através da capacidade de “escutar histórias”². Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se de um gravador, bem como foram feitos registros das impressões, das memórias, dos questionamentos e dos acréscimos das conversas paralelas no diário de campo, após o término das entrevistas.

Tais técnicas articuladas permitem mergulhar na vida íntima dos(as) interlocutores(as) das usinas e dos espaços com prostituição, trazendo seus aspectos familiares, seus anseios, seus desejos e sonhos, seus planejamentos de vida, suas dificuldades, seus medos, entre outras inquietudes; revelando as trajetórias e as experiências, como um todo. Assim, parte-se de uma “análise de conteúdo” (FLICK, 2009), a partir dos dados coletados em uma amostragem representativa, na qual cessou-se a busca após atingir certo grau de “saturação teórica” (FLICK, 2009). O ineditismo apresentou-se nas narrativas e nos documentos analisados. Janaína Amado (1995) evidencia que no âmago da pesquisa qualitativa, encontram-se presentes na narração de um “contador de história”, as simbologias, as emoções, as imaginações, as nomenclaturas e as tradições; tais sentidos e associações são enunciadas como “substratos da memória”, entre o “vivido e o recordado”. Ela revela inúmeras memórias sobre ações e momentos de outrora que desafiam o interlocutor a capacidade de “transitar livremente entre os diversos tempos” (AMADO, 1995, p.132). Isso quer dizer que as histórias da própria vida (ou coletivas de uma região ou grupo), remetem a uma seleção de acontecimentos, que são reinterpretados e podem vir a representar significações diversas e tomar dimensões adversas pelas “conexões entre história, memória e experiência” (AMADO, 1995, p.131, grifos nossos).

O real e o inventado podem demarcar os relatos, uma vez que sempre há “uma dose, maior ou menor, de criação, invenção, fabulação, isto é: uma dose de ficção” (AMADO, 1995, p.134), a qual não cabe ao pesquisador e pesquisadora julgar como verdadeiro ou falso, mas de compreender a totalidade dos acontecimentos que estão sendo reverberados. As narrativas dos interlocutores não são um reflexo exato do real, bem como a perspectiva científica do

² A credibilidade da pesquisadora no momento de interações com as interlocutoras e informantes, foi construída, ao ponderar os limites do ocultamento das informações e conhecimentos guardados sobre o campo de estudo, especialmente porque “toda conversação é guiada por "expectativas de expectativas"” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p.102).

pesquisador envolve um profundo diálogo entre os relatos e as teorias do campo das ciências sociais. Entende-se que as técnicas escolhidas não são suficientes em si mesmas, pois há limitações na apreensão e na reconstrução de uma dada realidade. Igualmente, os relatos não servem como justificativa para as condutas sociais ou são verdades absolutas. Por esses motivos, visamos observar o conjunto de vivências coletivas, através do “cotejo” (HAGUETTE, 1997), após “cercar o objeto” (CELLARD, 2008), a fim de informar o todo pelo enredo dos dados encontrados. Com isso, pretende-se “descobrir as ligações entre os fatos acumulados” (CELLARD, 2008, p. 304), cujo sentido dos relatos irá permear toda a história.

As análises teóricas dos dados foram sustentadas a partir de leituras que versam sobre as relações de gênero (divisão sexual e racial do trabalho), classe, flexibilidade e precariedade, resistências laborais, território e modelos de desenvolvimento. O referencial bibliográfico foi selecionado para fundamentar sociologicamente e sócio historicamente o caráter multifacetado, as tendências e os processos de mudanças e permanências no mundo do trabalho, ponderando as desigualdades de gênero imbricadas na esfera produtiva, relativo ao contexto brasileiro e ao impacto das estratégias de desenvolvimento econômico e social, sobre como reproduzem assimetrias do ponto de vista de gênero, na esfera de produção. Para isso, as leituras selecionadas já estabelecem conexões entre os temas de flexibilidade, precariedade e gênero, ou flexibilidade e divisão sexual e racial do trabalho, modelos de desenvolvimento, território e trabalho. As leituras estabelecem aproximações teóricas entre as discussões da área das ciências sociais e da geografia. Sendo a pesquisa escrita com base na articulação teórico-empírica. As bibliografias selecionadas permitem perceber os aspectos desiguais, as contradições e as tensões que integram a instalação dos empreendimentos energéticos e empregos/ ocupações emergentes, na cidade de Quevedos (RS).

A interação social é experimentada em pesquisas qualitativas e exige um cuidado meticuloso para com os interlocutores e interlocutoras, uma vez que ela envolve os saberes, as histórias, as experiências e as trajetórias de cada interlocutor(a), que compartilham suas vivências, confiando para os fins científicos a análise de seu relato. Através da empatia, do respeito e da transparência durante o contato com as(os) interlocutoras(es), manteve-se a credibilidade com o público alvo. Igualmente, os aspectos culturais que são compartilhados pelas interlocutoras e interlocutores, agenciam fortes laços de amizade e de proximidades entre eles, ao conviverem em comunidade. Daí se traduz o modo pelo qual tenta-se assegurar o cuidado com o manejo dos dados obtidos.

Os critérios éticos basilares nos procedimentos de pesquisa realizado neste estudo, segue a linha argumentativa de Cláudia Fonseca (2010), sobre o qual manteve-se um diálogo

democrático com as interlocutoras e interlocutores. Essa prática favorece a sua interferência, tal como a melhor forma de deliberação da publicização do estudo, com atenção as dimensões simbólica ou física dos interlocutores e interlocutoras, precavendo para não impactar a sua “autoimagem”. Esse comportamento de preocupação e escuta trata-se de um cuidado para com o uso das informações obtidas, visando não reproduzir na pesquisa um caráter “antissocial” e prejudicial (FONSECA, 2010). Nesse sentido, para além dos aspectos formais, como a elaboração do Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, houveram reflexões sobre as implicações do estudo, a fim de minimizar danos (como estigmas ou desentendimentos), utilizando da confidencialidade e do anonimato dos nomes próprios, substituídos pelos fictícios, selecionados aleatoriamente, mas, com uma lógica que visa prevenir a não identificação. Assim, derme a tentativa de prevenção de riscos no cotidiano, seja em relação as empresas da qual pertencem, ou entre os demais participantes do estudo. Como ressalta Fonseca (2010, p. 47): “o próprio dinamismo do campo revela que não há fórmula pronta, nem código legal, que consiga garantir o bom procedimento dos cientistas”, mas, é preciso questionar e realizar discussões “constantemente renovadas a fim de examinar as exigências éticas da pesquisa diante das [sempre] novas circunstâncias” (FONSECA, 2010, p. 47).

Abaixo apresenta-se o **Quadro 1** com os nomes fictícios de cada interlocutora e interlocutor, sua função e a cidade de origem.

Quadro 1: Apresentação das interlocutoras e interlocutores.

Nome fictício	Função	Naturalidade
Cristina	Atua na prostituição	Rio Grande do Sul
Bianca	Atua na prostituição	Bahia
Juliana	Atua na prostituição	Rio Grande do Sul
Mônica	Atua na prostituição	Rio Grande do Sul
Bruna	Atua no setor de alimentos	Rio Grande do Sul
Vitória	Atua no setor de alimentos	Rio Grande do Sul
Maria	Atua no setor de alimentos	Rio Grande do Sul
Carla	Atua no setor de alimentos	Rio Grande do Sul
Adriana	Atua no setor de alimentos	Paraná
Beatriz	Atua no setor de limpeza	Rio Grande do Sul
Rita	Atua no setor de alimentos	Rio Grande do Sul
Sabrina	Atua no setor de alimentos	Rio Grande do Sul
Olívia	Atua no setor da construção civil	Santa Catarina
Carmem	Informante sobre a prostituição	Rio Grande do Sul
Lúcia	Representante municipal	Rio Grande do Sul
Rosa	Agricultora	Rio Grande do Sul
Pedro	Agricultor	Rio Grande do Sul
João	Atua na administração	Rio Grande do Sul
Henri	Informante sobre a prostituição	Rio Grande do Sul
Vitor	Atua no setor de alimentos	Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborado pela autora³.

Sendo assim, os critérios de anonimato, prevenção de danos, riscos e estigmas, tornam-se imprescindíveis, diante dos conflitos sociais que afligem as dinâmicas das instalações das usinas hidrelétricas, no município em questão, juntamente com as transformações laborais que a sucedem. De acordo com Uew Flick (2013, p. 218): “os métodos de pesquisa não são eticamente neutros”, e diante de uma diversidade de acontecimentos atípicos na realidade

³ A tabela foi elaborada para que seja possível o leitor ou leitora, acompanhar ao longo do texto quem são as interlocutoras e interlocutores. Optou-se pela não especificação da cidade de origem das interlocutoras neste quadro, ao levar em consideração os critérios éticos, a fim de preservar o anonimato das trabalhadoras ao longo do texto. Os dados pessoais como idade, escolaridade, cor da pele, estado civil, cidade e outros aspectos, serão analisados ao longo desta dissertação, mais especificamente, no capítulo 3.

societal da pesquisa, direciona-se demasiada atenção para minimizar possíveis problemáticas pessoais. Entretanto, não se abriu mão de uma investigação crítica, frente as desigualdades, opressões, acontecimentos antidemocráticos etc., presentes no contexto empírico investigado. Tal posicionamento encontra-se prescrito, por sua vez, pelo Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia.

RESUMO DOS CAPÍTULOS

No capítulo 1 objetiva-se analisar os processos referentes à instalação do complexo de usinas hidrelétricas, na cidade de Quevedos (RS). Será abordado sobre os efeitos econômicos e sociais, no que tange as formas de controle e de domínio sobre o território, com base nas transformações decorrentes. As discussões teóricas norteiam a crítica as expressões hegemônicas de desenvolvimento, no Brasil, concernentes as articulações entre a lógica do mercado globalizado e as intervenções das políticas de cunho liberal. No âmbito empírico abrange-se sobre as dinâmicas, as negociações e as intervenções dos grupos econômicos, do governo do estado e do poder público local, em prol das instalações das usinas, na cidade em questão. Assim, o capítulo analisa as políticas estatais que favoreceram o soerguimento dos empreendimentos energéticos; os ciclos de instalação das usinas hidrelétricas; e os conflitos sociais, com base em documentos oficiais, legislações, mídias digitais e entrevistas realizadas, situando os empreendimentos energéticos no tempo e no espaço. Salienta-se que este capítulo pretende apresentar ao leitor(a) os principais impactos, (re)ações e conflitos sociais inerentes ao surgimento das usinas hidrelétricas, no território e, por corolário, no mundo do trabalho.

O capítulo 2 consiste em analisar as condições de trabalho, que emergem a partir das instalações do complexo energético. Será discutido as dinâmicas que levaram o advento dos espaços com prostituição no local, no momento em que coincide com o surgimento dos empreendimentos em questão, bem como o seu papel neste contexto. Da mesma forma, abordar-se-ão sobre as semelhanças, as diferenças e as desigualdades do ponto de vista interseccional, nos espaços das usinas e na prostituição, a partir das vivências das trabalhadoras. Para isso, será considerado as entrevistas das interlocutoras e dos informantes, assim como imagens e *websites*. Do ponto de vista teórico a discussão abrange sobre os efeitos da estrutura de poder flexível e da precariedade laboral, articulada as relações de gênero, na esfera produtiva.

Por fim, no capítulo 3 será investigado o território gênero, a partir das experiências em comum e as trajetórias das trabalhadoras, com base nas entrevistas narrativas, que permitem identificar as vivências nos espaços de trabalho das usinas e na prostituição, bem como na esfera

da vida, como um todo, alusivo a um *ethos* de classe presente no modo de vida. Para o centro do debate, abrange-se sobre os aspectos culturais, o controle e a repressão laboral, as opressões de gênero, as práticas de (micro)resistências, e a solidariedade de classe, além dos vínculos sociais. A teoria mobilizada discute sobre o trabalho, classe e gênero, e evidencia a construção de tal território, fundamentado em uma noção polissêmica, do simbólico ao material, denotando a precariedade atrelada a flexibilidade imbricada nas condições, organização e relações trabalho, junto as demais desigualdades enfrentadas pelas mulheres.

1 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E OS EFEITOS SOBRE O TERRITÓRIO: A INSTALAÇÃO DO COMPLEXO ENERGÉTICO NA CIDADE DE QUEVEDOS (RS)

“Nós somos daquela luta da roça”

(Relato, Agricultor, 2021)

“Tem uns enchendo os bolsos e os outros na miséria”

(Relato, Trabalhadora, 2020)

1.1 HISTÓRIA DA ANTIGA USINA HIDRELÉTRICA E OS EMPREENDIMENTOS RECENTES

Um dos acontecimentos históricos, na cidade de Quevedos/ RS⁴, foi a construção da primeira Usina hidrelétrica denominada Quebra-Dentes, em 1942, durante o período do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), sublinhado por momentos de dificuldades no setor de energia elétrica, no Brasil. É na segunda metade do século XIX, que inicia, no país, as iniciativas relativas à eletricidade, sendo a primeira usina hidrelétrica instalada na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Em 10 de junho de 1934, houve a elaboração do “Código de Águas” estabelecido pelo Decreto nº 24.643, a fim de garantir a intervenção estatal diante do interesse da nacionalização em conceder direitos ao uso das águas para expansão do aproveitamento do setor hidrelétrico brasileiro, incluído na Constituição de 1934 e consolidado na Constituição de 1988 (PAZ, 2006). Nesse momento, a orientação das construções de eletricidade passou a consolidar a perspectiva de modernização do país, proveniente da visão hegemônica dominante de industrialização e urbanização do Brasil.

Por volta de 1942, nessa lógica expansionista pelo interesse na exploração das águas, o prefeito da cidade de São Pedro do Sul (acerca de 30 km do município de Quevedos), realizou uma visita aos rios Toropi e Guassupi, e objetivou instalar uma pequena usina hidrelétrica no espaço, a fim de garantir energia elétrica para a região. Em 1946, a micro usina hidrelétrica estava sendo instalada na área rural denominada Painá, na cascata conhecida como Quebra-

⁴ Historicamente o Estado do Rio Grande do Sul estabeleceu relações comerciais referente a agroexportação, associado ao latifúndio escravista para com o Estado de São Paulo. Em um dos deslocamentos comerciais em 1802, José de Quevedo de Macedo conheceu a região na qual pertence a cidade de Quevedos. Desde então decidiu permanecer no local, juntamente com sua família que o acompanhava. O território, na época, era conhecido como “Costa do rio Toropi” (PEREIRA, 2004). A economia da região e as áreas “cujos proprietários se distinguem”, se revelavam pelo “[...] desenvolvimento da Região e de suas próprias estâncias” (PEREIRA, 2004, p. 37), marcado, sobremaneira, pelo período de brutal exploração da mão de obra escrava. Este homem, migrante se tornou um símbolo reconhecido até os dias de hoje, como principal protagonista da emancipação do local. A cidade de Quevedos, após sua chegada, passou a ser reconhecida como “Igrejinha”, uma vila pertencente ao distrito de Júlio de Castilhos (1988-1991), na qual foi elevada a condição de emancipação como município, no dia 20 de março de 1992, conforme a Lei Estadual nº 9.589. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/09.589.pdf>. Acessado em: 12 de outubro de 2021.

Dentes, que acabou convertendo-se no nome do empreendimento, regida pela Lei Municipal Pedro Guilherme Maurer, no território de Quevedos⁵. A usina hidrelétrica foi inaugurada oficialmente em 24 de janeiro de 1959, e contava com 2,5 Megawatts de potência gerada, sendo distribuída na região. Em função de algumas dívidas do município de São Pedro do Sul com o Estado, o empreendimento sob a sua responsabilidade, foi incorporado como patrimônio da União em 1975, através do Decreto n.º 76.141 de 21 de agosto de 1975, e reavaliado pelo Decreto n.º 87.069 de 30 de março de 1982, sob o controle e operação da Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileira S/A (MENDES, 2004). A mesma distribuiu energia elétrica até o final de 1988, mediante a derrocada após o rompimento de um conduto de tubulações, que interrompeu o fluxo contínuo da água, fazendo entrar em desuso desde então.

A **imagem 1** apresenta a antiga usina hidrelétrica Quebra-Dentes (1959), atualmente desativada, no território de Quevedos/ RS.

⁵ Localizada na mesorregião Centro-Occidental do Estado do Rio Grande do Sul, na microrregião de Santiago, Quevedos possui um território que abrange uma área de 543,359 Km², acerca de 400 km da capital do estado, Porto Alegre. As cidades próximas do município em questão, são: Tupanciretã (ao Norte); Jari (ao Oeste); São Martinho da Serra (ao Sudeste); Toropi (ao Sudoeste); Júlio de Castilhos (ao Leste); e São Pedro do Sul (ao Sul). Atualmente o espaço é composto por 2.790 habitantes (IBGE, 2010). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 27% da população reside na área urbana, e 73% na zona rural da cidade (IBGE, 2010). No geral, 51% da população possui ensino fundamental incompleto e apenas 13% ensino superior completo (IBGE, 2010).

Imagem 1: Usina hidrelétrica Quebra-Dentes (1959)



Fonte: Acervo da autora. 11/04/2001.

A manutenção de usinas de pequeno porte de potencial energético, como a Usina Quebra-Dentes, em Quevedos (RS), não era prioridade para reativação, a partir dos anos 1980, mediante a instalação de outros empreendimentos, no Estado do Rio Grande do Sul⁶. O entendimento era de que os empreendimentos de grande porte supririam as demandas de energia, no Estado (MENDES, 2004). Segundo Maria L. Silveira e Milton Santos (2006), a difusão de energia elétrica, num primeiro momento, no país, ocorre a partir das necessidades locais, e aos poucos se acentua as demandas para a ampliação da utilização do território em prol do processo de industrialização e urbanização. Essa lógica converte na elaboração da Eletrobrás e em “sistemas isolados” de energia. Assim, viu-se a necessidade de expandir nos diferentes Estados nacionais, dois grandes “subsistemas” de usinas hidrelétricas interligadas entre si (Norte/ Nordeste e Sul/ Sudeste/ Centro-Oeste) durante os anos de 1955, 1981, 1984 (com 4.513,3 quilômetros de transmissão), estendendo a construção de usinas hidrelétrica até meados dos anos de 1995 (estendo a transmissão energética para 159.291,6 quilômetros). Com isso formou-se os dois

⁶ O Estado do Rio Grande do Sul encontra-se em 3º lugar como fonte de geração energética por Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), geralmente localizadas em áreas com pequenos reservatórios e potência limitada. O Estado possui um grande potencial hídrico, com índice acima de 75% de aproveitamento e distribuição energética, no país. Nos últimos 10 anos, houve uma massiva instalação de usinas hidrelétricas no Estado (EPE, 2019). Segundo o estudo da Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2019), o país registrou a expansão de 5,9% no consumo de energia elétrica em abril de 2012, que desde então vem aumentando. Em 2020, comparado ao ano de 2019, houve um aumento de 3,5%, sendo a região Sul com a menor taxa (1,9%) comparada as outras regiões (Norte (6,5%); Centro-Oeste (6,2%); Sudeste (3,3%) e Nordeste (2,9%)).

primeiros subsistemas energéticos brasileiro, além de existir outras transmissões energéticas isoladas, que abasteciam outras localidades pelo país. Atualmente, no Brasil, conforme a Cartilha sobre Escassez hídrica e o fornecimento de energia elétrica, elaborada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as regiões do Sudeste e Centro-Oeste representam 70% da capacidade de armazenamento do país, se destacando “os reservatórios da bacia hidrográfica do Rio Paraná, e seus afluentes: Paranaíba, Grande, Tietê e Paranapanema” (Cartilha, 2021, p. 10).

Como ressalta Luciana R. L. Paz (2006, p. 127):

O crescimento econômico passou a ser fruto não somente da exploração extensiva da natureza, mas também dos processos intensivos em energia, ganhando estes tamanha importância que passaram a ser a base do desenvolvimento e sua disponibilidade o centro dessa ruptura. O “progresso” passou a ser dividido pela busca de fontes energéticas e o seu controle nada mais é do que uma ação política sobre o território.

Nesse aspecto, a autora ainda pontua, a emergência do Estado como principal intervencionista, realizando o domínio e o controle pela apropriação da natureza, para fins tecnológicos e industriais. Neste momento, a lógica expansionista da liberalização econômica pautava na ideia de que quanto maior fosse o consumo de energia, mais “desenvolvido” era o país.

A **Quadro 2** abaixo apresenta os primeiros subsistemas de usinas hidrelétricas interligadas no Brasil.

Quadro 2: Resgate histórico dos primeiros subsistemas interligados de Usinas hidrelétricas no Brasil.

	<i>Usinas hidrelétricas</i>	<i>Ano de transmissão energética</i>	<i>Localização (Norte/ Nordeste)</i>
1º Subsistema interligado energético	Usina Paulo Afonso	1955-1966	Salvador, Recife e Fortaleza
	Usina Tucuruí	1981-1984	Sobradinho, Imperatriz, Tucuruí, Vila do Conde e Belém
	<i>Usinas hidrelétricas</i>	<i>Ano de transmissão energética</i>	<i>Localização (Sul/ Sudeste/ Centro-Oeste)</i>
2º Subsistema interligado energético	Usina de Furnas	1963-1995	Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora a partir da obra de Silveira e Santos (2006). 16/08/2021.

Assim, os grandes projetos, especialmente os empreendimentos como as centrais de usinas hidrelétricas vêm se construindo historicamente, no Brasil, como sinônimo de crescimento econômico, sendo o consumo, majoritário, pelos setores comerciais e industriais. Muitas usinas, sobretudo as de caráter isolado com completos equipamentos em subestações, visam distribuir energia abundante e barata para as grandes fábricas (SILVEIRA; SANTOS, 2006). A partir de 1995, o sistema elétrico nacional, passa a se caracterizar como mais integrado. Para Silveira e Santos (2006, p. 72): “Essa desterritorialização dos comandos opõe-se às necessidades das populações regionais, circunscritas ao uso local do território e alheias aos imperativos de funcionamento dos grandes sistemas técnicos”. Essa fase vem se caracterizando como autoritária e desigual, pois não tem proporcionado equidade na distribuição desses recursos a maior parte da população brasileira, mas, uma distribuição elitizada para fins centrados na ordem mercadológica.

No governo de Emílio Médici (1964-1974), passa a vigorar no país o Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual visou assegurar diretrizes que garantissem o investimento em setores de bens de capital e o fortalecimento de empresas privadas no âmbito nacional. Nesse momento, há um aumento do crescimento econômico no país, no chamado Milagre Econômico (1969-1973), viabilizado pelos empréstimos externos, no período da Ditadura Civil Militar (1964-1985)⁷. O interesse pelo “desenvolvimento”, se estende ao governo de Ernesto Geisel (1974-1979), o qual ponderou pelos investimentos nacionais, e mais tarde, postergou no acúmulo de dívidas externas.

Conforme o cientista social Dirceu Benincá (2011) e a socióloga Anete B. L. Ivo (2012), esse período é marcado pela austeridade política e pelo impacto socioambiental, caracterizado como o período da modernização brasileira, de um progresso técnico e de uma revolução nacionalista. Segundo Ivo (2012, p. 194), esse contexto: “se assenta em uma cultura política patrimonial e autoritária”, em que o “Estado de Bem-estar não existe” (IVO, 2012, p. 194), e agrava, sobretudo, as condições de vida da população, em nível de pura sobrevivência.

A crise do petróleo em 1973, nos países do norte, gerou uma prostração no âmbito internacional, que também altera as dinâmicas políticas do Brasil, o qual passa a se posicionar frente ao sistema de “economia-mundo” (POCHMANN, 2013). Nesse momento, os empreendimentos energéticos passaram a estarem sob a responsabilidade da Presidência do

⁷ Segundo dados do “Projeto Dívida Externa” do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), o país alcançou a marca de 3,2 para 110 bilhões de dólares, devido os empréstimos realizados, em que 90% foram identificados como ilegais e inconstitucionais na época, conforme estudos realizados pelo Ordem dos Advogados do Brasil (SCHILLING; CANESE, 1991).

Conselho de Segurança Nacional, reconhecido como prioridade de fonte alternativa de lucro ao Brasil. O motivo principal era garantir a redução da dependência externa através de um plano que ampliasse as pesquisas, a construção de usinas hidrelétricas, a substituição parcial da gasolina pelo álcool etc. Desde então, os empreendimentos hidrelétricos têm sido associados a recursos facilitadores do crescimento econômico e social, que mudariam a posição do país.

Nos anos 1980, inversamente ao “mito” progressista de desenvolvimento, defendido em meio aos governos anteriores, se defronta com uma realidade contrária as expectativas quanto ao projeto de desenvolvimento. O período em questão é considerado como “década perdida”⁸ por alguns teóricos, e repercutiu numa estagnação econômica, dívidas externas, esgotamento social, e na persistência aguda de um mercado de trabalho informal⁹. Os efeitos negativos atrelados as decisões políticas do período “modernizador” acentuaram os conflitos sociais, e especialmente a partir de 1986, com o fim da ditadura militar, intensifica-se a atuação de atores sociais, atrelados a movimentos sociais, sindicatos, pressões de organizações não-governamentais etc. As resistências sociais e políticas, vinham tomando uma proporção significativa e se fortalecendo em prol da cidadania, democracia e direitos sociais, no país, bem como se colocando em contraposição ao “padrão” político-econômico dominante em favor da geração de energias para grandes indústrias nacionais, multinacionais e internacionais. A agitação política trata-se do “contramovimento” (POLANYI, 2000) da sociedade, como por exemplo, o movimento nacional organizado contra a matriz energética, denominado de Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que atua desde os anos de 1980, em organizações locais e regionais, como frente de resistências em prol de melhores condições para as populações atingidas pelas instalações energéticas, e lutando por um “Projeto Energético Popular”. Consequentemente as lutas sociais (no campo e na cidade), resultaram no processo de redemocratização do país, e fez emergir a Constituição Brasileira de 1988, com a finalidade de garantir a universalidade dos direitos sociais e da participação a cidadania (IVO, 2012). Desde então, o Estado se reconfigura diante das mudanças sociais, a uma posição de racionalização, sobre uma dimensão técnica-industrial, e como mediador de conflitos.

Nos anos de 1990, é alterado o pacto redistributivo do “Welfare state” consolidado internacionalmente, nos países do norte. Desde então, passou a predominar uma perspectiva

⁸ Essa expressão geralmente se refere ao aspecto econômico. Por outro lado, do ponto de vista social, no período emergiu os novos movimentos sociais – a exemplo do MST –, redemocratização do país, a constituição de 1988, entre outros.

⁹ As desigualdades socioeconômicas e políticas se articulam “as discriminações e desigualdades socioculturais (de gênero, étnicas, etárias, religiosas, etc.), herança da “tradição”, com pautas políticas reatualizadas na escala internacional” (IVO, 2012, p. 196).

neoliberal, que postulou políticas de hegemonia da “mercadorização” da força de trabalho, bem como o menor grau de interferência do Estado. Acontecimentos como o Consenso de Washington, ajustes e reformas do Estado tem representado esses aspectos, e impactado os países numa escala global. Na perspectiva neoliberal as medidas democráticas, políticas sociais e redistributivas, eram identificadas como pressões inflacionárias; impeditivos para o crescimento econômico e circulação livre de capitais; identificadas como atraso, ao passo que o que estava em jogo era o avanço do capitalismo e a estabilidade econômica. Isso significou a manutenção dos interesses do capital privado e global, sobretudo, nos Estados Unidos, Europa, Japão etc., em decorrência da crise instaurada em 1980, pela ingovernabilidade e incontrolabilidade, identificada como as consequências de um suposto “excesso” de demandas e direitos básicos à população, em escala global. Sendo assim, esse período expandiu um único “modelo universal” de desenvolvimento, criticado epistemologicamente pelo seu caráter liberal e autoritário, dedutivo e estrutural, a fim de atenuar os conflitos sociais, políticos e econômicos (IVO, 2012; POCHMANN, 2013).

O Estado nacional brasileiro, passa a descentralizar seu poder de interferência nos conflitos sociais, a partir do pacto nacional-desenvolvimentista, nos anos de 1970 (entre Estado, elites empresariais e trabalhadores assalariados urbanos). Conforme Marcio Pochmann (2013), no período de 1930 a 1980, o Brasil passa a ser considerado uma das principais economias do mundo, encontrando-se na oitava posição entre os demais países, entretanto, se posicionava como um “dos países mais desiguais do mundo, tendo um a cada dois habitantes na condição da pobreza” (POCHMANN, 2013, p. 707). Como pontua Ivo (2012, p. 198), o Estado brasileiro passa a ser

[...] reorientado por reformas em favor do mercado, através das privatizações, e operando a descentralização de políticas sociais com ênfase nas dinâmicas locais, na passagem de responsabilidades públicas para a esfera da sociedade civil, com base no modelo de “parcerias público e privado” [...] na aplicação de políticas de austeridade e ajustes fiscais (IVO, 2012, p. 198).

A reforma do Estado, nos anos 1990, tem representado as funções coercitivas, retrocedendo aos princípios da própria Constituição, incorporando a ideia de Estado mínimo (POCHMANN, 2013). Segundo Ivo (2012), o Estado se insere numa “transição” associada, de um lado, aos “conflitos sociais” – relativo as lutas por direitos sociais e políticas redistributivas, a fim de minimizar as desigualdades sociais, promover integração social e combate à pobreza –, e de outro lado, os “procedimentos gerenciais”, sob os incentivos das estratégias de mercado,

pela maior competitividade e eficácia de metas e controles públicos, “exercido por uma burocracia estatal moderna” (IVO, 2012, p. 199).

Em linhas gerais, na área das Ciências Sociais latino-americanas, as discussões hegemônicas sobre as perspectivas que permeiam as teses de desenvolvimento são distintas. Algumas delas apresenta-se aqui, como a teoria de “Subdesenvolvimento” e “Dependência”, da Escola Paulista, considerando a herança escravista, patronal e agrária, cujos principais autores expoentes são Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Outra discussão diz respeito a “teoria da dependência”, que possui matrizes distintas que a primeira, tendo como principais autores Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, entre outros. Igualmente, a teoria sobre a formação de uma “Massa marginal”, sendo o expoente José Nun, influente da antropóloga Lélia Gonzalez, que também se utiliza dessa perspectiva em seus escritos. As “Teses Dualistas” formulada por Francisco de Oliveira, e a teoria sobre a “Modernização”, fazem referência a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e ao projeto do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (1950), defendida principalmente por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, se tratando da propagação de ideias que visassem a industrialização, crescimento econômico e técnico, no país. Diante da tamanha diversidade de teses, a discussão adotada nesta pesquisa trata-se da crítica as teorias sobre “modernização brasileira”, no que diz respeito aos impactos territoriais.

Com base na Anete B. L. Ivo (2012) e Marcio Pochmann (2013), os debates teóricos sobre o “modelo de desenvolvimento” institucionalizado no país, a partir dos anos 1960, possui um conjunto de fatores que se articulam as relações de poder, transcendendo as questões econômicas, na realidade societal. Conforme destacado por Pochmann (2013, p. 713), no Brasil, “a ponta baixa da gangorra acumula o universo de excluídos, que se mantém historicamente prisioneiros na base da pirâmide social”. Essa situação, está vinculada aos reflexos das relações escravistas e do latifúndio; da eugenia racial que garante as hierarquias sociais e o racismo estrutural na sociedade; a formação de uma cultura política descentralizadora, patrimonialista e autoritária; o capitalismo periférico, a pobreza, o subemprego e a dependência do país quando comparado a outros países, implicam na tentativa de desenvolvimento brasileiro, se expressando num processo vertical de relações desiguais e de exclusão (IVO, 2012; POCHMANN, 2013). Nas palavras de Ivo (2012), a realidade acarreta assimetrias na estrutural social com raízes na

[...] herança lusitana de relações políticas e sociais autoritárias desde a época colonial, mantiveram à parte “homens livres”, moradores do campo e das cidades, considerados como “desocupados”, “vadios”, “vagabundos”, “marginais” ou “resíduos”, frente aos setores hegemônicos da economia (IVO, 2012, p. 196).

O debate sobre desenvolvimento aparece na prática política e nas instituições após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na conjuntura social do país, a crescente discussão sobre as estratégias para tal fim, é protagonizado pelas intervenções estatais e empresariais sobre os territórios. Os dilemas que imperam sobre o tema, estão postos sobre as contradições existentes entre o legado da “modernização”¹⁰ e da “tradição”, que ainda se encontram simultaneamente interagindo um com o outro na conjuntura atual.

As transformações macrossociais têm implicado em mudanças no âmbito político, econômico e social, no Brasil. O impacto da globalização tem favorecido articulações entre agentes econômicos e a organização dos mercados e processos produtivos em diferentes territórios. Segundo Milton Santos (2002), o processo de globalização tanto exclui como integra determinados territórios as conexões mercadológicas. Em sua concepção, esse fenômeno social é resultante das “ações humanas” enquanto “presença política”. Os conglomerados econômicos emergentes estão de acordo com os interesses do Estado e demais capitalistas envolvidos, geralmente amoldam novas regras e ampliam a competitividade entre países e empresas. Os interesses entre agentes econômicos, tendem a selecionar as melhores localizações para expansão e/ou intervenção, em busca do lucro. Desse ponto de vista, “os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade” (SANTOS, 2002, p. 39), subvertendo as velhas lógicas do local e promovendo novas lógicas pelos “vetores da racionalidade dominante” (SANTOS, 2002, p. 39).

Diante da ordem mercadológica e o seu poder de transformação, da fragmentação e da compartimentação dos territórios têm sido comuns, nessa fase da história. Conforme Rogério Haesbaert (2019), a “desterritorialização” (HAESBAERT, 2019) da população que vive num determinado espaço, também é um dos efeitos que atingem e modificam a vida, como um todo. Assim, como indica Milton Santos (2002, p. 42): “tudo que existia anteriormente à instalação das empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir”. Nesse mesmo sentido, Ricardo Ramalho (2005; 2013), aponta que os efeitos econômicos em localidades e região a partir das intervenções de grandes empresas, conduz a transformações que representam as “estratégias de desenvolvimento”. Esse contexto se articulam as mudanças

¹⁰ Ivo (2012) destaca que a tese fundamentada na ideia de “progresso” atrelada a “modernização brasileira” possui bases iluministas, eurocênicas, patriarcais e é estruturada pelas relações escravistas coloniais, sendo os principais autores Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda.

no mundo do trabalho, assim como expressam os confrontos políticos, face aos “dividendos financeiros” pelas ações sobre os territórios¹¹.

Na sequência, apresentam-se as dinâmicas que representam os “recursos específicos constituídos ao longo do tempo, sobre a constituição de novos espaços institucionais nos quais atores sociais [expressam as] práticas de negociação política” (RAMALHO, 2005, p. 56) e a formulação das propostas desenvolvimentistas, que transformam recursos naturais e espaços públicos em locais privados em prol da exploração para a acumulação de capital. Para isso iremos narrar os ciclos que permeiam as dinâmicas da instalação do complexo energético na cidade de Quevedos (RS), utilizando as técnicas da história oral e análise documental.

1.2 OS CICLOS DE INSTALAÇÃO DO COMPLEXO ENERGÉTICO E A INTERVENÇÃO ESTATAL

As transformações no território de Quevedos (RS), desencadeadas pelas relações sociais estabelecidas por um grupo de moradores que pertenciam a gestão municipal, ao se articular com o Governo do Estado e a grupos empresariais, constituem uma “rede” (GRONOVETTER, 1985) pelos interesses em reativar a antiga usina hidrelétrica Quebra-Dentes (1959). Conforme Mark Granovetter (1985), as interações estabelecidas entre os atores em geral são ações econômicas, e correspondem, ao mesmo tempo que são condicionadas pelas expressões sociais, políticas e interpessoais da sociedade capitalista. Ao se utilizar do conceito de “rede sociais”¹², o autor ressalta a formação e as mudanças na estrutura econômica através do comportamento e pelas diversas motivações “na vida econômica”. Nessa perspectiva, as ações econômicas são situadas no tempo e no espaço da vida cotidiana. As motivações garantem as “incrustações sociais”, e podem ser tanto “relacionais”, atreladas a relações entre amigos, familiares, etc., vinculadas a “laços fortes” construídos pelos indivíduos, bem como “estruturais”, baseadas em relações de “laços fracos” em busca do lucro e benefícios próprios, articulados a instituições sociais, ou como aquelas identificadas pelas relações estabelecidas entre empresários e o capital privado. Nesse sentido Granovetter (1985), permite perceber que os indivíduos agem de

¹¹ O autor ressalta que em “contextos de globalização”, o modo desigual dos efeitos sociais e econômicos, acentuam as assimetrias, sobretudo do ponto de vista laboral, pelas novas formas de emprego a partir da reestruturação produtiva, especialmente marcada por práticas flexíveis de trabalho, das quais abordaremos nos próximos capítulos.

¹² A definição de rede social trata-se dos vínculos mantidos pelos interesses entre os atores, constituindo laços, quer eles sejam de natureza forte ou fraco. As redes promovem a união por meio da interação a determinados grupos, ou pessoas individuais, possibilitam as trocas de informações e oportunidades, a depender da qualidade e da velocidade como elas acontecem no cotidiano entre os indivíduos.

maneira a corresponder determinados fins, imbricados a suas “redes sociais” (GRANOVETTER, 1985).

O território entendido como uma construção social (SANTOS, 2002), experimenta efeitos diversos perante o impacto das ações econômicas, pela transversalidade da interferência das escalas produtivas e estatais. Os impactos provocados por empresas e empreendimentos, forjam “territórios produtivos” (RAMALHO, 2013), cujo lócus deste estudo, exemplifica e ilustra, em parte, esse debate. Os municípios de menor porte, como o local de nossa pesquisa, tem se tornado interessante para o capital. Conforme Magda de Almeida Neves e Antônio Carlos Neto (2006), devido os critérios de atratividade do local e região onde há “à melhor qualidade ambiental, menores índices de violência, além dos menores preços da terra e da mão-de-obra” (NEVES, NETO, 2006, p. 26) são propícios para a instalação de grandes empreendimentos; contribuindo para as vantagens comparativas em nível de competitividade, no âmbito global da mundialização do capital.

A cidade de Quevedos (RS), a partir dos anos 2000, foi alvo do primeiro ciclo para instalação de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas. As ideias relativas as intervenções no território retomam as discussões sobre os “modelos de desenvolvimento”, cujos interesses favorecem a expansão mercadológica (ANDRADE, 1998).

As decisões sociopolíticas dos atores para a instalação dos empreendimentos energéticos em Quevedos (RS), se mostrou eficiente nas orientações práticas, no que tange as negociações e as disposições dos envolvidos na “parceria” que garantiria, a incumbência de implementar os termos de acordos, a fim de instalar os novos empreendimentos, na região Sul do país. Os projetos atuais na cidade em questão, contemplam arranjos e interesses comuns estabelecidos entre as empresas, o poder público local e o governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ambos se entrelaçam na dimensão participativa pela capacidade de prevalência dos agentes. Como pontua Ivo (2012): “[...] é na tensão desses arranjos e escalas entre diferentes agentes que se conformam e constroem as tendências e possibilidades do (novo) desenvolvimento, no âmbito dos lugares e do território” (IVO, 2012, p. 201). Contudo, os efeitos das instalações energéticas resultam, no âmbito local, diferentes níveis de transformações, constituindo um tripé que será apresentado parcialmente na sequência deste capítulo, vinculada a estruturação econômico, social e ambiental.

Após a derrocada sobredita da antiga usina hidrelétrica Quebra-Dentes (em 1988), se fortaleceu, um grupo de moradores locais, composto pelo prefeito, secretários e um morador da comunidade, durante os anos 2000, o interesse de reativar a usina hidrelétrica em questão. O empreendimento era identificado como um meio de crescimento econômico pela potência

hídrica do local. O espaço foi verificado por um grupo de representantes da Eletrobrás, neste mesmo período, composto por dois engenheiros e um agente administrativo com o propósito de encontrar soluções para o bem público da União. A visita se sucedeu após as relações com o grupo de moradores. Essa aproximação dos representantes da Eletrobrás com a gestão pública local, fortaleceu as ideias dos mesmos, também interessados neste fim. Nesse sentido, a Eletrobrás passou a contatar este grupo, para se referir a usina Quebra-Dentes¹³ (Ata nº1163 da Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018).

Conforme o documento oficial da Ata nº1163, de uma sessão realizada em 2 de fevereiro de 2018, no município de Quevedos, salienta que a reativação da antiga usina hidrelétrica “[...] era um sonho no Município de Quevedos” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018). Um dos nossos entrevistados, morador do município e integrante do grupo de atores interessados no desfecho dos empreendimentos, salienta que “[...] um dos grandes movimentos na época, era de reativar a usina velha e essa coisa começou a criar corpo, e começamos uma especulação” (Entrevista com João, 2020)¹⁴.

A visão otimista depositada na reativação do empreendimento se entrecruza, com a animosidade dos moradores locais, os quais não estavam engajados para esse feito no local, como apresentado no documento analisado, havia um “[...] descrédito da população” (Ata nº1163 - Sessão de Vereadores. 02/02/2018). A população cidadina desacreditava na reativação da usina hidrelétrica, assim como haviam preocupações em relação as consequências socioambientais e com as propriedades pertencentes as famílias agriculturas. É notório, nesse cenário, a desconfiança, o estranhamento e as incertezas do ponto de vista dos moradores, sobretudo, os residentes das áreas rurais da cidade, sobre o qual abordaremos adiante. Mesmo diante dos conflitos estabelecidos, o engajamento na reativação do empreendimento, pelos atores locais: “[...] continuou ali sempre de pé, firme, não desistimos” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018).

Em 2005, a partir dos novos contatos com o grupo da Eletrobrás – pertencente ao órgão do Ministério de Minas e Energia – houve a investigação sobre as possibilidades reais de reativação do empreendimento. Nesse instante houveram as indicações por parte da Eletrobrás, de empresários que acordariam em investir na usina hidrelétrica, ao mesmo tempo consolidar e

¹³ Segundo o interlocutor: “[...] eles [representantes da Eletrobrás] vieram e uma pessoa da prefeitura os levou lá, só que não acharam a barragem, aí voltaram para Quevedos [...] a gente foi conversando com o pessoal da Eletrobrás, eram dois engenheiros e um administrativo que veio, na época, e eu comecei a comentar e falei o que aconteceu, levei na barragem, levei na casa de força, levei a onde tinha rompido o conduto, mostrei toda estrutura dela” (Entrevista, João, 2020).

¹⁴ Utiliza-se neste estudo nomes fictícios para se referir aos interlocutores e interlocutoras.

estimular novas propostas para os recursos atrativos do município¹⁵. Conforme o interlocutor da pesquisa, ao relatar sobre esse momento, indica:

Entramos em contato com o Y, que era secretário de Minas e Energia do Estado, na época [2005], e ele tinha um conhecido, o X, que trabalhava para Z, que era uma empresa que se ouvia no setor energético, porque a partir da constituição de 88, se permitiu que o capital privado entrasse no setor energético como em outros setores também (Entrevista, João, 2020).

Esse momento, retrata a busca pelos recursos para garantir a reativação do empreendimento. Segundo o interlocutor: “[...] *as coisas começaram a andar, começamos a pesquisar, a buscar esses parceiros para reativação da usina velha*” (Entrevista, João, 2020), a fim de encontrar investidores para o empreendimento. Nesse mesmo período um grupo de empresários se descola até o município para verificar o espaço, e a partir daí, faz emergir um vínculo com a prefeitura municipal. Após serem observados os locais com recursos naturais da cidade de Quevedos (RS)¹⁶, despertou o interesse dos grupos econômicos em instalar quatro novas centrais de pequenas usinas hidrelétricas, ao invés de reativar o antigo empreendimento, já debilitado em vista dos danos causados em sua estrutura, em meados de 1988. A proposta, portanto, dos investidores, contou com o apoio da prefeitura municipal, no ano de 2005. O grupo de empresários que se disponibilizou em investir na instalação das usinas hidrelétricas, é composto por oito pessoas físicas e quatro jurídicas. Os mesmos possuem grandes empresas e multinacionais, cujas atividades se encontram nos ramos da moda, cosméticos, moveleiro, entre outras áreas, inseridos no mercado nacional e internacional, com origens do Estado de Santa Catarina e São Paulo¹⁷.

A visita dos investidores a antiga usina hidrelétrica, se sucedeu em vários deslocamentos aos pontos atrativos do território, isto é, aos recursos hídricos, da cidade, a fim de avaliar onde iriam se localizar os empreendimentos energéticos. Conforme a narrativa de um dos interlocutores que acompanhou a busca por esses locais de maior viabilidade de instalação energética:

¹⁵ Esse momento foi expressado por dificuldades na comunicação da prefeitura local, com o órgão do Governo Federal, tanto pelo acesso limitado à internet, como pelo seu próprio manuseio, em vista da pouca prática relativa à tecnologia, na realidade dos atores locais envolvidos. Nesse aspecto, o interlocutor considera: “[...] *tudo era via telefone*” (Entrevista, João, 2020).

¹⁶ Será abordado sobre os recursos naturais do município na sequência deste capítulo.

¹⁷ Conforme a Resolução nº1 da CIMGC, cada investidor possui percentagens distintas na associação que controla o empreendimento, variando de 89%, 10%, 6%, e 3,9% de participação para a geração de energia (Resolução nº1 da CIMGC/ Desenvolvimento sustentável. 11/08/2003). Segundo o depoimento dos investidores do complexo de usinas, tem caracterizado o grupo de atores envolvidos nas instalações, como “[...] *um perfil de homens fortes que defendem nossos interesses*” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara de Vereadores. 02/02/2018).

[...] a gente desceu lá na usina velha e ele chegou e disse assim: “mas pera aí, não tem nenhum outro ponto que possa ser utilizado pra colocar a usina?”, aí eu questionei: “tá mas o que tu quereres realmente, como é que funciona essa história?”. E ele respondeu: “precisamos ter queda, precisamos ter cachoeira, corredeiras fortes, longas, enfim, isso que vai dar a queda para a gente poder ter aproveitamento”, e eu disse que tinha. Aí saímos dali, e fomos na Figueira [localidade rural], no Cinco Veado [localidade rural], e a gente subiu aqui em cima na Quebra-Dentes, no montante da usina velha, e ele: “mas não tem nenhum rio mais?”, e ele sempre querendo mais né... aí fomos no rio Guassupi, também, e lá pegamos um ponto específico. Sei que ficamos dois dias correndo para ele conhecer os lugares (Entrevista, João, 2020).

As articulações entre o período de 2005 a 2017, entre os empresários e a gestão pública municipal, encontravam-se em meio as combinações e negociações políticas sobre o uso do território para fins econômicos. Em 2018, ocorreu a nomeação do primeiro representante dos investidores e integrante da comunidade cidadina, que passa a atuar na órbita da instalação do complexo de usinas hidrelétricas. Desde então, houve a comunicação mais fervorosa sobre as obras nas cidades atingidas pelas usinas, nas localidades rurais e urbanas do município de Quevedos, bem como nas cidades de São Martinho da Serra e Júlio de Castilhos, através de canais das rádios locais e das Câmaras dos Vereadores, do poder legislativo. A partir de então, inicia-se as investigações para a “[...] compra de propriedades, o acompanhamento da condição do projeto e campanhas em prol da flora, fauna, assim como a localização [das usinas] [...] e mapeamento para ter a licença ambiental” (Entrevista, João, 2020), cujas atividades eram realizadas pelos funcionários das empresas e representantes dos investidores do complexo energético¹⁸.

Durante os anos de 2005 e 2016, houveram a desaprovação dos projetos dos empreendimentos em função das irregularidades constatadas pelo governo do estado, ao serem emitidos para a análise na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Essa situação manteve os quatro projetos de usinas para a cidade de Quevedos, em tratativas num período de mais de 11 anos para aprovação pela entidade estatal. Diante disso, o grupo de empresários tenta influenciar os prefeitos locais e moradores da cidade e região, sobre a importância das iniciativas, a fim de obter o apoio e facilitar a aceitabilidade dos empreendimentos, com a colaboração das gestões administrativas municipais para a execução das obras.

¹⁸ Os investidores dos empreendimentos também destacam que os moradores locais envolvidos na execução dos empreendimentos, representam homem no padrão da masculinidade hegemônica, além de incentivarem a questionar: “O porquê as coisas não acontecem neste país quando se tem vontade de investir e a burocracia é o grande impeditivo” (Ata nº1163 - Sessão de Vereadores, 02/02/2018). Discursos deste teor eram comuns em meio a instalação das usinas, e tende a corroborar com a ideia de negação as legislações identificadas como atrasos para o desenvolvimento, deixando de considerar a sua importância para garantir a proteção aos direitos sociais e ambientais. Na íntegra o depoimento destaca que, “[...] a legislação é feita pelos legisladores e muitas vezes os legisladores não conhecem os fatos e isso também dificulta” (Ata nº1163 - Sessão de Vereadores, 02/02/2018).

Em 2006, foi realizada a compra das primeiras áreas delimitadas para o complexo energético, definindo o início das atividades. O mapeamento da região foi realizado pela equipe responsável das grandes empresas, com auxílios de moradores locais. Esses últimos, eram quem se dirigiam aos proprietários das áreas rurais delimitadas para realizar as negociações. Segundo um dos interlocutores que atuou junto as empresas na delimitação das propriedades no segmento, aponta as dificuldades de encontrar as primeiras áreas para efetuação da compra:

Eu ficava o dia inteiro analisando, indo lá sozinho, indo no campo tirar foto e depois o técnico me ligava. Eu não tinha GPS, não tinha o google né, que é a máquina que hoje faz tudo pra gente... aí o que eu tinha, eu não tinha, o que eu peguei foi uma régua e comecei a desenhar pra comprar as primeiras áreas para ter então a posse de onde seria o primeiro barramento, depois aí ele [investidor] mandava uma equipe para cá, e eu acompanhava nos lugares (Entrevista com João, 2020)¹⁹.

Durante o período de 2006, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), “[...] *tinha 120 projetos no Rio Grande do Sul [em análise para ser aprovado], então assim, tinha concorrência e era de quem era dono da onde ia ser feito as barragens, então por isso que a gente correu*” (Entrevista, João, 2020). Os empreendimentos energéticos em questão, são reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANNEEL) como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s), pois representam empreendimento com potência de produção de 30 megawatts de energia gerada²⁰.

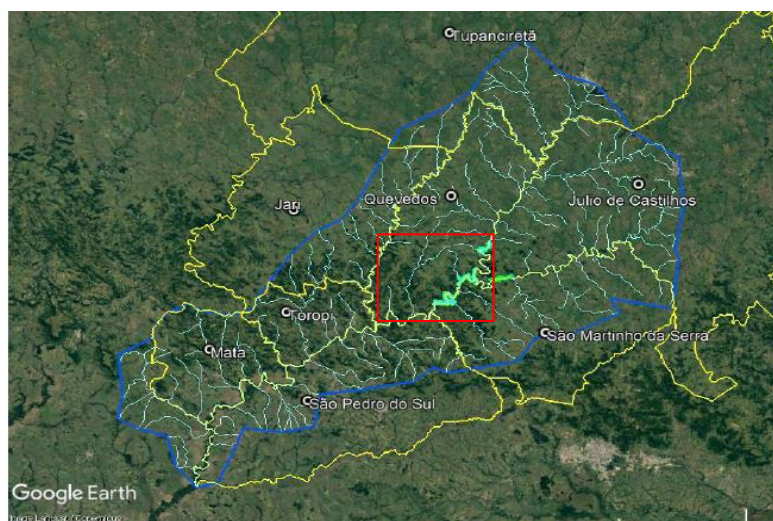
Em vista do potencial dos recursos naturais disponíveis no território da cidade, as áreas escolhidas para a implementação das usinas hidrelétricas se deram entre os rios Toropi e Guassupi. Entre eles, uma das usinas estava destinada ao primeiro rio, e outras três obras designadas ao segundo rio (Documento, SCG, 2002). De acordo com o documento referente a Sessão extraordinária na Câmara dos Vereadores em Quevedos (RS) (02/02/2018): “[...] *estamos pela mão na caneta de quem nos dará a licença de instalação para a gente começar os trabalhos*” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018).

A **Imagem 2** indica a localização dos empreendimentos energéticos entre o território de Quevedos, São Martinho da Serra e Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul.

¹⁹ Nome fictício do interlocutor.

²⁰ Conforme o documento do Ministério de Minas e Energia: o Atlas de eficiência energética no Brasil, de edição de 2020, os usos de hidrelétricas renováveis durante os últimos 20 anos, manteve-se estável, com 40% de participação na distribuição pelo país. A partir de 2011 e 2014, a falta de chuva reduziu a matriz hidráulica. Desde 2015 essa situação vem se alterando com a expansão de outras fontes de energias (eólica, álcool, biodiesel, etc.) chegando 46% em 2019. Assim, o Brasil está num crescente de energias renováveis, embora ainda em menor grau quando comparada as fontes energéticas não-renováveis (54%). O consumo de energia dos últimos 20 anos no Brasil, se alterando a partir do surgimento de outras fontes. Contudo, a energia hidráulica segue sendo a mais utilizada no país (34,4%), quando comparadas as demais.

Imagem 2: Área da instalação do Complexo de usinas hidrelétricas.



Fonte: Mapa adaptado pela autora a partir do Projeto Técnico de compensação Ambiental, 2019. 10/03/2020.

No ano de 2018 a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, oficialmente aprovou como prioritário os aproveitamentos dos recursos hídricos dos rios Toropi e Guassupi, na região da cidade de Quevedos, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul. O início da instalação da primeira obra, ocorreu no decurso do primeiro semestre, no dia 6 maio de 2018, após a aprovação da primeira licença ambiental²¹ pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM)²². Os demais empreendimentos foram sendo aprovados ao longo de 2019 e 2020. Como pontua Ramalho (2005), as “[...] políticas de caráter nacional, nos últimos anos, têm se efetivado localmente com o objetivo de facilitar a criação de novos micros e pequenos empreendimentos” (RAMALHO, 2005, p. 502), os quais se inserem nas lógicas das cadeias produtivas globais. Nesse sentido, destacamos que a acelerada aprovação das usinas hidrelétricas, no ano de 2018, ocorre a partir da aprovação do Programa Gaúcho de Incentivo as Pequenas Centrais hidrelétricas, elaborado no Governo de José Ivo Sartori (PMDB)²³, em

²¹ A exigência consta na Resolução Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, referente a critérios básicos e diretrizes protocoladas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – IBAMA. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acessado em: 22 de outubro de 2020. Destacamos que nesse instante o município já constava 56,38% de seu território desmatado (IBAMA, 2010). Disponível

em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/arquivos/relatorio_tecnico_monitoramento_desmate_b_ioma_pampa_72.pdf>. Acessado em 10 de novembro de 2020.

²² Entrevista na íntegra, divulgada no dia 03 de março de 2018. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/fepam-concede-segunda-licenca-para-hidreletricas-do-grupo-havan>>. Acessado em: 03 de setembro de 2020.

²³ O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, lança o Programa de Incentivo às Pequenas Centrais Hidrelétricas, no dia 13 de julho de 2017. O programa visa auxiliar na aprovação de 91 projetos de empreendimentos energéticos em situação de análise pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), muitos estavam a mais de 10 anos em análise, como era o caso das usinas hidrelétricas de nossa pesquisa. Os empreendimentos variavam em

2017, que contribuiu para a flexibilidade das leis de proteção ambiental. Conforme entrevista realizada pelo Jornal Diário de Santa Maria, em 2017, o diretor técnico da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), declara que a aprovação dos empreendimentos conta como “[...] *mais um esforço, no sentido de reduzir a burocracia e destravar projetos que contribuam para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, respeitando todos os critérios de proteção ambiental*” (Diário de Santa Maria. 04/04/2018)²⁴. Para a liberação do empreendimento, acordos são definidos a fim de preservar a flora, fauna e a água, que devem ser cumpridos durante e após a inauguração do complexo energético.

O dilema da paradigmática do projeto de “modernização” nacional, está presente nesse contexto. É notável as estratégias do Estado como protagonista para contribuir com o sistema produtivo, simultaneamente garantindo a competitividade industrial/ empresarial do país. Esse contexto é representado pelas “redes sociais” (GRANOVETTER, 1985) de articulações entre as empresas, o governo e o município, se adaptando e sendo beneficiário do campo institucional, no que tange as leis e aos programas concretizados, que fundamentam um sistema “voltado para fora” e as “óbices” que intervém na criação de uma organização jurídica com políticas liberais (IVO, 2012). Como identificado por Ramalho (1989), o Estado privilegia as dimensões econômicas, “num jogo de influências presentes nas decisões políticas” (RAMALHO, 1989, p. 32) favoráveis a ordem mercadológica, se inserindo nas velhas práticas fragilizadas e insuficientes de “modernização brasileira”. Conforme Manuel Andrade (1998), isso reflete um “momento histórico em que o neoliberalismo tenta reduzir o Estado ao mínimo, em favor das empresas” (ANDRADE, 1998, p. 215), e “sobretudo o autodenominado Estado liberal, está a serviço das empresas e, conseqüentemente, do jogo de interesses e da capacidade de cooptação das mesmas que disputam territórios e mercados” (ANDRADE, 1998, p. 220).

Conforme o documento referente ao Desenvolvimento Sustentável, anteriormente a aprovação do programa que incentiva as instalações de usinas hidrelétricas – a política elaborada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2017 – as licenças eram “*fracionadas*” (Resolução nº1 da CIMGC/ Desenvolvimento sustentável. 11/08/2003). As liberações das áreas eram rigidamente controladas pelo Estado, a fim garantir a preservação ambiental. A proteção jurídica perdurou até serem fragilizadas pela política do Governo supracitada, concretizado após o impeachment da presidenta Dilma V. Rousseff (PT), em 2016.

torno de 3 bilhões de reais, e prometia a geração de mais de 12 mil postos de trabalhos, e a geração de 480 megawatts de energia elétrica a ser distribuída no Estado.

²⁴ Disponível em: <https://diariosm.com.br/not%C3%ADcias/economia/obra-de-usina-hidrel%C3%A9trica-da-havan-come%C3%A7a-nos-pr%C3%B3ximos-meses-na-regi%C3%A3o-1.2059479> .Acessado em: 15 de abril de 2019.

No ano de 2017, após a aprovação do programa, foi liberado o primeiro empreendimento, em 2018. De acordo com o documento refere a Ata da Câmara de Vereadores: “[...] nós cumprimos algumas condicionantes e liberaram mais duas [áreas], que é essas duas que começaram esse ano [2020]” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018).

De acordo com o Departamento de Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o modelo de desenvolvimento pautado a partir de abril de 2016, no Governo de Michel Temer, propondo um conjunto de reformas, elucidam “soluções para o desequilíbrio fiscal” do Estado brasileiro, retomando algumas discussões dos anos 1990, no país, sobre desestatização e desregulamentação das relações sociais e econômicas. As duas ordens hegemônicas prevalecentes são: 1) a privatização, e a 2) desestatização, com base numa suposta ideia de que o setor privado seria superior ao público, trazendo à tona o debate sobre o papel do Estado. Como já visto anteriormente, essa forma de resolução de crise, é ineficiente, distante das expectativas de crescimento econômico, mas, favoreceu para aumentar a dívida líquida, como exemplo, o ano de 1995 a 2003, com uma dívida que passou de 28% para 52% do Produto Interno Bruto (PIB), bem como reduziu a qualidade dos serviços prestados à população, e uma menor contribuição no investimento nacional, ao passo que o lucro retorna, em grande medida, para o capital privado. Um exemplo desse período foi “A crise do apagão”, nos anos 2000, com a privatização do setor elétrico.

Há cerca de duas décadas depois, no governo de Michel Temer (PMDB), em 2016, persiste essa orientação política. O Programa de Parceira de Investimento (PPI)²⁵, é um dos programas que mais bem expressa a redução do papel do Estado no fornecimento de serviços públicos. A desestatização, por exemplo, vem sendo utilizada com a finalidade de vender serviços que estão sob a responsabilidade do Estado; providenciar leilões de concessão a fim explorar economicamente, a partir da iniciativa privada determinados locais e empresas estatais; bem como o estabelecimento de parcerias entre Estado e empresas. O rebaixamento, liberação, permissão, direitos de uso e exploração, impactam na modificação e na criação de leis sociais e ambientais que visam ampliar, planejar e implementar projetos econômicos com maior facilidade. Durante os anos de 2016 a 2017 foram criados leilões e contratações para a implementação de aproximadamente 146 projetos no setor elétrico, no país. Em uma análise global, a Noruega (90,0%), Estados Unidos (73,0%), Índia (93%), Rússia (62%), Turquia

²⁵ O Programa de Parceria de Investimento, foi lançado no dia 13 de setembro de 2016, principal política desenvolvida no governo de Temer em prol das privatizações, que tem como pilar o Programa de Parceria Público-privado, e o Programa Nacional de Desestatização (PND), regulamentados por meio dos decretos: Lei nº 11.079/2004 e Lei nº 9.491/1997.

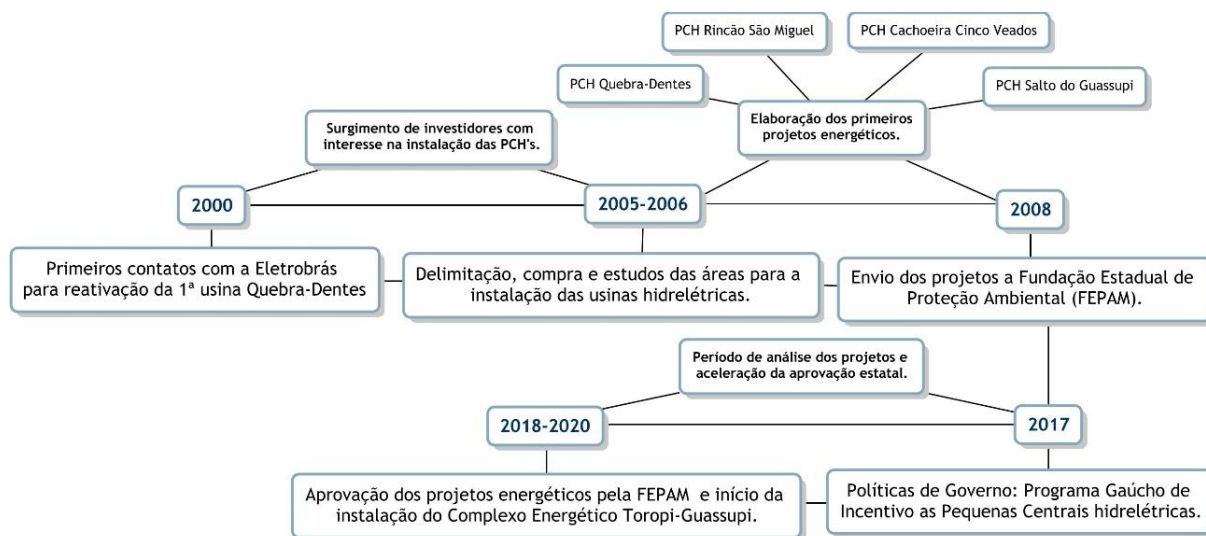
(55%), França (82%), entre outros países, o controle das hidrelétricas, encontram-se estritamente sob a responsabilidade do setor público, sob a segurança nacional. No Brasil, as empresas estatais, especialmente as hidrelétricas, representam 54% da capacidade instalada, e têm sido eficientes na obtenção de resultados positivos ao país. Como destacado no DIEESE, há serviços que são essenciais para a população, e “sob a pena de colocarem em risco a economia do país e a própria sobrevivência da população, não podem ser tratados como uma mercadoria” (DIEESE, 2019, p. 14), assim, “a venda de empresas que administram recursos estratégicos compromete a soberania nacional” (DIEESE, 2019, p. 20), especialmente, pois, o capital privado não atende a interesses coletivos, mas encontra-se na busca máxima pelo acúmulo do capital.

As usinas hidrelétricas em questão, encontram-se sob a tutela de concessão com duração de 30 anos como posse de empresas privadas. Essa decisão ocorreu mediante um leilão, com o objetivo de atrair investidores e empresas, durante um evento organizado pelo Governo Federal, no mês de abril de 2018 (Jornal do Comércio. 14/06/2018)²⁶, como promotoras de desenvolvimento. Após cumprimento dos 30 anos de concessão, deverá ocorrer a renovação do contrato por mais 25 anos, no entanto, embora seja um patrimônio privado, as usinas poderão tornar-se propriedade do governo, como patrimônio público da União, após o vencimento deste período.

A seguir a **Figura 1** apresenta a elaboração de uma linha do tempo sintetizando os ciclos e percursos da instalação dos empreendimentos energéticos, na cidade de Quevedos (RS), analisados até aqui.

²⁶ Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/economia/2018/06/632728-havan-colocara-mais-duas-pchs-para-disputar-leilao.html>. Acessado em: 21 de abril de 2020.

Figura 1: Organograma temporal: ciclos da instalação do Complexo Energético.



Fonte: Elaborado pela autora. 12/06/2021.

O tempo da instalação dos empreendimentos estava previsto para um a dois anos de construção de cada usina hidrelétrica, totalizando quatro anos (2018-2021) para inauguração do Complexo Energético. As hidrelétricas seguem demandas específicas a fim de cumprir os prazos determinados pelos investidores²⁷ (Entrevista com Olívia, 2020)²⁸, como pontua o interlocutor: “[...] em 2022 nós temos a energia vendida” (Entrevista, João, 2020). A energia gerada, respectivamente, de acordo com o Jornal do Comércio: “[...] somam uma potência instalada de 30 megawatts (0,8% da demanda média gaúcha)” (Jornal do Comércio. 08/12/2018)²⁹. Para a instalação dos empreendimentos demandou empresas distintas de diferentes Estados do país, que geram e operam a partir da prestação de serviços distintos, entre elas: as empresas das áreas da construção civil, escavação de túnel, setor tecnológico como instalações elétricas e de linhas de transmissão, bem como montagens de turbinas, assim como serviços essenciais referente a limpeza e ao setor alimentício (Jornal Canal energia. 29/11/2019)³⁰.

²⁷ Conforme evidencia o documento referente a sessão extraordinária da câmara dos vereadores, apontado pelos interlocutores que representam os investidores: “[...] nós vamos começar no primeiro semestre a PCH Salto do Guassupi, no rio Toropi; no segundo semestre a Quebra-Dentes aqui em Quevedos; no primeiro semestre de 2019 a PCH dos Albinos, na Cachoeira do Cinco Veados e, no segundo semestre de 2019 a PCH São Miguel, que também faz divisa aqui com Quevedos e São Martinho da Serra” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018).

²⁸ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

²⁹ Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/economia/2018/12/660498-dono-da-havan-comeca-a-construir-pequenas-usinas-no-rio-grande-do-sul.html>. Acessado em: 20 de abril de 2020.

³⁰ Disponível em: <https://canalenergia.com.br/noticias/53119388/construcao-de-pchs-no-rs-entra-no-rol-de-projetos-prioritarios>. Acessado em: 16 de abril de 2020.

As primeiras usinas a serem instaladas, foram denominadas de PCH Quebra-Dentes³¹ e Cachoeira Cinco Veados³², as mesmas estão situadas à jusante no rio Guassupi, entre as cidades de Quevedos e Júlio de Castilhos. Igualmente, a PCH Salto do Guassupi³³ e a Rincão São Miguel³⁴, encontram-se localizadas no rio Toropi, abrangendo o território do município de Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra (Documento, SCG, 2002; Resolução nº1 da CIMGC/ Desenvolvimento sustentável. 11/08/2003). De acordo com a entrevista realizada com uma integrante de uma das empresas da instalação dos empreendimentos, a interlocutora depõe que o complexo envolve quatro obras, e

[...] cada obra está trabalhando independente. No início tinha Guassupi e a Quebra-Dentes que estavam trabalhando meio juntas, e agora no outro já se desmembraram. Todas fazem parte do complexo, mas cada uma está com sua equipe administrativa (Entrevista, Olívia, 2020).

Em sua totalidade, ambas formam o Complexo Energético, cujas áreas foram escolhidas para a instalação, devido a localização topográfica e geológica da região, onde os desvios e o fechamento dos rios seriam mais convenientes para as construções energéticas.

A **Quadro 3** a seguir apresentará as principais características de cada Pequena Central Hidrelétrica localizada nos territórios sobreditos.

³¹ A usina Quebra-Dentes, trata-se da nova usina que, simbolicamente, foi nomeada com o mesmo nome da antiga usina localizada na mesma localidade, em poucos metros de distância da área delimitada para o novo empreendimento. Esta usina possui 22,4 megawatts de potência instalada, com 121 mil metros cúbicos de material escavado e 68 mil metros cúbicos de escavação em rocha. Atualmente essa é a única usina inaugurada, com as estruturas civis e de terraplenagens concluídas.

³² A usina Cachoeira Cinco Veados possui 16,02 megawatts de energia instalada, com um barramento de reservatório com um comprimento de aproximadamente 220 metros e 44 metros de altura, com 150 mil metros cúbicos de material escavado.

³³ A usina Salto do Guassupi, possui aproximadamente 24 metros de altura, e está a metade da obra em avançada, possuindo um túnel de 1200 metros de escavação, com um conduto forçado de 60 metros de queda. No total há aproximadamente 80 metros de queda bruta, composta por duas turbinas, com um total de 12,28 megawatts de potência instalada, e está na etapa final de obras civis.

³⁴ A usina Rincão São Miguel possui uma potência instalada de 9,75 megawatts, com um volume estimado de concreto com 12 mil cúbicos e escavação 327 mil cúbicos e 162 metros cúbicos de escavação em rocha.

Quadro 3: Características das Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Pequenas Centrais Hidrelétricas	Capacidade	Área de reservatório	Densidade de potência
Rincão São Miguel	9,75 MW	1,73 km ²	9,75 W/m ²
Cachoeira Cinco Veados	16, 23 MW	1,3396 km ²	12,28 W/m ²
Salto do Guassupi	12,707 MW	0,793 km ²	16,02 W/m ²
Quebra-Dentes	23,285 MW	2,1 km ²	22,04 W/m ²

Fonte: Elaborado pela autora a partir de projetos e resoluções analisadas. 16/07/2021.

A **Imagem 3** representa a localização das PCH's, no Estado do Rio Grande do Sul.

Imagem 3: Localização das PCH's no Estado do Rio Grande do Sul/ Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de imagens retiradas da internet. 10/02/2021.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a hidroeletricidade é responsável por 60% da energia distribuída no Brasil. As pequenas centrais hidrelétricas, como os empreendimentos deste estudo é considerada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como fontes renováveis e de baixo custo de operação, com maior possibilidade de modulação da produção para acompanhar a demanda, e geralmente são instaladas próximos aos centros consumidores de energia e em rios pequenos ou médios, com pequenas áreas alagadas. As usinas presentes no território de Quevedos (RS), são distribuídas nas subestações, na cidade de Santa Maria (RS), principal centro distribuidor de transmissões de energia, na região. Atualmente, há instalado em torno de 5.989 Pequenas Centrais de Usinas Hidrelétricas, localizadas principalmente nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil (ANEEL, 2019)³⁵.

³⁵ Estão previstas novas instalações de Pequenas Centrais hidrelétricas até o ano de 2029, que ocorrerão na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, e somam um aumento de 2.100 MW de potência gerada.

A **Figura 2** abaixo apresenta a localização das Pequenas Centrais Hidrelétricas, no Brasil, identificadas a partir dos triângulos amarelos.

Figura 2: Localização das Pequenas Centrais de Usinas Hidrelétricas nas regiões do Brasil.



Fonte: ANEEL, 2021.

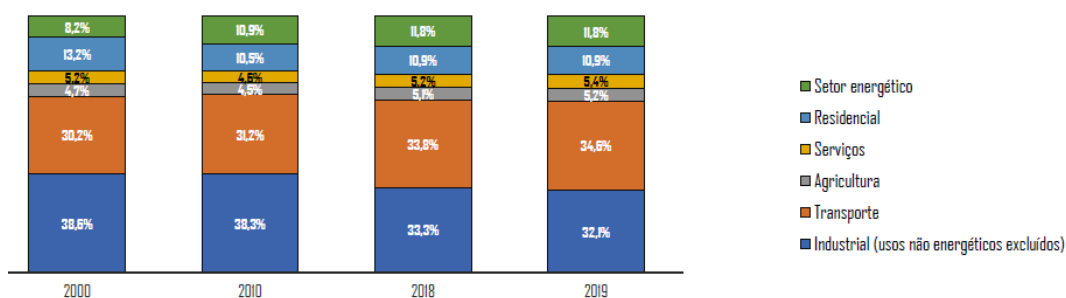
As novas modalidades de arranjos entre os setores públicos e privados, têm se caracterizado pelo consenso mediante parcerias, como resultado do Estado reformulado, nos anos 1990 (IVO, 2012; POCHMANN, 2013). O auxílio do Estado tornou eficaz a instalação de empreendimentos, ao passo que garantiu a autonomia e a liberdade de investidores envolvidos na instalação das usinas hidrelétricas. O Ministério de Minas e Energia tem mediado as negociações, os leilões de concessão realizados desde 2017, compactuando para os interesses dos investidores, no aproveitamento dos recursos hídricos locais. Com base na perspectiva de Granovetter (1985), há pressões exercidas pelos atores por meio de contatos diretos com instâncias estaduais e federais, e fazem emergir recursos, ampliar e flexibilizar leis. O autor ressalta que o papel do Estado é fundamental nessas ocasiões, em favorecimento ao grupo econômico.

A energia gerada nas usinas hidrelétricas de nossa pesquisa, será “[...] identificada em São Martinho da Serra e está, será levada para Santa Maria na subestação” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara de Vereadores. 02/02/2018) e distribuída no ponto de conexão num sistema interligado, permitindo a compra por “créditos”, onde “[...] a tendência é comprar por um valor no horário de pico de consumo” (Entrevista, João, 2020), em razão da natureza privada dos empreendimentos, permite aos investidores um custo reduzido, por meio da compra da

potência gerada. De acordo com o Atlas da eficiência energética no Brasil (2020), o consumo de energia elétrica tem sido majoritariamente por indústrias (38%) a partir dos anos 2000, sofrendo uma redução de 6,5% em 2019 (32%), bem como os setores de transportes (34,5%). Em vista do contexto pandêmico, o nível do consumo de energia tem sofrido quedas, nas indústrias, empresas e setores de serviços (-3,9%, no terceiro trimestre de 2020).

A **Figura 3** representa o consumo de energia por setor, no Brasil, em que é possível observar as diferenças entre eles.

Figura 3: Consumo energético por setor em anos selecionados.



Fonte: Atlas da eficiência energética no Brasil, 2020.

Esses dados representam a massiva utilização de energia pelas grandes indústrias e empresas, principais interessadas em energias a baixo custo. Ressalta-se que os empreendimentos energéticos, não geram novas tecnologias diretamente, mas têm contribuído para o aumento da competitividade industrial num âmbito global. A instalação dos empreendimentos, na cidade de Quevedos e região, têm utilizado 100% das tecnologias nacionais das indústrias brasileiras para a efetividade (Resolução nº1 da CIMGC/ Desenvolvimento sustentável. 11/08/2003).

1.3 CONFLITOS SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS

1.3.1 Desapropriações de terras

Os efeitos provocados pelas instalações energéticas são diversos como demonstram as pesquisas de Luciana Paz (2006), Dirceu Benincá (2011) e Paulo Schilling e Ricardo Canese (1991), pela sobreposição dos interesses dominantes dos grupos econômicos nos limites do território. As instalações energéticas deste estudo, tem contribuído para provocar conflitos sociais variados. Determinados grupos sociais têm resistido as forças distintas no espaço local. Ramalho (2005) pontua, que o processo de desenvolvimento articulado a dimensão empresarial

em “rede”, tende a “extrapolar” (RAMALHO, 2005) o seu caráter privado dos empreendimentos, e reproduz uma conotação pública abrangendo o espaço local, podendo desencadear “constrangimentos” e “relações conflituosas”, entre os atores envolvidos. Para o autor,

[...] essas características podem aparecer juntas e muitas vezes em conflito, incorporando a dimensão política na discussão sobre o desenvolvimento local. [...] Os atores econômicos locais e as redes sociopolíticas formadas por eles, conformam um padrão particular de desenvolvimento (RAMALHO, 2005, p. 494).

No início da instalação dos empreendimentos, em 2018, uma das primeiras articulações para a efetividade do megaprojeto em questão, foram as posses de propriedades nos locais delimitados para a construção das barragens hidrelétricas. Contradições e conflitos sociais se encontram fortemente presentes em meio as negociações. A tentativa de aquisição de propriedades rurais nas margens dos rios, provocou desentendimentos entre investidores e as famílias residentes no espaço. Como aponta Mark Granovetter (1985), o desenvolvimento econômico é “definido [em geral, também] por cálculos racionais de ganhos individuais” (GRANOVETTER, 1985, p. 482. Tradução livre da autora)³⁶, nesse sentido, são “criações sociais” (GRANOVETTER, 1985). Para o autor, o mercado não se trata de um fenômeno de forças abstratas – oferta e procura – mas, se constrói por “conexões sociais”, de atores reais, com interesses específicos, a partir de “interações concretas entre indivíduos e grupos” (GRANOVETTER, 1985, p. 18). As relações estabelecidas são, geralmente, mediadas por “redes sociais” (formais ou informais), que facilitam a circulação de informações e interesses. O desenvolvimento econômico, como o caso das usinas hidrelétricas em Quevedos (RS), beiram os aspectos não-naturais, e sobretudo, os laços sociais (ênfase microssocial) construídos em prol dos empreendimentos (ênfase macrossocial), entre agentes detentores do poder político. Assim, os conflitos sociais são pautados no “[...] papel das relações pessoais concretas e das estruturas (ou ‘redes’) destas relações” (GRANOVETTER, 1985, p. 490)³⁷.

Granovetter (1985) indica que a lógica da autonomia dos mercados – preconizada pela perspectiva neoliberal – procura romper a dinâmica da “incrustação social”. Isso significa que as relações sociais passam a ser um hiperefenômeno, eliminadas dos interesses de mercado, em que “as redes de relações sociais penetram irregularmente e em graus distintos em diferentes

³⁶ [...] defined by rational calculations of individual gains (GRANOVETTER, 1985, p. 482).

³⁷[...] role of concrete personal relations and structures (or "networks") of such relations (GRANOVETTER, 1985, p. 490).

setores da vida econômica, permitindo assim o que nós já sabemos: oportunismo e desordem”³⁸ (GRANOVETTER, 1985 p. 491. Tradução livre da autora). As transformações econômicas, impactam “[...] as relações sociais em que a vida está embutida”³⁹ (GRANOVETTER, 1985, p. 507. Tradução livre da autora), favorecendo, assim, “ocasiões e meios de desvios e conflitos em uma escala maior”⁴⁰ (GRANOVETTER, 1985, p. 491. Tradução livre da autora).

Algo semelhante foi dito por Karl Polanyi (2000), para esse autor há grandes riscos sociais quando as dinâmicas econômicas procuram se emancipar do social. Segundo ele, em seu livro, *A Grande Transformação: origens de nossa época*, ao analisar os efeitos da Revolução Industrial (XVIII) na sociedade, reflete sobre o modo como as leis autorreguláveis da economia de mercado, ao controlar as relações sociais, tende a tornar a sociedade um verdadeiro “moinho satânico” (POLANYI, 2000). Nesse contexto, a vida humana não é entendida como prioridade exceto o lucro, explícito na tendência do desenvolvimento econômico histórico. As transformações econômicas em prol da lucratividade anulam a substância e o que há no “tecido social” (POLANYI, 2000), isto é, “desarticula” (POLANYI, 2000) e “desagrega” (POLANYI, 2000) o humano e transforma o seu ambiente⁴¹.

Atualmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) permite a compra de propriedades rurais e garante a desapropriação das áreas delimitadas para a instalação de empreendimentos energéticos – em caso de negações de vendas – liberando a realização da instalação de empreendimentos sem possuir permissão do proprietário da área. Esse direito delegado aos grupos econômicos refere-se a Lei 9.074 de 7 de julho de 1995, conforme o Artigo 10: “Cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica”⁴². Em conformidade, seguem as palavras do interlocutor sobre esse aspecto: “[...] *hoje se quisermos chegar e fazer uma usina lá sem perguntar para o dono da terra, você chega e faz por que a ANEEL te concede isso*” (Entrevista, João, 2020). A liberdade cedida pelo órgão institucional para instalação do complexo energético, mesclou nas ações dos investidores entre

³⁸ [...] since networks of social relations penetrate irregularly and in differing degrees in different sectors of economic life, thus allowing for what we already know: distrust, opportunism, and disorder are by no means absent (GRANOVETTER, 1985 p. 491).

³⁹ [...] on the social relations in which economic life is embedded (GRANOVETTER, 1985, p. 507).

⁴⁰ [...] provide occasion and means for malfeasance and conflict on a scale larger (GRANOVETTER, 1985, p. 491).

⁴¹ Diante dessas circunstâncias o mercado autorregulado têm provocado um “duplo movimento” (POLANYI, 2000), fazendo a sociedade adotar medidas de proteção social para não se “autodestruir” (POLANYI, 2000).

⁴² Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/declaracao-de-utilidade-publica-transmissao>. Acessado em 03 de julho de 2021.

as desapropriações e as negociações. Os investidores do complexo energético consideraram as negociações a primeira instância para efetuar a instalação das usinas, a partir da compra das áreas rurais, ao invés de desapropriar imediatamente. Em sua narrativa ao se referir a ANEEL, João, que acompanhou os investidores nas negociações, pondera que a desapropriação vem ocorrendo e impactando várias famílias agriculturas, a partir do momento em que não é possível uma “*comprar normal por uma transação*” (Entrevista, João, 2020).

Os conflitos sociais gerados durante o período de negociações são comuns. Segundo o interlocutor, “*O empreendimento meche com muita gente, sempre tem problema e usina te tira da zona de conforto, por que você entra lá na casa das famílias, na propriedade, e você entra por bem, ou por bem também porque você entra com o judicial*” (Entrevista, João, 2020). Os constrangimentos, estão fortemente presentes nesse contexto, como ameaças físicas e morais; as negociações não consensuais que impactam a realidade dos atores envolvidos, além das responsabilizações pessoalizadas a funcionários que atuam junto aos investidores do complexo energético desencadeando em desentendimentos mais gerais.

O território é constituído a partir das particularidades das ações humanas, e não raramente são invisibilizadas perante o lucro que se sobressai face aos interesses capitalistas. Nesse aspecto, Vainer e Araújo (1992) ressaltam que o planejamento e a gestão de grandes empreendimentos, “passam inevitavelmente à esfera da competência e atribuições da empresa ou da agência setorial responsável pela promoção do investimento – e em muitos casos de maneira informal e não explícito” (VAINER, ARAÚJO, 1992, p. 31). O que predomina, tem sido a posse pelo poder de dominar, controlar e explorar para a circulação mercadológica.

Conforme o geógrafo Milton Santos (2002), o território é um “espaço vivo” (SANTOS, 2002), transcende a um “quadro de vida” (SANTOS, 2002) que contém o seu conjunto de “coisas criadas pelo ser humano” (SANTOS, 2002). Ele expressa a identidade, as ideias, os sentimentos, as trocas, o trabalho etc., numa relação profunda: o reflexo da manifestação da vida social (SANTOS, 2002). O local delimitado para as construções dos empreendimentos exprime a vida dos sujeitos que possuem os seus meios de sobrevivência nesse espaço, expressam sua cultura, seu modo de vida nas localidades. Na concepção do autor, são as “heranças” (SANTOS, 2002) e as “indagações” (SANTOS, 2002) presente nas experiências humanas que influi o território “a pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2002, p. 47), pois, trata-se de uma construção do social. Santos (2002) ainda pondera que “quando se fala em território deve-se, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população” (SANTOS, 2002, p. 47), no qual “a existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo” (SANTOS, 2002, p. 56).

A construção das usinas hidrelétricas tem ocasionado desigualdades pela “expansão” do território, que na perspectiva de Virgínea Fontes (2010), na obra *O Brasil e o capital imperialismo*, representa o processo de “colonização” (FONTES, 2010), pela incorporação de terras, a fim de garantir o provisãoamento de bens para expansão capitalista, isto é, “uma necessidade de expansão do capital para fora dos seus próprios limites, para um âmbito geograficamente externo” (FONTES, 2010, p. 70). O poder estatal e empresarial, diante de sua capacidade de decisão sobre quando, como e qual o destino da população local, propicia a “expropriação”/“espoliação” iniciando a desterritorialização dos moradores presentes nas localidades, sucumbindo suas raízes culturais e as subsistências econômicas, conseqüentemente, subalternizando pela brutalidade social, política, econômica e cultural a “territorialidade” (ANDRADE, 1998) do grupo social que os integra e do qual fazem parte em favor da “compulsividade produtivista” (FONTES, 2010). Na concepção de Fontes (2010, p. 88-89):

A expropriação não pode ser considerada como um fenômeno apenas econômico, uma vez que é propriamente social, mesmo se parcial ou limitada. Trata-se da imposição – mais ou menos violenta – de uma lógica da vida social pautada pela supressão de meios de existência ao lado da mercantilização crescente dos elementos necessários à vida [...] que reforça as discriminações sobre os que conservam suas características originais, apontadas como “atraso” ou arcaísmos não mais condizentes com o mundo moderno.

Em sentido semelhante Andrade (1998) explica que os grupos sociais nesse contexto, “se sentem prejudicados com a forma e a violência com que é feita [...] a espoliação econômica e a desaculturação” (ANDRADE, 1998, p. 214). Nesta pesquisa, as famílias agricultoras reagiram a territorialização imposta pelo poder econômico e político, demarcando a resistência pela experiência política do esforço coletivo, na tentativa de manter seus territórios, o qual é identificado pelo seu “valor de uso” pelos moradores locais, enquanto propriedade familiar, em contraposição ao uso da terra como mercadoria pela ordem mercantilista, intrínseco ao “processo de domínio do território” (ANDRADE, 1998).

No auge das instalações energéticas, entre o período de 2011 e 2018, alguns moradores organizaram protestos nas localidades rurais, no município de Quevedos (RS), a fim de impedir o acesso das empresas as áreas definidas para a construção das usinas hidrelétricas. Esses protestos/ “*barricadas*” ocorreriam nas estradas rurais, onde as próprias famílias agriculturas se posicionavam nela, ou adicionavam objetos como galhos de árvores, pedras, tratores etc., utilizando também “*ligações telefônicas*” aos responsáveis que atuavam junto aos grupos econômicos (Entrevista, João, 2020).

As agitações repercutiram com intuito de defender seus locais de moradia e seu sustento, face as “formas de desterritorialidade” (ANDRADE, 1998). Houveram desentendimentos em um âmbito geral, como aponta o interlocutor: “*É muito complicado por que a usina tem isso, você interfere numa situação que as pessoas estão em casa, estão lá quietas*” (Entrevista, João, 2020). As manifestações representam as “experiências políticas” (RAMALHO, 2013), diante da disputa pela terra, que influencia e sustenta a conjuntura de mobilizações.

Conforme a entrevista realizada com um casal, produtores rurais do município de Quevedos (RS), os quais tiveram suas propriedades vendidas para os investidores do complexo energético, ao se referir sobre suas vidas subjetivas, nas palavras de Pedro, ele declara: “[...] *a gente morou sempre pra fora, somos daquela luta da roça*” (Entrevista, Pedro, 2021)⁴³, o sustento econômico, como declara no relato era a plantação de:

[...] milho, feijão, mandioca, essas coisas de colônia né, tudo a gente plantava; soja nas minhas lavouras eu plantava também, mas não é muita coisa não, não dá, a gente não aguenta trabalhar tanto, já não temos saúde mais para isso (Entrevista, Pedro, 2021).

Essa família se desloca para residir na área urbana da cidade, após negociar sua propriedade rural com investidores do complexo energético. Atualmente sobrevivem com o salário da aposentadoria. Como aponta a senhora Rosa, atualmente, “[...] *a renda daí não é a mesma coisa, porque agora a gente não pode plantar mais né; fora esse dinheiro, [aposentadoria] porque esse dinheiro é outro, é por mês*” (Entrevista, Rosa, 2021)⁴⁴. Ao narrarem sobre a abordagem quanto as negociações, evidenciam as angustias da família, que dependiam da propriedade rural para o crescimento na renda mensal. Em seu depoimento o senhor Pedro aponta, que não cogitavam vender suas terras.

É, eu vendi um pedaço. A gente não pensava né, em vender, quando nós vimos vieram de avião por cima e fizeram a pesquisa, e daí chegaram lá em casa, aí eles disseram: “nós somos os caras da firma” e aí mostraram a foto assim: “onde é que é esse lugar?”, olhei: “aqui é minha casa, ali é minha estrada”, aí eles disseram: “é, pesquisemos aí para construir uma barragem, estamos falando com o senhor, se tu sede para nós, vende para nós”. Nós ficamos meio assim pensando “mas será?”, daí falei: “podemos conversar, né”. E aí fui conversando... eles deram um tempinho para pensar, e daí foi que deu negócio. Digo: “não, eu vendo vocês me pagam e eu vou fazer o que eu quero”, eu preciso fazer alguma coisa, né. Eu vendi um pedacinho primeiro, não deu, daí depois tive que vender outro pedacinho para fazerem os acampamentos deles, os canteiros que eles dizem, né. Vendi em duas pegadas dois pedacinhos para eles (Entrevista, Pedro, 2021).

⁴³ Atribuição de nome fictício ao interlocutor.

⁴⁴ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

O interlocutor acrescenta que a primeira área da propriedade vendida,

[...] já faz tempo, foi em 2014. Uma venda foi em 2014 e em 2020 eu vendi a outra, foi dois pedaços né. Uma era para o canteiro, e a primeira era o eixo que estava lá num peral, um beco que eu vendi, um pedaço que era só lá, aí não deu para eles acamparem, e tive que vender para fazerem os canteiros, e agora é deles tudo lá. Eles emparelharam, aterraram... (Entrevista, Pedro, 2021).

Durante o período de negociações, eram comuns pedidos para que os proprietários cedessem gratuitamente parte de suas propriedades e outros acessos solicitados em prol das instalações energéticas. Segundo o interlocutor membro do setor administrativo, para passar “*um fio*” em meio a uma propriedade, “[...] *tudo é pago, para entrar numa porteira tu tem que pagar, por que ninguém quer colaborar com o desenvolvimento*” (Entrevista, João, 2020). As compras de propriedades no município, eram identificadas como “*benfeitorias*” para a população, através de valores fixos considerados altos, na perspectiva do “conglomerado econômico” (SANTOS, 2002). Entretanto, conforme o interlocutor, “[...] *no geral, é aquela história, assim, para alguém ganhar alguém vai ter que perder*” (Entrevista, João, 2020).

Na perspectiva de Fontes (2010), a estrutura do capital engendra lógicas próprias para garantir sua reprodução, uma dimensão fetichizada que significa as relações entre as “coisas” se impõem as relações humanas, e tende a propiciar lutas de classe, concorrência e conflitos mais amplos; além de todo o processo existir pelas relações sociais concretas. Para a autora, a expansão capitalista se desencadeou historicamente pela colonização brutal, e se mantém através da espoliação de bens e direitos, em prol da acumulação pelo controle, como aponta Fontes (2010, p. 58): “as relações capitalistas pressupõem sempre sucessivas expropriações”. Conforme cunhado pela autora,

As forças capitalistas dominantes (quer tenham origem em países centrais ou nos demais) aproveitam-se de situações sociais, históricas e culturais díspares, subalternizando populações sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão. A violência primordial do capital é permanente e constitutiva (FONTES, 2010, p. 64).

Esse tipo de relações econômicas, como analisado por Fontes (2010), encontra-se no cerne das “práticas imperialistas neoliberais e neoconservadoras”, que assumem um papel de devastação sem precedentes, de manipulação e domínio sobre o social. Nesse mesmo sentido, em meio as instalações energéticas, observa-se a tentativa de manipular atores sociais para colaborarem de modo gratuito, além de contratos que possibilitassem isenções fiscais ou financiamentos, visando apoiar inteiramente os investimentos do capital privado. Essas

dinâmicas foram desencadeadoras de revoltas agudas pelas famílias atingidas, nas localidades rurais. Observa-se que quando os moradores locais tinham a oportunidade de adquirir algum retorno financeiro com as instalações energéticas, eram criticados sobre os seus interesses. Assim, evocamos alguns questionamentos: para que e para quem serve o “desenvolvimento”? Quem lucra e utiliza dos recursos naturais para fins econômicos e tem poder de escolhas e decisões nesse contexto? A população ao identificar oportunidades de obter rendas extras, com as instalações energéticas, sequer tinham poder de decidir seu destino, junto de suas famílias, como aponta o interlocutor Pedro:

Eles questionavam, questionavam e daí sempre eles ganhavam porque eles iam ter que tapar d'água, e daí eles não podiam tapar aquelas áreas, eles tinham que tirar. Então depositava o dinheiro no banco e daí o cara pegava lá se quisesse, se não quisesse ficava lá, né. O valor venal, o preço deles, e isso aconteceu lá em cima com quem não queria e fizeram isso aí. Uns não venderam, mas depois resolveram e venderam, não questionaram. Questionar porquê? no fim vai perder igual, né. [...] aqui não é federal, mas é quase por que é uma firma muito poderosa, né; e a outra é aquela rede que vem cruzando aí, uns tripés que vem de São Martinho. É a mesma coisa, eles compraram tudo por baixo da rede, tudo essa rede a onde cruza e sobe aí, e vai embora, tudo comprado por cima, compraram de todo mundo; saiu da onde? eu não sei. Mas cruzou São Martinho, veio vindo, tá ali em casa, e vai subindo, tudo comprado e teve uns que invadir a área. Eles mediram por onde pega a água, derrubaram os matos todos, e daí é deles. (Entrevista, Pedro, 2021).

Em 2018, houve uma audiência pública realizada na cidade de Quevedos (RS), com o objetivo de apresentar os aspectos relativos à instalação dos empreendimentos e a localização, além de explicar as intenções de “[...]investir na região” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018). A população atingida, como as famílias agricultoras, e a comunidade no geral, participaram do espaço de exposição na posição de ouvinte. Segundo Ramalho (2005), os momentos que deveriam ser de diálogo, ilustrariam um dos aspectos

[...] que pode interferir na constituição de novas ou renovadas instituições voltadas para a discussão do desenvolvimento é a consideração das redes sociopolíticas construídas nas localidades e do acúmulo de experiências políticas voltadas para a participação da sociedade civil nos processos de decisão. A inclusão da sociedade civil deve ser tida como elemento necessário para captar a natureza das mudanças pelas quais passam as instituições (RAMALHO, 2005, p. 510).

Para os produtores rurais, a senhora Rosa e o senhor Pedro, relatam que houve um único momento de exibição sobre os empreendimentos para a comunidade geral, sendo um momento de escuta sobre o que representava os empreendimentos no território. Nas palavras dos interlocutores, Rosa aponta: “[...] foi uma vez no começo eles mostraram em um telão, ali no salão. Mas ali era público, foi todo o povo que quisesse ir ali. Aí eles iam explicando como é

que era, onde é que ia sair, mostrando a beira do rio, mostrando todo rio” (Entrevista, Rosa, 2021). Pedro complementa a narrativa da companheira:

Essa eles fizeram, mas foi uma coisa pública para todo mundo ir olhar, para conhecer. Eles mostraram as picadas, que eu nem sei explicar muita coisa, porque eles conversaram acho que umas duas, três horas, né. Nós fomos, nós estávamos ali, nós viemos escutar porque nós estávamos negociando com eles para ver bem, e escutar de todos os chefes que vieram ali, né (Entrevista, Pedro, 2021).

Nesse sentido, percebe-se que há um silenciamento das vozes da comunidade na participação dos espaços políticos. Há indícios de reações de famílias agricultoras que organizaram manifestações, a partir das suas demandas e interesses, nas localidades rurais, bem como os próprios engajamentos nas mídias digitais, que vão expandindo os brados em comum da sociedade civil. Para os investidores das usinas hidrelétricas e órgãos públicos envolvidos, os empreendimentos representam concretamente o “lucro”, além de ser um símbolo de “progresso” e de “desenvolvimento”, como parte da competência e técnica empresarial. Em contrapartida, para a população, as usinas se distanciam das suas realidades de vida, e se manifestam prejudicialmente às subsistências cotidianas, impactando diretamente o modo de vida da população. Como evidencia Polanyi (2000), trata-se, sobretudo, da dominação do econômico sobre o social, resultado da desvinculação da economia da sociedade, devido as ordens do sistema de mercado, que se tornou um padrão dominante e institucionalizado, desde o século XIX, e simultaneamente passou a orientar o “destino do social”. Segundo o autor, as transformações sociais, incidem sobre a grande maioria da população, principalmente os menos favorecidos, como os trabalhadores e as trabalhadoras do campo. Essa interferência dos grupos econômicos em determinados espaços provoca, sobremaneira, a “degradação da vida humana” (POLANYI, 2000). Por esse motivo, a importância da intervenção da própria população através de “contramovimentos” (POLANYI, 2000), a fim de reparar e minimizar os danos causados em suas vidas, e diminuir o ritmo devastador do desenvolvimento econômico (POLANYI, 2000). Para o autor, as ações humanas são mecanismos que podem interferir nas mudanças sociais, quer para reduzir o ritmo, quer para acelerá-lo. Como destaca Polanyi (2000),

[...] o ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança; mas enquanto essa última frequentemente não depende da nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós (POLANYI, 2000, p. 55).

O sentido e a direção que se pretende nas “ações” das inquietações da comunidade, na cidade de Quevedos (RS), a partir de um levantamento de dados disponíveis nas redes sociais,

repercutidas entre os anos de 2018 e 2020, totalizando 44 relatos, revelam outros problemas desencadeados na estrutura da cidade, nas vias públicas pela maior circulação de veículos e na qualidade de vida das famílias que residem nos locais de maior circulação de maquinários das usinas. Conforme um dos depoimentos:

Em Brumadinho as pessoas morreram afogadas na lama, aqui em Quevedos vamos morrer afogados na poeira [...] Não tem mais condições que viver aqui na saída de Quevedos, com tanta poeira, o pessoal que está trabalhando na usina dizem não fazer esse trajeto, nessa estrada, mas só faltam pegar voo aqui, ninguém aguenta mais de tanta terra (Manifestações da população nas redes sociais (2), 2019).

Os moradores locais carregam suas preocupações e necessidades prioritárias; demonstram a insatisfação e o distanciamento dos empreendimentos de suas vidas. Em uma das manifestações é relatado: “[...] já faz alguns meses que estão por aqui e não têm trazido nada de bom para a nossa cidade” (Manifestações da população nas redes sociais (2), 2019). A aparição de locais com prostituição, também causou estigmas relativos à degradação da família e a determinados comércios locais, anteriormente frequentados como pontos recreativos, que passam a serem repudiados por moradores, ao possuir a presença de mulheres que atuam na prostituição, geralmente identificados por proprietários dos locais com “acompanhantes” (Entrevista, Carmem, 2020)⁴⁵. Em geral, em finais de semana, estes locais se tornaram pontos de encontros para os jovens, como um local de boemia. Em reportagens na mídia e em jornais, os espaços com prostituição, são identificados como “boates”, a fim de amenizar a realidade dos prostíbulos, presentes no segmento. Em 2018, houveram mobilizações junto as empresas para estimular campanhas que possibilitassem a conscientização a fim de evitar “surto” de HIV, após a chegada dos prostíbulos no local. A mobilização impactou a população local, e promoveu, inclusive pânico morais. Nas palavras de Olívia, interlocutora que atua em umas das empresas: “[...] eles estavam com medo que ia ser muita gente e que era um pessoal que a não conheciam e que estavam bem preocupados que daqui a pouco tenha um surto de HIV” (Entrevista, Olívia, 2020). Somada a essa realidade, também se encontra a preocupação da população com a segurança cidadina relativa aos riscos da pandemia global⁴⁶, pela circulação e

⁴⁵Atribuição de nome fictício a interlocutora.

⁴⁶No dia 11 de março de 2020, é pronunciado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no Brasil, a pandemia provocada pelo coronavírus, SARS-Cov-2, responsável pela doença mundialmente reconhecida como “COVID-19”. Desde então, esse acontecimento vem alterando as dinâmicas nas interações sociais no país, e no mundo, marcado por restrições e medidas protetivas relativo ao cuidado a saúde.

a permanência de trabalhadores em transportes coletivos, e em pontos de aglomerações (alojamentos, residências e bares)⁴⁷.

1.3.2 Impactos ambientais

A cidade de Quevedos (RS), localiza-se entre os Rios Toropi e Toropi Mirim, com potenciais de recursos naturais, rodeada por morros, rios e lajeados que compõem o seu território. Os recursos naturais que permeiam a cidade, concatenam a vegetação original da Mata Atlântica e os Campos (IBGE, 2010), ambos, mencionados no artigo nº 2, da Lei nº 9.589, referente a criação do município. Este documento apresenta os quatro rios que constituem e demarcam o segmento. A descrição presente na legislação expõe a presença do Lageado Água pé, em confluência com o Lageado Celso (ao Norte), o encontro deste ao Rio Toropi, e este último, com rio Guassupi (ao Leste), percorrendo até a nascente dessas águas (ao Sul), e encontrando-se no marco inicial do fluxo. Estes recursos naturais são orgulhosamente reverberados no hino do município, e estão presentes nas vivências e memórias da população cidadina.

A **Imagem 4 e 5** a seguir demonstram os rios presentes no município de Quevedos, que atualmente sofreram alterações na região.

Imagem 4: Rio Alto Toropi.



Fonte: Galeria de fotos da prefeitura municipal. 10/11/2020.⁴⁸

⁴⁷ Abordaremos no capítulo II as características das moradias designadas aos funcionários (as) das usinas hidrelétricas, na cidade em questão.

⁴⁸ Disponível em: < https://www.quevedos.rs.gov.br/galeria_fotos.php>. Acessado em: 10 de novembro de 2020.

Imagem 5: Rio Toropi.



Fonte: Galeria de fotos da prefeitura municipal. 10/11/2020.⁴⁹

Os espaços sempre estiveram destinados a pesca e a recreação da população local. Como destaca interlocutora Lúcia:

A questão do meio ambiente, dos locais bonitos que se tinha para banho, para veraneio, que a gente era acostumado fazer os acampamentos né, chegava à temporada de férias, vai para beira do rio, tem esse hábito de ir para rio fazer seus acampamentos, se conectar com a natureza, descansar. Então é algo que é muito cultural na nossa cidade (Entrevista, Lúcia, 2021)⁵⁰.

Atualmente os rios tem sofrido alterações, especialmente, a partir de maio de 2018. O local vem se transformando rapidamente com a instalação das quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas. O processo de “racionalização”, vinculado ao sistema de informações e tecnológicos, em função dos interesses dos mercados globais dominantes, segundo Santos (2002) e Ramalho (2005), atuam para a velocidade dos lucros das empresas e instituições, e ao mesmo tempo tem provocado mudanças no perfil, usos, vivências e experiências com o espaço. Segundo Santos (2002): “com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas, nesta fase da história [...] [marcada] também pelo conflito e as relações hierárquicas (SANTOS, 2002, p. 40). Nesse sentido, o “território” (SANTOS, 2002), na concepção deste autor, não é neutro ou passivo, mas imbuído pelas formas de vida, que se alteram perante as dinâmicas dos fluxos de mercados que se impõe, “em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins”

⁴⁹ Disponível em: < https://www.quevedos.rs.gov.br/galeria_fotos.php>. Acessado em: 10 de novembro de 2020.

⁵⁰ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

(SANTOS, 2002, p. 41), resultando em dinâmicas “excludentes”, “desagregadoras” e “fragmentadoras” (SANTOS, 2002).

Os recursos naturais do lócus da pesquisa em questão, tem se mostrado útil no jogo político que visa o lucro, dominado, sobretudo, pelos grupos econômicos. Estes recursos presentes no território despertam interesse para as instalações dos empreendimentos. Os projetos de execução das centrais hidrelétricas, permanecem por mais de onze anos em tratativas, e após uma nova consultoria, em 2017, ocorre a aprovação do primeiro empreendimento, em 2018. Um dos agentes administrativos relata: “[...] conseguimos, apesar de todas as dificuldades, de todos os contratemplos fazer com que os órgãos ambientais nos concedessem as licenças de instalação” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018). Os rios escolhidos para a instalação das usinas hidrelétricas, possui uma rica flora nativa em táxons na região, que deverão ser preservadas, durante e após, a instalação dos empreendimentos. Estudos científicos indicam espécies nativas do local, sendo primordial as suas conservações. Os recursos financeiros para esses objetivos partem da “Reposição Florestal Obrigatória” (Projeto técnico Ambiental, 2019), com base na Instrução Normativa da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA/ RS - 01/2018).

Conforme o Projeto técnico de Compensação Ambiental, elaborado em 2019, um dos critérios para viabilizar as instalações energéticas, foi a elaboração de estratégias a fim de minimizar os danos ambientais e garantir a preservação do espaço natural. As exigências despertaram o maior empenho na (re)elaboração dos projetos. Uma das estratégias utilizadas, foram a indicação da construção de “corredores ecológicos”, e criação de um “Parque Geobotânico”, contando com 70 espécies da Área Permanente Particular Natural (ARPPN), com “1.600 hectares preservadas” (Projeto técnico Ambiental, 2019, p. 5). Essa mesma área encontra-se ameaçada de extinção, por haver nela a flora regional, rochas e minérios que abrangem a espacialização entre os rios Toropi e Guassupi, observada no processo de licenciamento ambiental⁵¹, no município de Quevedos (RS). Segundo o interlocutor, o impacto ambiental é massivo, mas os investidores também garantem os benefícios “a longo prazo” com as medidas compensatórias, apostando que, “[...] esse impacto momentâneo, se recupera ao longo do tempo” (Entrevista, João, 2020).

⁵¹ Conforme o interlocutor, as espécies de cactos conhecidos como “giques”, e os “butiazeiros”, têm a qualidade nativa na região da cidade de Quevedos (RS). O local, durante os anos 2000 e 2007, vem sendo estudada por pesquisadoras(es) de diferentes universidades públicas do estado do Rio Grande do Sul, e também do exterior do país (Entrevista, João, 2020).

As empresas garantem um espaço cultural constituído por um “*Parque Geobânico*”, o qual estaria disponível para pesquisas e visitas de escolas e instituições (UFSM, UNIPAMPA, IFFRS etc.) da região, como uma “*estrutura de apoio*” a fim de realizar a manutenção exclusiva deste parque, contando com o poder público local e o auxílio das instituições escolares, presentes no município de Quevedos (RS). A alternativa se efetivaria por meio da “*parceria*” entre os setores públicos e privados, isto é, entre os empreendedores do complexo energético com as administrações públicas municipais e instituições de ensino (Projeto técnico Ambiental, 2019). De acordo com o agente administrativo: “[...] nós tivemos que provar para os órgãos fiscalizadores que poderíamos executar nossos empreendimentos com algumas compensações” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereados, 02/02/2018). Com a criação desse espaço cultural se pretende contribuir para a interação com a comunidade, e fomentar o “*turismo científico*” (Projeto técnico Ambiental, 2019), visando promover a “*educação ambiental*” (Projeto técnico Ambiental, 2019), na cidade e na região. Para tal fim, a equipe tem realizado estudos ao longo de um ano e seis meses, entre os anos de 2018 e 2019, a fim de instaurar a respectiva proposta (Projeto técnico Ambiental, 2019).

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), principal órgão público responsável pela aprovação dos projetos de empreendimentos, inicialmente entra em conflitos com os investidores do complexo de usinas. Os interesses entre si, se divergiam, sobretudo, no período dos anos 2000 e 2016, no que tange a preservação ambiental, em contraposição aos objetivos liberais empresariais, cujos interesses iam contra à conservação dos recursos naturais, do território. Segundo o interlocutor num primeiro momento,

[...] o pessoal da FEPAM estava muito radical. Tinha uma turma que dizia, “pôr que desmata”, desmancha... enfim, então disseram: “gente e quando vocês estão no ar condicionado, vocês não lembram que a energia são de dentro desse negócio?”, que tem que desmatar... tem que enxergar esse lado, tem que fazer barragem se não daqui um pouco vocês não vão ter energia, entra em colapso o sistema, e daí? (Entrevista, João, 2020).

O interlocutor ainda acrescenta,

Na época eu disse assim, tudo tem um preço, tudo se quantifica, mas tudo se compensa, então assim, a gente vê muita crítica nas redes sociais “porque desmataram tanto?” [...] Isso vai beneficiar... a gente vai ter uma garantia de um volume de água permanente para o resto da vida, então são esses benefícios que tem que ser estudado e ser entendido por todo mundo (Entrevista, João, 2020).

Os impactos ambientais tanto são provocados pelas grandes empresas, quanto possuem respaldo legal de políticas do estado, que garantem institucionalmente as instalações energéticas. Entretanto o apoio não é suficiente para amenizar conflitos deste mesmo teor.

1.3.3 Experiências vividas nas margens dos rios e o vocabulário “racionalizador”

Os espaços delimitados para os empreendimentos energéticos, são identificados por moradores da cidade de Quevedos (RS), por um caráter simbólico, remetem a lembranças de infância, os laços de amizade e de vizinhança, que se construiu no território a partir do “sentimento de territorialidade” (ANDRADE, 1998). Os espaços, promoviam a sociabilidade da população local, representam a identidade e a cultura, presente na memória de vivências passadas que promoveu aproximações e afetos.

Ao ser instalada as usinas hidrelétricas, o seu impacto altera o curso d’água nos rios, ocasionam modificações nas paisagens onde os mesmos estão localizados. A população tem chamado atenção a partir de manifestações nas mídias digitais, para os problemas ambientais emergentes no município, desencadeados pela instalação dos empreendimentos. Os depoimentos revelam desde as vivências em meio aos rios, quanto faz referência a um futuro destruído, e não mais promissor. Observamos em meio as publicações, os descontentamentos, relativo aos sentimentos de “*saudade*”, “*repúdio*”, “*dor*”, “*tristeza*” e indignações mais gerais sobre as transformações provocadas nos recursos naturais do território, que impactam diretamente as experiências vividas nas margens dos rios. Abaixo selecionamos alguns destes depoimentos:

Tua dor é minha também. Esse rio têm uma ligação muito forte com quem tem Quevedos no coração, faz parte da minha infância... Queria que suas águas fossem livres e que seu azul estivesse sempre protegido por Deus! Me entristece muito ver seu curso alterado, sua alegria transformada. Não está em nossas mãos, mas com humildade peço a Deus, que apesar de tudo, não deixe de olhar para nosso querido rio (Manifestações da população nas redes sociais (3), 2018).

Não sou contra o progresso, mas esse é o ponto mais distante onde chegou à barragem da PCH Quebra-Dentes. Acabou a correnteza do Passo da Cruz, onde dormi incontáveis noites ao som do rio. Estou muito triste por isso, algo morreu em mim quando vi (Manifestações da população nas redes sociais (4), 2018).

Os descontentamentos atingem a população de diferentes formas e por variadas motivações. Os conflitos sociais perpassam todo o período de instalação dos empreendimentos. E, além dos depoimentos sobre as experiências e as opiniões sobre as instalações, as transformações espaciais também apresentam uma construção narrativa que beira em torno da

ideia de “progresso” e “retrocesso”, para se referir ao significado atribuído aos empreendimentos energético, diante do “processo de racionalização” (SANTOS, 2002; GRANOVERTER, 1985). Nesse sentido, parte da população tem sido identificada como “atrasada” ao não compactuar com a instalação dos empreendimentos no espaço, se tratando de um sistema de classificação que visa desqualificar e infantilizar a população que compartilha de outra lógica de “progresso”, que não as ideias econômicas dominantes. Esses aspectos são perceptíveis ao identificarmos nas narrativas e em postagens nas mídias digitais coletadas no ano de 2020, entre o período de 2018 a 2021.

A **Quadro 4** a seguir trata de explicitar as narrativas dualistas que representam as visões de “progresso/ moderno” e “retrogrado/ atrasado”, estabelecendo hierarquias sociais na visão dos moradores locais.

Quadro 4: Narrativas dualistas entre grupos econômicos e a população local.

Construções narrativas que refletem as hierarquias sociais	
Visão progressista / moderna	Visão retrógrada / atrasada
“Não sou contra o progresso”.	“Estou triste pela natureza”.
“Nós não temos essa cultura de investimentos”.	“Minhas felizes memórias de infância indo literalmente, por água baixo”.
“Ninguém valoriza nada”.	“Me entristece ver o curso da água alterado”.
“Não querem colaborar com o desenvolvimento”.	Agricultura familiar.
“Não são persistentes nos serviços”.	“Quando tentei barrar o progresso me chamaram de louca... pois bem, uma louca triste”.
“Aqui o pessoal não tem esse conhecimento”.	“Terminou nossos lugares que transmitiam paz”; lazer; belas paisagens.
Melhores condições de vida; crescimento econômico; arrecadação de impostos.	“Pagam para ver árvores serem cortadas”.
Geração de empregos; turismo científico.	“Essa poeira que vocês pegam aí não é fácil”.
“Parque recreativo para a população”.	“Educação em primeiro lugar”.
“Tecnologia de ponta”.	Agricultura familiar

Fonte: Elaboradora pela autora. 11/05/2021⁵².

Esses aspectos representam a polaridade presente na discussão mobilizada por Granovetter (1985) e Polanyi (2000), em que os comportamentos racionais, atrelados a ordem econômica, advindo dos investidores e alguns moradores locais, desconsideram as “incrustações nas relações sociais” (GRANOVETTER, 1985). A relação entre os indivíduos face ao “processo de racionalização” (GRANOVETTER, 1985) é identificada como anônima e impessoal, do ponto de vista do capital. Nesse sentido, a economia não está em consonância com os interesses gerais da sociedade, como os interesses culturais intrínsecos ao modo de vida da população, mas, encontra-se associadas a seus próprios fins mercadológicos particulares (SANTOS, 2002; RAMALHO, 2005; 2013). Daí o principal desencontro com os reais interesses da comunidade, vinculada a suas formas de ver o mundo e prioridades defendidas, em contraposição aos interesses dos investidores do complexo energético. Algo semelhante é possível identificar no estudo de Laura S. Ferreira (2013), realizada no setor automotivo, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em que os comportamentos dos “mecânicos tradicionais” eram classificados de modo pejorativo – como “sujos”, “atrasados”, “mal educados”, “sem estudo”, “por aplicar peças piratas”, entre outros aspectos – quando comparados aos “mecânicos modernos”, que carregavam uma ideologia distinta, atrelada a tecnologias e a outras formas de administração no local de labuta, com base na racionalização da visão empresarial e empreendedora.

Essa dualidade presente nas narrativas diz respeito a negação atribuída a importância das “redes sociais” (GRANOVETTER, 1985) e as ideias que não correspondem ao ideário da mentalidade econômica moderna como ordem dominante. É preciso a compreensão de que as negociações econômicas também estão condicionadas as relações sociais, e por isso há uma desvalorização – dos investidores do complexo energético – daqueles que não reconhecem essa premissa. Como lembrado por Granovetter (1985, p. 495. Tradução livre da autora): “as relações de negócios transbordam para a sociabilidade e vice-versa”⁵³. Assim, a dimensão econômica faz parte da realidade social e, portanto, há diferentes racionalidades e relações sociais personalizadas (como aquelas envolvidas por trabalhadores, agricultores, parentes, entre outros) na economia, ou seja, ela também se encontra intrínseca a dimensão subjetiva dos agentes, e não apenas relativa a interesses materiais propriamente ditos, mas, diz respeito a vida, no geral.

⁵² A tabela foi elaborada com base em um modelo semelhante observado no estudo de Ferreira (2013).

⁵³ [...] relations spill over into sociability and vice versa (GRANOVETTER, 1985, p. 495).

1.4 SOCIOLOGIZANDO AS NEGOCIAÇÕES, OS CONFLITOS SOCIAIS E AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

As políticas de desenvolvimento proveniente da articulação entre “aglomerados econômicos” (NETO, NEVES, 2006), presente no espaço citadino de Quevedos (RS), causa impactos irreversíveis na comunidade local. Conforme Gervásio R. Neves (1998), é no lugar que o poder se explicita, através das leis, planos, sistemas burocráticos, controles, e é na “territorialidade local onde estratégias de dominação são mais nítidas” (NEVEZ, 1998, p. 277), diante de territórios invadidos e fragilizados pelo capital dominante. Em geral, essas interferências podem estar, ou não, de acordo com a aquiescência do Estado-nação.

A instalação dos empreendimentos no lócus deste estudo, é identificada como uma oportunidade para o desenvolvimento local. Há um saudosismo e entusiasmo pelo poder público e parte da comunidade local, como pontua Neves e Neto (2006, p. 40): “deixando transparecer o velho mito do desenvolvimento”. Os pronunciamentos com esse teor tendem a ocorrer em momentos de inaugurações, discursos públicos, e presentes em projetos e resoluções referente ao complexo energético. Conforme a visão do setor administrativo das empresas encontra-se fortemente a ideia desenvolvimentista:

A gente quer realmente é ser parceiro, nós não vamos trazer problemas e esperamos não trazer problemas e sim uma forma do município crescer, e se tornar, hoje, por exemplo, Pinhal Grande, que é a quarta renda per capita do Rio Grande do Sul em função de usinas. E nós vamos ter aqui, quatro usinas que vão gerar, efetivamente, dois milhões e meio por ano de renda anual. Então, por tudo isso, acho que vale a pena a gente conversar mais... a gente quer é que as pessoas olhem isso com bons olhos (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018).

No momento da instalação dos empreendimentos, a representante da gestão pública municipal em uma entrevista, declara que os investidores após o contato inicial com as administrações das cidades atingidas, para comunicar a instalação dos empreendimentos, em trâmite desde os anos 2000, a principal iniciativa era estreitar os laços, a fim de conquistar uma “*parceria público-privado*” (Projeto de Compensação Ambiental, 2019). Conforme a interlocutora Lúcia, representante da gestão pública do município de Quevedos (RS), os gestores das cidades atingidas entraram em um consenso, após reuniões entre si, que a instalação do complexo energético “[...] *seria muito bom para o desenvolvimento econômico* (Entrevista, Lúcia, 2021), e acrescenta, que “[...] *a gente sempre soube que tinha essa luta das pequenas centrais hidrelétricas. Mas a gente não acreditava que seria tão rápido*” (Entrevista. Lúcia, 2021). Nesse sentido, a integração entre os municípios atingidos (Quevedos, São

Martinho da Serra e Júlio de Castilhos) consideram os benefícios econômicos em suas decisões. De acordo com Neto e Neves (2006), geralmente há casos em que ocorrem “disputas entre as cidades por empreendimentos externos, diante da volatilidade do capital” (NETO; NEVES, 2006, p. 36).

A localização das usinas hidrelétricas no território das cidades, representam a maior arrecadação financeira de impostos para os locais, pela potência de energia instalada. Diante disso, a cidade de Quevedos possui o maior potencial energético em seu território, como “[...] o potencial de geração da PCH Quebra-Dentes e a PCH Cachoeira Cinco Veados” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018). Portanto, este local arrecada o maior “lucro” quando comparado aos demais municípios impactados pelo mesmo fenômeno⁵⁴. Os discursos alertam sobre considerarem os empreendimentos como uma fonte de detenção de poder econômico de “alto nível”, como “fonte de renda inesgotável e permanente” (Ata nº1163 - Sessão de Vereadores, 02/02/2018), bem como a importância da “parceria” em prol do desenvolvimento. Na visão dos investidores, a ideia é que os municípios comecem

[...] a tomar um caminho diferente, de ações juntas, de compartilhar das mesmas coisas e dos mesmos interesses, e é claro que nós vamos trazer problemas de certa forma quando se olha para um problema, mas, com certeza, nós vamos ter mais a ganhar (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018).

Na concepção dos investidores, a articulação com a prefeitura municipal, poderia ser o começo da parceria “município-empendedor”, e ainda acrescentam,

[...] nós somos empreendedores privados, e por ser privado, nossa obrigação é fazer parcerias com os municípios. Nós juntos conseguiríamos essa viabilidade... nós viemos implantar um empreendimento, vamos fazer a geração de energia e todos sabemos que vamos ganhar dinheiro com isso, e o município também vai (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018).

Nesse mesmo sentido, a gestão do poder público da cidade em questão, ainda no período dos anos de 1990, no momento de negociações para reativação do primeiro empreendimento, se dispôs a contribuir com uma “*verba significativa*” (Entrevista, João, 2020) para a reativação

⁵⁴ Conforme a entrevista com a representante da gestão pública municipal, não houve nenhuma interferência na decisão pela divisão do pertencimento das usinas a uma ou outra cidade, sendo “[...] uma decisão tomada pelo grupo de investidores” (Entrevista, Lúcia, 2021), a interlocutora acrescenta: “[...] é aquela coisa, eles explicaram que eles fizeram o planejamento, tentaram dividir para ambos os municípios de forma que o grupo entendeu né, até porque como é algo particular não ia... Eles nos ouviram, mas o que valeu foi a decisão do grupo mesmo de investidores” (Entrevista, Lúcia, 2021). Expressando a autonomia e as relações impositivas das empresas e proprietários dos empreendimentos energéticos.

da antiga usina hidrelétrica Quebra-Dentes (1959) – primeiro empreendimento instalado na cidade de Quevedos (RS) – a fim de contribuir para aceleração de tal reativação. No contexto atual, as principais negociações entre o poder público municipal da cidade em questão e o grupo econômico foram variados. A primeira delas foi a disponibilidade de atendimento e garantia do bem-estar a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras que atuam junto ao complexo energético, com o fornecimento de ambulâncias, enfermeiros, médicos e carros da Secretaria Municipal da Saúde. Outro aspecto, no que tange ao meio ambiente, a gestão local se dispõe a cumprir o cuidado e a manutenção à longo prazo de parques e corredores ecológicos, após a inauguração dos empreendimentos, a fim de atender as principais demandas dos investidores.

O grupo econômico pretende garantir ao município de Quevedos (RS) benefícios, durante e após a instalação das usinas hidrelétricas, em relação a melhorias das vias públicas (Fonte: Página de uma rede social da Prefeitura Municipal de Quevedos. 8/11/2019; Projeto de Compensação Ambiental, 2019). Além disso, os projetos e as resoluções elaboradas pelo grupo econômico também visam a elaboração de parque geobotânico para compensação ambiental e garantem reduzir,

[...] impactos ambientais e desenvolve a economia regional, resultando, conseqüentemente, em melhor qualidade de vida. Em outras palavras, o projeto contribui para a sustentabilidade ambiental associada à justiça social e viabilidade econômica, inegavelmente contribuindo para o desenvolvimento sustentável (Resolução nº1, 2012, p. 9).

Nesse aspecto, a interlocutora Lúcia declara, que paira dúvidas sobre a compensação ambiental, e no que tange as melhorias das quais se comprometeram os investidores ao município. Em suas palavras: “[...] *ainda não está visivelmente claro, a gente vai precisar sentar e exigir algumas coisas, e que a comunidade consiga participar desse processo mais ativamente*” (Entrevista, Lúcia, 2021). Uma das parcerias afirmadas parte do interesse da gestão pública municipal a elaboração de um parque para estimular o lazer. Conforme a interlocutora:

[...] a única coisa que a gente solicitou era que houvesse um parque dentro do município de Quevedos para gente trabalhar a questão do lazer, do fomento do turismo rural, também de cunho ambiental, de plantios de árvores, de mudas ornamentais, que a gente pudesse estar cuidando da nossa cidade e doando para as pessoas, como o trabalho em parceria com as escolas, com os alunos. Essa era a ideia inicial que se tinha e que foi proposto para o pessoal das barragens (Entrevista, Lúcia, 2021).

Abaixo apresentamos o **Quadro 5** e **6**, que demonstram as principais negociações ocorridas em prol da instalação do complexo de usinas.

Quadro 5: Negociações para instalação energética: decisões do município de Quevedos (RS).

Negociações para instalação energética em Quevedos/ RS	
Fase / Ano	Decisões municipais
Primeira fase / 2018	Disponibilidade integral ao atendimento à saúde dos funcionários das empresas envolvidas na instalação das usinas hidrelétricas.
Segunda fase / 2019	Controle da poluição ambiental na área delimitada para os empreendimentos.
Terceira fase / 2020	Manutenção do Parque Geobotânico a ser construído no término dos empreendimentos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentos públicos analisados. 16/08/2021.

Quadro 6: Negociações para instalação energética: decisões dos grupos econômicos.

Negociações para instalação energética em Quevedos/ RS	
Benefícios prometidos para Quevedos/ RS	
1)	Providenciar recursos para a construção de acesso asfáltico para Quevedos/ RS.
2)	Estabelecer vínculos com fornecedores e prestadores de serviços de Quevedos/ RS para atuar no período de instalação das usinas hidrelétricas.
3)	Utilizar preferencialmente mão-de-obra local para os serviços emergentes.
4)	Estabelecer interdependências com os comércios e aluguéis de residências para seus funcionários em Quevedos/ RS.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentos públicos analisados. 16/08/2021.

A inauguração das usinas hidrelétricas vem ocorrendo desde o ano de 2020, como o caso da usina Quebra-Dentes, no dia 14 de maio de 2020 (Página da rede social da Prefeitura Municipal de Quevedos. 8/11/2019). No entanto, o parque Geobotânico, que visa estimular o “*turismo científico*” (Projeto Compensação Ambiental, 2019), não vem sendo efetivado, e não possui previsão para tal (Projeto Compensação Ambiental, 2019; Página de rede social da Prefeitura Municipal de Quevedos. 8/11/2019⁵⁵). Lúcia considera que,

[...] hoje o que necessita mesmo é essa questão deles aplicarem, fazerem com que aconteça o qual eles se comprometeram de fazer. Acho que a necessidade é essa no momento, de aproximar e estreitar esses laços, fazer isso acontecer e trazer para a comunidade de forma clara o trabalho que está se fazendo ali, o tipo de cuidado que está sendo feito [...] Isso é algo que tem que ser bem pensado, trabalhado e executado, não apenas no papel [...] O município era de acordo desde que aquilo que foi colocado junto a FEPAM fosse executado em Quevedos (Entrevista, Lúcia, 2021).

⁵⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/prefquevedos>. Acessado em: 01/11/2021.

Os empreendimentos, na cidade de Quevedos (RS), são caracterizados como vantajoso para as bases econômicas, carregam consigo uma miríade de indicações para a contribuição do desenvolvimento social e ambiental do local, constituindo um “território produtivo” (RAMALHO, 2013), pelas interconexões do circuito produtivo “no uso seletivo do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2006), que atinge também outras cidades da região (Julio de Castilhos e São Martinho da Serra). Uma das principais características presentes em documentos analisados são:

I) Contribuir na sustentabilidade ambiental local. II) Contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos. III) Contribuição para a distribuição de renda. IV) Contribuição para a capacitação e desenvolvimento tecnológico. E, V) Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores (CIMGC, 2012, p. 7).

Em sentido semelhante aos eixos do documento, a entrevista realizada com Lúcia, representante da gestão pública municipal de Quevedos (RS), também destaca que as principais contribuições e mudanças são: I) a alteração do ritmo cotidiano da cidade, pelo crescente número populacional e de veículos em circulação; II) o surgimento de empregos; III) a valorização dos imóveis; IV) o alargamento e melhorias em estradas vicinais; V) a visibilidade para o município na mídia, e na região; VI) o baixo impacto ambiental; VII) e a elevação dos impostos. Em sua narrativa a interlocutora aponta:

[...] o pessoal ganhou muito dinheiro, vamos dizer assim: triplicou o preço dos imóveis [...] também teve benefícios financeiros para quem é comerciante, porque o pessoal consumiu no município, em mercados, farmácias, todo mundo vendeu seus produtos... os bares e restaurantes eram lotados [...] eles nos doaram material também que sobrou, os restos de “botar fora” que eles chamam né, tipo resto de brita e coisas para nós utilizarmos nas estradas municipais (Entrevista, Lúcia, 2021).

Nesse aspecto, a pesquisa realizada por Ricardo Ramalho (1989), a partir da instalação da empresa Fábrica Nacional de Motores de aviação (FNM), na baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, também acentua os discursos comuns relacionados a “fartura” de projetos que prometem oferecer “melhores condições de vida” (RAMALHO, 1989, p. 39) e “levar o progresso da ciência para o interior” (RAMALHO, 1989, p. 40). Assim como é possível observar no estudo de Neves e Neto (2006), referente a instalação da Mercedes-Benz em Juiz de Fora, em Minas Gerais (MG), que também carrega semelhanças no modo de percepção e interação da prefeitura e parte da população do local para com as empresas. A partir da instalação desses empreendimentos nos locais, o poder público e uma parte da população

encontram-se “prisioneiros do mito das grandes empresas empregadoras de mão de obra, e com enorme potencial “alavancador” da economia” (NETO, NEVES, 2006, p. 45). Um desses aspectos equivale a interdependência nos locais, vinculado a diferentes formas de interrelações, no território. Como evidenciam Neves e Neto (2006), em relação a “redes de fluxos de atividades relacionados aos serviços, informações, capitais, fornecedores e distribuidores” (NEVES; NETO, 2006, p. 39), integra a visão “pró-cidade”, a partir das articulações entre empresas (sejam nacionais, multinacionais ou internacionais), as quais são identificadas como facilitadoras na geração de rendas e empregos. Esse contexto, vem sendo conhecido como o “novo regionalismo”⁵⁶ (NEVES; NETO, 2006, p. 38).

A cidade em questão precisou se adaptar a chegada das empresas e dos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes regiões do Brasil. Além de alterações amplas, no que tange a mobilidade local pela maior circulação de veículos, a crescente procura por aluguéis e construções de moradias para acomodação do quadro de funcionários e funcionárias. Houve a alteração no horário de funcionamento de comércios e o surgimento de novos locais para consumo. Como aponta a interlocutora Lúcia, “[...] foi algo desafiador para nós, por que mexeu com a nossa estrutura da cidade, aumentou os atendimentos em saúde, serviço social, a questão da matrícula nas redes de ensino aumentou também” (Entrevista, Lúcia, 2021).

Do ponto de vista da dimensão econômica, destaca-se que a base econômica do município desde sua emancipação parte das alterações antrópicas no espaço geográfico. A comercialização de produtos agrícolas tem sido o primordial meio de subsistência da população. A produção de soja é central para a economia do local e, sua expressão no PIB, cresceu 360% desde a emancipação do município, em 1992 (IBGE, 2010). Igualmente, o tecido produtivo local varia entre a produção do fumo em folha, a comercialização dos produtos derivados de origem animal (leite e ovos), e a atividade pecuária (a criação de gado), movimentam a economia local. Com a construção das usinas hidrelétricas, em 2018, nota-se que a renda se eleva, no que tange aos comércios e aluguéis (Resolução nº1, 2012). Como destaca o interlocutor: “[...] o município vai ganhar, e está ganhando hoje com os impostos de recolhimento de ISSQN, que entra bastante dinheiro, bem considerável. Quevedos é bem privilegiado porque tem as maiores usinas dentro [do território]” (Entrevista, João, 2020). Os

⁵⁶ O novo regionalismo possui duas vertentes, entre elas a I) vertente globalista e a II) vertente regionalista. Em síntese a primeira diz respeito as competições, ligações em rede pelo fluxo de informações, vínculos por ordens internacionais, intrínsecos as cidades e regiões. A segunda vertente diz respeito a interação entre empresas, sociedade civil, trabalhadores e governos, geralmente baseado em redes de confiança e cooperação em prol do progresso da cidade e região. Nos inserimos no debate da segunda vertente, devido as dinâmicas que apresentamos sobre as instalações hidrelétricas na cidade em questão. Ver: Klink, 2001.

rendimentos adquiridos através dos Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), são reconhecidos pelo poder público local como uma garantia para o “*futuro*” do município, especialmente para a infraestrutura do local e necessidades básicas da população. Conforme a interlocutora Lúcia, houve um “[...] *incremento da Receita Municipal de 1 milhão e 900, aproximadamente, de recursos para o município, nesse período de 2020 a 2021. Mas esse ano não veio nada porque parou né, então parou também de vir o ISSQN*” (Entrevista, Lúcia, 2021). No histórico do município ele corresponde a participação de 0,4% do PIB do Estado do Rio Grande do Sul, na posição 257, no ranking de participação em 2018 (Nota Técnica n. 31. 16/11/2020). Segundo dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), atualmente, o município encontra-se no 419º no ranking do total de 496 municípios, no Estado do Rio Grande do Sul (IBGE/ PNUD, 2010), aonde 40,1% da população sobrevive com média mensal de 1,2 salários mínimos, sendo apenas 10,4% da população ocupada no mercado de trabalho, e o restante sobrevive da agricultura familiar, ou de trabalhos autônomos (IBGE, 2010).

O impacto da procura por moradias a fim de acomodar os trabalhadores(as), tem sido um dos fatores que tem alterado o rendimento para alguns moradores locais pela procura de aluguéis de residências, prédios e salões, que beiravam em torno de 200 a 300 reais, em 2017, se elevando para 800 e 1.200 reais a partir de 2018, em momento que coincide com o início dos empreendimentos energéticos na cidade (Observações nas mídias digitais, 2020). No município totaliza-se quinze (15) casas, prédios e salões, alugados para diferentes empresas abrigarem os seus funcionários(as), além de espaços abertos onde empresas construíram alojamentos (Entrevista, João, 2020; Entrevista, Lúcia, 2021), que será possível visualizar através do mapa, no próximo capítulo. Conforme entrevista realizada com João, esse momento tem sido “oportuno” “[...] *para ganhar dinheiro*”, identificado como “*uma oportunidade única*” (Entrevista, João, 2020). A cidade de Quevedos possui o maior fluxo de funcionários das empresas envolvidas nas instalações energéticas. Desde os acordos definidos com os investidores, a cidade é central para a permanência das empresas e de seus funcionários(as). O local também tem sido acessível aos empreendimentos. Nesse sentido, o fluxo permite, na concepção de João com que,

[...] as pessoas comecem a olhar e cresce o olho. Quanto que era um aluguel aqui em Quevedos antes da usina? E quanto vai voltar daqui uns anos? vai ter gente com casas que vão ter que abrir e fechar para entrar ar porque não vai ter gente para morar (Entrevista, João, 2020).

Ao mesmo tempo os grupos econômicos se revelam insatisfeitos com os valores determinados nos aluguéis estipulados pela população citadina. Nesse aspecto, indaga-se sobre quem está adquirindo os maiores lucros com a instalação dos empreendimentos? Nota-se que a instalação destes últimos e os benefícios econômicos, pouco se destinam para o domínio dos moradores locais, e mesmo é questionado o seu poder de decisão sobre os seus próprios patrimônios. Ainda nesse aspecto, a administração local dispunha a primeira preocupação a respeito das vias públicas da cidade, já debilitadas por serem “*estradas de chão*”, e em função de estarem com maior tráfego de veículos. Os investidores acordaram em se responsabilizar pela garantia da qualidade e a ampliação das vias públicas⁵⁷, especialmente para agilizar o acesso dos trabalhadores aos locais em que estão sendo instalados os empreendimentos. Segundo a sessão da câmara dos vereadores em 2018, é pronunciado: “[...] *a gente diz assim, chegar em Quevedos para nós é fácil, difícil é sair, mas para chegar muita gente acha difícil, nós estamos acostumados*” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018), assim, é apontado que houve um planejamento no qual foram feitos “[...] *o levantamento de pontes e estradas para quando o poder público necessitar de alguma intervenção, já saiba também*” (Ata nº1163 - Sessão da Câmara dos Vereadores. 02/02/2018).

As transformações na estrutura ocupacional trata-se de um dos aspectos que alterou profundamente a cidade em questão. Como divulgado em mídias digitais: “[...] *além do retorno a prefeitura, aqueceu o comércio local, deu inúmeros empregos aos nossos munícipes, entre outros benefícios*” (Facebook, Página da Prefeitura Municipal. 8/11/2019). A cidade contou com 530 postos de trabalho diretos em empresas (Resolução nº1, 2012, p. 3) em diferentes funções do empreendimento, entre eles, nos setores de limpeza, alimentícios, administrativos e na construção civil (com distintos cargos). Na orbita das usinas, quer dizer, após sua instalação, também surgiram outras ocupações, como é o caso dos novos espaços destinados a prostituição⁵⁸. As empresas mais visadas dos empreendimentos da área da construção civil e da terraplenagem, foram quem mais ofereceram postos de trabalho. Conforme a profissional liberal, os empregos surgem, especialmente, “[...] *no pico das obras*” (Entrevista, Olívia, 2020) com todas as empresas atuando na instalação, sobretudo nos anos de 2018 a 2020. Estiveram presentes, na cidade de Quevedos, mais de 20 empresas de diferentes ramos de atuação.

⁵⁷ Uma das preocupações levantadas para a instalação dos empreendimentos eram os gastos públicos, considerando os desgastes e a má qualidade das estradas para os moradores locais, frente ao aumento do tráfego de veículos cotidianamente nas vias públicas do município aos locais de obras, tanto na região urbana, e principalmente, no meio rural da cidade em questão.

⁵⁸ No capítulo 2 será abordado sobre as transformações laborais no município de Quevedos a partir da instalação dos empreendimentos energéticos.

A geração líquida de empregos na região, é identificada como uma forma de auxiliar na “fixação da população a um local” (Resolução nº1, 2012, p. 3), entretanto, a população de Quevedos pouco tem integrado aos empregos oferecidos. Como aponta a gestão pública municipal, “[...] em questão de mercado de trabalho a gente viu o pessoal que veio de fora garantindo os seus empregos por muito mais tempo do que o pessoal que mora em Quevedos” (Entrevista, Lúcia, 2021). No ano de 2018, foram 27 contratos em diferentes funções da participação dos moradores locais, que passou para 8 contratos, em 2020 (Resolução nº1, 2012). No que tange aos empregos, não há exigências escolares, ou mesmo de idade e qualificação profissional para concorrer nos cargos oferecidos. Conforme a interlocutora e profissional liberal de umas das empresas, a grande maioria da mão de obra já é pré-estabelecida com os funcionários fixos das empresas, que vem de transferências de outras obras, ou mesmo em forma de força de trabalho subcontratada, abrangendo a nova organização produtiva, intrínseca aos espaços das usinas que será abordado no capítulo seguinte. Nas palavras da interlocutora,

Nós temos nossos subcontratados, então já tem mais uma contratação de empresas que trabalham para nós e nós trabalhamos para o complexo. Então tem um número grande de empresas de terceiros que entram e saem, mas nós temos alguns que estão fixos desde o início conosco (Entrevista, Olívia, 2020).

Na concepção de um dos interlocutores, a fim de explicar os motivos pelos quais a população citadina não se encontra massivamente nos empregos do complexo energéticos, depõe:

[...] quando chega uma empresa que trabalha com um regime um pouco mais arrojado de horário né, não é um trabalho extremamente forçado, mas é assim, tu tem que sair daqui as 6 horas da manhã, chegar a 6 horas da tarde... claro, você ganha hora extra, ganha alimentação, ganha o próprio uniforme, enfim, você ganha tudo isso, mas só que o pessoal não tem esse hábito de trabalhar, então, na verdade, abriu oportunidade para ter terceiros aqui, e no fornecimento da comida, para mercado... esse que ganhou dinheiro em Quevedos... os aluguéis. Mas nós, a nossa população mesmo não trabalhou muito [nos empreendimentos] (Entrevista, João, 2020).

De acordo com a visão da gestão pública municipal, a população local “[...] tem a cultura de trabalhar na época do fumo, na safra da soja, em outros momentos nosso povo é diarista, eles não estão acostumados a trabalhar por mês, com carteira assinada” (Entrevista, Lúcia, 2021), e ressalta que, em termos de ordem mercadológica as usinas “[...] trouxe uma mudança de perspectiva, e hoje a gente já vê quevedenses tendo carteira assinada” (Entrevista, Lúcia, 2021).

De modo geral, as condições laborais – a qual será abordado mais diretamente no capítulo seguinte – tem sido o principal motivo para o afastamento do grupo de funcionários e funcionárias dos empregos emergentes, sobretudo, os trabalhadores e as trabalhadoras que pertencem ao local. Nesse sentido, os empregos não atendem as necessidades, e nem mesmo servem como meio empregatício para os moradores, diante das suas características, que não atraí a permanência nos postos de trabalho, e tampouco, do ponto de vista coletivo, os empreendimentos tem favorecido para melhoria do modo vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, no capítulo seguinte será priorizado as vivências das trabalhadoras em meio as transformações ocasionadas pelo complexo energético, na cidade de Quevedos (RS), partindo da análise das condições do trabalho feminino referente as práticas, relações de trabalho e formas de superexploração que integram dimensões da flexibilidade no mundo do trabalho contemporâneo, as ocupações emergentes neste território.

2 AS CONDIÇÕES DO TRABALHO FEMININO NA ÓRBITA DO COMPLEXO ENERGÉTICO

“Eu chego cansada, eu vou me deitar porque chega uma hora que tu cansa, mas eu me levanto. Esses dias eu andei ruim da coluna, até falei para dona Y quando estava lá no Rincão ainda. Eu ia pedir para sair, porque eu não aguentava mais, cansada, e o horário também, a canseira... daí as chefes me trouxeram remédio pra mim ficar.”

(Relato de trabalhadora, 2020).

2.1 AS DINÂMICAS DOS TRABALHOS NO COMPLEXO ENERGÉTICO

O período de instalação dos empreendimentos energéticos desencadeou a incidência de empregos. A partir das análises dos documentos e as entrevistas realizadas indicam a expansão da oferta de postos de trabalho, de acordo com as demandas empresariais, principalmente, “[...] durante a fase de operação e manutenção do Complexo” (Resolução nº1 CIMGC. Versão Julho, 2012, p. 9). Tais ocupações abrangem os setores alimentícios, o setor de limpeza, a construção civil, e as ocupações que exigem ensino superior como nas áreas administrativas, tratando-se de cargos diretos e indiretos nas empresas, vinculados a subcontratações e, mesmo, a trabalhos informais, na órbita do complexo. De 2018 a 2020, houve entre 580 e 700 empregos diretos⁵⁹. De acordo com as entrevistas, após a finalização das obras das usinas hidrelétricas, os empregos não foram tão expressivos como no período de instalação (2018-2021), no entanto incluíram a montagem de centrais de atendimento nos empreendimentos, localizados nas cidades de Quevedos e em São Martinho da Serra, integradas por agentes administrativos, por técnicos e por seguranças a fim de vigiar as áreas das usinas, totalizando oito trabalhadores(as).

Em meio ao período de instalação dos empreendimentos, investidores utilizavam os espaços locais de comunicação, como as sessões extraordinárias da Câmara de Vereadores da cidade em questão, para evidenciar a “preferência” pela mão de obra local, a ser inserida nos empregos, nas diversas fases do megaprojeto. Uma das motivações intrínsecas a esta escolha recaí no barateamento dos custos de deslocamento ao espaço de trabalho (Ata nº1163. Sessão da Câmara dos Vereadores, 2018). A divulgação dos empregos disponíveis gerou concorrência entre os trabalhadores e as trabalhadoras, diante da incessante procura pelas ocupações. Em conformidade com Ramalho (2005), sabe-se que, neste contexto, os empregos são constitutivos da “economia global” e que, na mesma medida, os trabalhadores e as trabalhadoras pertencem

⁵⁹ Salienta-se que foi possível acessar a documentos oficiais sobre a quantidade de empregos oferecidos, durante o período de instalação das usinas hidrelétricas, além de relatos e de documentos gerais, obtidos referentes a projetos e a licitações.

a “geografias distintas”. Nesse sentido, a interlocutora Olívia, que atua em uma das empresas do setor de avaliações da construção civil, ao se referir ao quadro de funcionários, destaca que a grande parte deles(as) pertence à Região Sul, especificamente, aos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul — às cidades de Salto do Jacuí, de Porto Alegre, de Quevedos, de São Martinho da Serra, de Tupanciretã, de São Pedro do Sul, de Toropi, de Júlio de Castilhos, entre outras — acrescentando que existem grupos de trabalhadores(as) de outras regiões do país:

[...] temos gente de tudo quanto é canto, e do Nordeste a gente tem algum pessoal do Maranhão, que é o pessoal que se estabeleceu em Chapecó, que a maioria deles tem o comprovante de residência de Chapecó, porque eles se estabeleceram lá para trabalhar, e aí vieram para cá, então é o pessoal que vem migrando do Maranhão (Entrevista, Olívia, 2020).

As empresas estabelecidas em Quevedos (RS), cuja atuação se centrou na construção dos empreendimentos, cada uma com seus direcionamentos distintos, oferecem serviços de montagem de linhas de transmissões, de escavações, de consultoria ambiental, de topografia, de construção civil, de elétrica e de mecânica (instalação de turbinas e de geradores), de motoristas de transportes e maquinários, de gestão de obra, de fornecimento de óleo diesel, de terraplenagem, de alimentação e de limpeza, assim como dispõem de contratos terceirizados de caminhoneiros, de motoristas de rolos compactadores, escavadeiras e caçambas, de mecânicos e de outros profissionais. Além disso, existem contratos para a realização de trabalhos por empreitadas, como, por exemplo, a construção de cercas para demarcação dos territórios dos empreendimentos energéticos. Em geral, as empresas têm suas matrizes nos estados de São Catarina e de São Paulo; somente a prestadora de serviços alimentícios tem sede no estado do Rio Grande do Sul.

A partir dos documentos analisados, observou-se que as empresas instaladas em Quevedos (RS) oferecem, aos trabalhadores e às trabalhadoras, “[...] *moradias, assistências médicas, uniformes, transportes e seguro de vida*” (Resolução nº1 – CIMGC. Versão Julho, 2012, p. 10)⁶⁰. O recurso das moradias comunitárias, nas formas de alojamentos ou de aluguéis de residências, também se encontra espalhados pela cidade, ocorrendo o mesmo nos outros

⁶⁰ O plano de saúde oferecido por parte das empresas pouco é utilizado pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores. Nos relatos, evidencia-se a dificuldade de locomoção aos locais com atendimentos médicos, tanto pela distância dos locais destes serviços quanto pela falta de locomoção. Grande parte dos(as) trabalhadores(as) depende inteiramente das empresas, de caronas ou de ônibus. Uma das trabalhadoras produziu o seguinte relato sobre o seu plano de saúde: “*Eu nunca usei, e é um ano e pouco que estou aqui... só que aqui não tem como usar, não tem... ou tenho que ir para S.M., daí eu não uso*” (Entrevista, Maria, 2020).

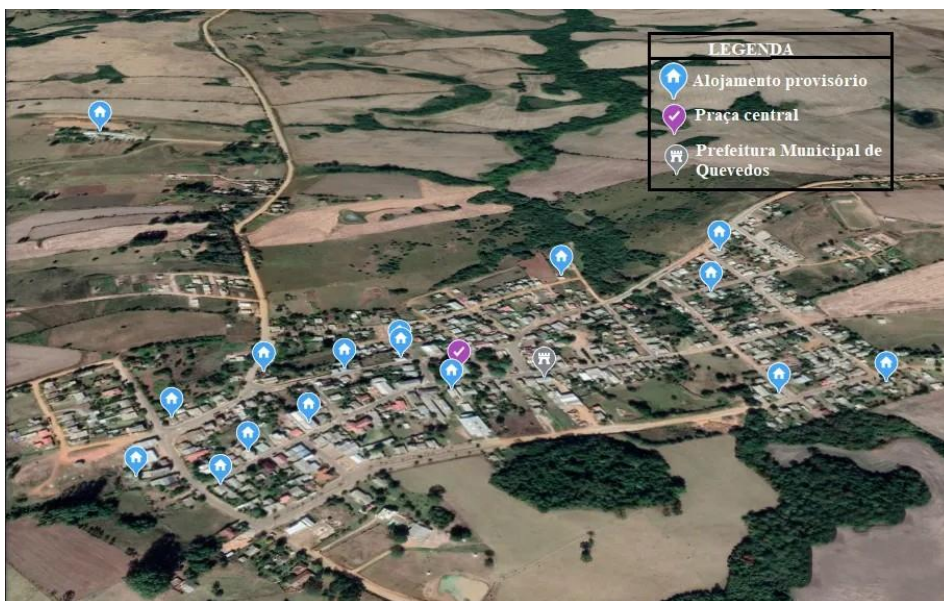
locais de instalação das usinas, como nas cidades de Júlio de Castilhos e de São Martinho da Serra. Conforme observações realizadas no ano de 2020, os espaços para abrigar os(as) funcionários(as) na cidade totalizavam 15 unidades⁶¹. O fluxo de aluguéis foi diminuindo, assim que algumas hidrelétricas foram sendo inauguradas, ao longo do ano de 2020. Nos anos de 2020 e de 2021, havia entre cinco e sete residências ocupadas, de acordo com observações de campo, feitas em 2021. Igualmente, o contexto pandêmico da Covid-19 impactou na redução dos(das) trabalhadores(as) e das empresas, ocasionando o rompimento de contratos de aluguéis no local, simultaneamente. Um dos maiores alojamentos conta com 130 trabalhadores — majoritariamente, homens⁶², estando localizado na área rural do município, no trajeto para os empreendimentos energéticos. No que tange às residências, estas concentram de quatro a dez trabalhadores em um mesmo espaço. Visando evitar conflitos, empresas estabeleceram divisões por gênero nos locais de moradia, constituindo espaços masculinos e femininos. Há apenas um local “*misto*”, como relata a interlocutora: “[...] *a empresa tem uma casa alugada e aí está morando, eu e o Y, cada um em suas peças, e daí dividimos a casa*” (Entrevista, Maria, 2020). Alojamentos provisórios também foram construídos em espaços alugados da cidade, por parte das empresas.

A **Imagem 6** demonstra as localizações das moradias, a partir de observação realizada em novembro de 2020, em que são apresentados os alojamentos, a praça central, como ponto de referência do centro da cidade, e a prefeitura municipal.

⁶¹ Diante da pequenez citadina, havia poucos espaços disponíveis para aluguéis. Nesse aspecto, foi possível observar a construção de alguns imóveis com esta finalidade, de acordo com observações de campo, feitas em 2020).

⁶² Conforme a interlocutora, a realidade dos(as) trabalhadores(as) é dura: “*O pessoal que é barrageiro vem para trabalhar. Eles só vêm para trabalhar, não vem para passear, que na obra o ‘bicho pega’ mesmo. Eles chegam em casa molhado, sujo de concreto, as vezes falta água para eles lavarem roupas. É muita gente em um espaço bem pequeno, ficam longe da família, longe dos filhos, correm os riscos*” (Entrevista, Olívia, 2020).

Imagem 6: Mapa com a localização dos alojamentos provisórios em Quevedo (RS).



Fonte: Elaborado pela autora a partir de observações realizadas no espaço urbano da cidade de Quevedos (RS), no Google Earth. 03/08/2021.

Destaca-se que os melhores locais de moradia, de maior qualidade, referente a conforto e à privacidade, com quartos separados e com mobília adequada, geralmente são destinados às pessoas com os cargos elevados das empresas, enquanto os espaços que abrigam os(as) trabalhadores(as) de posições subalternas dos empreendimentos expressam superlotação. Este contexto representa, com base em Ramalho (1989), as “hierarquias nas alocações”, circunscritas às diferenças de cargos, determinantes na distribuição do grau de conforto, sob a lógica do capital. A divisão hierárquica se evidencia nas residências de abrigo a trabalhadores e a trabalhadoras, as quais foram selecionadas às pressas. Tal aspecto fica evidente na narrativa deste interlocutor:

Os aluguéis dos apartamentos e casas pelas empresas são para aqueles funcionários que são deles, como o chefe de turma, o encarregado, o administrativo, o pessoal mais técnico, então é diferente, o alojamento é para os “peões” (Entrevista, João, 2020).

A estrutura dos alojamentos distribuídos na cidade denota condições precárias, como poucos móveis e espaços pequenos. As residências são frequentadas, sobretudo, à noite, pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, devido às jornadas de trabalho. Conforme o relato que segue, do mês de julho de 2020, após realizar observações nos locais de moradia, durante o trabalho de campo, os espaços incluem colchões espalhados pelo chão, trabalhadores(as)

deitados em beliches e em espaços adaptados⁶³. Uma trabalhadora, que atua nos serviços de limpeza, ao frequentar os ambientes, relata:

Eu achava que era muita gente para uma casa pequena sabe, era muito apertado, para ti limpar ali era ruim, porque aí tinha muita coisa... roupas e coisa atirada no chão, sabe. E era muito apertadinho as casas e com muita gente, botavam bastante gente nos quartos. Nos quartos eu acho que tinha uns 6, 7, em um tinha até 10. Ali no Y, tinha até 10 em um quarto, porque o espaço era grande sabe, daí eles colocaram beliches, mas ali ficava melhor, porque não era tão apertado. Mas nas outras casas eram bem apertados (Entrevista, Beatriz, 2020)⁶⁴.

Conforme Karl Marx (2013), as moradias coletivas, assim como qualquer benefício destinado à classe trabalhadora, integram a parte *in natura* dos seus salários. A rigor, tal iniciativa compõe “a ‘renúncia’ do capitalista a todo dispêndio de dinheiro que não seja absolutamente inevitável” (MARX, 2013, p. 901), o que significa formas de garantir o lucro e o giro do capital, o que paga os custos do seu investimento. Não raramente, como destaca Marx (2013, p. 903), a degradação “[...] aflige à função e ao lar do trabalhador [que] se vê obrigado a receber [...] uma casa cercada de emanções pestilenciais” (MARX, 2013, p. 902, grifos da autora).

Conforme observações de campo, algumas empresas disponibilizam transportes, refeições (dejejum, almoço e jantar) e auxiliam nos custos de combustíveis e de transportes para os(as) trabalhadores(as) retornarem as suas cidades natais, em períodos de “*baixadas*”⁶⁵, como relata a interlocutora Maria: “*eles me dão uma ajuda de custo quando eu vou pra casa, porque são 370 km daqui, então eles me dão essa ajuda para o combustível*” (Entrevista, Maria, 2020).

As refeições, por exemplo, possuem horário predefinidos. O café da manhã se inicia às 6 horas e se estende até às 7 horas e 30 minutos, com revezamento dos(as) trabalhadores(as), com disponibilização de meia hora para cada grupo, sobretudo, pela pequenez do espaço do refeitório e pelas medidas adotadas pelas empresas na prevenção ao Coronavírus. O mesmo procedimento ocorre no almoço, realizado das 11 horas às 13 horas e 30 minutos, e no jantar, que é servido das 19 horas e 30 minutos às 21 horas. Conforme as trabalhadoras entrevistadas, as refeições são oferecidas livremente, entretanto não há a possibilidade de repetir certos

⁶³ “*Há roupas penduradas nas janelas das casas; trabalhadores deitados no chão em cima de um colchão, em residências com pouco espaço de circulação. Neste dia um grupo de trabalhadores se encontram sentados em frente a uma das casas conversando*” (Observações do diário de campo, 2020).

⁶⁴ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

⁶⁵ “*Baixada*” é uma palavra utilizada pela grande maioria dos(as) trabalhadores(as) da órbita das usinas hidrelétricas, para se referir aos seus dias de folga. Geralmente, são em finais de semana, em que são revezados por colegas de trabalho na labuta diária. Por esse motivo, as “*baixadas*” não ocorrem no mesmo momento para todos(as) os(as) trabalhadores(as), que, em geral, permanecem de um a três meses distantes de suas famílias.

alimentos, por exemplo, carnes e pães, cujas quantidades são predestinadas a cada trabalhador(a): *“Tinha que ser uma comida forte e com mais, sabe? Mas era cautelado os pedaços de carne, de tudo. Tinha que ser mais, eles davam 1, 2 pedaços só, e não pegavam mais. Era tudo medido, sem sal, o suco era morno, era uma coisa muito esquisita”* (Entrevista, Beatriz, 2020).

Os demais momentos do dia dos trabalhadores e das trabalhadoras nos empreendimentos se destinam inteiramente ao trabalho. Para alguns(mas) trabalhadores(as), o momento das refeições era único, durante o dia, como afirma uma das interlocutoras. Segundo a trabalhadora, a empresa *“paga tudo, a gente gasta se a gente quer”*, e acrescenta:

A gente sempre quer gastar em alguma coisa, porque gostamos de ter coisas diferentes, né. Eu sempre compro no mercado umas coisinhas que eu gosto, frutas, essas coisas, senão a gente não precisaria gastar nada, é tudo livre, a empresa custeia o aluguel, a nossa alimentação, tudo (Entrevista, Maria, 2020).

As **Imagens 7** e 8 apresentam os espaços dos refeitórios nas usinas hidrelétricas; um deles localizado na usina Rincão São Miguel e o outro, na sede do município.

Imagem 7: Refeitório localizado na Usina Rincão São Miguel.



Fonte: Acervo da autora. Foto autorizada para publicação. 14/05/2020.

Imagem 8: Refeitório localizado no alojamento dos(as) trabalhadores(as).



Fonte: Acervo da autora. Foto autorizada para publicação. 03/05/2020⁶⁶.

Nos espaços comunitários de moradia, são disponibilizadas salas com televisão, internet com *wi-fi* grátis, sofás, mesas de sinuca e de cartas e pistas de boliche, frequentemente utilizadas pelos trabalhadores masculinos. Esses espaços são utilizados, especialmente, aos finais de semana, sobretudo, aos domingos, no tempo livre dos(as) trabalhadores(as). Segundo o interlocutor João: “[...] o lazer o que é? É a mesa de sinuca, jogam bola, jogam bocha, jogam carta no final de semana, por que o pessoal que trabalha em barragem eles vêm para trabalhar” (Entrevista, João, 2020). O recrutamento de trabalhadores e de trabalhadoras, sob responsabilidade empresarial, em conformidade com a pesquisa de Ramalho (1989), estabelece vínculos entre a classe trabalhadora e a gestão laboral e colabora para que os(as) funcionários(as) permaneçam dependentes da empresa, além de auxiliar no maior controle do processo produtivo. Isso faz com que o “autocontrole” dos tempos livre e individual se perca, em meio ao controle empresarial. Nesse aspecto, Ramalho (1989) deixa patente “a reprodução da vida privada” dos(as) trabalhadores(as) mais vulneráveis e à mercê, direta e indiretamente, das decisões do capital. Nas palavras deste autor: “a plenitude sobre os direitos de moradia é como um instrumento de dominação” (RAMALHO, 1989, p. 106) em prol do andamento do processo produtivo, tornando-se um investimento vantajoso ao capital.

Nesse mesmo sentido, como analisado por Thompson (1998), foi na transição da sociedade industrial a emergência de novas concepções de tempo, o qual passou a ser regulado

⁶⁶ As caixas expostas no refeitório, possuem alimentos não perecíveis, para o uso diário no espaço da cozinha. Ambas se encontram neste local, devido à falta de espaço adequado para o armazenamento, conforme observação da pesquisadora.

pelo mercado. Isso significou que as necessidades naturais, comumente ditadas pelo ritmo das tarefas vitais — que se misturavam entre o trabalho e a vida —, passaram a ser “manipuladas” e “convenientes” ao capital, haja visto que “o tempo está começando a se transformar em dinheiro” (THOMPSON, 1998, p. 272) e se preza, para que este não seja desperdiçado. Tal noção gerou consequências, como a introdução de novos hábitos, entre a classe trabalhadora, e o maior controle da esfera da vida, uma vez que o contexto complexificou as tarefas e estimulou “disciplinamentos” para o trabalho⁶⁷. Diante das mudanças mercadológicas, o controle sobre a vida produtiva é transferido ao capital, assim como a vida subjetiva, especialmente, por haver um “condicionamento tecnológico da medição do tempo, como meio de exploração da mão de obra” (THOMPSON, 1998, p. 289). Tal controle integra, neste estudo, a tomada de decisão empresarial sobre as formas e sobre os momentos de descanso dos(as) funcionários(as), bem como sobre as atividades a serem realizadas, durante o tempo livre. O disciplinamento do tempo, como relata Thompson (1998, p. 301), “não é simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável” das relações econômicas e sociais; mais do que isso, ele é calculado para fins específicos:

[...] devem ser descontadas todas as idas às tavernas, cervejarias, o tempo tirado para o café da manhã, almoço, brincadeiras, sonecas, fumo, cantorias, leitura de notícias, brigas, lutas, disputas ou qualquer coisa alheia ao negócio (THOMPSON, 1998, p. 290).

Isso equivale a dizer que o tempo do interstício da vida é reaproveitado no sistema econômico. A dependência dos(as) trabalhadores(as) *vis-à-vis* a empresa ocorre, sob as ingerências empresariais, que controlam horários de trabalho, momentos de refeições (na qualidade e na quantidade consumidas), tempos de descanso e de lazer (o que está disponível para estes momentos) e tempos de convivência familiar e com colegas de labuta.

2.2 “DIVERSÃO DIFERENCIADA”: A EMERGÊNCIA DA PROSTITUIÇÃO

O fenômeno da prostituição tem sido utilizado, desde o período fordista, pela gestão laboral. Conforme Antonio Gramsci (2001), esta atividade dispõe de um “amplíssimo papel” e encerra uma “obsessão perigosa”, vinculada às relações produtivas. A ideologia difundida neste regime racionalizou a conduta e o comportamento sexual dos trabalhadores, correlato ao mito do “instinto selvagem” relativo à “natureza masculina”. Essa lógica, comum aos meios

⁶⁷ O próprio relógio, neste período, passa a ser identificado como uma melhoria no padrão de vida de quem o adquire. O tempo, na ordem puritana em vigor, representava o lucro.

industriais no século XX, estimula o machismo no ambiente laboral, além de incentivar à objetificação feminina, sendo “capaz de colocar, por seu turno, complexos problemas do tipo ‘superestrutural’” (GRAMSCI, 2001, p. 450).

Conforme estudos recentes, os modelos de desenvolvimento não são neutros, do ponto de vista de gênero (SCHIMITT, 2008; TEDESCO, 2013; ARAÚJO, 2018; ALMEIDA, 2019). As lógicas reproduzidas permitem perpetuar a inferiorização social feminina, através das dinâmicas que o desenvolvimento engendra nos espaços, em que se instalam. As grandes obras de infraestrutura, como usinas hidrelétricas, têm interesse na circulação do capital, especialmente, tratando-se de investimentos privados, como ficou explícito no capítulo inicial. A prostituição, em contextos como estes, é comum. Evidencia-se um dos casos emblemáticos, associado à construção da Usina Itaipu Binacional (1980-1985), em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, no auge da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), obra que empregou 32 mil trabalhadores e que incidiu no surgimento de aproximadamente 10 mil mulheres na atividade da prostituição. As prostituições eram controladas diretamente pelo Estado, pois os impostos requeridos dos estabelecimentos se destinavam à compra de armas e de munições (SCHIMITT, 2008; ALMEIDA, 2019). Paralelamente, algo semelhante ocorre, após a aprovação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), em 2007, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que fez emergir, no ano de 2011, na região sul da Floresta Amazônica, a construção de duas usinas hidrelétricas, conduzindo à incidência de exploração sexual infantil, a migrações de trabalhadoras do sexo e ao estabelecimento de 44 casas de prostituição nos locais⁶⁸.

A presença da prostituição na cidade de Quevedos (RS) decorre a partir da chegada das empresas, logo na fase inicial da instalação das usinas hidrelétricas, em 2018, conforme observado em trabalho de campo, em 2020. Os espaços de prostituição aparecem nas narrativas como solicitações dos próprios trabalhadores, que necessitavam de “*uma casa de mulheres*” (Entrevista, Henri, 2020)⁶⁹. Os trabalhadores masculinos⁷⁰ pertencem a diferentes estados das regiões Sul e Nordeste do país, os quais ficam de três a seis meses distantes de suas famílias (Entrevista, Olívia, 2020). A partir de observação realizada em abril de 2020, identifica-se que

⁶⁸ Informações disponíveis em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI237135-17737-2,00-TERRA+SEM+LEI+PROSTITUICAO+DROGAS+E+VIOLENCIA+NA+MAIOR+OBRA+DO+PAC.html>>. Acesso em: 06 de novembro de 2020.

⁶⁹ Atribuição de nome fictício ao interlocutor.

⁷⁰ Nos cargos oferecidos, incluem-se pedreiros, soldadores, armadores, carpinteiros, serventes de obras, ajudantes em geral; geralmente, serviços terceirizados, temporários e subcontratados.

os locais de atuação das mulheres representam, geograficamente falando, o fácil acesso à prestação de serviços sexuais aos trabalhadores, uma vez que são próximos dos alojamentos disponibilizados pelas empresas aos funcionários⁷¹. Com frequência, os espaços de atuação prostitucional são comuns nas proximidades de grandes empreendimentos, conforme entrevista realizada com Olívia, trabalhadora de uma das empresas responsáveis pela instalação energética. A interlocutora salienta que um dos fatores primordiais é o grande público de homens, em sua maioria, composto de indivíduos relativamente jovens.

Por acaso em outra obra já teve de se estabelecer perto, assim, o cara vinha e montava uma coisa dessas do lado do alojamento, e aqui é do lado. Até aqui o pessoal brinca, que tem que fazer... em vez de mexer no acesso da obra, tem que fazer um acesso direto, de lá do alojamento até na casa (Entrevista, Olívia, 2020).

Do ponto de vista empresarial, as construções de grande porte operam como “oportunidades” para a concentração da prostituição. Em relação à realidade dos trabalhadores, indica-se que eles “[...] são de mais longe, só vão para casa a cada 6 meses, ou então vão para casa a cada 30 dias” (Entrevista, Olívia, 2020). A empresa avalia a prostituição como um “entretenimento” aos seus funcionários, uma “diversão diferenciada”. Conforme a interlocutora, “[...] são negócios que acompanham as obras, que querendo ou não, foi comentada, né: ‘ah tá se instalando 4 obras’, o cara que tem esse negócio vai correr para cá, porque tem um monte de homem” (Entrevista, Olívia, 2020). Por outro lado, destaca-se a preocupação com as “brigas”, “bebidas”, e com o fato de os trabalhadores “[...] chegarem atrasado no trabalho” (Entrevista, Olívia, 2020). O consumo alcoólico se soma à má-alimentação e provoca consequências graves à saúde dos trabalhadores, sendo um dos problemas enfrentados com maior frequência, especialmente, a questão de os trabalhadores chegarem embriagados ao espaço laboral. Segundo Thompson (1987), tal comportamento é parte de uma “cultura” inadequada, intrínseca ao “padrão de vida”, incorporada à dietética dos trabalhadores, o que, por sua vez, serve como “estimulante, provocado pelo número excessivo de horas trabalhadas” (THOMPSON, 1987, p. 184), sobretudo, nos trabalhos pesados, que exigem esforços físicos. Nas palavras da interlocutora Olívia,

Nós tínhamos e ainda temos, o caso de um senhor que ele tem problema grave com bebida. Então, as vezes ele vinha trabalhar embriagado e a gente levava para o

⁷¹ Em virtude do contexto pandêmico do ano de 2020, o primeiro local prostitucional, inaugurado em 2018, foi interditado no mês de junho. No entanto, a prostituição seguia sendo realizada, normalmente, sem a abertura dos espaços. Informações disponíveis em: <https://gazetahoje.com.br/brigada-militar-interdita-boate-em-quevedos/>. Acessado em: 06 de novembro de 2020.

alojamento. Ele também foi encaminhado para internação com o apoio da empresa, por ser um colaborador antigo... e as vezes a família não liga muito, né, e a empresa acabou internando ele para se tratar (Entrevista, Olívia, 2020).

Os espaços de prostituição são identificados como locais de lazer, pois oferecem pistas de dança, com músicas típicas nacionais e regionais (estilos sertanejo, gaúcho e *funk*)⁷², jogos de sinuca, de boliche e de cartas, além do comércio de bebidas variadas⁷³, cujos valores de consumação se alteram nos casos de gasto individual e acompanhado das trabalhadoras. Os locais possuem uma funcionalidade informal, não havendo horários fixos para o atendimento ao público e dispõem de mesas nas partes externas, para que os trabalhadores possam se reunir para beber e para conversar. Segundo as interlocutoras, os locais também oferecem quartos pequenos, improvisados, para serem alugados. Algumas vezes, eles são divididos entre as trabalhadoras que ali residem e as que vendem serviços sexuais aos “*clientes*”⁷⁴.

Conforme os relatos, *shows* eróticos eram frequentes entre 2018 e 2019. A maioria dos trabalhadores frequenta os bares para comprar bebidas alcoólicas, antes ou após a jornada de trabalho. Nos finais de mês, após o recebimento do salário, principalmente, estes lugares recebiam maiores públicos, o que garantia à sociabilidade masculina um certo status simbólico, como sinônimo de virilidade, atrelado às bebidas expostas nas mesas, em frente ao bar. Nesse período, geralmente se encontram “*novas mulheres*” nos locais, que, usualmente, tem entre cinco e dez trabalhadoras. A abordagem ocorre diretamente via redes sociais, ou por meio de ligações, sendo que os clientes não necessariamente permanecem nos espaços com as trabalhadoras. Além disso, não há interesse na criação de grupos coletivos on-line, em função de alguns trabalhadores possuírem relacionamentos estáveis. Da mesma forma, os espaços também são frequentados como locais de boemia, quando jovens se encontram para beber e para conversar, aos finais de semana ou aos finais de tarde. O interlocutor Henri, jovem de 22 anos, ao relatar sua experiência no espaço, destaca:

[...] a “rapaziada”, a “gurizada” mais nova, os parceiros da minha idade frequentam também, mas com outro proposito, né. A gente fica ali mais para beber uma cerveja e

⁷² O interlocutor Henri, o qual já frequentou, junto de amigos, o espaço prostitucional, declara que as músicas precisam ser pagas para ouvir: “[...] *é uma caixa de som que tu põe o dinheiro, uma nota ou uma moeda e ele se transforma em crédito e daí tu... se não me engano é 2 reais por 4 músicas [...] é bem atualizado até, aí tu coloca o dinheiro lá, e escolhe o som que tu quer ficar escutando. Lá tu só não paga para entrar, o resto tudo é pago.*” (Entrevista, Henri, 2020).

⁷³ Henri relata haver uma variedade de bebidas: “[...] *cerveja, vodka, destilado, refrigerante, Dreher e tem os drinks*”, além de cigarros. O interlocutor também acrescenta que os valores são sempre o dobro para qualquer mercadoria consumida: “[...] *é tipo 100% em cima*” (Entrevista, Henri, 2020). Mesmo assim, o espaço geralmente permanece lotado, sobretudo, aos finais de semana e, principalmente, aos finais de mês.

⁷⁴ Categoria empírica, referente aos homens que frequentam os espaços de prostituição.

curtir um som mesmo. Curtir e dar risada, porque é engraçado ir lá. É um lugar bem estranho. Eu particularmente nunca tinha ido, a primeira vez que eu fui foi nas férias em janeiro, que eu fui com um amigo [...] é um lugar mais simples, tudo bem, mas é bem mal organizado, não é limpo [...] (Entrevista, Henri, 2020).

O primeiro espaço com prostituição, instalado em 2018, conforme relatos de informantes, possuem uma estrutura precária. Nos termos de Henri, ele parece “*um galpão, mal organizado [e] sujo*” (Entrevista, Henri, 2020) face aos cigarros e às bebidas derramadas no chão. Em dias chuvosos, o local fica intransitável, devido ao barro acumulado na estrada. Nele, há espaço para a venda de bebidas, salões para danças, mesas e cadeiras, em que os frequentadores permanecem. Henri relata que este seria o primeiro espaço de prostituição no local, o qual se encontrava no estado do Paraná, anteriormente, instalado próximo de outra grande obra de infraestrutura. Mais recentemente, entre 2019 e 2020, conforme informantes e observações, houve a emergência de dois novos espaços de prostituição. Os locais são identificados como formas de garantir renda extra e de atender ao interesse dos trabalhadores do complexo de usinas hidrelétricas. Ambos os espaços se destinam a tal público, mas passaram a atender, também, a outros homens do local e da região.

As interlocutoras relatam que, em um primeiro momento, havia agendamentos com os “clientes”, mas, logo, estas decidiram permanecer fixas nos espaços, durante os finais de semana, em função da demanda de serviços. Nas entrevistas, destaca-se que o maior movimento nos espaços ocorreu no ano de 2019, incluindo, especialmente, homens mais velhos, os que mais consomem bebidas e programas nos locais. Os estabelecimentos possuem trabalhadoras de diferentes cidades do estado do Rio Grande do Sul e de outras regiões do país, incluindo Santo Ângelo (RS), Panambi (RS), Ijuí (RS), Santa Rosa (RS), Santiago (RS), Júlio de Castilhos (RS) e Salvador (BA), com idades que variam de 19 a 35 anos.

Não raramente, o envolvimento com a prostituição ocorria, também, nos espaços laborais, no interior do complexo energético, cujos esquemas, em alguns casos, segundo interlocutoras, eram organizados pelos próprios funcionários das empresas (Entrevista, Rita, 2020⁷⁵; Entrevista, Vitória, 2020; Entrevista, Beatriz, 2020). O turno da noite, após o horário de labuta, era, conforme os relatos das trabalhadoras, o momento dos encontros prostitucionais, que ocorriam em um “*galpão*”, nos fundos de um dos refeitórios. A trabalhadora Vitória declara que “[...] *tinha um galpão lá para trás, sabe? um ‘galpãozinho’ que tem lá, iam para lá daí faziam festinha e coisa, e as vezes vinham ali para o alojamento depois*” (Entrevista, Vitória,

⁷⁵ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

2020)⁷⁶. De acordo com algumas entrevistadas, as trabalhadoras eram convidadas, pelos funcionários dos empreendimentos, para participar de um esquema, envolvendo agendamentos de encontros, em que algumas trabalhadoras passavam mal, como indica Vitória:

[...] tiraram uma desmaiada lá trás, né, tiraram erguida de lá [...] ela morava aqui em cima, até o dia que era pra mim ter voltado pela última vez, eles tinham largado ela fazia uns 3 dias, aí largaram o Y e largaram a X, por causa dessas coisas lá, que daí foi no ouvido do chefe (Entrevista, Vitória, 2020).

Conforme relatos, as trabalhadoras também eram convidadas para ir até os espaços de prostituição, aos finais dos expedientes. Os casos ganharam repercussões entre as empresas, que pressionaram para que houvesse demissões e afastamentos de algumas pessoas, a partir de denúncias, envolvendo imagens e gravações de acusados, em razão da desordem no espaço laboral, como afirma uma das interlocutoras. Uma das empresas também perdeu parte dos seus contratos de atuação, após estes eventos. Tal contexto desencadeou outros desentendimentos entre as próprias colegas de trabalho, que permaneciam sozinhas na execução das atividades e que se sentiram desconfortáveis, ao serem incluídas nos acontecimentos: “[...] naquela época até comentaram “das c. da Y”, ai claro, envolvendo tudo, né. Daí esclareceram, e daí o chefe disse: não, não é bem assim” (Entrevista, Rita, 2020). Da mesma forma, a empresa também teve a sua produtividade reduzida, especialmente, em função de algumas trabalhadoras chegarem cansadas e atrasadas para a labuta, impactando, igualmente, a rotina laboral dos trabalhadores masculinos.

[...] começaram a levar as gurias para lá e foram descobertos. Dai de manhã as gurias estavam demorando para chegar para trabalhar, e os homens também não iam, estavam atrasando. Daí os chefes ligaram para o nosso chefe e disseram que eles não estavam indo trabalhar porque passavam a noite com as gurias, com as empregadas (Entrevista, Rita, 2020).

Nesse sentido, a permanência duradoura da prostituição e as crescentes formas e vínculos prostitucionais demonstram a relação inexorável entre a prostituição e as usinas e o seu entorno. Conforme Gramsci (2001), do ponto de vista das racionalizações do trabalho e do emprego, a gestão laboral, desde o regime fordista-taylorista de produção, elabora mecanismos para controlar, tanto a produtividade quanto o modo de vida da classe trabalhadora. O industrialismo fez emergir, junto de si, a imposição da “animalidade”, atribuída à sujeição do trabalhador, com base em um novo método “psicofísico”. Este impõe uma “nova ética sexual” e o surgimento de

⁷⁶ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

um “novo tipo de homem”, que se encontra atrelado “às mudanças no modo de ser e de viver, através de uma coerção brutal” (GRAMSCI, 2001, p. 262), por meio da educação de “novas formas de produção e de trabalho” (GRAMSCI, 2001, p. 263).

A sexualidade, nesse contexto, impacta a vida e a conduta dos trabalhadores e das trabalhadoras. A prostituição passa a ser identificada como um “esporte”, como “entretenimento” ou como “lazer”, ao qual a classe trabalhadora tem acesso. Nessa lógica, as mulheres são concebidas como “brinquedos” ou como meras “reprodutoras”. O método sobredito prevê a disciplinarização, a estabilização e a regulamentação do nexos das relações sexuais. Embora o industrialismo não estimule as relações sexuais ocasionais, mas, principalmente, a monogamia, suas práticas são meios de coerção direta e indireta, além de incentivar a “estabilidade relativa de desvios dos costumes sexuais” (GRAMSCI, 2001, p. 269).

Para o capital, torna-se vantajoso que a sexualidade seja racionalizada e que a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras seja controlada, desde a intimidade, uma vez que isto serve para manter a eficiência das habilidades físicas na execução das atividades. O interesse representa uma “nova ideologia”, que pressiona novas necessidades, referentes aos hábitos e às aptidões psicofísicas da classe, visando à disposição de executar as atividades laborativas, sobretudo, em prol da maior produtividade, do ponto de vista da “consciência instintiva da necessidade econômica” (GRAMSCI, 2001, p. 250).

[...] a questão sexual torna-se um aspecto fundamental e específico da questão econômica [...] a vida industrial exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc. (GRAMSCI, 2001, p. 251).

Esse novo método de produção adentra na vida íntima dos trabalhadores, tornando-os “gorilas amestrados” no sistema fordista-taylorista, constituído pelas dimensões externa e mecânica, que integram o verdadeiro americanismo: “as tentativas feitas por Ford para intervir, com um corpo de inspetores, na vida ‘privada’ do trabalhador” (GRAMSCI, 2001, p. 268). As lógicas impostas às sociedades industriais, ainda em vigor nos dias hoje, são reconhecidas, pelo próprio Gramsci (2001, p. 264), como uma “situação de hipocrisia social-totalitária”, ao passo que foram assimiladas, coercitivamente, pela massa trabalhadora, além de influenciar as égides da exploração e da objetificação dos corpos femininos. Como revelam Marx e Engels (2008, p. 41), com “a abolição das relações atuais de produção, também a comunidade de mulheres, que delas decorrem, quer dizer, a prostituição oficial e não oficial, desapareceria”, sobretudo, porque o capitalismo alimenta e se expande com a exploração das mulheres, que ocorre em uma

dupla dimensão, quer como forma de mão de obra barata, quer pela desumanização dos corpos femininos, considerados socialmente passíveis de violação.

2.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ÓRBITA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS

A organização do trabalho nos espaços laborais na órbita dos empreendimentos energéticos possui composições complexa e generificada, do ponto de vista da mão de obra. Alguns setores da construção civil, como o dos serviços braçais, da parte elétrica, dos motoristas de transportes e de maquinárias, são fundamentalmente masculinizados. Nestas ocupações, são exigidas experiência e força física, astúcia, coragem, agilidade, embora não haja restrição de idade ou de escolaridade. As características exigidas nestas ocupações possuem uma dupla dimensão: tanto servem para determinar hierarquias sociais, por meio de estereótipos de gênero, quanto para explorar a força de trabalho da classe popular. Entre as ocupações masculinas, encontram-se pedreiros, soldadores, armadores, carpinteiros, serventes de obras e auxiliares⁷⁷. Os homens também se concentram, em grande medida, nos cargos de poder dos setores administrativos.

A **Figura 4** demonstra a divulgação de vagas de trabalho nos empreendimentos energéticos, em que é possível identificar as separações laborais, referentes a determinadas áreas de atuação, que, preferencialmente, destinam-se a pessoas do gênero masculino.

⁷⁷ Os trabalhadores masculinos, em sua grande maioria, têm origem na Região Nordeste e trabalham em diferentes locais e regiões, junto às empresas, para prover o sustento de suas famílias, que frequentemente, permanecem no estado de origem, o que não é diferente da realidade das mulheres. Eles são identificados, pela empresa, por trabalharem “*como animais*” (Entrevista, Olívia, 2020). O agente administrativo João relata: “*Eles não têm o dinheiro para eles, pelo o que eu consegui entender, eles trabalham para mandar dinheiro para casa*” (Entrevista, João, 2020).

Figura 4: Divulgação de oportunidade de emprego no complexo energético.



Fonte: Imagem retirada da rede social da prefeitura municipal de Quevedos (RS). 18/12/2020⁷⁸.

Conforme a socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2013 [1976]), o capitalismo se fortalece, a partir das limitações que introduz e que expropria das potencialidades humanas. Esse fator se operacionaliza, através dos “mitos justificadores”, que favorecem à exploração da força de trabalho, por meio das clivagens sociais. O contexto analisado expressa a “divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2001; HIRATA, 2002), que molda (no tempo e no espaço) as formas de empregos na esfera de produção e que emana significações e diferenciações, que se revertem em fontes de poder. A limitação da participação das mulheres em determinados cargos representa a mínima disposição das mesmas para compor as vagas, uma vez que se naturalizou socialmente a sua inserção em outras esferas laborais. Como ressalta a interlocutora Olívia, uma das poucas mulheres a atuar na área da construção civil destes empreendimentos: *“Quando eu comecei era só eu, agora já tem mais, é poucas, mas tá andando a passos lentos, tá andando”* (Entrevista, Olívia, 2020).

Historicamente, as mulheres são estereotipadas, a partir de leis sociais e de tabus, socioculturalmente construídos, referentes à fragilidade, à falta de controle, à incapacidade de

⁷⁸ Esta imagem foi editada pela pesquisadora, a fim de ocultar informações de caráter empresarial contido para contato.

realizar determinadas atividades, assentados, todos, a lógica biologizante como sendo parte da “natureza feminina”, revelando “essencialismos” contidos em fatores ontológicos e psicológicos (BEAUVOIR, 1970). Por outro lado, da mesma forma, há uma diferenciação, dos pontos de vista interseccional⁷⁹ e racial⁸⁰, pois as mulheres negras, particularmente, sobretudo, as de classe popular, são identificadas como “mulas” (COLLINS, 2019), sendo capazes de realizar quaisquer atividades, com base na força física, sobremaneira, pela desumanização intrínseca aos fatores escravistas-racistas da sociedade, como se verá adiante. Com isso, os estados do corpo, da personalidade e do comportamento feminino se convertem numa posição inferior, a partir das dimensões política, econômica e social, sobretudo, quando se é de classe popular, sob a “sujeição” das construções e dos condicionamentos sociais e culturais, os quais são expressos nas divisões desiguais e excludentes que se fazem presentes no mundo do trabalho.

Na órbita dos empreendimentos energéticos, as mulheres se encontram inseridas em cargos socialmente tipificados como femininos, além de setores que vêm se feminilizando, desde os anos 1980, como a engenharia e a administração, em função da crescente escolarização das mulheres (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; HIRATA, 2009). Tais assimetrias nas relações laborais são observáveis nas práticas sociais. Conforme Hirata (2002), a divisão sexual do trabalho é:

[...] a forma da divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para sobrevivência das relações sociais entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e societalmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens a esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação dos homens das funções com maior valor social agregado (HIRATA, 2002, p. 266).

⁷⁹ A interseccionalidade permite observar as opressões, por meio das sobreposições, incluindo “racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKATORINE, 2018), cujos eixos de opressões e de violações atravessam os corpos, como marcas de privilégios e de opressões, resultantes de discriminação, de subordinação e de exploração da sociedade. Este debate, elaborado por Angela Davis, torna-se, mais tarde, um conceito analítico fundamentado pela intelectual Kimberlé Crenshaw. A teórica Carla Akatorine (2018) evidencia a importância da interseccionalidade, como um “instrumento teórico-metodológico” oportuno para desvendar a ordem hegemônica, que implica a análise da posição que as mulheres ocupam em diversas esferas sociais. Assim, a interseccionalidade é compreendida como uma “lente analítica da interação estrutural” (AKATORINE, 2018, p. 26) e se volta para a melhor compreensão da formação das subjetividades subalternas, a partir de uma orientação geopolítica, influenciada pela coalisão, pela interação simultânea e pela inseparabilidade das opressões, influenciadas pelos aparatos coloniais e pelos binarismos identitários (humanos/não humanos, fêmea/macho, feminino/masculino, entre outros). Dessa forma, entende-se a importância de analisar como as estruturas se sobrepõem aos sujeitos, além de implicar as experiências objetivas e subjetivas de vida.

⁸⁰ O termo “raça” é uma categoria discursiva e se apresenta como uma “marca simbólica”, que diferencia negativamente grupos sociais, em termos de representação e de práticas, pela cor da pele. Para mais informações, ver Hall (2006).

Danièli Kergoat (2001) acrescenta:

[...] essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2001, p. 2).

Segundo as entrevistas realizadas, a mão de obra feminina se concentra nos setores de limpeza e de alimentos, atuando nos diferentes locais das instalações energéticas (Quevedos, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra). Estes empregos são identificados pela pouca qualificação, sem a necessidade de formação para além do ensino médio. Nestas ocupações, inserem-se mulheres com idades entre 20 e 50 anos, sendo, algumas delas, mães de crianças pequenas, e, algumas, solteiras. Igualmente, as mulheres se encontram nas atividades de escritório, atuando no atendimento de demandas empresariais, no setor de compras, na parte de recursos humanos, no gerenciamento de atividades de informática, incluindo trabalhadoras com idades entre 25 e 27 anos e com ensino superior completo. Destaca-se, também, que, durante 2018 e 2020, houve dois casos de mulheres que atuaram como motorista de caminhão, permanecendo, ambas, cerca de um ano nesta função, bem como uma trabalhadora que realizou serviços na área da construção civil, mais especificamente, de topografia, nos empreendimentos.

As empresas separam as atividades consideradas “*pesadas*”, que exigem “*esforços físicos*”, para os homens, e as atividades “*técnicas*”, que necessitam de “*habilidades manuais*” e, conseqüentemente, de maiores paciência e atenção, como as atividades de limpeza e de preparação de alimentos, para as mulheres. Conforme o relato: “*Nas obras, aqui, não tem nenhuma mulher para ser servente de pedreiro. Uma mulher não vai pegar... não é que não vá fazer, mas ela não vai pegar um saco de 50 kg, botar nas costas e sair andando*” (Entrevista, João, 2020). A narrativa de uma das trabalhadoras das usinas, em contraposição ao entendimento empresarial, ressalta que a distinção de atividades é algo comum no ambiente laboral, entretanto não aponta uma separação biologizante para se referir aos cargos, tampouco associa as mulheres à “*fragilidade*” ou à incapacidade de realizar atividades idênticas às dos homens.

Felizmente agora contratamos mais uma [mulher] na parte da Y. Mas as mulheres são poucas na minha opinião, mas já temos, e é mais na parte administrativa. No campo a gente não teve nenhuma mulher ainda, mas nós temos no RH, na parte de controle e manutenção, na engenharia, e na limpeza, nessas quatro áreas. E no campo ainda não temos infelizmente, mas, eu espero que as coisas mudem porque tem mulher que trabalha no campo, tem mulher que trabalha na solda, na parte da carpintaria, da forma, armação, mas aqui tem mulheres, mas é mais na parte administrativa e na

cozinha também, que são as terceirizadas nossa, que tem tanto homens como mulheres, mas a maioria é mulher (Entrevista, Olívia, 2020).

Tais organização e separação do trabalho exprimem e beneficiam à supremacia das mulheres, reconhecidas, institucional e socialmente, como pertencentes à esfera privada e à reprodução. Essa mesma lógica se aplica à esfera produtiva. Segundo Saffioti (2013), a subalternização feminina assume diferentes feições no processo competitivo capitalista. A separação revela que certos postos de trabalho são moldados, por políticas de gestão de mão de obra, de acordo com o gênero. Para Elisabeth Souza-Lobo (2001), a “divisão sexual do trabalho” é utilizada como estratégia de gestão empresarial, para segregar a força de trabalho, a fim de dividi-la, para que o capital “reine”. Essas estratégias são articuladas às “relações de classe, de raça, e de práticas sociais” (SOUZA-LOBO, 2001, p. 177)⁸¹, uma vez que moldam as pressões externas e as formas de exploração capitalistas.

2.4 DA FLEXIBILIDADE À PRECARIIDADE DO TRABALHO FEMININO

O século XX é marcado pela agenda neoliberal, instituída a partir de uma aguda recessão instalada nos países do norte global, resultado das crises econômica, política e social, que, em 1960, desarticulou o regime produtivo fordista-taylorista⁸², que passou a não atender mais às necessidades do mercado, devido a sua característica de superprodução em massa, situação que se agravou com a crise do petróleo (1973), junto com as ondas de greve dos(as) trabalhadores(as) (1965-1972) e com as altas inflações (1973), a fim de alterar a rigidez deste

⁸¹ De acordo com Helena Hirata (2002), as relações e as práticas sociais permitem observar as “contradições, antagonismos, luta pelo poder, recusa de considerar que sistemas dominantes (capitalismo, sistema patriarcal, racismo) sejam totalmente determinantes. Em resumo, o que é importante na noção de relação social – definida pelo antagonismo entre grupos sociais – é a dinâmica que ela introduz, uma vez que volta a colocar a contradição, o antagonismo entre os grupos sociais no centro da análise, e que se trata de uma contradição viva, perpetuamente em via de modificação, de recriação” (HIRATA, 2002, p. 244).

⁸² Este regime tem a data de 1914 como símbolo, após Henry Ford introduzir o regime de oito horas de jornada, representado pelas empresas da Ford e General Motors, por exemplo. Esse sistema de produção é entendido, por Antonio Gramsci (2001), pela sua produção padronizada, com regras e tarefas fixas, hierarquização de cargos, salários, disciplinarização, controle e coerção (diretamente ou indiretamente) realizada pela gerência científica sobre a força de trabalho uma vez que reduzia o(a) trabalhador(a) a comportamentos maquinais e automáticos, com operações simples e fragmentadas no processo industrial. Merece referência também as considerações feitas por Antunes (2011), que apresenta as principais características deste regime. Para o autor, o fordismo tem como elemento “a produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronometro taylorista da linha de montagem e da produção em série fordista; pela existência de trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência das unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operariado-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões” (ANTUNES, 2011, p. 25).

sistema de produção⁸³. Desde então, expande-se globalmente a transição da acumulação capitalista, conduzida por reestruturações, por controles do trabalho e por estratégias corporativas, a partir de “novas experiências na organização industrial e da vida social e política” (HARVEY, 1992, p. 139), conforme o esboço analítico oferecido por David Harvey (1992).

Contudo, estas mudanças não representam uma ruptura do regime produtivo anterior, mas tencionam para a ampliação da degradação dos direitos ao trabalho e ao emprego, além de acentuar a informalidade, bem como coexiste, de forma sofisticada, com as novas racionalizações do mercado e dos estatutos de empregos. Para Harvey, trata-se, atualmente, da “acumulação flexível, entendida por alterar a:

[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 141).

Não sem razão, a flexibilidade⁸⁴ se tornou um elemento inexorável da reestruturação produtiva, que gerou os termos de controle laboral e as formas de produção. Conforme a tese de Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009), o capitalismo possui o poder de se modificar, ao incorporar as críticas sociais a sua dinamicidade ideológica, alinhando-as à modernidade individualista. Para estes autores, a flexibilidade da contemporaneidade está em congruência com a precariedade e com a instabilidade, configurando-se como o “novo espírito do capitalismo [em que] a fidelidade e a estabilidade constituem, hoje, paradoxalmente, fatores de precariedade” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 247, grifos da autora).

A era flexível ou toyotista, é um modelo de gestão criado no Japão, a partir da Segunda Guerra Mundial, por Taiichi Ohno, engenheiro da empresa Toyota, e é símbolo da alta tecnologia, considerado mais eficiente, ágil e lucrativo. O novo regime laboral, atrelado a este modelo, sobrevive da exploração do trabalho vivo, implica na ascensão da flexibilização das

⁸³ Este sistema de produção foi marcado, conforme Harry Braverman (1980), pela gerência científica do trabalho, cujo controle do processo de produção representa o poder de persuasão sobre o(a) trabalhador(a), a fim de internalizar regras, além de introduzir a competitividade entre os próprios colegas de labuta, conduzindo a adaptação do trabalho às necessidades do capital, tratando-se, sobretudo, da instrumentalização do(a) trabalhador(a). Nas palavras do autor, a gerência significa “as novas relações sociais, que, agora, estruturam o processo produtivo, e o antagonismo entre aqueles que executam o processo e os que se beneficiam dele, os que administram e os que executam, os que trazem à fábrica a sua força de trabalho e os que empreendem extrair dessa força de trabalho a vantagem máxima para o capitalista (BRAVERMAN, 1980, p. 17).

⁸⁴ A flexibilidade possui uma conotação disfarçada de positiva e uma noção neutra, atribuída ao social, por expressar adaptabilidade, maleabilidade, etc. Entretanto, ela emerge como uma construção social, a fim de elevar as relações e as condições de trabalho para o depauperamento, como assinala Helena Hirata (2007).

relações trabalhistas, articulada ao maior individualismo e à competição exacerbada, favorável para a matriz econômica (DRUK *et al.*, 2019). No Brasil⁸⁵, as empresas se integram a esta racionalização do trabalho flexível, a fim de ampliar a produção e o lucro, por meio da aplicação das estratégias do método na organização e nos processos laborais⁸⁶. Para Richard Sennett (2010), este contexto representa um capitalismo “a curto prazo” e busca diluir as camadas burocráticas e hierárquicas das empresas, tornando-as mais planas e fragmentadas, ao invés de contar com uma organização fixa. A gestão se dispõe a (re)elaborar relações do tipo “rede”, de fácil decomposição e de redefinição constante, visando destruir os “males da rotina” (SENNETT, 2010), e se converter num “arquipélago de atividades relacionadas” (SENNETT, 2010, p. 31).

Diante disso, destaca-se que os empregos dos empreendimentos energéticos se inserem neste contexto e estão à mercê da “reengenharia” (SENNETT, 2010) ou lógica da “empresa enxuta” (HARVEY, 1992), associada à redução da mão de obra na operacionalização do espaço de trabalho. As terceirizações e as subcontratações (flexibilização externa), presentes neste meio, personificam as novas “formas marginais de trabalho” (ANTUNES, 2011).

Como consequência disso, as recentes reformas trabalhistas no Brasil (entre 2017 e 2019) têm desafiado a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujo teor das mudanças estava em discussão, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. As ampliações da terceirização e da sobreposição do negociado sobre o legislado, no caso brasileiro, tomaram forma, após a ruptura institucional no país, em 2016. A reforma de 2017, acompanhada por uma das maiores greves do país, com 35 mil trabalhadores(as) paralisados(as), aprovou, através das leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017, a ideia da terceirização irrestrita, que atinge a todos os tipos de

⁸⁵ Segundo Claudio S. Dedecca (2009), no Brasil, havia uma reconstrução do trabalho no âmbito assistencialista, após o “fim” da escravização, expressada nas relações patrimonialistas (garantia de moradias, residências, etc.). É no período de 1930 e 1945 — em meio ao processo de industrialização, na era autoritária do governo Vargas — que o país passa a aderir à forma “hegemônica” de contratos laborais e de salários mínimos, a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, em função das lutas reivindicatórias dos(as) trabalhadores(as). Nesse mesmo sentido, Adalberto Cardoso (2003) aponta que, nessa adesão ao processo de “juridicalização”, pela instituição da Justiça do Trabalho, os direitos conquistados ainda eram de natureza formal e não se aplicavam, na prática, às relações trabalhistas.

⁸⁶ Dedecca (2009) indica que os anos de 1950 e de 1988 representam mais diretamente a “transição do regime despótico para o hegemônico, aproximando-se das experiências consolidada nos países ocidentais” (DEDECCA, 2009, p. 135). Este processo de transição ocorre em três momentos, na concepção do autor: I) no momento de industrialização, tipicamente hegemônico; II) a partir do Regime Militar (1964), com a intensificação das assimetrias entre capital e trabalho, que ocasionaram a maior rotatividade da força de trabalho e a contenção salarial, assim como foram revogados e reavaliados 235 artigos da CLT, cujas mudanças se estenderam aos anos de 1970, impulsionando o fim da estabilidade do emprego⁸⁶ e o enfraquecimento sindical e das mobilizações trabalhistas; e III) na década de 1980, quando a “crise econômica” global promoveu a inflação e o desemprego em massa, ocasionando reivindicações que desencadearam, mais uma vez, o regime hegemônico, além da nova Constituição Federal de 1988 (DEDECCA, 2009).

atividades empresariais, facilitando os interesses das elites minoritárias e as “ideias de Estado máximo para a economia e mínimo para a política” (DRUCK *et al.*, 2019, p. 292). As formas de labor ampliadas pela Lei nº 13.467/2017 favorecem às negociações individuais entre empregados(as) e empregadores(as)⁸⁷, além de responsabilizar os(as) trabalhadores(as) pelo contrato, pelos salários, pelo banco de horas, pelos intervalos, pela alimentação, pela segurança laboral, incluindo a possibilidade de multas, a serem instituídas pelas empresas, em casos de ausências, entre outros, de modo totalmente legal e irrestrito.

Segundo Graça Druck *et al.* (2019) e Andreia Galvão *et al.* (2019), a terceirização antecipa a reforma trabalhista no Brasil e, a partir dela, ocorrem a intensificação e a legalização da degradação do trabalho, já em curso no país. Assim, a legalização amplia e assegura as condições degradantes de trabalho, que endossam a dominação capitalista. O projeto de austeridade se agrava com a implementação, em 2019, no governo do presente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), da reforma trabalhista radical, incluindo a chamada “carteira verde e amarela”, que amplia a liberdade empresarial nas negociações e que fragiliza as ações sindicais, por meio da Medida Provisória nº 873/19, que estimula a desobrigatoriedade da contribuição dos(as) trabalhadores(as) aos sindicatos. Assim, surgem novas categorias laborais e subgrupos desprovidos de direitos, entre eles, a terceirização da atividade-fim, os contratos intermitentes, temporários, parciais, de teletrabalho, entre outros.

Os empregos dos empreendimentos integram parte da externalização laboral, associada aos novos receituários da flexibilidade do trabalho (ANTUNES, 2011), ligados aos contratos, incluindo a flexibilização interna, referente as jornadas de trabalho e os salários variáveis. Os empregos em questão se caracterizam pela “flexibilidade sexuada do trabalho” (HIRATA, 2007). Observa-se, assim como Hirata (2007, p. 93), que, em todos os casos, “a divisão sexual do trabalho é precondição”. As relações de gênero estão articuladas à deterioração das condições laborais e, imbricadas historicamente, na sociedade brasileira, a informalidade no mercado de trabalho. Os setores de alimentos e de limpeza, aos quais se encontram vinculadas parte das interlocutoras deste estudo, estão entre os principais setores alvos dos retrocessos na CLT. Como indica a pesquisa de Andréia Galvão (2019), nesses retrocessos ocorrem um processo de sobreposição do negociado sobre o legislado, que impactam, principalmente, no incentivo ao emprego da mão de obra feminina em locais insalubres, incluindo gestantes ou

⁸⁷ Os trabalhadores e as trabalhadoras, a partir de então, são identificados, pela lei, como “pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acessado em 11 de novembro de 2021.

lactantes, negar pausas para amamentação e salários iguais para mulheres que atuam nas mesmas condições e atividades que os homens.

A mudança atribui o ônus e a responsabilidade da decisão de trabalhar em local insalubre integralmente às mulheres e despreza os impactos da medida para a saúde da trabalhadora e do feto, que poderá nascer com alguma malformação. Quanto ao horário de amamentação, a trabalhadora tem direito a dois intervalos de 30 minutos cada, durante a jornada, para amamentar crianças de até seis meses. Esse tempo, no entanto, torna muitas vezes inviável a amamentação durante a jornada, já que não há creches no local de trabalho ou devido às longas distâncias da residência até o trabalho. Por isso, há demandas de agrupar os intervalos ao final ou início da jornada (GALVÃO, *et al.*, 2019, p. 266).

O novo paradigma contemporâneo flexível de configuração laboral possui lógicas de redução de custos e de assimetria de poder e é opressivo nas relações de gênero (ABRAMO; ABREU, 1997). Estas mudanças operam, simultaneamente, no desenvolvimento da precariedade do emprego, na crescente pobreza e na desigualdade de gênero, especialmente, nos países do sul global (HIRATA, 2009). Um dos fatores presentes no contexto das usinas hidrelétricas recai sobre o fato de as empresas relatarem demissões frequentes, usando, como justificativa, a improdutividade, pelo não cumprimento das demandas exigidas pelos investidores, que incidem de pronto sobre a classe trabalhadora. As admissões e as demissões na era flexível se baseiam em regras fixas, além disso, conforme István Mészáros (2011), na obra *A crise estrutural do capital*, em geral, estas correspondem à “minimização dos custos” empresariais e entregam a desumanização “compulsória” instituída. Harvey (1992) evidencia que: “A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 1992, p. 145).

Esta realidade implica substancialmente na menor oportunidade de carreira, no emprego, e, conseqüentemente, na maior taxa de rotatividade em ocupações, como ocorre com as trabalhadoras desta pesquisa. Para Mészáros (2011), esta conjuntura estimula à competitividade e à subordinação imediata da classe às necessidades capitalistas, pois os empregos se fazem cada vez mais escassos. O autor sinaliza que essa realidade pode atingir a “totalidade da força de trabalho” (MÉSZÁROS, 2011). Segundo Antunes (2011), há um ideário “decisivo da aquisição do capital contra o trabalho” (ANTUNES, 2011, p. 41).

Os horários flexíveis e os ritmos de trabalho acelerados são comuns nos espaços das usinas. Nesse sentido, é possível observar as trabalhadoras se adaptando a esta realidade ou, mesmo, afastando-se do espaço produtivo. A não adaptação das mulheres às condições laborais também se soma ao distanciamento dos espaços de labuta, em que atuam, no âmbito rural do

município de Quevedos, para os quais necessitam de transportes para a sua locomoção. Uma das interlocutoras, inserida, desde o ano de 2018, no setor de alimentos, relata as dificuldades e os motivos, pelos quais as colegas não permanecem no emprego:

Teve um tempo que não aparecia ninguém, porque é longe lá, e não queriam ir, é um movimento e essas viagens são longe, ninguém queria pegar por causa disso. Ninguém aguenta, eu saio daqui 4hs15min [da manhã], e qualquer coisa que aconteça... mas, eu não estou no horário de serviço, eu começo a trabalhar quando bato o cartão lá [...] tinham medo da estrada e coisa [...] ninguém queria ir, eles diziam onde que era sabe, o lugar e elas não queriam ir (Entrevista, Rita, 2020).

As demandas por produtividade nas empresas impõem jornadas variáveis, cuja flexibilidade pode ultrapassar as 44 horas semanais, limite assegurado pela CLT no Brasil⁸⁸. Conforme análise dos relatos das trabalhadoras, estas atuam mais de 58 horas semanais, mesmo sem levar em consideração o trabalho reprodutivo, que será abordado na sequência da pesquisa. Segundo Adalberto Cardoso (2003), as horas excessivas de trabalho desafiam os limites impostos pela CLT, mas, mesmo que o legislado deva predominar sobre o negociado nas relações trabalhistas, o poderio capitalista “desregulamenta a frio” o mercado de trabalho, na medida em que possui “poder econômico suficiente” (CARDOSO, 2003, p. 125) para negar a “jurisdição”, como forma estratégica de reduções de custos. Em geral, no Brasil, os limites do sistema jurídico são testados, por meio da negligência empresarial, que acentua a “taxa de exploração” da mão de obra, sobretudo, considerando as desigualdades de gênero. Para Cardoso (2003, p. 175): “A norma não estaria propriamente sendo deslegitimada, mas simplesmente ignorada num ambiente de pobreza e exclusão social”.

As trabalhadoras dos empregos subcontratados deste estudo, possuem demandas laborais que se estendem para as residências. O setor de alimentos tende a permanecer por mais de 12 horas no espaço laboral, e o trabalho semanal se estende para os finais de semana. Segundo um dos relatos da trabalhadora Maria, responsável pelos serviços alimentícios:

Eu trabalho de manhã, faço almoço lá no Guassupi e de noite venho auxiliar as gurias até umas 20 horas. Eu fico das 16 horas 30 minutos até umas 20 horas da noite... daí as 20 horas, eu vou para casa. É um horário um pouco estendido, mas é porque daí eu tenho que acompanhar a janta né, e assim que a janta tiver pronta daí eu vou para casa [...] na verdade é 1 ano e 7 meses que estou aqui e nunca fiquei em casa um domingo de manhã, de tarde sim, e daí o meu dia de folga é no domingo de tarde, daí eu ajudo no almoço aqui até às 14hs e depois vou pra casa e volto só segunda (Entrevista, Maria, 2020).

⁸⁸ No período de 1930 a 1945, em meio ao processo de industrialização, na era autoritária do governo Vargas, o país passa a aderir à forma “hegemônica” de contratos laborais e de salários mínimos, a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943), em função das lutas reivindicatórias dos trabalhadores.

Igualmente, o deslocamento aos espaços de trabalho implica o aumento da jornada. As trabalhadoras têm caracterizado este tempo como “*cansativo*”, destacando as estradas não pavimentadas como um dos motivos, como indica a interlocutora Rita, que realiza as viagens, diariamente:

Eu saio daqui as 4hs15min, e eu chego lá agora, 5hs40min. Eu sempre digo que o que cansa são as viagens. Chegando lá, eu bato o cartão, daí nós servimos o almoço ao meio dia, e quando saímos de lá, dá mais uma hora para voltar né. A viagem que é ruim, de ir e voltar, e ainda a estrada é ruim, né [...] tu cansa nas viagens... É amanhã toda de serviço, tu faz o café, aí limpa, e começa o almoço, depois tu serve o almoço e limpa a cozinha. A gente para só pra comer (Entrevista, Rita, 2020).

Segundo Ricardo Antunes (2011) e Giovanni Alves (2007), as “formas de ser” da precariedade se exprimem nas novas modalidades de trabalho vivo e flexível. Conforme Antunes (2018), há um impulso “em direção à informalidade no mundo do trabalho, e o papel que essas modalidades de trabalho cumprem, em relação à lei do valor e a sua valorização” (ANTUNES, 2018, p. 89)⁸⁹. A jornada de trabalho é fluída, variável e indeterminada, mas seus limites se entrelaçam, tanto com as necessidades físicas quanto com as necessidades morais dos indivíduos (por exemplo: as necessidades de comer, de dormir, de descansar, de sociabilidade, etc.). Nesse aspecto, as trabalhadoras dos setores de limpeza e de alimentos, em negociações com os empregadores, obtiveram uma folga em domingo por mês. As empresas deste estudo implementaram um amplo revezamento na forma de organização do trabalho, para suprir os absenteísmos das trabalhadoras, as quais devem ser substituídas, seja no local de labuta, seja na efetuação das atividades. Como aponta a interlocutora Carla: “[...] às vezes reveza, quando uma está de folga, vem uma de lá, ou vai uma daqui pra lá. Tem sempre um revezamento” (Entrevista, Carla, 2020)⁹⁰. O sistema de revezamento equivale também a polivalência nos locais de trabalho, a depender das necessidades empresariais, facilitando para que não haja um desfalque na equipe e manter a produtividade, sendo estimulado, como um compromisso, por parte das trabalhadoras, umas com as outras, o que é realizado sob severa supervisão. Após

⁸⁹ O autor aponta diferentes tipos de informalidade, como: I) tradicionais (incluindo os ocasionais ou temporários), que estão aguardando para ingressar no emprego assalariado precário ou, mesmo, que conciliam empregos e que experimentam situações provisórias, que tendem a se tornar permanentes, por exemplo, pedreiros, costureiras, serviços, sapateiros, etc.; II) os instáveis, atuando por trabalho, por peça ou por serviço realizado; III) informais assalariados e sem registros, que estão à margens dos direitos de sua categoria, vinculados às novas transformações da organização produtiva e inseridos nas feições da informalidade, face às flexibilizações do trabalho, da jornada, da remuneração, etc., por exemplo, trabalhos a domicílio, áreas de computação, etc.; e IV) trabalhadores informais por conta própria, isto é, contando com sua força de trabalho ou de sua família, associado à produções simples de mercadorias ou serviços (ANTUNES, 2018).

⁹⁰ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

observações nos espaços dos refeitórios das usinas, umas das interlocutoras relata, estar substituindo sua mãe. Quando não é possível realizar os revezamentos entre as próprias colegas de labuta, as mulheres necessitam encontrar uma maneira de não deixar a equipe com a ausência e, conseqüentemente, não há uma definição precisa das tarefas de cada trabalhadora.

Destaca-se que o tempo de trabalho produz o valor da força de trabalho, entretanto as horas extras, isto é, o prolongamento da jornada, frequentemente comum na realidade das trabalhadoras, expressa aquilo que Marx (2013) chamou de “tempo de trabalho excedente”, cujo limite trabalhado ultrapassa o tempo necessário para a reprodução dos meios de subsistência, permitindo, ao capitalista, realizar a “extração” do “mais-trabalho”⁹¹ objetivado. Segundo a funcionária da área da construção civil, as trabalhadoras “*pedem*” pela extensão das horas laborais, em função do acréscimo aos salários variáveis, a despeito do tempo no trabalho.

Tu deve pensar “meu Deus” a jornada é de 44 horas, mas é que essas horas que passam são todas horas extras né, eu falo assim, quando não tem reclamam, porque todas contam com essas horas extras que agrega no salário, todo dia são 2 horas extras, e no sábado, são 4 [horas]. Elas não fazem mais porque não podem, porque por elas, elas trabalhavam até no domingo, daí é extra 100%, né (Entrevista, Olívia, 2020).

A alta jornada equivale ao aumento na remuneração, isto é, a aceitabilidade das trabalhadoras demonstra a insuficiência salarial, que faz com que estas aceitem quaisquer circunstâncias laborais. Entretanto, as manifestações, em relação ao valor recebido pela força de trabalho dispendida, não condizem com os interesses das mulheres. De acordo com a percepção da interlocutora Beatriz: “[...] *a gente ganha pouco para serviço que faz. Elas ganhavam menos do que eu, um salário, e tinha que pagar o transporte né, ou elas iam a pé para não gastar. Se elas fossem de carro elas tinham que pagar o carro*” (Entrevista, Beatriz, 2020). Além disso, as interlocutoras relatam que “[...] *na verdade tu trabalha de domingo a domingo né, tu não tem o domingo de folga né, é bem puxado, é bem cansativo*” (Entrevista, Vitória, 2020). As diferenças salariais têm sido compreendidas pela “permanência da divisão sexual do trabalho” (HIRATA, 2002, p. 78). De acordo com Ruy Mauro Marini (2013), a realidade de trabalhadores e trabalhadoras na América Latina, sobretudo, no Brasil, experimenta uma intensa depreciação laboral, patente na remuneração abaixo do valor “real da força de trabalho”. Como expressa o autor, os indivíduos se encontram neste sistema, como

⁹¹ A criação da “mais-valia” é um dos fundamentos da acumulação capitalista, e consiste na diferença entre o valor produzido pelo trabalhador(a), e o que lhe é devolvido em forma de salário. Para Marini (2013), a “mais-valia” é “mais que uma relação entre produto, entre as coisas, a mais-valia expressa uma relação de exploração” (MARINI, 2013, p. 170).

“objetos de superexploração” (MARINI, 2013). Nos termos do autor, isso corresponde ao “aumento do tempo de trabalho excedente tende a se realizar sem alterar o tempo de trabalho necessário, deixando de restituir ao trabalhador o equivalente ao valor criado durante o tempo de trabalho necessário (MARINI, 2013, p. 171).

Os modelos produtivos cedem espaço para as relações globalizadas entre mercados, dos quais se excluem as diversas periferias, principalmente, as do hemisfério Sul, embora sejam expropriadas e instrumentalizadas em prol do lucro, do qual a mão de obra também possui este mesmo caráter. As mulheres, neste contexto, concentram-se em setores de serviços precários, externalizados ou informais, que exigem menores qualificações profissionais e que atingem, especialmente, as trabalhadoras negras e de classe popular, somada às desigualdades de gênero. As ocupações feminilizadas do empreendimento energético, neste estudo, exemplificam e ilustram este debate, uma vez que as mulheres possuem as menores remunerações, quando comparadas às masculinas, além de serem variáveis. A representação do valor delegado ao trabalho feminino em solo patriarcal se constitui, igualmente, como complementar ou adicional à economia familiar e, por sua vez, leva em consideração a subordinação das mulheres aos ciclos da vida na esfera privada, sendo, o trabalho produtivo, identificado como não obrigatório, conduzindo à justificativa aos baixos salários e fomentando a desvalorização da mulher como “ator econômico”, simultaneamente (HIRATA, 2009). A equidade salarial, neste estudo, ocorre somente nos cargos, em que há um grau de escolaridade igual entre homens e mulheres, sobretudo, em nível superior. Os salários entre as ocupações variam de 1.200 a 7.000 reais.

A faixa salarial varia bastante, o servente, o salário base dele é 1.252 [reais], é o menor salário que tem; mas varia muito tá, um profissional motorista ganha geralmente 2.000 [reais], operador de maquinas 2.500 [reais], da parte da civil que é carpinteiro, pedreiro e soldador ganham o mesmo salário, que é 1.800 reais, o menor é o servente, e aí tem o profissional que é 1.800 [reais]. A maioria do pessoal administrativo fica em torno de... esse é o salário base tá... em torno de 3.000 e 4.000 reais, a parte da engenharia é em torno de 5.000 a 6.000 reais, tem gente que tem contrato de PJ, daí o salário é maior, então, é mais ou menos essa faixa. O salário ele vai de 1.200 a 7.000 [reais], e varia por cargo (Entrevista, Olívia, 2020).

Conforme Saffiotti (2013 [1970]), é notório que o trabalho feminino tem permitido historicamente a onerosidade das camadas privilegiadas, uma vez que as mulheres são socializadas para aceitarem a exploração, e sua permanência no mercado de trabalho “varia numa integração inversa ao desenvolvimento das forças produtiva” (SAFFIOTI, 1976, p. 35). Tal contexto exprime a crescente “feminilização da pobreza”, em âmbito global (HIRATA, 2002), especialmente, das trabalhadoras chefes de famílias. Isso significa dizer que,

O processo de expulsão [das mulheres] do sistema produtivo já está esboçado na forma subsidiária assumida pelo seu trabalho [...] tanto na economia feudal, quanto na economia burgo e no advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras [...] dividindo as mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas [...] conduzindo a marginalização social da mulher no sistema produtivo (SAFFIOTI, 2013 [1976], p. 35, grifos da autora).

Nos termos de Saffioti (2013), o processo de “marginalização social da mulher” é conduzido por uma dupla dimensão: no “plano superestrutural”, que diz respeito à inferiorização, com base nas mistificações referente as capacidades físicas e cognitivas femininas, em benefício do masculino; e, no “plano estrutural”, com base nas atribuições subjetivas, as mulheres são vistas como mão de obra periférica, ocupando (sub)empregos, sendo mal pagas ou ficando em situações de desemprego e de desalento. Tais efeitos superestruturais se configuram como mecanismos de opressão e de dominação dos corpos femininos no sistema capitalista, o qual se apropria de sua desvalorização social para a exploração da força de trabalho. O sistema instrumentaliza a marginalização feminina, para alimentar a dimensão econômica, atribuindo uma posição secundária a sua da mão de obra.

Na sequência, abordar-se-ão as especificidades das condições laborais nos espaços laborais da órbita das usinas hidrelétricas, no tocante aos setores de alimentos e de limpeza, aos profissionais de nível superior (nas áreas da construção civil e da nutrição) e às relações e às negociações laborais nos locais de prostituição, a partir da visão das trabalhadoras.

2.4.1 “Agilidade, supervisão e flexibilidade”: o trabalho no setor alimentício

As atividades dos serviços alimentícios revelam condições duras para as mulheres, característico dos empregos flexíveis. Conforme Maria: “*Na verdade, já teve cozinheiros, e já passou muita gente, mas, na cozinha não é fácil de aguentar, de arrumar gente pra trabalhar, não é fácil*” (Entrevista, Maria, 2020). Na sequência de seu relato, esta aponta que optou por tentar abrir seu próprio estabelecimento comercial, desistindo da ocupação na empresa, em que atua há mais de 10 anos, sempre no mesmo setor.

Na cozinha sempre teve mais as mulheres, tanto que tem uma cozinheira que está a 25 anos, que é minha amiga, tem outra que está a 20 anos, que eu podia estar junto, porque eu sai, senão eu poderia estar junto com elas, no mesmo tempo. Eu quis sai e me aventurar colocar restaurante e depois não deu certo, e eu voltei aqui de novo [...] é uma profissão que tem que gostar (Entrevista, Maria, 2020).

As habilidades socialmente consideradas femininas são utilizadas neste setor, assim como no de limpeza, em prol dos interesses do capital, uma vez que são atividades semelhantes às desempenhadas na esfera privada. Prevalece uma extensão de atividades feminilizadas, que envolvem paciência, atenção, concentração, cuidado, agilidade e repetição de tarefas, associadas aos “mitos justificadores” (SAFFIOTI, 2013). Segundo a interlocutora, a “*experiência*”, o “*gostar de cozinhar*” e ter “*amor*” (Entrevista, Adriana, 2020) são as principais preocupações da empresa, quanto à realização destas demandas. A interlocutora Maria acrescenta: “[...] *se tu tiver amor de fazer, qualquer arroz, feijão, qualquer coisinha que tu fizer vai ficar bom, agora se você não tem amor ao que está fazendo...*” (Entrevista, Maria, 2020). Essa visão, ao mesmo tempo que se distancia da relação mecanicista e racionalizadora do mercado, faz com que este se utilize dos saberes socialmente construídos para o acúmulo econômico. Segundo Souza-Lobo (2001), esse contexto expressa a ideia de que,

[...] a divisão sexual do trabalho não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob um ângulo que integra os dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais (SOUZA-LOBO, 2001, p. 152).

Assim, a inserção das mulheres nestas ocupações permite a repetição das subserviências do contexto familiar em outras esferas da vida social, particularmente, tratando-se da desvalorização destas atividades. A sociedade constrói o masculino e o feminino, através das práticas, das relações de trabalho, das dimensões simbólicas, dos disciplinamentos, das sujeições, dos valores, etc.; e constrói e reconstrói as assimetrias, que suscitam a “subordinação de gênero” (SOUZA-LOBO, 2001).

As empresas declaram que há dificuldades em encontrar trabalhadoras na cidade de Quevedos para atuar na preparação dos alimentos. Esta preferência empresarial visava a facilitar o deslocamento ao espaço de trabalho, considerando que algumas empresas não disponibilizam transporte para o seu quadro de funcionárias. Do ponto de vista da gestão empresarial, a ausência feminina nos cargos decorre da característica interiorana do território: “*A gente vê em cidades grandes a maior parte do pessoal dos que são cozinheiros, chefes de cozinha, são do sexo masculino, na maior parte das cidades grandes, e aqui talvez por ser uma cidade menor*” (Entrevista, Vitor, 2020)⁹². As funcionárias do setor geralmente pertencem a

⁹² Os homens do setor dos alimentos geralmente se candidatam para serem motoristas de transporte das refeições. A empresa possuiu apenas um funcionário homem, que atuou como auxiliar de cozinha no decorrer de 2019, no entanto o mesmo esteve pouco tempo inserido na ocupação (entre 1 e 2 meses). Como relata o interlocutor, o funcionário era filho de um trabalhador da usina e desistiu de o emprego, após seu pai ter sido demitido: “*Ele ficou*

idades distintas da Região Sul do país. Além disso, frequentemente ocorrem desistências das trabalhadoras dos serviços, desde 2018, sob os motivos de insuficiência produtiva, de problemas familiares, de novas oportunidades laborais ou em razão dos desgastes físicos e psíquicos ocasionados pela labuta.

O lema empresarial deste setor é: “*agilidade, supervisão e flexibilidade*”⁹³. No cotidiano do trabalho, as refeições são produzidas nestes moldes, de modo minucioso, seguindo cardápios variados, a saber: o arroz, feijão, massa, bolinho frito, panqueca, saladas, batata frita, bife de carne, peixe, entre outros alimentos. O processo de produção envolve a medição em gramas ou em quilos, seja de sal, seja de fatias de carnes, seja de arroz, entre outros ingredientes culinários, em que se deve seguir rigorosamente as orientações, para que não falte ou para que não haja desperdícios⁹⁴. Ou seja, preza-se por reduzir a superprodução de alimentos e, conseqüentemente, os custos empresariais. Segundo Alves (2008), é paradoxal e intrínseco ao regime flexível estes tipos de exigências empresariais, que “abomina o desperdício da superprodução na sociedade da produção destrutiva e nas condições da crise estrutural de capital, cujo traço essencial é dado pela crise de superprodução ou crise de sobreacumulação” (ALVES, 2008, p. 56). Há a obsessão fordista-taylorista de extrair a maior “mais-valia”, articulada à “produção flexível”, isto é, os interesses empresariais, além de seguir a ordem global dos nichos de mercado, impõem formas de controle para reduzir as porosidades do trabalho.

Com frequência, as refeições são iniciadas um dia antes, o que acarreta o prolongamento da jornada no espaço de trabalho. As trabalhadoras produziram em torno de 200 refeições diárias, durante os anos iniciais da instalação das usinas, que se reduziram para 70 a 80 refeições entre os anos de 2020 e de 2021⁹⁵. No setor alimentício, as resoluções das atividades são caracterizadas pela dependência entre as trabalhadoras: “*A rotina de trabalho contém equipes*

em torno de 1 ou 2 meses, não persistiu, mas ele sempre levou na tranquilidade as atividades que as meninas acabam fazendo, porque um auxiliar acaba fazendo um pouco de tudo, é para auxiliar em todas as situações, e ele não tinha problema nenhum, mas a procura do sexo masculino [no setor] não existe” (Entrevista, Vitor, 2020). Durante o ano de 2021, a empresa possui em seus cargos elevados, majoritariamente homens, e um profissional liberal e um motorista, encarregados de transportar os alimentos para os refeitórios das usinas. O transporte também é desenvolvido pelo profissional liberal, responsabilizado por múltiplas tarefas na empresa.

⁹³ A empresa em questão atua em mais de seis cidades do estado do Rio Grande de Sul na distribuição de mais de mil refeições diárias de alimentos industriais para, aproximadamente, 30 a 40 empresas (Website da empresa. 17/09/2021).

⁹⁴ Destacamos que parte das trabalhadoras das usinas, assim como os funcionários masculinos, também se alimentam das refeições produzidas.

⁹⁵ Conforme a entrevista com Adriana, que atua no setor de alimentos das usinas, desde o início, em 2018, havia três espaços para refeição: um, localizado na usina Quebra-Dentes; outro, no alojamento dos trabalhadores, na sede da cidade de Quevedos; e outro, na usina Rincão São Miguel.

de três a cinco mulheres em cada turno (manhã, tarde e noite” (Entrevista, Vitória, 2020). A interlocutora Carla, ao tratar sobre o cotidiano, destaca que ela e suas colegas vão até a:

[...] cede [refeitório localizado na cidade de Quevedos] que é o ponto que tem o hortifruti, e nós pegamos o que vamos ocupar e fazemos as anotações. Normalmente cada dia é um cardápio, e nós trazemos o que vai utilizar no almoço. Daí a gente trás, daí cada uma vai colhendo feijão, outra vai descascando babata, outra vai fazendo a salada, tem que esterilizar as bandejas, os talheres, os pratos, os copos, essas coisas. A gente vai se virando e cada uma vai fazendo uma coisa (Entrevista, Carla, 2020).

A interlocutora Vitória também evidencia estes aspectos em sua rotina:

Eu saía de casa às 4 [horas]: 20 [minutos] da manhã. Daí a gente chegava lá e a primeira coisa era preparar o café, preparar os pães, era um pão com doce, um pão salgado com presunto e queijo. Um preparavam o café, eu geralmente chegava lá e fazia o café, aí as gurias preparavam o pão; daí eu só fazia o café e já saía preparando o almoço, aí até as 10:00 horas tinha que está com uma certa quantia pronta, depois tinha que fazer para o meio dia mais uma quantia. Mas os dois dava em torno de 200 e poucos almoços e daí era aquela rotina de fazer e lavar, e aí a gente ia até três horas da tarde, às vezes quatro, lavando e cozinhando, e aí preparava as saladas. Um tinha que cozinhar e deixar esfriar. O horário que a gente chegava lá era antes das 5 horas até 15 [horas] e 30 [minutos], por aí. Quando eu comecei eu trabalhei no turno da noite, daí quando eu trabalhei dois meses no turno da noite, que depois eu saí dois mês, e depois eu voltei para o turno da manhã, para o turno da noite daí eu ia as 13 [horas] e voltada as 23 horas da noite. Era bem no inverno, era bem puxado também, é até no turno da noite foi bem mais complicado porque aí eu chegava lá e a cozinheira da manhã, do meio dia, deixava tudo as coisas suja, eu tinha que lavar tudo para começar a fazer as coisas para janta e era bastante janta também, era bem mais complicado (Entrevista, Vitória, 2020).

Havia um conflito comum entre as equipes de trabalho, quando as atividades laborais não eram realizadas no turno anterior, ficando por conta das trabalhadoras subsequentes. Conforme uma das interlocutoras, sempre que possível, elas: “[...] *deixam tudo organizado para no outro dia, se a gente conseguiu adiantar... como descascar cebola... aí deixa tudo ajeitadinho, e no outro dia a gente volta*” (Entrevista, Adriana, 2020)⁹⁶. Em alguns casos, quando estas atividades não são realizadas, em razão de outras demandas, e tal comportamento interfere na equipe sucessora. As demandas incluíam lavar a louça, selecionar os alimentos, cortá-los ou picá-los. Além disso, outros conflitos decorrem da labuta em si, sobremaneira, quando as atividades não são realizadas de forma coletiva no espaço de trabalho. Uma das principais reclamações das equipes girava em torno da questão destas serem pequenas, em relação à sobrecarga de trabalho, como afirma a interlocutora Vitória: “*Na verdade era uma equipe pequena né, pela quantia de serviço também, e a gente acordava muito cedo, o horário*

⁹⁶ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

era muito puxado, aí dava um horário corrido para gente servir o café e o almoço... no meu turno era assim” (Entrevista, Vitória, 2020).

A realidade das equipes de trabalho passa pelas exigências de maiores polivalência e poliatividade (ALVES, 2007) no comportamento das trabalhadoras, além do maior controle da gestão sobre o processo de trabalho. Em prol de garantir a produtividade no setor, a empresa utiliza os finais de semana, especialmente, os domingos, para reunir as trabalhadoras das diferentes equipes, para executarem atividades e para adiantarem as produções da semana — incluindo as limpezas e a organização do local de trabalho. Conforme a entrevista realizada com a Adriana, que se encontra atuando desde o início da instalação dos empreendimentos no setor de alimentos, relata sobre esses aspectos:

No final de semana a gente se reuni lá com as equipes e trabalha tudo junto, por mais que tenha alguma que tenha folga, daí eu posso trabalhar com a equipe de Guassupi, amanhã posso trabalhar com a equipe da noite... vai ser difícil. No começo eu trabalhei a noite, e geralmente quando você começa a se regularizar, esperar vim exame e até fazer a integração, essas coisas, você vai no período da noite. Quando eu comecei era assim, agora vão lá fazer o exame e já descem trabalhar (Entrevista, Adriana, 2020).

Neste setor, uma das interlocutoras, autodeclarada parda, ressalta que permaneceu acerca de três meses atuando sozinha na preparação das refeições, incluindo a limpeza das louças e do ambiente laboral, além de servir os alimentos para os(as) demais funcionários(as). Rita, uma das mulheres negras entrevistadas neste estudo, é das poucas que permanece, desde 2018, no emprego. Sua trajetória ocupacional é marcada por empregos informais e de caráter ocasional. No seu relato, destaca as dificuldades no momento de atuação no setor.

Eu fiquei no Guassupi por três meses sozinha cozinhando. Eu cozinhei três meses sozinha, eu fazia, servia e lavava... fazia sozinha a comida, servia os bifês e lava tudo [...] andava com aqueles panelão sozinha, colocava na cuba, tudo quente. Fiquei três meses assim. A outra disse que a única que aprendeu fui eu, das que ela ensinou, e a única que quis ficar... ela diz pra mim: “se tu está até o final comigo é porque tu fez por merecer” (Entrevista, Rita, 2020).

Conforme Patrícia Hill Collins (2019), normalmente as mulheres negras são designadas para atividades cansativas e degradantes, como a posição imposta à trabalhadora Rita e outras mulheres que atuam na órbita das usinas, o que a autora tem chamado de “mula” e de “máquinas vivas” para o trabalho. Quer dizer, há um processo de desumanização direcionado às mulheres em geral e, especialmente, às mulheres negras. Do ponto de vista de Grada Kilomba (2019), nesse mesmo sentido:

As mulheres brancas ter um status oscilante, como o eu e como a “Outra” dos homens brancos porque elas são brancas, mas não homens. Os homens negros servem como oponentes para os homens brancos, bem como competidores em potencial por mulheres brancas, porque são homens, mas não são brancos. As mulheres negras, no entanto, não são brancas nem homens e servem, assim, como a “Outra” da alteridade (KILOMBA, 2019, p. 160).

Tal contexto exprime facilmente a exploração de sua mão de obra e das demais trabalhadoras, face ao “padrão geral das desigualdades raciais e de gênero” (COLLINS, 2019, p. 106). Esta realidade caracteriza a vida das trabalhadoras negras desta pesquisa, as quais vivem nos cenários político e social brasileiros, nos quais a estratificação interna da força de trabalho é comum, sendo elas as principais atingidas pelas condições precárias. Não raramente nesta pesquisa, as mulheres negras se encontram nos cargos mais inferiorizados dos serviços de alimentos e de limpeza. Como ressalta Lélia González (1979), o racismo estrutural impõe a posição marginal da população negra no mercado de trabalho, uma vez que ele age, “enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas” (GONZÁLEZ, 1979, p. 8), e inclui a população não branca entre a “supérflua”, visando a mantê-la num “lugar” periférico, na esfera produtiva. Esse contexto se configura na “divisão racial do trabalho”⁹⁷, primazia que nutre a supremacia branca e o seu privilégio na sociedade, relacionando-se diretamente com a reprodução das classes sociais.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa (GONZÁLEZ, 1979, p. 15).

No que tange aos espaços de trabalho, as **Imagens 9 e 10** ilustram os espaços das duas cozinhas ativas, desde o ano de 2018, localizadas na cidade de Quevedos. Uma delas fica nas proximidades do alojamento de uma das empresas e a outra se situa na usina Rincão São Miguel, na área rural do município em questão. Ambas as cozinhas possuem no seu interior, um refeitório para alimentação.

⁹⁷ Como aponta Gonzalez (1979), a divisão racial do trabalho representa a eficácia, tanto do ponto de vista estrutural quanto ideológico e subjetivo da internalização das práticas racistas no cotidiano, que “tomam corpo”, através da discriminação, “na medida em que a divisão racial do trabalho é compartilhada por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas” (GONZALEZ, 1979, p. 9).

Imagem 9: Cozinha localizada nas proximidades do alojamento.



Fonte: Acervo da autora. Foto autorizada para publicação em 14/05/2020.

Imagem 10: Cozinha localizada na Usina Rincão São Miguel.



Fonte: Acervo da autora. Foto autorizada para publicação em 16/05/2020.

Para além das formas utilizadas pela empresa, para garantir a produtividade e a acentuada sobrecarga laboral, as quais as mulheres vivenciam, os locais de labuta também impactam as suas rotinas, pois são considerados, pelas trabalhadoras, “quentes” e “abafados”, devido à pouca ventilação, à pequena dimensão dos ambientes, cujas janelas são insuficientes para a entrada de ar, e à eventual circulação de pessoas no seu interior, conforme constatado nas visitas de campo aos refeitórios e às cozinhas, em 2020. Como relata uma das interlocutoras, há ventiladores no local, no entanto o vento aumenta a temperatura do ambiente, ao invés de reduzi-la ou ameniza-la.

Era muito quente o lugar, aonde era cozinha era pequeno, se tornava muito quente por causa do fogão né, do calor mesmo do fogão. Ar condicionado não tinha, tinha um ventilador, só que aí a gente ligava e era pior, o vento dava no fogão e vinha aquele ar quente no rosto sabe, daí não gelava (Entrevista, Vitória, 2020).

Além das condições degradantes de trabalho, em linhas gerais, as mulheres também não possuem horário de intervalo definido para descanso. De acordo com as entrevistas, haveria um tempo de 40 minutos para essa finalidade, entretanto, ele era sucumbido pelas demandas do trabalho, cujo tempo interferia no momento de servir as refeições, impactando diretamente neste direito das trabalhadoras. Neste caso, o intervalo para descanso ocorria no momento do consumo das refeições. Conforme relata a trabalhadora deste setor:

Nós temos um intervalo de 40 minutos. Daí a gente, as vezes quando está muito apurado, não tira esse intervalo, acaba tirando na hora do almoço e excede um pouquinho no final, né. O nosso horário de intervalo é das 11 horas ao meio dia, mas já não daria para tirar nesse horário porque é quando colocamos a comida para servir. A gente vai 13 horas almoçar, e fica um pouco ali, serve um pouquinho mais, e vamos trabalhar (Entrevista, Adriana, 2020).

2.4.2 “Vontade de fechar as portas e desistir”: o trabalho no setor de limpeza

As trabalhadoras do setor de limpeza atuam nas casas e nos alojamentos espalhados pela cidade, que totalizam quinze locais. Este labor geralmente é realizado individualmente, sendo caracterizado como invisibilizado e dessocializado do convívio com outras colegas de labuta, uma vez que cada trabalhadora limpa residências distintas, espalhadas pela cidade de Quevedos. A jornada das mulheres se inicia às 7 horas da manhã e perdura até às 18 horas da tarde, durante os dias da semana. Além disso, estas trabalhadoras exercem “*horas-extras*”, sobretudo, devido às exigências, de parte da gestão empresarial, para que limpem a mesma residência duas vezes por semana. Consequentemente, tal demanda, quando não realizada, durante o tempo de trabalho, estende a jornada destas mulheres, a fim de cumprirem as ordens da chefia. Uma das interlocutoras observa: “*Era muito serviço pra mim. Eu fiquei esse 1 ano e 6 meses, e daí nos 6 meses ali, eles arrumaram mais duas né, mas daí eu fiquei com muitas casas pra mim, eu fazia 15 casas*” (Entrevista, Beatriz, 2020). A rotina de trabalho inclui a retirada de lixos, a limpezas de gorduras e de restos de alimentos em fogões, as higienizações do chão, de janelas e de vidros, assim como de geladeiras, de armários, entre outros. Para algumas destas atividades, era preciso fazer a remoção de objetos considerados “pesados”, pelas interlocutoras, especificamente, galões, armários, camas, entre outros. Ainda, os pátios dos alojamentos também eram limpos pelas mulheres, que também tinham que lavar os panos da limpeza, visto

que eles eram reutilizados nas diferentes residências, exigindo agilidade e demandas extras.

Nos termos da trabalhadora:

É serviço pesado, não é serviço leve. As casas tu chegava, e não tinha onde não tinha sujeira. Sabe o fogão? era coisa derramada, a geladeira coisa podre dentro, era lixo no chão... era um horror. Daí tu chegava e dava vontade de fechar as portas e desistir. Eles fincavam lixo no pátio, daí a gente que tinha que arrancar tudo, pegar e puxar com um rastel, ensacar e tirar. Não era só limpeza das casas, do pátio também. E deixavam as coisas tudo atirada, era resto de comida nas panelas, os armários eram uma loucura de sujeira. Daí eu limpava tudo, tudo eu que limpava. Os panos da casa tudo era lavadinho e os panos de pratos que eles deixavam também, tudo eu lavava lá. Era muito serviço em uma casa... olha, no meio dia tu ficava ali, e de tarde ia em outra. [...] Eu tinha que correr duas vezes em cada casa, tinha que limpar duas vezes a casa, e não podia ficar sem limpar, só uma vez que não... na semana tinha que ser limpa duas vezes. Daí eu não vencia, era muita correria, as vezes eu tinha que ir até mais tarde (Entrevista, Beatriz, 2020).

A interlocutora Beatriz acrescenta:

Eu saía de um lado e ia para o outro, daí tinha os escritórios né, que tinha dois, e mais lá no Guassupi, e ali no Quebra-Dentes, né. Eu fazia ali a limpeza dos banheiros... Ali tudo era eu que limpava, era bem puxado (Entrevista, Beatriz, 2020).

Para os deslocamentos aos locais de trabalho, as mulheres utilizavam transportes fornecidos por algumas empresas, embora nem todas as funcionárias tivessem esse direito. Principalmente, nos turnos da manhã e da tarde, elas realizavam limpezas nos alojamentos e nas residências. A locomoção das mulheres entre os espaços laborais na área urbana, durante o dia, era realizado a pé, o qual incluía o carregamento dos produtos de limpeza, como baldes, panos e vassouras: “[...] *isso que eu achava difícil, porque eles tinham que ter produtos nas casas já*” (Entrevista, Beatriz, 2020). Sempre que não havia itens de higiene nas residências, nem mesmo, em estoque, as trabalhadoras entravam em contato com a chefia, para efetuar a solicitação. Estas solicitações geralmente implicavam o prolongamento da jornada, em função da demora na locomoção, juntamente com a falta dos produtos para a realização dos serviços.

Igualmente, as trabalhadoras apontam que as refeições eram realizadas, em meio à rotina de labuta, e não eram custeadas pelas empresas. Elas tinham que retornar as suas casas e voltavam ao trabalho, em seguida. Segundo Beatriz: “[...] *eles nunca me pagaram o almoço, eles nunca diziam pra mim ir lá, pegar o almoço e trazer pra casa [...] os outros tinham esse direito da comida, mas a gente não*” (Entrevista, Beatriz, 2020). Nesse sentido, somente quando estavam atuando nos espaços das usinas é que podiam fazer suas refeições, junto aos(às) demais trabalhadores(as), posto que apenas o núcleo dos assalariados estáveis na empresa podia desfrutar livremente das refeições. O intervalo de descanso também era inexistente, a mesma

realidade das trabalhadoras dos setores alimentícios, para as quais o horário do almoço era o único tempo livre disponível e a para sociabilidades com as colegas de trabalho.

2.4.3 “Sempre disponível”: o trabalho nos setores de nível superior

As trabalhadoras dos cargos de nível superior, como aquelas presentes nas ocupações das áreas da construção civil e da nutrição, também experimentam uma rotina com atividades exaustivas. As vivências reveladas nas narrativas das interlocutoras expressam uma jornada flexível e laboriosa, marcada pelo contato com diferentes segmentos de trabalhadores(as) (feitores e trabalhadores em geral), no que tange a orientações e a organizações do processo de trabalho, principalmente, os da construção civil. A mão de obra destes setores mescla os trabalhos intelectual e manual, considerando as múltiplas atividades de campo e de escritório, destacando-se, entre as demandas, as interações via e-mail, orientações de trabalhadores(as), verificação de materiais, intervenções na construção civil, com promoção de avaliações sobre a obra, entre outros aspectos. A interlocutora Olívia relata sobre sua rotina de trabalho e sobre as demandas, que se estendem ao lar:

O horário de trabalho é mais certo das 7 horas às 18 horas, mas se estende até em casa, então, eu posso dizer que o horário na obra são essas 10 horas, mas em casa é... muitas vezes chega, toma banho, come alguma coisa e vai trabalhar, daí trabalha até as 22 horas. A gente tem essa responsabilidade, essa jornada “extras-obra” (Entrevista, Olívia, 2020).

Os acompanhamentos da abertura e do encerramento das atividades produtivas também são comuns para o conjunto de trabalhadoras e de trabalhadores que atua nos cargos de nutrição e administrativos dos setores de alimentos. Conforme o interlocutor Vitor, suas vivências se assemelham às da realidade das trabalhadoras destas funções. O trabalhador entrevistado atua em múltiplas tarefas no setor supracitado, afirmando que precisa estar “[...] *sempre disponível para o trabalho*” (Entrevista, Vitor, 2020)⁹⁸, e observa, também, suas angústias e a necessidade de adaptação às exigências da empresa:

No começo foi bem complicado, porque eu me formei recentemente, vai fazer em torno de um ano, e o meu primeiro emprego formal de CLT, é com essa empresa. Foi uma oportunidade que eles me deram e dessa oportunidade eu passei a aprender com eles, porque muita coisa a gente conhece, a parte teórica da faculdade, mas quando a gente chega na prática, mesmo fazendo estágio, é totalmente diferente e cada empresa

⁹⁸ Atribuição de nome fictício ao interlocutor.

trabalha de uma forma, então eu fui adaptado para trabalhar da forma deles e já faz 1 ano e 6 meses que eu estou aqui em Quevedos (Entrevista, Vitor, 2020).

Um dos elementos da era flexível, conforme Giovanni Alves (2007), consiste nas múltiplas tarefas realizadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, o que se pode denominar “desagregação vertical”, facilmente identificada na rotina dos participantes desta pesquisa, que atuam em várias frentes de atividade no local de labuta, como nutricionista, motorista, entregador de refeições nas usinas, ou seja, há um senso de adaptabilidade às necessidades do capital, em que estes(as) trabalhadores(as) devem se apoiar. Além disso, Vitor também precisa controlar a quantidade e a qualidade dos alimentos, efetuar compras, bem como integrar a gerência do setor financeiro da empresa. Sempre que preciso, ele está disponível para a preparação dos alimentos, igualmente, junto com as colegas de trabalho. De acordo com o seu relato:

No processo de produção as meninas vão produzindo de acordo com o cardápio que existe, e eu fico acompanhando, vendo qualidade, sabor: muito sal, menos sal, fazendo essa parte de controle. E eu concilio também fazendo trabalho lá no escritório, vendo as quantidades de produtos, que tem alguns que é por pedido; também faço entrega de alimentos, então toda essa parte mais administrativa. A contagem, controle de quantidades, fechamento, e a parte financeira, eu também trabalho. Me envolvo nisso, e depois a gente serve a refeição (Entrevista, Vitor, 2020).

Como acrescenta a interlocutora Adriana sobre as funções do colega de labuta:

Nós temos o Y que também faz o transporte pra gente. Ele organiza a parte do salão pra gente, que é o que a menina tá fazendo hoje, ele faz... limpava o salão, secava bandeja, prato, talher, varia, limpava mesa e higienizava e classificava... ele ajudava até, quando precisava, e se precisasse ele ia até para o fogão (Entrevista, Adriana, 2020).

A realidade dos(as) trabalhadores(as) representa o cerne da visão toyotista de produção: “significa o abandono da organização do trabalho em postos fixos e especializados” (ALVES, 2008, p. 53), possibilitando o surgimento de um novo perfil socioprofissional de trabalhador(a), com maiores fluidez subjetiva e técnica de trabalho. Nesse contexto, é realizado um controle aparente no espaço de trabalho, expressado pelos graus de autonomia e de liberdade do(a) trabalhador(a), pela proatividade, pela interação na rotinização, tratando-se, na verdade, no ponto de vista de Sennett (2010), de uma “concentração de poder, sem centralização”, além da descentralização do local físico de trabalho, uma vez que os(as) trabalhadores(as) se encontram em movimento, de um local ao outro e de uma cidade à outra: “*eu fui adaptado para trabalhar do jeito da empresa*” (Entrevista, Vitor, 2020).

É possível perceber a sobrecarga de todos os setores ocupacionais. Os trabalhos braçal e intelectual são ampla e concomitantemente explorados em cada área de atuação. A pandemia do Coronavírus também trouxe alterações à rotina laboral, especialmente, pela quantidade menor de refeições produzidas no setor de alimentos, diariamente, como assinala Vitor: “[...] *o fato do Coronavírus aconteceu cortes como em todas as empresas praticamente*” (Entrevista, Vitor, 2020), bem como pelo acréscimo no número de demissões, especificamente, entre 2019 e 2021, nos diferentes setores das usinas hidrelétricas.

2.4.4 “A gente não tem opção”: o trabalho na prostituição

As demais trabalhadoras que atuam na órbita das usinas hidrelétricas, também se encontram presentes na prostituição. Como mencionado em outro momento, a maior concentração de espaços prostitucionais, se desencadearam a partir do surgimento destes empreendimentos, sobre os quais se constituem o território de gênero, articulado aos demais espaços das usinas, a partir das experiências femininas, o qual será melhor definido no capítulo seguinte. Nesse sentido, a prostituição (ou comércio prostitucional) envolve práticas presentes em todos os mercados do mundo, sendo interpretadas e analisadas, desde meados do século XVIII. Esta atividade é caracterizada, mais especificamente, pela venda do corpo feminino ao masculino e pela posição feminina em seu interior, especialmente, no caso de mulheres cisgênero, mesmo havendo homens e transgêneros atuando na função, frequentemente. A prostituição carrega elementos conflitantes: de um lado, reforça o aparato estrutural da dominação masculina na sociedade, ao dar margem ao poder dos homens sobre o das mulheres, que se posicionam como objetos de desejos sexuais; e, por outro lado, insere-se nas discussões sobre autonomia feminina.

As trabalhadoras entrevistadas neste estudo revelam que suas inserções na prostituição se entrecruzam com a condição de desemprego, indicando a busca incessante pelo rendimento em prol do sustento da rede familiar. Estas mulheres identificam a prostituição como trabalho e se definem como “*garotas de programa*”, em geral; apenas uma delas se denomina como “*prostituta*”. Na concepção das interlocutoras, este labor as mantém financeiramente, destacando, também, as dificuldades nele vivenciadas. Para algumas delas, atuar como “*garota de programa*”, é “*ganhar dinheiro fácil*”, em conformidade com o senso comum, relativo à própria ocupação. Por outro lado, outras trabalhadoras o consideram um trabalho degradante, embora o caracterizem como uma prática laboral “*honesto*”. Uma das interlocutoras relata:

“[...] trabalhando como garota de programa que é um trabalho informal, porém honesto, ganho bem, de acordo com o movimento [...] acho que mesmo sendo um mercado informal, vem se alastrando grandemente com relação ao comércio” (Entrevista, Bianca, 2020)⁹⁹.

A rigor, não há uma concordância conceitual estática (mecânica) sobre a atuação na prostituição, face as suas dinamicidade e complexidade. A literatura pioneira tem caracterizado dois tipos de prostituições: a *trottoir* (ou prostituição de rua) e a *zona*, vista como baixo meretrício, suscetível a riscos, a repressões e a violências (físicas, psicológicas, morais, etc.). As trabalhadoras deste estudo possuem interesse em estarem inseridas em “*boates*”, em “*casas noturnas*” e em “*bares*”, ou seja, em locais fechados, ao invés dos espaços abertos, como os da rua. Segundo elas, o circuito urbano é mais propício a vivenciarem violências de diferentes formas, mais rotineiras do que aquelas experienciadas nos espaços fechados. Em suma, estas trabalhadoras sentem maior segurança em espaços fechados. Nesse sentido, a interlocutora Juliana, que atua na “noite”, desde os 17 anos de idade, revela: *“[...] desde que comecei em bar e boate, no caso, eu não vou para rua, porque na rua acontece tantas coisas, e pelo menos na boate tem proteção”* (Entrevista, Juliana, 2020)¹⁰⁰. A interlocutora Mônica também aborda este aspecto.

Na rua eu não teria coragem, é mais perigoso também, já vi mulheres lindas trabalhando na rua, até tinha uma guria que eu conheci em um baile, assim de vista. Eu olhei pra ela e admirei ela pela beleza, e um dia passei, e vi ela na rua. Eu acho que se dentro da boate é complicado, na rua é bem pior. Eu não teria coragem na rua, é por tudo, porque tu tá ali, porque querendo ou não, tu está em uma casa, e se tu quer se esconder, tu entra em uma pecinha e tu se esconde, né? e na rua não tem, quem passou e te viu, já sabe (Entrevista, Mônica, 2020).

As trabalhadoras presentes nos espaços deste estudo são convidadas a estarem neles, de acordo com as demandas dos “*clientes*” (Entrevista, Carmem, 2020). Em sua grande maioria, as mulheres jovens, com idades abaixo dos 26 anos, são as mais procuradas. A rotina laboral vivenciada pelas mulheres denota uma jornada itinerante, sem um horário fixo de atendimento aos clientes. Em geral, o horário com maior movimento de homens é a partir das 20 horas: *“[...] de tarde dificilmente vem alguém, geralmente o movimento é de noite, daí tem vezes que vai até de manhã, mas tem vezes que vai até 3 horas, 4 horas. Mas já fiquei bebendo até 7 horas da manhã”* (Entrevista, Cristina, 2020). Com frequência, os “*clientes*” escolhem suas acompanhantes, através do envio de fotos, por parte das trabalhadoras: *“[...] aí quando eles chegam geralmente já escolheram pelo telefone”* (Entrevista, Carmem, 2020). O atendimento

⁹⁹ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

¹⁰⁰ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

público varia, conforme a disponibilidade das trabalhadoras, durante o dia e a noite. Os espaços prezam pela lucratividade e pela permanência do cliente no local, o que se defronta com o interesse das trabalhadoras em atendê-los. Cada mulher permanece no local, durante um final de semana ou no período de uma semana. É nesse momento que elas acumulam a sua renda: durante o tempo em que os clientes permanecem nos espaços. Os relatos das interlocutoras exprimem que há a necessidade de fazer com que os clientes consumam grandes quantidades de bebidas, a fim de concentrarem maiores “*comissões*”¹⁰¹, favorecendo à acumulação de ganhos, ao final dos dias ou da semana. A principal renda, por vezes, é o consumo de bebidas custeado pelos clientes, ao invés dos programas propriamente ditos: “[...] *tu tem que ficar até aonde tu aguentar beber, claro, até onde vai o teu interesse em ganhar, né*” (Entrevista, Mônica, 2020)¹⁰², uma vez que “[...] *não tem como calcular [a renda], é um dinheiro que quando dá, dá*” (Entrevista, Mônica, 2020, grifos da autora). A interlocutora Juliana também depõe sobre a imprevisibilidade de rendimentos:

[...] tem dias que tu ganha e tem dias que tu não ganha, né. A noite é relativa. Mas quando a gente precisa tem que ir. Tem dias que eu não tenho vontade de sair porque estou com meus filhos né, e eles pedem para mim ficar com eles e coisa, mas quando falta as coisas daí a gente tem que ir (Entrevista, Juliana, 2020).

As trabalhadoras identificam o trabalho como prejudicial, tanto para si quanto para as demais mulheres nele inseridas, em relação à insegurança de vida, diante dos riscos cotidianos. Na concepção de Mônica, o trabalho formal remunerado seria um “sonho”¹⁰³ a ser conquistado.

Na boate é um dinheiro que entra fácil, mas tu saber que tu está trabalhando o mês inteiro ali, sem precisar... tu sabe que é o teu serviço que tu tem que fazer e depois tu vai para tua casa, eu preferia ainda a granja de porco, porque ali eu fazia meu serviço, era um serviço vamos dizer assim, honesto, porque as boates são vistas por vários olhos ainda como uma coisa, vamos dizer assim, bem sinistra, né? A gente nota, porque sabe como funciona, e o serviço não, tu tá ali trabalhando, tu levanta a cabeça

¹⁰¹O termo “*comissões*” designa o ato de consumir, tanto bebidas alcólicas variadas quanto os alimentos preparados nos espaços.

¹⁰² Atribuição de nome fictício a interlocutora.

¹⁰³ Cabe destacar que, em relação ao âmbito jurídico brasileiro, há o reconhecimento da prostituição como atividade ocupacional, identificada como trabalho, pela Classificação Brasileira de Ocupações (OBS), no ano de 2002, através do código 5198-05/2002, que se refere às mulheres como “profissionais do sexo”. Esta lei partiu de reivindicações do Movimento de Prostitutas e da mobilização dos seguintes grupos: Associação de Mulheres Profissionais do Sexo da Bahia (Asproba); Grupo Davida - Prostituição, Direitos Civis, Saúde (Rio de Janeiro); Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA - MG); Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC); Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul; e Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre (NEP). Conforme esta lei, os(as) “profissionais do sexo” passaram a ser reconhecidos(as) como trabalhadores(as), que prestam serviços por conta própria, sem um local determinado, sem jornada definida e expostas a intempéries, como a discriminação, o risco de sofrer violências e a contração de doenças.

e é teu dinheiro, pelo menos não é prejudicando ninguém, e também se prejudica, né (Entrevista, Mônica, 2020).

Além dos programas e da consumação nos espaços, as trabalhadoras também atuam como acompanhante dos clientes. Parte deles são homens que atuam nas usinas hidrelétricas em diferentes frentes ocupacionais e circulam nestes espaços para interações brandas, não somente para a compra de serviços sexuais, como afirma Mônica. Entretanto, as interlocutoras relatam que precisam: “[...] aturar, né. Tem homens bonito, tem uns feios, uns cheirosos, uns fedidos” (Entrevista, Juliana, 2020). Mônica também traz algo semelhante, em relação a sua rotina laboral e à percepção sobre os homens que frequentam os espaços:

[...] é uma coisa que as vezes dá nojo, vamos ser bem sincera, porque pensa, querendo ou não, tu se arruma, toma teu banho, bota teu melhor perfume, bota tua roupa que tu acha melhorzinha para trabalhar e ficar bonita naquela ocasião, no salão, no caso, daí as vezes chega um lindo e as vezes chega aqueles tudo sujo, que só de colocar a mão em você, já sujou (Entrevista, Mônica, 2020).

A prostituição se revela, sobretudo, nas relações de poder entre o feminino e o masculino em cada momento histórico, e se constitui em solo patriarcal. Na obra *Costumes em comum*, Thompson (1998) analisa a “venda das esposas” nas sociedades pré-capitalistas. As mulheres se encontram inseridas nas relações mercantis como os primeiros “bens de troca” entre os grupos sociais masculinos, brancos, de classe dominante, cuja relação assume um teor de exploração como justificativa para a capacidade sexual/reprodutiva feminina. Segundo o autor, as mulheres eram “leiloadas, como um animal ou uma mercadoria” (THOMPSON, 1998, p. 306). Não raramente, estas relações se mantêm na prostituição. Conforme Margareth Rago (2012), as trabalhadoras pobres no Brasil urbano, sempre estiveram degradadas moralmente frente aos atravessamentos da sexualidade e representações ideológicas sobre o corpo feminino, em face dos discursos predominantes atribuídos a preservação da virgindade, fidelidade da “boa esposa”, “dona de casa” e “mãe de família”, estritamente confinadas ao âmbito privado, e recaindo esse discurso, sobremaneira, as mulheres mais afortunadas. Assim sendo, a classe das meretrizes trata-se da pior das perdições pela estigmatização moral. Nas palavras de Rago (2012): “As prostitutas estavam relacionadas a várias profissões [...] que em sua classificação, apresentavam atributos comuns” (RAGO, 2012, p. 590).

Nos espaços laborais observados neste estudo, os homens assumem uma posição de poder, impondo decisões e escolhas, a qualquer custo, sobremaneira, aqueles que detêm melhores condições econômicas, isto é, que consomem por mais tempo nos espaços e que geram maior lucro. Eles precisam ser particularmente bem tratados, a partir das exigências nos

espaços. Nos relatos, as interlocutoras os identificam os clientes mais velhos (acima de 40 anos de idade) como os que compram as bebidas mais caras: “[...] *um cliente bom em uma boate são os senhores de idade, muito raramente tu vai pegar uma pessoa nova que te pague a noite inteira bebidas caras. Mas tem que ter a sorte de pegar um cliente bom*¹⁰⁴” (Entrevista, Mônica, 2020). As abordagens nos locais podem partir das trabalhadoras, especialmente, quando os homens se encontram em maior número, e, em outros casos, eles agendam uma visita¹⁰⁵ e selecionam aquela, com que irão se relacionar, a partir de fotos ou vídeos. Igualmente, pode haver a exposição das mulheres enfileiradas, para que os clientes realizem suas escolhas. Neste momento, as trabalhadoras se apresentam e retornam aos seus quartos, sendo chamadas, conforme o interesse dos homens¹⁰⁶. Como aponta Mônica: “[...] *ele vai dizer: “eu quero me apegar contigo”, se não ele sai, se não gostar, mas, geralmente, quem escolhe é o que entra, a gente não tem opção*” (Entrevista, Mônica, 2020).

Igualmente, o uso de salto alto ou de maquiagem não é obrigatório, entre as trabalhadoras, e tampouco é uma exigência dos frequentadores. O perfil específico para cada “cliente” é assim revelado: “[...] *o rapaz muitas vezes vai querer a coroa, e os velhos vão querer as novinhas, é tudo ao contrário, entendeu?*” (Entrevista, Carmem, 2020). A interlocutora Carmem acrescenta:

Os clientes não se importam se as meninas estiverem de chinelinhos, tênis, ou sem maquiagem, [...] porque assim, tem boates que não pode entrar sem. Eu já levei muitas meninas para boates de longe, boates grandes que não podem entrar em salão sem o salto. Mas aqui eles nem se importam, estando de chinelinho, sem maquiagem, para eles é indiferente (Entrevista, Carmem, 2020).

O poder masculino se revela, também, nos desentendimentos quando os homens, que já possuem uma intensa sobrecarga de precariedade vivenciada nos empregos no interior das usinas, expressam a catarse em explorar as mulheres nas mesmas proporções nestes espaços. Isso ocorre quando se desobrigam a realizarem o pagamento dos serviços das mesmas,

¹⁰⁴ A interlocutora, ao caracterizar o “cliente bom”, acrescenta: “[...] *cliente bom que a gente diz, não é aquele cliente que vai chegar lá e vai pagar 25 e vai tomar uma caixa de cerveja, não, cliente bom é cliente que chega e paga um champanhe de 200 até 400, ali em um champanhe tu pega 100 reais só para ti, entende? esse é o cliente bom*” (Entrevista, Mônica, 2020).

¹⁰⁵ A forma de divulgação dos espaços com “acompanhantes” ocorre, através de mensagens ou ligações, e por meio da divulgação entre os próprios homens, por meio de comentários.

¹⁰⁶ Com frequência ocorrem interferências de terceiros no momento de interação entre trabalhadora e cliente, como o oferecimento de bebidas, por exemplo, a fim de impulsionar para que o homem consuma no local, por meio de encorajamentos e indagações ao longo da relação. Isso ocorre, sobretudo quando há mais de um cliente no espaço e é permitido maior liberdade para que terceiros estejam observando as interações. Tal interesse parte tanto das trabalhadoras, quanto das demais pessoas que frequentam o local, visando a lucratividade.

denotando determinada superioridade e desprezo, resultando em humilhações para as trabalhadoras, com emissão de violências verbais e de palavras pejorativas. Quando os clientes não pagam os valores determinados pelas mesmas, frequentemente são realizadas negociações em primeira instância, sobretudo, quando há poucos clientes nos espaços, mas podem ocorrer conflitos mais amplos. Conforme relata Juliana, ao vivenciar estas situações,

O cliente pergunta né: “quanto é o programa?”, a gente fala, mas tem caras que acertam antes de ir para o quarto, e tem outros que o cara não quer pagar antes de ir para o quarto, quer pagar no quarto, aí tu chega, trata um valor com o cliente, né, e chega na hora o cliente não quer pagar, daí a gente acaba brigando, porque aí foi feito né, e a pessoa não quer pagar. Tem uns que é só perca de tempo mesmo, mas é uma coisa que a gente trabalha, como se diz: tu trabalha, tu tem que ter o teu dinheiro (Entrevista, Juliana, 2020).

Os valores são questionados pelos clientes, como depõe Juliana: “[...] *eles choram né, daí as vezes tem que dizer: ‘ou tu paga, ou tu não sai, ou chamo a polícia’, aí acaba pagando*” (Entrevista, Juliana, 2020). A interlocutora, ao se referir às negociações, revela: “*Eu boto meu valor, só que não é todo mundo que paga né, daí às vezes mais vale ter na mão do que tu não ter nada, daí a gente dá uma diminuída, mas a gente sempre procura que pague o valor que a gente pede*” (Entrevista, Cristina, 2020)¹⁰⁷. O uso da violência física se destina a situações, em que ocorrem negativas, quanto ao pagamento dos serviços prestados. A seguir a história revelada pela interlocutora Mônica com base em sua experiência:

Pensa em um salão com um monte de gente, e começa uma briga do nada. Uma vez eu estava lá em J. e aí chegou um cara e queria beber, só que o cara já tinha fama de chegar nos lugares e não pagar, então a dona já ficou meio assim, já conhecia ele, e daí ele: “me dá tanta cerveja”. Eu sei que ele queria uma para cada um dos caras que estava com ele, e a dona disse: “então tu me paga as 4 antes”, e começaram a briga, a discussão. Sei que ela pegou e vendeu para ele igual, e no final o problema foi para pagar. Ela quis contar e ele se abraçou nas garrafas e ia derrubar todas as garrafas, ele pegou um facão no carro e foi correndo, no caso, era só mulher e o dono da boate, o marido da mulher, mas ele tinha a perna machucada ainda... pensei que aquele dia que nós ia... Mas graças a Deus deu tudo certo. Mas no caso ele não queria brigar com nós né, mas estavam brigando tudo entre eles, e a gente não sabia para onde corria porque os donos da casa corriam em nossa direção, e o que a gente ia fazer? o cara bem grandão e forte, com um facão, e a gente se defendia só com as cadeiras, colocava uma cadeira na frente (Entrevista, Mônica, 2020).

Além disso, quando não há consenso entre trabalhadora e cliente ou, mesmo, quando o valor determinado pela trabalhadora está abaixo do que o espaço exige, ocorrem interferências, a fim de não “desvalorizar” o local e o trabalho das mulheres. Um dos argumentos para tal é relatado em entrevista, indicando que o valor dos perfumes, das maquiagens e das roupas devem

¹⁰⁷ Atribuição de nome fictício a interlocutora.

ser considerados na soma do rendimento final. Os valores do quarto e das bebidas são colocados como lucros específicos dos locais, não se incluindo no preço do programa, propriamente, cujo valor integral se destina às trabalhadoras. A divisão do lucro e a imposição dos valores também são destacados por Mônica, ao lembrar de um dos espaços de prostituição, em que esteve.

[...] tem boate que tu faz o valor que tu quiser, se não quiser nem cobrar e a casa tiver ganhando o quarto, porque são assim, geralmente 50 reais é o quarto, e tem boates que a gente bota o valor, tem boates que é de 150 pra cima, 200 acima, se tu cobrar 100, não pode entende, tem que ser aquele valor que a casa põe para a casa não perder o valor, sabe. Mas tem lugares que tu chega lá e se quiser fazer um de 50 pila e o 50 da casa, as donas não tão nem aí, entende. Mas as F. lá em S.A., é acima de 200 reais, é que eu trabalhei lá faz uns 2 anos atrás, não faz tanto tempo que era acima de 200, e hoje deve tá bem mais, mas não pode fazer menos porque elas estão ali para vigiar, não aceitam (Entrevista, Mônica, 2020).

O maior lucro adquirido com a presença dos clientes, no olhar das interlocutoras, se destina aos espaços. Em um dos locais, uma parcela mínima dos valores das bebidas e do aluguel do quarto é atribuída às trabalhadoras: “[...] *as bebidas e os quartos, a cada programa ou pouso do cliente, é predestinada uma quantia fixa do pouso ou programa para o dono, e ganhamos uma comissão a cada bebida consumida com o cliente*” (Entrevista, Bianca, 2020). Os locais que ocorrem a realização dos programas também servem à estadia das mulheres, bem como as refeições neles disponibilizadas¹⁰⁸, enquanto permanecem nos espaços, percebem a inferior estrutura dos estabelecimentos.

Ao adentrar na discussão teórica sobre as diferentes formas de conceber a prostituição, vê-se que a abordagem teórica feminista liberal tenta fazer com que este se assemelhe a um trabalho remunerado. Luis Felipe Miguel (2014), no livro *Feminismo e Política*, assinala que este direcionamento visa a defender a sua legalização, a fim de impedir que haja imposições moral-sexual e paternalista sobre estas práticas, que poderiam induzir à estigmatização das mulheres que as exercem, violando suas autonomias morais¹⁰⁹ — o argumento não se refere diretamente à exploração infantil e ao tráfico de pessoas. Para algumas estudiosas, a criminalização da prostituição não alteraria a realidade das mulheres inseridas neste meio, que já vivem situações degradantes, mas a descriminalização, isto é, o livre exercício da atividade — que não se trata de sua legalização propriamente dita — poderia vir a reduzir a vulnerabilidade feminina, sobretudo, às violências acometidas por clientes e por

¹⁰⁸ As refeições consumidas pelas trabalhadoras nos espaços laborais são preparadas nos próprios locais de labuta. Nesse aspecto, houve uma reorganização nos espaços, que previam a produção de alimentos, durante o almoço e a janta, no entanto, para evitar os desperdícios diários, tornou-se viável a produção do almoço uma vez ao dia e, sempre que preciso, faz-se a compra de refeições no turno da noite.

¹⁰⁹ O autor ressalta que a legalização da prostituição está presente em poucos países, como na Holanda, no estado de Nevada, nos Estados Unidos, porém é ilegal em outros países, como na Suécia e na Noruega.

proprietários(as) de prostíbulos. A prostituição é identificada, nesta corrente teórica, como um direito de escolha das mulheres, inerente à liberdade feminina de decidir sobre os seus corpos e de dispor sobre a sua sexualidade. Do ponto de vista de Adriana Piscitelli (2013), defensora desta visão, “a posição da prostituta não pode ser reduzida à de um objeto passivo utilizado na prática sexual masculina” (PISCITELLI, 2013, p. 116). Este direcionamento analítico considera a demarcação entre “prostituição forçada” e “prostituição voluntária”, preconizada, desde os anos de 1980, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com isso, acredita-se que o que torna este trabalho opressor é o modo como ele é executado, através das suas condições.

Em contraposição a esta perspectiva, algumas teóricas, que integram o feminismo radical — conhecidas como “abolicionistas” — repudiam a legalização, a descriminalização e, especialmente, a compra de serviços de prostituição. Para as estudiosas, a prostituição é a erotização da dominação masculina, isto é, trata-se da compra da submissão/escravidão da mulher por uma indústria sexual patriarcal e lucrativa, que acende a ideia do acesso ao corpo feminino como um direito masculino e que, simultaneamente, contribui para a violência e para a objetificação dos corpos das mulheres. Isso porque estariam as mulheres, sujeitas a relações de opressão e de exploração constantes na sociedade, então a exploração sexual recaí, sobretudo, sobre as trabalhadoras mais pobres e não brancas. A autora bell hooks (2019) também evidencia que, historicamente, o “aparato cultural racista” determinou que corpos se constituíssem como disponíveis a qualquer preço no mercado. Os corpos, especialmente, os das mulheres negras, são polarizados dessa forma, desde o período de colonização. Práticas de exibicionismo, de erotização, de desumanização, a partir do “uso do corpo e do sexo pelo prazer como mercadorias de troca” (HOOKS, 2019, p. 108), expressam as objetificações e as explorações sexuais imbricadas no imaginário social tradicional machista e racista, que detêm a “prostituição como sinônimo” (HOOKS, 2019, p. 108), dos quais a maioria das mulheres ainda experimentam as consequências.

O debate feminista adentra na dimensão dos limites da autonomia/livre escolha e das consequências mais amplas do comércio sexual. Teóricas argumentam sobre os limites que conduzem as mulheres à prostituição, que não são diferentes dos demais condicionamentos estruturais, do ponto de vista interseccional, aos empregos precários, aos baixos salários, à inferiorização e exploração da mão de obra, etc., que colocam em xeque a noção da pura “agência” individual ou “escolha” feminina. Entende-se que as mulheres, as quais se inserem na prostituição, mesclam a falta de oportunidades empregatícias à vulnerabilidade social, considerando que as desigualdades sociais imperam fortemente para a posição ocupada na esfera produtiva. A filósofa e pioneira nos estudos de gênero Simone de Beauvoir (1970) indica:

Com efeito a prostituta teria podido ganhar a vida de outro modo: mas se o que lhe escolheu não lhe parece pior, não é prova de que tenha o vício no sangue; isso antes condena uma sociedade em que tal profissão é ainda uma das que parecem menos rebarbativas a muitas mulheres (BEAUVOIR, 1970, p. 552).

Em suma, a análise desenvolvida pela teoria feminista atenta para que sejam consideradas as experiências e as escolhas das mulheres, referentes à prostituição, sem deixar de atribuir demasiada atenção aos diversos atravessamentos estruturais, relativos à dominação e à exploração destas práticas. A discussão cerceia a perspectivas divergentes, e mescla entre a consciência, a autonomia e as estruturas sociais.

A realidade das trabalhadoras, no geral, que atuam na prostituição e no interior das ocupações das usinas, como se observou no decorrer deste capítulo, vivenciam o vilipêndio degradante das condições laborais, e por sua vez, de relações de trabalho opressivas. Tal contexto e experiências de vida das mulheres, entre os espaços das usinas e da prostituição, tornam-se agravantes no âmbito da saúde das mesmas. No subitem a seguir, serão abordados os efeitos da precariedade vivenciada nas diferentes ocupações das quais se inserem as trabalhadoras, que vivem neste território de gênero, uma vez que é possível observar nos relatos, as semelhanças em termos de impactos diretos sobre o bem-estar das mulheres.

2.5 O IMPACTO DAS CONDIÇÕES LABORAIS NA SAÚDE DAS TRABALHADORAS

Em razão da precariedade das condições laborais, anteriormente analisadas, há ocorrências frequentes de acidentes e de adoecimentos, que aparecem de modo semelhante e frequente, nos relatos das trabalhadoras inseridas nas ocupações das usinas e na prostituição. Os contornos da precariedade laboral tomam a realidade das mulheres. Conforme Luci Praun (2016), a reorganização do processo produtivo, ainda nos anos 1980, vem acompanhada de maior intensificação e de aceleração do ritmo de produção. Neste estudo, é possível identificar uma modalidade de acidente, qualificada, pelo Ministério da Saúde, como “acidente típico” no espaço de trabalho, ocorrido durante a jornada laboral, em função dos desgastes físicos e mentais, quais sejam: lesões, ferimentos, fraturas, entre outras formas de desdobramento de complicações de saúde. Segundo a interlocutora Olívia, os acidentes, como luxações, fraturas nas mãos e nos pés, queimaduras, entre outros, são “rotineiros” (Entrevista, Olívia, 2020) nos locais de labuta. Na concepção da empresa, os acidentes e as lesões não impedem os retornos das trabalhadoras aos serviços: “[...] *eles são muito normais, principalmente numa obra como a usina que tem bastante risco e em várias frentes*” (Entrevista, Olívia, 2020). Uma das

interlocutoras, que atua no setor de limpeza, ao avaliar de modo geral os riscos do trabalho, destaca:

[...] é muito puxado o serviço ali, eu mesma sei, né. A saída do ônibus era muito cedo, muito horário... ficavam trabalhando muito horário, muito sol também, e poeira [...] e era perigoso também, eu fui lá no Guassupi limpar e soltaram aquelas bombas, isso é coisa perigosa. Aquelas coisas que eles colocavam dentro do buraco sabe? E saltava pedra para tudo que é lado... uma dinamite, para fazer os buracos, daí era perigoso para todo mundo (Entrevista, Beatriz, 2020).

A gestão empresarial oferece treinamentos de primeiros socorros, ministrados por engenheiros(as) ou por técnicos(as) de segurança do trabalho, a fim de capacitar os(as) funcionários(as), para estes(as) se responsabilizarem e fiscalizarem a segurança nos espaços. De acordo com o relato: “[...] *nós fizemos o treinamento de primeiros socorros. Fizemos parceria com o pessoal da Secretaria de Saúde de Quevedos, fomos lá uma tarde e fizemos um treinamento bem interessante*” (Entrevista, Olívia, 2020). Este curso é denominado “*brigadista*”. No ambiente de trabalho, também são disponibilizados uma ambulância e uma unidade de pronto socorro. A narrativa de uma das trabalhadoras indica que houve a divisão de grupos entre colegas de trabalho, e que ela participou de um deles, como responsável pela fiscalização da segurança laboral. A participante da pesquisa descreve a superficialidade do curso e das recomendações dos instrutores:

Teve uma reunião ali, e eu era parte da segurança do trabalho [...] até o Y que me indicou. Daí era assim, eu entrava no conjunto das coisas de riscos, de proteger as pessoas. Eu fiquei e notei que tinha muita coisa que não podia ser [...] tinha que ter mais segurança (Entrevista, Beatriz, 2020).

Em função das atividades e como resultado das demandas exigidas nos serviços de alimentos e de limpeza, as interlocutoras relatam dores nas mãos, nos braços, nos pés, na coluna, dadas as repetições excessivas de movimentos e a postura inadequada, além dos esforços físicos realizados para erguer objetos, acarretando a sobrecarga física. É comum que estes comportamentos provoquem dores crônicas, que tendem a se agravar, ao longo do tempo. Apresentam-se, na sequência, três relatos de trabalhadoras sobre estes aspectos; duas delas atuaram por mais de um ano nos setores de alimentos e de limpeza e outra atua no setor de alimentos, desde o início das instalações energéticas.

Eu saí porque eu estava com as minhas mãos que eu não conseguia mais, e detonei meus braços lá, porque assim, eu fazia o arroz e aí eu não tinha aquela paciência de dizer: “aí fulana vem me ajudar”, sendo que a fulana estava olhando para mim, vendo

que eu precisava que me ajudasse. Aí eu ia e fazia sozinha sabe, aí me deu tendinite, me deu um monte de coisa, né. Daí eu acabei me motivando a sair por causa disso, e não quis mais voltar. Mas eu saí ali por causa das dores mesmo nos braços... e era muito calor também, no fogo né, e água fria, essas coisas (Entrevista, Vitória, 2020).

Eu me ataquei da coluna, e disseram que eu já tinha isso, só que eu não tinha. Daí eles me largaram né, me largaram por causa do problema da coluna. Só que era muito serviço né, tu vê aqueles latão grandão lá, daí eu tinha que tirar lixo e coisa, tudo da cozinha sabe, e era muito pesado. Os galões sempre estavam com água e aquelas coisas ali do... esse aqui do acampamento, sabe? Ali nós limpamos tudo de lava jato; erguia as coisas e pegamos e limpamos tudo, porque era muito lixo e coisa que eles deixavam, sabe... É muito serviço para uma pessoa só, daí eu não aguentei (Entrevista, Beatriz, 2020).

Eu chego cansada, eu vou me deitar porque chega uma hora que tu cansa, mas eu me levanto... esses dias eu andei ruim da coluna, até falei para dona Y quando estava lá no Rincão ainda. Eu ia pedir para sair, porque eu não aguentava mais, cansada, e o horário também, a canseira... Daí as chefes me trouxeram remédio pra mim ficar [...] como eu digo, eu vou de manhã ali, eu sento só pra almoçar, é direito de pé, se eu estou secando louça, estou arrumando as bandejas, se eu estou fazendo comida, é tudo de pé [...] eu quero terminar ali e quero consultar, eu tenho que consultar para minha coluna e sinto que é... porque me dói até os pés, que é de ficar de pé trabalhando direto, para só na hora de comer, é do próprio serviço (Entrevista, Rita, 2020).

A **Quadro 7** a seguir apresenta as sequências da jornada e a forma de degradação da saúde das trabalhadoras das usinas e dos espaços de prostituição.

Quadro 7: Jornada e adoecimento e/ou acidentes (2018-2021).

Jornada	Horas diárias trabalhadas/dias da Semana	Horas semanais	Adoecimentos/acidentes comuns
Jornada regular	8h / 2 ^a a 6 ^a feira	40h	Dor de cabeça Dor na coluna Dor nos pés
Jornada extra	2h / 2 ^a a 6 ^a feira	10h	Dor nas mãos Queimaduras
Jornada extraordinária	8h / Sábado, domingo e feriados.	16h	Luxação Esgotamento mental
		Total de horas trabalhadas	
		71h	

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise das entrevistas. 13/11/2021¹¹⁰.

¹¹⁰ Nesta tabela não foi considerado o tempo de deslocamento ao espaço de trabalho, que equivale aproximadamente 1 hora, ou mais, a depender da localização das usinas, geralmente longe do local de moradia das

Os acidentes e os adoecimentos, que ocorrem com as trabalhadoras terceirizadas e subcontratadas dos espaços das usinas, são ocasionados pela maior exposição destas à exploração. As consequências impostas são graves e amplas, uma vez que induzem aos maiores riscos de vida, pela negligência das normas legais de proteção, como afirma Druck (*et al.*, 2019), “externalizando os riscos”, principalmente, pelos baixos treinamentos e pelos precários equipamentos protetivos disponíveis. De acordo com a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991¹¹¹, os fatores presentes no quadro de relatos e de queixas, relativas à saúde e à segurança do trabalho das interlocutoras, são “adquiridas ou desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente”. Além das problemáticas, envolvendo os empregos femininos, também houve o óbito de um trabalhador, em função da realização de atividades em altura, sem equipamentos de segurança¹¹². Segundo a interlocutora, após esta morte, “[...] *a parte de segurança foram feitas bastante modificações, melhorias que... já estava adequado, tanto é que a obra não parou, mas foram feitas melhorias na questão de segurança para evitar que aconteça de novo uma fatalidade*” (Entrevista, Olívia, 2020).

As demissões, em função de problemas graves de saúde, ocasionados pela intensidade e pela exaustão no emprego, são comuns. Uma das interlocutoras, que atua nos serviços de limpeza, declara ter sido demitida e, em tom decepcionado, relata: “*ninguém perguntou mais de mim*” (Entrevista, Beatriz, 2020). Após ter sofrido com dores crônicas, durante um longo tempo, Beatriz relata que precisou ficar acamada por um período, caminhando sob o apoio de muletas e de medicações. Na ocasião, ela estava esperando para realizar uma cirurgia na coluna¹¹³: “[...] *eles dizem que a gente não tem o problema, e a gente chega lá e aparece o*

trabalhadas. Igualmente não foi contabilizado o tempo dispendido na atuação do trabalho reprodutivo pelas mulheres, na esfera privada. Utiliza-se a abreviatura dos dias da semana e horário: segunda-feira = 2^a; sexta-feira = 6^a; horas= h.

¹¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213compilado.htm. Acessado em: 13 de novembro de 2021.

¹¹² Olívia, ao acompanhar a investigação, declara que: “[...] *o próprio laudo do falecimento foi inconclusivo, porque ninguém viu como ele caiu, quando viu ele já tinha caído, no momento da quebra, mas ele caiu próximo do rio, tanto é que ele estava molhado quando socorreram, só que ele não caiu, digamos, no poço do rio, não, era numa parte rasiinha sabe, não morreu afogado, tanto que ele estava consciente, estava falando quando foi socorrido*” (Entrevista, Olívia, 2020). E a interlocutora acrescenta: “[...] *a empresa disponibilizou um ônibus para todo mundo que quisesse ir no velório dele, enfim, aí o pessoal foi até lá, então esse apoio, tanto emocional, quanto financeiro a empresa deu, sabe*” (Entrevista, Olívia, 2020).

¹¹³ Na íntegra da narrativa, a interlocutora aponta seu sofrimento, após esforços físicos como consequências das más condições de trabalho: “*Depois que eles me largaram, eu fiquei 20 dias de cama, eu levantava da cama e vinha deitar no sofá. Eu me atirava no sofá e não aguentava de dor. Aí pra mim comer a Y vinha aqui e me dava um leite de canudinho em um copo, em cima da cama, porque eu não podia sentar direito. Não conseguia me mexer. Pra mim tomar um banho, eu ia lá correndo e voltava correndo, porque o nervo ciático inflamou todo. [...] Eu as vezes nem gritava, tinha que aguentar a dor, não tinha remédio, não tinha soro, não tinha nada que me acalmasse a dor. Eu fiz muito esforço lá. É desesperador sabe, a pessoa que via a gente ficava desesperada. Eu*

problema, e daí? Se tem um problema na coluna, no braço, aparece lá? mas aparece porque tu se machuca lá” (Entrevista, Beatriz, 2020). A interlocutora também revela que o rendimento adquirido no trabalho, além dos direitos trabalhistas, no que tange ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), destinou-se à realização de exames (*“ressonância, raio-x, e a tomografia”*), uma vez que não mais seriam custeados pela empresa, que se desresponsabilizou pelo seu bem-estar.

Esta mesma interlocutora, ao relatar sobre o momento, em que ficou sabendo que seria demitida, declara ter ficado surpreendida, pois dependia do emprego para o sustento de sua família. Além disso, aponta que sua carteira de trabalho estava com o número alterado e que precisaria solicitar a correção, a fim de não impactar o tempo do direito à aposentadoria: *“[...] acho que foi eles erraram, colocaram outro número na minha carteira de trabalho, aí ficou dois números”* (Entrevista, Beatriz, 2020). Tal contexto exprime o poderio empresarial nas relações de trabalho, explicitando o descaso e a burla no cumprimento das exigências, referentes aos direitos e à preocupação com a trabalhadora. Quanto ao dia de sua demissão, Beatriz aponta:

Eu fui lá para acertar umas coisas com eles, e eles pegaram e me largaram, nem sabia sabe, me deu um choque quando eu... eles me chamaram lá pra mim assinar o ponto, em um papel assim, daí eu fazia o ponto ali de quantos dias eu trabalhei, quantas horas trabalhei, tudo. Daí eu fui lá assinar e daí eles me largaram, disseram que eu não podia ficar porque estava doente, e como que eu ia trabalhar doente. Mas eles não me avisaram, eles pegaram e me largaram assim de soco, sabe? eu fui e eles me disseram: *“não, agora não podemos mais ficar contigo porque tu está com esse problema”* (Entrevista, Beatriz, 2020).

Outro aspecto, que integra as condições de trabalho e que implica na saúde das trabalhadoras, é a má higienização dos espaços laborais, pois têm sido relatados casos de ingestão de bactérias, a partir dos alimentos distribuídos nos refeitórios.

Eu fiquei um monte de tempo ali com a bactéria, fiz endoscopia, ela tinha saído porque eu tinha tomado um remédio sabe, mas eu fiquei muito tempo com dor no estômago. Até hoje dói o estômago. A bactéria ia acumulando comida ali, eu ia comendo e não saía para lugar nenhum, sabe [...] daí quis me dar uma convulsão [...] eles me deram remédio e tudo, e a mulher disse que eu podia ter até morrido, porque ficou inficionado o estômago, daquilo que eu comi. Eu fiquei fraca, caminhava assegurando uma pessoa. Eu emagreci uma coisa horrível, não sei se era da carne ou era do azeite que eles fritaram e o azeite era de muito tempo sabe, estragado. [...] Eu fiquei um tempão ali com a bactéria, peguei dali e eu não sei de que alimento foi... olha tive que passar por tanta coisa, de dor que eu passei... (Entrevista, Beatriz, 2020).

ficava a noite me massageando pra passar a dor. Daí eu comprei a bolsa de água quente, daí eu botava a bolsa de água quente, daí passou um pouco a inflamação sabe. Aí que melhorei um pouco, estou melhor um pouco, mas eu tive ali mais de 3 semanas de muleta, caminhando torta, e estou por fazer a cirurgia” (Entrevista, Beatriz, 2020).

Igualmente, as trabalhadoras que atuam nos espaços de prostituição relatam complicações físicas, cansaço e dores de cabeça frequentes, em função da labuta. Uma das mulheres, ao lembrar dos espaços laborais frequentados, destaca: “[...] *a gente se judiava para beber né, lá a gente ganhava 6 reais a cerveja e aqui é maior a comissão, e também não precisa se judiar muito para tomar, né*” (Entrevista, Cristina, 2020). Recentemente, em 2012, houve a modificação da lei, referente à prestação de serviços de natureza sexual, a partir do Projeto de Lei Gabriela Leite¹¹⁴ (nº 4.211/2012)¹¹⁵, apresentado à Câmara dos Deputados por Jean Wyllys (PSOL), em parceria com a Rede Brasileira de Prostitutas e com a Central Única dos Trabalhadores do Sexo (CUTS), cujo texto passou a reconhecer os riscos e o envelhecimento precoce desta labuta. Visando a minimizar os danos físicos e mentais, a mesma lei prevê o acesso destes(as) trabalhadores(as) ao Direito do Trabalho e à Aposentaria Especial, após 25 anos de serviço, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. No entanto, embora haja o reconhecimento da categoria como profissão, não há a devida regulamentação das relações de trabalho — objeto de complexa discussão teórica, como mencionado em outro momento —, encontrando-se, as atividades, à mercê da informalidade.

O cotidiano laboral nas usinas e nos espaços de prostituição é atravessado por vivências duras. Diante disso, foi elaborada uma nuvem de palavras, contendo os termos mais utilizados pelas interlocutoras para definir as condições de trabalho, a partir das suas experiências.

¹¹⁴ Gabriela Leite foi uma prostituta (natural do Rio de Janeiro) que, juntamente com a colega de trabalho Maira Lourdes Barreto (natural do Pará), foram precursoras do primeiro Encontro Nacional de Prostitutas do Brasil, no ano de 1987, o qual levou ao surgimento da Rede Brasileira de Prostitutas no mesmo período, decorrente do ativismo, da luta e da mobilização, com o fim de tornar a prostituição uma profissão regulamentada (MORAES, 2020).

¹¹⁵ A lei define como profissional do sexo toda e qualquer pessoa acima de 18 anos, que se encontra, voluntariamente, sendo remunerada por serviço sexual, quer ele(a) seja autônomo(a), quer trabalhe em cooperativas ou em casas de prostituição.

As mulheres que atuam na prostituição, sofrem, da mesma forma, com os impactos repressivos, controles e sobrecarga física, atrelada ao alto teor de bebidas consumidas e sob as ordens masculinas e regras dos espaços que lhes são impostas. Tal contexto, desencadeou em riscos à saúde e a vida das trabalhadoras, cujas condições de precariedade demarcam suas experiências comuns, mesmo em espaços distintos. Nesse aspecto, no capítulo seguinte, será abordado mais diretamente a ligação existente entre os espaços das usinas e o da prostituição, que dão sentido ao território de gênero neste estudo. Este território de gênero é concebido pelos aspectos culturais, sociais e econômicos do ponto de vista de classe, com base nas entrevistas realizadas com as trabalhadoras, integrando formas de controle, opressões e diversas práticas, no que dizem respeito as resistências, estratégias, competições e solidariedades, que se constroem em meio as sociabilidades das relações de trabalho, bem como as implicações da flexibilidade na subjetividade de suas vidas.

3 TERRITÓRIO DE GÊNERO: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NOS TRABALHOS FLEXÍVEIS

“Eu já estou no trecho faz 6 anos, eu já estou acostumada, onde me colocarem para morar, eu vou me adaptar.”
(Relato de trabalhadora, 2020).

3.1 PERFIL E TRAJETÓRIA OCUPACIONAL DAS TRABALHADORAS

3.1.1 Trabalhadoras das usinas hidrelétricas

A maioria das trabalhadoras entrevistadas neste estudo integra as ocupações oferecidas na órbita do complexo energético, tanto as atividades internas, relativas às subcontratações e às terceirizações, quanto aquelas externalizadas, de caráter prostitudinal, nos diferentes espaços citadinos. Destaca-se que o surgimento destes últimos espaços de prostituição está ligado à chegada das usinas em Quevedos. Esta relação ocorre pela incidência, no mesmo momento, das atividades, logo no início da instalação das centrais energéticas. Tais relações entre os espaços permitem analisar o que há em comum nas experiências das mulheres, do ponto de vista de classe, e constituir, a partir disso, a noção de território de gênero.

Em relação às trabalhadoras dos espaços das usinas, elas pertencem a cidades distintas da Região Sul do país, sendo naturais de Quevedos (RS), de Tupanciretã (RS), de São Pedro do Sul (RS), de Veranópolis (RS), de Faxinal dos Guedes (SC) e de Bom Jesus (PR). Estas mulheres têm entre 19 e 50 anos de idade¹¹⁶. No que tange à instrução escolar, somente as interlocutoras dos setores administrativos e dos cargos superiores na área da construção civil possuem ensino superior completo, enquanto as trabalhadoras dos setores alimentício e de limpeza possuem entre o quinto ano do ensino fundamental incompleto e o terceiro ano do ensino médio incompleto; somente uma delas possui ensino médio completo. Todas residem em alojamentos e em residências disponibilizadas pelas empresas na cidade de Quevedos. Das nove interlocutoras entrevistadas dos setores de alimentos e de limpeza e dos cargos com nível superior, apenas três não são mães; a maioria das trabalhadoras possui entre um e três filhos e

¹¹⁶Além das trabalhadoras entrevistadas, que atuam nas usinas hidrelétricas, as mulheres que estiveram inseridas nos empregos do complexo energético são de diferentes cidades e estados do país. Conforme a entrevista realizada com Vitor, agente administrativo de uma das empresas, ao apresentar a lista de trabalhadoras que percorreram o setor, identificamos pessoas provenientes de cidades distintas, como Toropi, Júlio de Castilhos e Porto Alegre, todas localizadas no estado do Rio Grande do Sul. Estas possuíam o ensino fundamental e o médio incompleto, encontrando-se na faixa de idade de 22 anos a 45 anos, com poucas sendo casadas e, algumas, mães solo. Quanto à etnia/raça, estas se autodeclararam como brancas e pardas.

são casadas. Uma das trabalhadoras relata que seu companheiro atua em cargo de nível superior, em uma das empresas construtoras das usinas hidrelétricas; duas indicam que seus companheiros são pedreiros — em um dos casos, o companheiro trabalhou como auxiliar na construção das usinas hidrelétricas, entre os anos de 2019 e de 2020, e, atualmente, encontra-se desempregado; duas das interlocutoras comentam que os maridos atuam como motoristas; outra, diz que o companheiro está aposentado, devido a problemas de saúde, e uma das interlocutoras revela que seu companheiro é agricultor.

As trajetórias laborais destas mulheres passam pela atuação como auxiliares na preparação de alimentos em pizzaria, como ajudantes em festas, como domésticas, como cuidadoras de crianças, como agricultoras, como cozinheiras, como secretárias, como confeitadeiras – vendedoras de bolos, de doces e de salgados –, como donas de casa, entre outras ocupações. As trabalhadoras com nível superior ingressaram em cargos nas empresas, após a formação. A maioria das interlocutoras frequentou ocupações ocasionais e informais, ao longo de suas vidas, encontrando-se em mobilidade geográfica, percorrendo cidades distintas da Região Sul do país. Elas destacam que a inserção nas ocupações das usinas hidrelétricas se deveu a indicações e a informações divulgadas nas mídias digitais ou a contatos de conhecidos. A seguir a narrativa de uma das interlocutoras sobre esse aspecto:

Só na usina que eu trabalhei de carteira assinada, na dona X, eu trabalhei por 4 anos e 4 meses, mas não foi de carteira assinada, daí era assim só. Lá em Santa Maria, quando eu trabalhei, eu fiquei 3 meses, daí depois eu vim embora, na dona X daí eu fiquei mais, e daí na usina né, e as outras [ocupações] eram um mês, dois meses, não era coisa fixa sabe, na usina foi 1 ano e 6 meses (Entrevista, Beatriz, 2020).

Entre as ocupações das mães das trabalhadoras, os relatos mesclam trabalhos de limpeza em hospital, trabalhos rurais, de donas de casa e de atendentes em loja, havendo, ainda, algumas mulheres aposentadas. Os pais das mesmas ocupam vagas de garçons, agricultores, auxiliares de pedreiro e motoristas havendo, igualmente, alguns aposentados. Todas as mulheres indicam que seus pais possuem baixa escolaridade ou que são analfabetos. A renda familiar varia entre 1 e 2 salários mínimos. Uma das interlocutoras relata que seus pais estão separados, enquanto as demais relataram que seus pais estão casados ou viúvos. Foram comuns os relatos de grupos familiares extensos, entre as entrevistadas (todas elas relataram possuírem irmãs e irmãos).

As trabalhadoras residentes do município de Quevedos relatam terem sido socializadas em ambiente marcado pela agricultura familiar, no trabalho com a lavoura, junto de suas famílias. Este aspecto decorre de o município ter, como uma das principais características econômicas, a produção de grãos e de produtos de origem animal, principal meio de sustento

das famílias locais. As mulheres destacam a boa convivência nas relações familiares e relatam sobre o auxílio de suas mães no cuidado de seus filhos, para se deslocarem aos empregos.

A **Quadro 8** apresenta o perfil individualizado das interlocutoras, que atuam nos cargos de nível superior e na prestação de serviços subcontratados e terceirizados, nas usinas hidrelétricas.

Quadro 8: Perfil das trabalhadoras entrevistadas das Usinas Hidrelétricas.

<i>Autodeclaração</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Filhos/as</i>	<i>Estado civil</i>	<i>Estado de origem</i>
Parda	20 anos	EMI	Serviços alimentícios	Não possui	Casada	Quevedos/RS
Branca	38 anos	EFI	Serviços de limpeza	2	Casada	Quevedos/RS
Branca	27 anos	ESC	Profissão liberal	Não possui	Casada	Faxinal dos Guedes/SC
Branca	50 anos	EFC	Serviços alimentícios	3	Casada	Veranópolis/RS
Parda	42 anos	EFI	Serviços alimentícios	3	Casada	São Pedro do Sul/RS
Branca	35 anos	EMC	Serviços alimentícios	1	Casada	Quevedos/RS
Parda	19 anos	EMI	Serviços alimentícios	1	Solteira	Quevedos/RS
Branca	21 anos	EMC	Serviços alimentícios	Não possui	Solteira	Tupanciretã/RS
Parda	46 anos	EFI	Serviços alimentícios	2	Casada	Bom Jesus/PR

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas. 13/07/2021.¹¹⁷

3.1.2 Trabalhadoras que atuam na prostituição

A maioria das interlocutoras que atuam na prostituição são mães — três das quatro interlocutoras¹¹⁸ — e estas trabalhadoras possuem idade mínima de 24 anos e, máxima, de 32 anos. Três delas são naturais do estado do Rio Grande do Sul — das cidades de Santo Ângelo, de Santiago e de Panambi — e uma delas é de Salvador, no estado da Bahia. As interlocutoras começaram a atuar na cidade de Quevedos (RS), a partir de indicações de colegas de labuta dos espaços prostitucionais. Em meio aos deslocamentos territoriais, seus filhos e suas filhas ficam sob as responsabilidades de suas mães, nas cidades de origem. Uma das interlocutoras aponta

¹¹⁷ Optou-se por apresentar abreviaturas do grau de escolaridade das interlocutoras na tabela, quais sejam: EFI - ensino fundamental incompleto; EFC- ensino fundamental completo; EMI- ensino médio incompleto; EMC- ensino médio completo; ESC- ensino superior completo. Todas as informações foram autodeclaradas pelas interlocutoras.

¹¹⁸ Entrou-se em contato com mais duas trabalhadoras que atuam na prostituição, entretanto, apenas as quatro interlocutoras mencionadas, se sentiram confortáveis e optaram por participar da pesquisa.

que, sempre que precisa, contrata uma cuidadora, para permanecer com suas crianças, enquanto trabalha. Elas percorreram várias ocupações informais, como auxiliar de limpeza, vendedora de produtos caseiros (doces e salgados), no abate de suínos em empresa, no cuidado de idosos e de crianças, no atendimento em supermercados e em lojas, como auxiliar de secretária — na categoria “*jovem aprendiz*”¹¹⁹ —, como manicure, no trabalho doméstico, como vendedora de bijuterias e de lingerie e como promotora de vendas. A falta de emprego estável é comum nas trajetórias ocupacionais das interlocutoras. As mulheres estiveram inseridas em empregos informais, em grande parte de suas vidas. As que trabalharam em empresas, como promotoras de vendas, no abate de suínos e, mesmo, como auxiliar de secretariado, permaneceram nos cargos entre dois meses e três anos. Ou seja, suas trajetórias cruzam as ocupações ocasionais, tanto quanto as trabalhadoras das usinas.

As mulheres entrevistadas possuem famílias extensas, e igualmente vivenciam situações conflituosas. Três interlocutoras indicam sobre o distanciamento afetivo paterno. Uma delas relata sobre o alcoolismo do pai, e ela reside com uma tia, desde a perda de sua mãe. A entrevistada tenta manter o contato com ele, que se encontra em recuperação: “*Ele andou parando de beber, daí eu tenho falado mais com ele, mas antes eu não tinha como porque ele vivia bêbado, daí eu não conversava nem nada*” (Entrevista, Cristina, 2020). Outra trabalhadora ressalta que seu pai se encontra envolvido com a criminalidade, e destaca não ter afinidade com ele, convivendo mais frequentemente com a mãe, com as irmãs e com seus filhos: “*Ele era metido com coisas da justiça, estava sempre mais preso do que com nós sabe, então eu nunca tive aquela afinidade com ele*” (Entrevista, Mônica, 2020).

No que tange às ocupações maternas, estas são trabalhadoras domésticas, atuam em trabalhos ocasionais, como na venda de salgados e de doces, como manicure e em serviços de limpeza, e uma delas relata que sua mãe é aposentada. Uma das mães das interlocutoras é viúva; outras duas são divorciadas e apenas uma é casada. A renda das mesmas se encontra na faixa entre um e dois salários mínimos. Duas das entrevistadas indicam que suas mães também foram “*garotas de programa*” / “*trabalhou na noite*”, para o sustento da família. Tal envolvimento nesta atividade, transmitido de mãe para filha, pode se caracterizar com uma “herança sociocultural” e de classe, comum, também, em outras ocupações, como no caso das “safristas”, no estudo de Ferreira (2008). Por outro lado, algumas interlocutoras relatam conflitos

¹¹⁹ Jovem aprendiz trata-se de uma Lei 10.097 aprovada 19 de dezembro de 2000, e ainda permanece em vigor, no Brasil. Ela permite que as empresas contratem jovens a partir dos 16 anos para atuarem em seus estabelecimentos, oferecendo-lhes formação específica em determinada área de atuação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acessado em: 20 de julho de 2021.

familiares, ao optarem pela prostituição como saídas para o desemprego e para o desalento. Uma delas afirma que sua rede familiar não tem conhecimento sobre sua ocupação atual: “*Minha família não sabe o que eu faço, e já não falo pelo preconceito mesmo*” (Entrevista, Bianca, 2020). Outra interlocutora também expressa a situação de conflito familiar:

Minha tia não gosta sabe, meu irmão não gosta, ninguém gosta, é uma briga cada vez que eu venho pra cá [...] Ela me dá as coisas, nunca faltou nada, de roupa, tudo, só que o problema é que me dá vontade de ter meu dinheiro para me bancar, então eu optei por vir pelo menos pra mim ter o meu dinheirinho né, mas é uma briga. Ela não gosta, “tu não precisa estar lá”, “tu não precisa ir”, mas a gente não quer ficar dependendo, né (Entrevista, Cristina, 2020).

A maternidade precoce também integra a realidade das interlocutoras: uma delas revela ter tido o primeiro filho aos 14 anos de idade e a união estável, aos 19 anos. No seu primeiro casamento, estava residindo no estado de Santa Catarina, retornando ao seu estado de origem, o Rio Grande do Sul, após a traição do companheiro. Após isso, houve uma segunda relação, em que teve seu segundo filho, culminando em uma nova separação. Nesse mesmo período, sua irmã a convidou para morarem juntas, temporariamente, enquanto ela estava desempregada. A interlocutora se encontrava, nesse momento, em estado grave de saúde mental. Segundo Mônica, ela estava em busca de emprego, para não precisar depender financeiramente de sua irmã.

Uma hora tu quer ter o teu dinheiro, tu quer ter as tuas coisas, não depender ai “ó mana”. Eu tenho dois filhos o C. e o Y, o Y tinha um aninho e pouco, o C. já tinha uns 9 anos. Daí “ah eu quero tal coisa”... eu não queria estar toda hora “mana compra isso”, “mana tu faz isso”, daí tu quer ter teu dinheiro (Entrevista, Mônica, 2020).

Após tentar empregos em lojas e em empresas sem efetivação, ela decide retomar o “*trabalho na noite*”, em que já havia atuado, em outras ocasiões de sua vida. A maioria das mulheres revelam que se mantêm na prostituição pela necessidade econômica, isto é, para o sustento familiar. Para as mulheres que são mães, soma-se, a esta realidade, as ausências afetiva e financeira paternas nas relações com as crianças, pois é comum que estas tratem sozinhas do sustento, do cuidado e da educação de seus(suas) filhos(as).

Eu tive um relacionamento, e me saparei, daí como minha mãe não tinha condições né, para eu ajudar ela, eu tive que entrar para a noite. Depois eu fui embora, daí tive outros filhos né, daí tinha que me virar porque eu não ganho pensão, não ganho nada, aí eu tenho que trabalhar para sustentar meus filhos (Entrevista, Juliana, 2020).

Segundo as interlocutoras, estas não almejam permanecerem na prostituição por longo tempo, vendo-a como uma atividade temporária, uma vez que estão em busca de trabalho produtivo formal.

Eu não gosto, nunca gostei de trabalhar assim, só que daí vem vindo... ah, tu não gosta de ficar sem dinheiro, tu quer ter tuas coisinhas e daí eu comecei a viajar, mas assim não que eu queira para o resto da vida né, assim que me chamarem num serviço, eu não pretendo mais trabalhar na noite (Entrevista, Cristina, 2020).

Em suas perspectivas, um trabalho estável e um salário justo seriam o ideal. As trabalhadoras que são mães também relatam estar à procura de um companheiro, que possa assumi-las, junto aos seus filhos: “*Queria arrumar um trabalho, ou alguém que me assumisse né, só assim pra sair... que assumisse eu e meus filhos*” (Entrevista, Juliana, 2020).

A **Quadro 9** apresenta o perfil individualizado das interlocutoras, cujos dados apresentados se referem à etnia/cor, à idade, à escolaridade, à quantidade de filhos, ao estado civil e à cidade/estado de origem.

Quadro 9: Perfil das trabalhadoras entrevistadas da prostituição.

<i>Autodeclaração</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Filhos/as</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>Cidade/ Estado</i>
Parda	32 anos	Superior incompleto	3	Solteira	Salvador/ BH
Parda	25 anos	Fundamental incompleto	2	Solteira	Santo Ângelo/ RS
Branca	24 anos	Médio completo	4	Solteira	Santiago/ RS
Branca	24 anos	Médio completo	Não possui	Solteira	Panambi/ RS

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas. 14/07/2021.¹²⁰

3.2 TERRITÓRIO DE GÊNERO

A flexibilidade de perfil neoliberal, emergente do regime produtivo, desde os anos 1970, imbricada no léxico das empresas corporativas, como salienta Robert Castel (1998), é mais abrupta e desigual, e se acentua, do ponto de vista de gênero, como evidencia Helena Hirata (2002). Tal preocupação sobre o contexto social flexível e seus impactos, por exemplo, despertou a emergência da política do “trabalho flexível decente”, criado pela Organização

¹²⁰ Igualmente, aqui optou-se por apresentar abreviaturas do grau de escolaridade das interlocutoras na tabela, quais sejam: EFI- ensino fundamental incompleto; EMC- ensino médio completo; ESI- ensino superior incompleto. Todas as informações foram autodeclaradas pelas interlocutoras.

Internacional do Trabalho (OIT), além de outros mecanismos, a fim de debater sobre a flexibilização dos direitos do trabalho, como o fórum internacional, ocorrido em 2003, no Brasil, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

As mulheres que já vivenciam experiências degradantes, no âmbito das condições laborais dos espaços das usinas e da prostituição deste estudo, como analisado no capítulo anterior, vivem as consequências da depreciação das relações trabalhistas e das incertezas, referentes ao individualismo exacerbado, associado à superexploração da força de trabalho. Ressalta-se que a noção de “flexibilidade” possui vários papéis na sociedade e no mundo do trabalho. Neste estudo este representa a dimensão das jornadas extraordinárias (finais de semana e feriados), horários prolongados, salários variáveis e mobilidade geográfica. Ele também está representado pela polivalência no espaço de trabalho e pelas adaptações constantes vividas pelas trabalhadoras. Mesmo a flexibilidade sendo uma estratégia e política de empresa para o crescimento econômico, Rosso (2017), indica que este é um conceito complexo, tem haver, por exemplo, com os variados horários, com a desregulamentação, com as horas extras de trabalho e horas não sociais (considerando finais de semana e feriados) e trabalhos de duração limitada. O tempo de trabalho são mutáveis e adaptáveis constantemente a depender dos interesses do mercado. Conforme este autor, não há uma definição comum ao conceito, mas, pode-se falar em elos comuns, nesse sentido, flexibilidade lança mão de critérios de exclusão e envolve “toda e qualquer forma de emprego que não seja trabalho permanente em tempo integral com contrato por tempo indefinido e com direitos” (ROSSO, 2017, p. 56).

As trabalhadoras também são impactadas pela flexibilidade na dimensão subjetiva, a qual se soma a condição de classe, uma vez que ela gera insegurança e tende a acentuar as desigualdades de gênero. As mulheres relatam sonhos e desejos pessoais, que abrangem, tanto as dimensões simbólica e afetiva quanto a material. Nesse sentido, o término dos estudos no ensino médio e a intenção de cursar o ensino superior — cujos cursos variam entre administração, contabilidade, estética e cosmética e tecnólogos — são expectativas das mesmas como projetos pessoais para o futuro. As interlocutoras que são mães destacam o desejo de presenciarem as formaturas de suas filhas e de seus filhos em cursos de nível superior — a educação é uma das formas identificadas para ascensão social — e acentuam a falta de oportunidades que experienciam. Os planejamentos de vida destas mulheres incluem oferecer, a seus(suas) filhos(as), uma vida digna, o que justifica a permanência nos atuais empregos e locais de atuação. Elas indicam o peso de se considerarem os maiores exemplos para as suas crianças, como ocorre com a interlocutora Mônica, que atua em um dos espaços com prostituição.

Ontem eu estava pensando [...] para terminar as aulas né, os estudos. Eu queria terminar meus estudos; queria tipo sei lá, fazer um curso, uma coisa, porque é bom a gente ter, é bom. Eu parei de estudar com 14 anos porque engravidei do meu primeiro filho, engravidei com 14, então ali eu parei, depois tentei fazer o EJA. Mas eu queria terminar meus estudos, investir em uma coisa pra vida, pra frente, porque é aquela coisa, não tem como... eu tenho que ser exemplo para poder cobrar dos meus filhos, né. Eu tenho um filho de 11 anos que vai fazer 12, e daí agora com essas coisas de aula a distância, que tem que fazer trabalho de entregar, e ele disse: “ah, mas se meu pai estudou até a 4° [série], porque eu tenho que estudar? eu já passei do meu pai?”, entende? de mim até ele não falou porque eu parei na 6° [série]. Mas vai chegar ao ponto que ele vai chegar na 6° [série], e vai falar a mesma coisa pra mim, né? Ele me cobra bastante isso aí, “aí, porque eu tenho que estudar se vocês não estudaram?”. Então a gente tem que ter o que falar pra eles, porque eles são teimosos, são tinosos pra cobrar (Entrevista, Mônica, 2020).

Eu quero ver se eu consigo fazer administração depois, é um sonho de ter uma faculdade, né [...] porque dá uma estabilidade no futuro, aí quero ver também a filha formada, crescida (Entrevista, Vitória, 2020).

Obter uma carteira de motorista, comprar um carro, finalizar a manutenção da casa ou, mesmo, ter uma casa própria são alguns dos interesses das interlocutoras: “[...] *tipo eu quero ter minha casa, quero ver meus filhos bem. Eles são a minha família no caso, é eu por eles e eles por mim*” (Entrevista, Juliana, 2020). Os sonhos materiais, a interlocutora Cristina destaca que eles precisam ser realizados “[...] *aos poucos né, não tem como a gente comprar tudo de uma vez só também*” (Entrevista, Cristina, 2020). A interlocutora também evidencia esses aspectos em seu relato:

Eu queria realizar a compra de um carro pra mim né, porque eu não tenho e eu não sei dirigir, mais a gente aprende, porque que tem a auto escola e tudo, só que eu não posso agora. Daí tem que ficar assim, não fazer conta, porque eu já tenho coisa no banco que eu tirei quando eu estava na usina, eu tirei um empréstimo, daí o meu pai que está pagando até eu receber; eu recebo um pouco do auxílio doença, desse auxílio emergencial, daí vou pagando ele. [...] Eu não tinha a minha casinha [...] depois eu vim morar aqui na casinha que era de madeira, a minha casa entrava água dentro, eu tinha que erguer as coisas porque ficava cheio de água, daí eu mudei, aí ali [...] eu fiquei um tempão, e ali era boa a casa pra morar; daí até que o pai decidiu me dá o terreno, eu fiquei 4 anos e pouco trabalhando [...] pra fazer a parte de madeira, pagando sabe, pagando todos os meses 300 reais. Eu ganhava 700 e pagava 300 lá, sobrava o que pra mim? Daí eu tinha que pagar a luz e daí o Y a comida... (Entrevista, Beatriz, 2020).

Do ponto de vista de gênero, referente à maternidade, é possível perceber os sonhos das trabalhadoras da prostituição de serem mães e/ou de possuírem uma família: “[...] *meu sonho é ser mãe né, mas não estou com ninguém no momento pra mim ter, né*” (Entrevista, Cristina, 2020). As mulheres relatam a dificuldade de encontrarem alguém que as respeitem, pois, na maioria das vezes, “[...] *eles dizem ‘vou te tirar daí’, só que não dá pra acreditar, porque várias pessoas chegam na boate: ‘aí, como tu é bonita, vou te tirar daqui, amanhã tô vindo aqui te*

buscar', tu sabe que é mentira, né" (Entrevista, Mônica, 2020). Tais expectativas são realidades entre as mulheres que atuam na prostituição, as quais consideram a obtenção de um parceiro como a possibilidade de terem seguranças emocional e material. Diante de uma realidade no mundo do trabalho e social, que pouco as acolhe, e mais degradam suas condições de vida.

Em outros momentos do dia, como tempo de folga, as trabalhadoras geralmente possuem hábitos em comum de ouvirem músicas, assistir à televisão, especialmente, nos horários da teledramaturgia, durante a noite — o único tempo disponível para o lazer —, em razão de a maioria delas permanecer na labuta ou realizando o trabalho reprodutivo, no contexto familiar, principalmente, no caso das trabalhadoras que residem com suas famílias na cidade, o que ainda será analisado neste texto. As interlocutoras relatam gostar de se alimentar frequentemente de frutas, durante o dia, ou, mesmo, de realizarem algumas receitas culinárias, bem como de estarem envolvidas com plantas na prática da vida cotidiana, como forma de distração e descanso.

Eu gosto das plantinhas minha; gosto de mexer com as minhas flores, e eu gosto de flor, eu gosto de ter as coisas arrumadas, o pátio bem limpinho, arrumado, aí eu fico assim... e assisto de tardezinha às novelas. Mas eu não paro muito sentada, eu gosto de estar mexendo em alguma coisa sabe, fazendo alguma coisa (Entrevista, Beatriz, 2020).

Os principais desejos e interesses comuns que se acentuam nos relatos, entre as trabalhadoras, dizem respeito à estabilidade no emprego, uma vez que, tanto as mulheres que atuam nas usinas quanto aquelas dos espaços com prostituição, identificam os labores atuais como temporários em suas vidas. Isso faz referência a precariedade da ocupação, como pelo seu caráter de “instabilização dos vínculos”, uma vez sendo as mulheres mais propícias de encontrarem-se em empregos sazonais, temporários e menos estáveis, acentuam-se desde os anos 1990, no Brasil, segundo Nadya A. Guimarães (2001).

Estas formas de ser e de sobreviver, referentes às trajetórias laborais, aos aspectos culturais e aos espaços pelos quais circulam e vivem, analisados acima, indicam semelhanças do ponto de vista da classe, da baixa escolaridade e da inserção em ocupações ocasionais e informais, ao longo de suas trajetórias de vida, contexto que configura o território de gênero, que se forja, neste estudo, com base nas experiências comuns das mulheres. Nesse aspecto, concorda-se com Delmi Hernández (2016, p. 44), quanto à ideia de que há uma “dialética poderosa entre a nossa existência” e o modo como operam as divisões e as assimetrias sociais, “que ligam [as mulheres] ao território que habitam” (HERNÁNDEZ, 2016, p. 44, grifos da autora). Como destaca Chauí (2014), as experiências geram identificações e formam um

“conjunto articulado dos modos de vida” (CHAUI, 2014, p. 19). Sendo assim, as experiências culturais e as visões de mundo das trabalhadoras das usinas e dos espaços de prostituição guardam semelhanças entre si, como um *ethos* de classe, perante as dificuldades vivenciadas no cotidiano, reflexos das posições social, econômica, política e de gênero, o que se mostra nas ocupações flexíveis que se encontram inseridas.

Do ponto de vista de Thompson (1987)¹²¹, é por meio das “experiências” (THOMPSON, 1987) compartilhadas na vida social em coletividade, no ambiente laboral, pelas práticas cotidianas, por meio das representações, dos valores, das ideias, das resistências, das solidariedades, etc., que se constituem a identificação e a unificação de trabalhadores e de trabalhadoras. As “experiências” envolvem comportamentos com reações emocionais e racionais espontâneas ou condicionadas, intrínsecas ao ser social. As mulheres, particularmente, vivenciam desigualdades e opressões, que permeiam as condições de gênero, de raça e de exploração ampla no sistema capitalista. A intersecção entre estes aspectos impõe atravessamentos, relativos às relações de poder, às hierarquias e às discriminações, na inserção no processo produtivo, quer pelas habilidades socialmente construídas, quer pelas exclusões e pelos preconceitos históricos, que representam indicadores precisos de dominação, constitutivos da classe trabalhadora.

“Classe”, do ponto de vista deste estudo, é identificada como “não neutra” (SOUZA-LOBO, 2001). Para situar as perspectivas e mencionar aquela adotada neste estudo, em um primeiro momento do debate teórico, o conceito de “classe” possui vieses de homogeneidade e de unificação, com base nas separações das relações sociais e das relações de produção. Desse ponto de vista, a classe é vista como a “personificação do trabalho”, contra a “personificação do capital”. Entretanto, a segunda visão teórica — adotada neste estudo — vai além e abrange a crítica feminista ao “sujeito hegemônico”, denotando a heterogeneidade da classe e as hierarquias de gênero no processo de trabalho, presentes nas funções e nas diferenças das qualificações feminina e masculina. Como aponta Saffioti ([1976] 2013), a homogeneidade da classe se pautou “na análise da classe como um todo, e não na sua especificidade e diferenças hierárquicas e de separação, onde geralmente o trabalho do homem vale mais do que o trabalho

¹²¹ Destaca-se que houve um salto quantitativo expressivo do conceito de “classe”, a partir dos estudos de Edward P. Thompson, especialmente, nos anos de 1960, sob uma perspectiva abrangente, que engloba o “fazer-se” da classe no território nacional inglês. Na obra *A formação da classe operária* (1987), o autor analisa os trabalhadores e as trabalhadoras como sujeitos capazes de transformar sua própria realidade. Desde então, alguns teóricos têm abandonado as ideias da passividade e da funcionalidade da classe e têm se dedicado ao resgate da importância política da mesma. Thompson (1987) foi um dos precursores da concepção ampla e processual sobre a formação da classe trabalhadora.

das mulheres, assim como as funções que eles desempenham” (SAFFIOTI, 2013 [1976], p. 125).

Nesta pesquisa, entende-se que é possível definir “classe” a partir da totalidade das “experiências” femininas. Quer dizer, do conjunto das relações laborais vividas e partilhadas nas relações sociais das trabalhadoras, e, na vida social, de seus estilos, de seus métodos e de suas potencialidades, que também representam parte dos contornos temporais da história social do trabalho. Com base em Thompson (1987), “classe” é um “fazer-se”, impossível de se constituir, sem algum grau de consciência sobre si, estando, a classe, vinculada a contextos reais, entre o “papel social” e o “como” a “organização social” se (re)inventa, socialmente. Mais precisamente, o autor define “classe”, em seu livro “A formação da classe operária”, como “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (THOMPSON, 1987, p. 9). No livro “As peculiaridades dos ingleses e outros artigos”, o autor ainda coloca a definição de classe como inseparável da “luta de classes”, e acrescenta:

A classe se delineaia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a “experiência” de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual valem dessas experiências em nível cultural (THOMPSON, 2001, p. 277).

Considerando as mulheres na esfera de produção, com base em Joan Scott (1986), o gênero feminino é um elemento construído socialmente. A construção do “gênero” está sistematicamente envolta as “desigualdades de poder” (SCOTT, 1986), intrínseca às relações sociais. A autora procura definir este conceito, a partir das diferenças entre os sexos e pelas relações de poder, imbricadas na classe e na raça. Conforme Scott (1986), as relações de gênero, de raça e de classe estão explícitas em quatro elementos constitutivos da interação humana: I) nos símbolos culturais, que servem como representações sociais; II) em conceitos normativos, que provocam um emaranhado de sentidos, de oposições binárias e de significações ao feminino e ao masculino, naturalizadas na sociedade; III) na noção de fixidade entre os binarismos de gênero, internalizados nas relações de gênero e atrelados às organizações e às instituições sociais; e IV) na noção de identidade subjetiva, que incorpora os demais elementos na construção do “ser” mulher ou homem, ou nenhum dos dois. Assim, Scott (1996) conclui que, “o gênero é [...] um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas

entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1986, p. 23)¹²². Nesse sentido, o processo de formação de classe se insere nas dinâmicas desiguais vivenciada pelo gênero, possíveis de serem observadas nos processos laborais analisados em outro momento, assim como nos modos vida, através do cotidiano alusivo nas vivências das interlocutoras desta pesquisa.

3.3 O CICLO DE VIDA FLEXÍVEL

A flexibilidade está presente na sociedade capitalista contemporânea. No contexto de países periféricos, como o caso brasileiro, ela se manifesta nas práticas de informalidade, ao longo da história. Conforme Rosso (2017), ela se expande, mediante as crises econômicas, políticas e sociais neoliberais, por todo o mundo. Este fenômeno denota a organização vigente do trabalho, pois a desconstrução da estabilidade, marcante nos empregos da era fordista, dá-se neste modelo, despertando grandes desafios, principalmente, pelas maiores insegurança, instabilidade, incerteza e risco (CASTEL, 1998, SENNET, 2010, HAESBAERT, 2019) na vida de trabalhadores e de trabalhadoras. A flexibilidade se torna mais intensa, do ponto de vista de gênero, como evidencia Hirata (2007, p. 93-104):

A flexibilidade no volume do emprego e no tempo de trabalho é garantida pelas mulheres [...] A flexibilidade do trabalho é garantida pelas mulheres [...] A flexibilidade interna (polivalência, integração e trabalho em equipe) concerne fundamentalmente à mão de obra masculina [...] A flexibilidade externa é obtida principalmente pelo recurso à mão de obra feminina (empregos precários, trabalho de tempo parcial, trabalho em horários atípicos, horários flexíveis).

Nessa perspectiva, as interlocutoras deste estudo concebem seus empregos como “[...] *uma coisa que passa, né, porque é um emprego que na verdade veio, durou 2, 3 anos, e agora está terminando né, não tem mais, como é que se diz, é uma coisa temporária, é um emprego*”

¹²² O surgimento significativo do uso do termo gênero enquanto categoria de análise emerge especialmente no final do século XX, como forma de transformar o conhecimento científico, pelos estudos de gênero, aliados ao campo político. A autora se detém em demonstrar o modo como a categoria “gênero” aparece cientificamente, pontuando dois aspectos do seu uso: I) O primeiro parte do pressuposto da neutralização da categoria “mulher”, afastando-se da potencialidade política e tomada de posição, a respeito das desigualdades de poder na sociedade, presente, especialmente, nos estudos feministas dos anos 1980, na área das ciências sociais, demarcando a busca pela legitimação do estudo, e reproduzindo questionamentos considerados poucos críticos, ao contrário do uso do termo “história das mulheres”. II) O segundo uso do termo “gênero” representa as relações sociais de sexo, como construções sociais sobre um corpo sexuado que serve para se referir aos homens e mulheres que pertencem a um mesmo universo, vinculado aos domínios ideológicos e estruturais; rejeitando a ideia de esferas separadas (mulheres ou homens, família ou nação, etc.) e das justificativas biológicas. Para especificar as posições teóricas e suas diferenças, a autora propunha as três principais¹²² análises do “gênero”: I) Teoria Feminista, com finalidade de revelar as origens do patriarcado. II) Tradição Marxista, com uma perspectiva crítica feminista. E por fim, as teorias III) Pós-estruturalista francesa e anglo-americanas, com a finalidade de revelar a construção da identidade de gênero.

temporário” (Entrevista, Vitória, 2020). Da mesma forma, os estudos recentes indicam que a flexibilidade promove a metamorfose na sociedade salarial¹²³, expande a precariedade nas relações salariais, leva a maiores exclusões, desemprego e pobreza, e intensifica a “vulnerabilidade das massas”, vinculada à desestabilização em geral, reduzindo os trabalhadores e as trabalhadoras a uma “massa agregada”, nos termos de Robert Castel (1998). Neste contexto, a classe, assim, estaria mais dispersa e “funcional” ao desdobramento capitalista, sem espaço para ações coletivas e diretamente contribuindo para a valorização do capital. Nos termos de Antunes, no livro *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (2018), analisando o contexto brasileiro, entende que a “nova morfologia” da classe trabalhadora, ocorre a partir das transformações do capitalismo contemporâneo, que explode a maior heterogeneidade, complexidade e fragmentação, no interior do mundo do trabalho, vide a ampliação de suas bases concretas no mercado, pelas novas formas contratuais e de emprego, expressado pela informalidade e pelo surgimento de setores de serviços. Na “nova morfologia da classe”, alicerçada nas clivagens anteriores, dos pontos de vistas “relacionais de objetividade e subjetividade” (ANTUNES, 2018, p. 104), no seu “modo de ser”, ela se encontra mais precária, sob maior superexploração e intensificação laboral.

O sentimento de impessoalidade na empresa também faz uma das trabalhadoras distinguir sua antiga ocupação da labuta recente nos empreendimentos energéticos. Embora ambas as ocupações possuam carâteres predatório e degradante, a interlocutora ainda declara que, na primeira ocupação, era possível notar certa preocupação da empregadora para com ela, o que chamou de “reconhecimento” pelo trabalho dispendido, que fazia com que ela se sentisse confortável no local, o que denota também o seu caráter paternalista. No contexto atual, ela se sente sozinha e como um mero “objeto” no espaço de trabalho.

Onde mais gostei de trabalhar foi na Y, era puxado o serviço, mas ela reconhecia o meu trabalho, sabe? ela sempre me dava mais sabe no mês, ou no final do ano, ela me ajudava mais e se eu precisava de alguma coisa de um leite, um ovo, uma coisa assim, ela me ajudava. Ela me ajudou muito, foi o que eu mais gostei de trabalhar ali, se fosse trabalhar de novo, eu trabalhava. [...] Ali [empresa] eles eram muito assim, eles tratavam as pessoas de um jeito diferente sabe, como empregado, eles tratavam tudo igual, eles pensavam que a pessoa tem que fazer todo o serviço e... era bem difícil mesmo (Entrevista, Beatriz, 2020).

¹²³ Na concepção de Castel (1998, p. 598): “o mundo do trabalho na sociedade salarial não forma uma sociedade de indivíduos, mas, sobretudo, um encaixe hierárquico de coletividades”.

A instabilidade empregatícia e a informalidade crescente são ainda mais duras para as mulheres que são mães, como Juliana, que possui quatro filhos, pois, segundo ela, é preciso “*se virar*”, considerando que não recebe qualquer renda por parte paterna para suprir as necessidades básicas de seus filhos, ou seja, insere-se na economia informal, sob a “(des)sociabilidade do capital” em meio a sua “ordem destrutiva”, como assinala Antunes (2018). Em seu relato, destaca que obtém constantes ajuda familiar e de outras mulheres no cuidado com as crianças, enquanto trabalha.

Eu nunca somei quanto que eu ganho sabe, até porque eu gasto bastante, se eu somar vai dar uns 1 mil, 2 mil por mês [...] eu pago aluguel sozinha né, é roupa, calçado para as crianças, comida, então não tem uma renda fixa que eu ganho, sabe? Eu pago babá também para cuidar das crianças quando eu volto trabalhar. Daí não tem, mas eu vivo né, passo dificuldade, passo, mas sempre a gente se vira. Quando eu estou em S.A. minhas crianças ficam com a minha irmã, aí eu deixo as coisas sempre para eles comerem, o que precisa, fruta, leite. Em S. eu já tenho que pagar alguém para ficar na noite (Entrevista, Juliana, 2020).

Na era flexível, as mulheres também são induzidas a se recuperar, a arriscar, a aderir às mudanças e a ceder às demandas do capital. Especialmente no Brasil, de acordo com Lélia Gonzales (1979), se forjou uma “população relativa” do ponto de vista de gênero e de raça, identificada como “massa marginal” destinada a uma baixa integração no sistema produtivo, se posicionando em empregos precários, flexíveis, com baixa remuneração, desregulamentados, informais etc., e, de outro, como “exército industrial de reserva”, experienciando o desemprego, a menor qualificação etc. Isso torna propício para que, nas palavras de Sennett (2010, p. 68), esta classe esteja disposta a “abrir mão do passado, habitar a desordem e viver no limite”. O contexto flexível impõe riscos, que se configuram em frustrações, em medos e em incertezas aos trabalhadores e às trabalhadoras. Este autor declara que se constitui uma “cultura do risco”, que anda de mãos dadas com a “necessidade diária” de sobrevivência dos indivíduos, em que “o risco na vida real é tocado num nível mais elementar pelo temor de deixar de agir” (SENNETT, 2010, p. 98). Nos termos de Robert Castel (1998), este momento acentua a “promoção do individualismo”, do sujeito autônomo e independente — “não social”. Esta dessocialização rompe com qualquer tipo de pertencimento coletivo e incide sobre um número de trabalhadores e trabalhadoras “desfiliados” ou, mesmo, “supranumerários”, ou seja, à mercê da “falta de seguridade, falta de bens garantidos e de vínculos estáveis” (CASTEL, 1998, p. 598), possível de visualizar a partir desse sentimento expressado no relato anterior.

Esse contexto, que implica diretamente na vida pessoal das trabalhadoras deste estudo, impacta, igualmente, o contato afetivo com suas famílias, que se soma a distância da cidade de

origem, sobretudo, daquelas mulheres que não são naturais de Quevedos. O distanciamento familiar é um problema enfrentado, assim como o impacto da Covid-19, que, da mesma forma, implicou a delonga do retorno de algumas das interlocutoras para as suas cidades natais. As demais trabalhadoras, cujas redes afetivas se encontram no local, também expressam dificuldades em garantir momentos amistosos, uma vez que a jornada, que a sobrecarga laboral e que os danos à saúde, devido às condições de trabalho, impedem-nas de estarem confortáveis e plenamente dispostas para tais relações, o que se soma ao pouco tempo disponível para o descanso.

Na verdade, tu trabalha de domingo a domingo, né! tu não tem o domingo de folga. Eu, até, na verdade, na segunda vez que voltei a trabalhar, não trabalhava no domingo, mas é bem puxado, é bem cansativo tu acaba descontando em casa, em filho, em marido, na verdade, bem dizer, a tua família fica de lado em casa, né? porque tu mais fica lá do que em casa (Entrevista, Vitória, 2020).

Eu vou uma vez por mês, esse mês eu não fui por causa dessa baixada de três fins de semana, então fica mais complicado [...] tenho saudade de casa, mas daí eu falo com eles quase todos os dias. [...] A gente conversa sempre, meu marido quando vou pra casa... esse mês ele não vai poder vir pra cá, se não ele vem pra cá (Entrevista, Maria, 2020).

A flexibilidade recente, que emerge a partir do século XX, perante as crises econômicas e sociais, tem favorecido na elevação do nível da intensidade laboral, pelas jornadas longas e salários variáveis, alteram a estrutura e as práticas do trabalho, mesmo daqueles regulamentados. Sennett (2010) assinala que os tempos disciplinado e previsível do trabalho, corrompidos nesse contexto, expandem um tempo, em que “não há longo prazo”, impõem mudanças, relativas à rotatividade, isto é, às trocas de emprego e de aptidões, às demissões e às adaptações, em que vivem as interlocutoras deste estudo, com base nas exigências da nova economia. Nesse aspecto, há uma profunda gravidade no medo pelas novas formas de organização do tempo. Este princípio “corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo” (SENNETT, 2010, p. 56), sobretudo, nos laços e nas práticas sociais, tanto no âmbito do trabalho quanto no familiar, como se percebe nos relatos das trabalhadoras.

Tais vivências também denotam a desconcentração física do emprego, um fenômeno que demarca a realidade feminina e dificulta que estas mantenham uma rotina que viabilize o contato afetivo com a rede familiar. Algumas interlocutoras permanecem de um a dois meses afastadas de casa, situação que faz as mesmas elaborarem estratégias, a fim de amenizar a saudade e de conservar o vínculo nas relações familiares, as quais incluem ligações diárias, chamadas de vídeos, trocas de fotos e de vídeos com suas famílias. Elas buscam, através do

processo de “reterritorialização” (HAESBAERT, 2019), de modo virtual, através das tecnologias de informação, manter a proximidade com as pessoas próximas. Como revela Sennett (2010), é possível afirmar que as trabalhadoras “resistem” à lógica flexível, ao encontrarem formas de romper com o sentimento de estar “à deriva, [...] de lugar em lugar, de emprego em emprego”, principalmente, porque “as condições do tempo no novo capitalismo criam um conflito entre caráter e experiência, a experiência do tempo desconjuntado ameaça a capacidade das pessoas de transformar seus caracteres em narrativas sustentadas” (SENNETT, 2010, p. 32). Contudo, mesmo que haja algumas estratégias pessoais, ainda persistem sentimentos de solidão entre as interlocutoras, e, por vezes, este sentimento faz com que elas queiram estar mais tempo no espaço de trabalho, em função da sociabilidade proporcionada no local, pois as presenças das colegas as deixam mais confortáveis: “[...] como eu estou longe de casa, né, então também não tem sentido de ficar lá sozinha... em casa sozinha” (Entrevista, Maria, 2020). As amizades construídas no ambiente de trabalho expressam motivações afetivas e servem como um acalento, na realidade das mulheres. Ao se habituarem à cidade e as colegas, sempre que fazem viagens a outros locais de instalação energética conforme exigências laborais, ficam “tristes”, em função de ter que sair de perto das conhecidas. Segundo Rosso (2017), o movimento que envolve o interesse de estar no emprego, representa a resistência a flexibilidade de deslocamento, que gera distanciamento e separa trabalhadores(as), assim como de seus conhecidos. O contexto exprime o modo, pelo qual a era flexível tende a enfraquecer os vínculos sociais: os laços se tornam mais frágeis, a distância e a mobilidade geográfica tendem a impedir a construção de uma identidade fixa e o pertencimento a um local. Sempre quando os laços afetivos persistem por um longo período, é sinônimo de conquistas pessoais. Conforme Olívia:

Isso já é padrão de você conhecer um lugar novo, de conhecer uma cultura diferente isso já agrega um monte né, porque você vai conversar com um daqui [de Quevedos], e daqui 10 anos, e vai conversar com uma pessoa de outro lugar... “já trabalhei naquela obra; ela já está gerando faz 10 anos”, “trabalhei naquela obra”, “aquele fulano lá, conheço”, “Santa Maria, Quevedos, conheço aquele pessoal”, “conheço aquela família”, então as vezes eu vou pra uma obra lá no Paraná, e venho por RS, e aí já vou dar uma passadinha lá, tomar um chimarrão com a fulana que eu conheci, que é lá de Quevedos, então, eu digo assim: como a gente iria conhecer Quevedos, se não fosse pela usina? ou conhecer as pessoas daqui? e fazer amizades? Tem pessoas que tu vai levar daqui, que vai conhecer aqui, e que daqui 10 anos vai continuar conversando, e vai ter uma amizade com ela ainda. Então a parte de afeto mesmo, de ter amizades novas, de conhecer mais pessoas, isso aí é uma coisa que trabalhar no “trecho” tu trás muito (Entrevista, Olívia, 2020).

Em meio à era flexível, a mentalidade de “longo prazo” persiste, em termos de narrativa e de desejo pessoal. As relações pessoais de longa duração são uma forma de resistir à nova “estrutura de poder”, que preza pela submissão imediata ao capital, como afirma Sennett (2010). Diante deste estado de mobilidade, experimentado por parte das trabalhadoras entrevistadas, prevalece um comportamento de “camaleão”, como revela Sennett (2010), cujo caráter se torna “irreversível”, segundo Castel (1998). Das doze trabalhadoras entrevistadas, oito mulheres migraram de cidades distintas para os empregos em Quevedos, inserindo-se nas subcontratações empresariais, bem como nas transferências internas ou por meio de indicações, como nos espaços institucionais. Esses aspectos são possíveis de serem observados nas entrevistas a seguir:

Eu sou de SC, mas não tive tanta dificuldade de morar aqui, porque a minha cidade também é uma cidade pequena, F. G. tem três mil habitantes. Sempre morei no interior então, já estou acostumada a caminhar na rua e as pessoas se cumprimentarem. Já morei em cidade grande também, e como eu já estou no “trecho” fazem 6 anos, eu já estou acostumada, onde me colocarem para morar, eu vou me adaptar (Entrevista, Olívia, 2020).

Elas, minhas amigas vieram pra cá, e acharam horrível, disseram que nunca viriam de lá pra vir pra cá, acharam que é muita coisa, muito longe, muito... eu disse: “ah me acostumei, já”. [...] é... faz essas viagens... uma aventura pra mim porque eu nunca tinha saído da cidade de carro, agora eu vou e volto sozinha. É uma experiência que jamais eu imaginei que que ia ter, porque eu não sabia nem... eu fui só uma vez pra B. G. de carro sozinha, e agora estou vindo pra cá, e voltando sozinha, então imagina... eu demoro, no começo eu demorava 8 horas para ir e 8 horas para voltar, agora eu já estou demorando 6 horas e meia, 6 horas e 40 minutos, então, já diminuiu, já peguei mais prática... no começo me perdia também no caminho, mas agora estou tranquila, vou e volto tranquila, já virou uma rotina, um “trecho” pra mim ir, mas é... tudo é experiência que a gente vai aprendendo... vai aprendendo (Entrevista, Maria, 2020).

A vida “nômade”, daquelas que possuem a opção de se deslocar em busca de emprego, a flexibilidade, implica o sentimento de “perda de controle sobre a própria vida” (SENNETT, 2010), além do medo embutido nesse processo, eis como o sistema flexível dispõe das pistas “nas medidas que vão ser tomadas e a maneira de como viver para sobreviver na economia moderna, como se houvessem posto sua vida emocional e interior, à deriva” (SENNETT, 2010, p. 53). Nessa mesma linha argumentativa, as divisões social, sexual e internacional do trabalho, que caracterizam a era flexível, favorecem à dinâmica e ao poder capitalista e reduzem a força física da trabalhadora a um corpo maleável e impulsionador de acumulação econômica. Rogério Haesbaert (2019) indica que há uma maior fragmentação e uma descontinuidade na esfera da vida, que garante a “explosão” da multiterritorialidade humana. As viagens constantes, sem um

local fixo de moradia e de colegas de trabalho, como relatam as interlocutoras, demandam a necessidade de “adaptação” constante, para se manter nas ocupações.

Da minha parte, eu pessoalmente, me adaptei fácil. No início tu chega assim: “acabou? nós chegamos?”. Geralmente, tu começa na obra e vai até o final dela e entrega, depois, vai pra outra cidade, vai pra outra obra, então, é esse o procedimento: “começo-terminou-vai embora”. Desses 6 anos, estive em Carolina, Nova Prata, Xanxerê e aqui, em 4 cidades (Entrevista, Olívia, 2020).

A realidade das trabalhadoras, no geral, expressa um “ciclo de vida flexível” (CASTEL, 1998), que resulta na precariedade, que “se traduz em trajetórias estremecidas, feita de buscas inquietas para se virar no dia a dia” (CASTEL, 1998, p. 603). Rita e Maria também relatam sobre essa experiência, dada a calma da cidade de Quevedos (RS), auxiliou para amenizar as dificuldades da distância do território de origem.

Faz 1 ano e 7 meses que estou morando aqui, e eu gosto, estou gostando, sempre gostei da cidade [...] O pessoal daqui são pessoas muito simples, humildes... tenho amigas muito boas que eu fiz aqui [...]. Tem aqueles que dizem que não gostam, mas eu sempre digo que gostei, e eu sempre digo para o meu marido, se um dia eu tiver que sair de lá, para morar em outro lugar, eu queria vir morar pra cá. Até disse pra ele: “vamos comprar um terreno pra cá, que daí um dia que a gente quiser sair de lá, viemos pra cá”. Aqui é uma cidade bem tranquila, do interior e gostosa de morar, ninguém incomoda, cada um nas suas casas, muito tranquilo (Entrevista, Maria, 2020).

A cidade, eu gostei. Quando eu vim, eu achei que não ia me adaptar, mas agora eu gosto daqui, é bem boa a cidade, é bem calma, os vizinhos bem bom, tanto lá, quando eu morava lá, e aqui também (Entrevista, Rita, 2020).

Nos anos de 1990, no Brasil, Nadya A. Guimarães (2001) indica que eram as mulheres quem estavam em maior mobilidade geográfica, a partir da emergência do processo de flexibilidade laboral, sofrendo fortes retrações de oportunidades ocupacionais, que as impulsionavam a se descolar para grandes centros urbanos industriais. Conseqüentemente, este cenário ainda se mantém, e fomenta um maior circuito feminino no país em busca de emprego, tal qual observa-se neste estudo. Na concepção de Haesbaert (2019), as classes subalternas em mobilidade geográfica são comuns em países periféricos e dependentes, como o Brasil. Esse fenômeno, também relacionado à desconcentração física do emprego, tende a ser compulsório aos(as) trabalhadores(as). As trabalhadoras das usinas hidrelétricas e dos espaços com prostituição geralmente vivem esse deslocamento quer pelas exigências da atual ocupação, quer pela situação de desemprego/ desalento. Como indica Haesbaert (2019), a falta de vínculos estáveis tende a ser “resultado total da falta de alternativas [...] e da flexibilidade nas experiências múltiplas e imprevisíveis” (HAESBAERT, 2019, p. 250).

O trabalho flexível presente na realidade das interlocutoras desta pesquisa, gera instabilidades, assim como dificulta a manutenção de mão de obra qualificada nas empresas, e sobretudo, insere-se em meio as perdas de direitos, como evidenciado no capítulo dois. Ele envolve negociações e possui tempo de duração menor – duração predeterminada nas relações de trabalho. Tal flexibilidade inclusive encontra-se presente nas formas de trabalho integral; é um fenômeno intrínseco as relações laborais, especialmente no cenário neoliberal do século XX. “A flexibilidade pode ser encontrada em diferentes momentos e situações econômicas” (ROSSO, 2017, p. 61) como parte do desenvolvimento do capitalismo internacional. Na sua concepção deste autor, existem dois momentos da expansão da flexibilidade: 1) a flexibilidade quantitativa externa, que diz respeito ao menor quadro de força de trabalho nas empresas, a fim de garantir a redução de custos e seguindo a operacionalização e demanda da empresa, referente a contratos fluídos e fora dos esquemas regulatórios; e 2) a flexibilidade quantitativa interna ou funcional, atrelado a variabilidade da duração da jornada, como as horas extras, sendo regulado e adaptado as demandas do mercado, também identificada no trabalho polivalente, vinculado várias tarefas de diversas matizes, bem como variável salariais. Tais formas de flexíveis denotam o poder das empresas, além das decisões espaciais de alterar a localização.

Nessa perspectiva, são as usinas hidrelétricas que agenciam os deslocamentos das mulheres, as quais se submetem aos empregos, a fim de almejarem melhores condições de vida, embora não possuam o controle dos movimentos geográficos e, mesmo, da sua direção, que é indefinida. Da mesma forma, estar no “*trecho*”, nos termos das trabalhadoras, faz com que estas conheçam lugares novos e culturas diferentes. Uma das interlocutoras revela ter descoberto nomes incomuns de alimentos, além de gostos músicas diversos e, mesmo, outros aspectos, relativos a trajes típicos de cada lugar e de cada região¹²⁴. Tal contexto das trabalhadoras deste estudo, se soma ao medo de perder a oportunidade empregatícia, pois as mulheres entrevistadas são fugitivas do desemprego. Segundo Castel (1998, p. 601), na sociedade contemporânea “não basta mais saber trabalhar; é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender”. A interlocutora Olívia traz dados, quanto a esse aspecto:

¹²⁴ O próprio pessoal daqui, do comércio, traz coisas diferentes, me falaram: “*eu vou pedir pra você*”, *daí começa a vir um produto diferente, porque o pessoal daqui vem e pede. Um outro comércio que tem mais demanda de... ah, o cara da verdura vem uma vez por semana, agora vem duas, ou três. Então o pessoal de fora que vem pra cá, vai usando bombacha, compra “pilcha” pra ir no baile, estava acostumado escutar forro vem aqui e já ouvi música gaúcha, então é uma troca cultural que acontece naturalmente. Tanto nós que... eu já trabalhei no RS, mas daí tu vê uma coisa nova. [...] O pessoal vai no CTG, é um pessoal tradicionalista né, gaúcho tradicionalista, e isso que eu notei quando vim pra cá, porque eu já tinha morado no RS, lá em N. P., lá é na serra, então quando eu vim pra cá, pensei: “esse é o gaúcho de verdade”, né” (Entrevista, Olívia, 2020).*

Conhecer lugares diferentes, querendo ou não, é um lugar diferente, e tu vai ter a facilidade de se adaptar, disso de ficar mudando de cidade em cidade é uma vantagem, porque tu não vai sofrer para se adaptar em lugar nenhum. Há precisa mudar, vai embora. Tem uma oportunidade nova, lá não sei aonde, tu vai embora, faz a mala e vai, então te dá uma vida de liberdade maior, tu não fica amarrado, porque tem pessoas que perdem a oportunidade de trabalho bom, porque pensam “meu Deus eu vou sair dessa minha cidade, eu vou ficar longe da minha família”. Então isso é uma vantagem nossa, que não tem essas amarras, essas amarras você já desfez, você já uma pessoa livre para o mundo. Tem saudade de casa? Tem, mas com o tempo tu se acostuma, e é bom ficar fora de casa porque aí quando tu volta pra casa tu é visita, tu não briga, então tem essa facilidade. Eu acho de tu se liberta, eu vejo que é uma das maiores vantagens de quem trabalha com isso. Nada mais te segura nesse quesito. Tu vai ter tua família, tu não vai deixar de gostar dela, mas tu não vai ficar preso (Entrevista, Olívia, 2020).

A percepção positivada da flexibilidade, presente nesse território de gênero, atrelada às liberdades pessoal e de ação, na verdade, indica, de acordo com Sennett (2010, p. 69), que “na revolta contra a rotina, a aparência da nova liberdade é enganosa”. A ambiguidade do emprego flexível, conforme Harvey (1992), muitas vezes não cria por si mesmo uma insatisfação trabalhista forte, pelo contrário, ela pode ser considerada benéfica, no entanto, os efeitos agregados são de muitas perdas, desde níveis salariais até a segurança no emprego e na vida de trabalhadores e de trabalhadoras. Para a dimensão subjetiva, com o tempo, tal realidade tende a ser mais deprimente do que promissora. Nos termos de Sennett (2010), pode-se dizer que as interlocutoras permanecem num “estado contínuo de vulnerabilidade”, uma vez que o tempo e o espaço são desregulados pelas instituições, pelos empregos e pelos deslocamentos.

Para as trabalhadoras que atuam nos espaços prostitucionais, a maior motivação para permanecerem na labuta advém da necessidade econômica. Parte das interlocutoras que atuam nas usinas e nos espaços de prostituição afirmam enviarem suas rendas para as mães e para os(as) filhos(as), que permaneceram na cidade natal: “*o pessoal manda dinheiro daqui pra lá, e tem pessoas que trazem a família pra morar em Quevedos, tem bastante famílias, morando aqui né, do pessoal que se tornou local*” (Entrevista, Olívia, 2020). Segundo Rosso (2017), a flexibilidade não é recente no mundo do trabalho, no contexto brasileiro, e é comum para aqueles(as) que trabalham de “sol a sol”, pelas práticas de horários maleáveis, como aqueles que atuam no meio rural, em pequenos negócios urbanos e serviços, entre outros, ocorrendo, principalmente, devido à falta de fiscalizações do estado, e pela crescente informalização do trabalho.

Nesse aspecto, as trabalhadoras a partir de agenciamentos pessoais tendem a recriar, através do pensamento, do simbólico e do corpo físico ou maquínico — o qual se trata da própria força produtiva disciplinada e coletiva — a operacionalização de novos sentidos aos

territórios que passam a habitar. Entende-se território como uma construção social, de acordo com Haesbaert (2019):

Aqui, o território, na sua dimensão concreta e funcional, adquire outra configuração. Os requisitos materiais para a articulação territorial não desaparecem, mas seria uma outra característica de “compreensão” espaço-tempo atrelado aos processos sociais de ação e de movimento da sociedade (HAESBAERT, 2019, p. 269, grifos da autora).

A dimensão polissêmica instituída perfaz o território de gênero, reflexo da “des-re-territorialização” (HAESBAERT, 2019) vivenciada pelas trabalhadoras. Sendo assim, o território não está indissociado da dimensão material, nem mesmo, no âmbito subjetivo. Isto significa dizer, também, que “a vida é um constante movimento, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos” (HAESBAERT, 2019, p. 138); apenas a temporalidade e o espaço costumam ser distintos. Tais experiências, que aproximam a realidade das mulheres, enquanto “classe” (THOMPSON, 1998), ocorrem nos espaços, em que (sobre)vivem, como indica Hernández (2016), os quais são “socialmente construídos, [e] essa construção tem um referente patriarcal e as mulheres e os corpos femininos não são vistos como parte dele, mas apenas adicionados a ele” (HERNÁNDEZ, 2016, p. 41, tradução livre, grifos da autora)¹²⁵, o que significa dizer que tais espaços possuem uma significação social, atribuída tanto pelos empregos feminilizados e de caráter degradante quanto pelas experiências para além destes espaços, compartilhados no território da cidade.

3.4 REPRESSÃO E CONTROLE DA FORÇA DE TRABALHO

As relações entre empregador e trabalhador(a) se manifestam, historicamente, pelo antagonismo e pelo contraste de ideias, de interesses e de vivências, pautadas na pauperização do trabalho, provocada pela tendência da economia política. É comum que os interesses dos detentores de poder sejam conquistados, por meio de manipulações ou através de repressões diretas, seja para amenizar conflitos de classe, seja para ressaltá-los. Conforme Amneris Angela Maroni (1981), Karl Marx (2013) e Marcelo Badaró (2019), o capital estabelece controles, que prescrevem o cotidiano do trabalho, num bojo de disparidades de poder e de proteção. Em vários relatos, as cobranças ostensivas, em relação a prazos e a demandas no cotidiano, são comuns nos espaços laborais, tanto nas usinas quanto nos locais com prostituição. Esta lógica

¹²⁵ No original: “[...] el espacio es socialmente construido, esa construcción tiene un referente y es patriarcal, las mujeres y los cuerpos femeninos no somos vistas como parte de él y solamente añadidas a él; entonces, quedamos en desigualdad” (HERNÁNDEZ, 2016, p. 41).

incide na disposição pelo “mais-trabalho” (MARX, 2013), uma vez que se visa à busca pelo acúmulo de lucro.

No setor administrativo das usinas hidrelétricas, as cobranças às trabalhadoras, quanto aos prazos, incluindo refazer e reavaliar projetos e tarefas, são comuns, por parte da gestão. Na visão empresarial, as pressões e os controles laborais decorrem do curto período para execução de atividades, como relata uma das interlocutoras, que ocupa um dos cargos no setor da construção civil: “[...] *tem que fazer o serviço no mês e tem que trabalhar em menos de um mês para em um mês já estar pronto*” (Entrevista, Olívia, 2020). A demanda é imposta a todas as categorias ocupacionais. Conforme Sennett (2010), o novo regime flexível tem gerado novas formas, mais severas, de poder e de controle. Uma delas é a perda de controle do tempo, em que o(a) trabalhador(a) se torna subserviente aos horários das pessoas, das empresas, havendo um maior disciplinamento na conduta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Um dos relatos das trabalhadoras revela o envio de fotos e vídeos de para a gestão empresarial, como forma de demonstrar as atividades desempenhadas, durante o dia. Estas estratégias são utilizadas, pelas empresas, para a manutenção do controle. A exigência de comprovações da realização das atividades era a principal forma de avaliar a conduta das trabalhadoras do setor de limpezas nos locais de labuta. A chefia também utilizava, como recurso, fazer ligações para as funcionárias, a fim controlar seus movimentos e o cumprimento da demanda do dia. A pressão, durante todo o desempenho das atividades, visava a apressá-las, para que todas as casas fossem limpas, conforme a “meta” diária de produção. Esta estratégia de dominação do processo de trabalho, na concepção de Maroni (1981, p. 35), impõe a autoridade e a finalidade de intensificar a velocidade do trabalho, “cujo tempo não pertence ao trabalhador(a)” e se encontra sob a “vigilância” (MARONI, 1981) do capitalista, através do “poder disciplinador” (MARONI, 1981).

Quando era a Y e o X que mandavam era horrível. Eles faziam gato e sapato [...]. Desse um ano e pouco que eu fiquei lá, [...] eu ia para as casas e eles me ligavam para saber onde eu estava, onde que eu não estava, e me mandavam ir para outra casa que eu não tinha ido. Daí eles reclamavam do meu serviço, eles diziam: “É, Y, tu tem que fazer mais coisa, tem que fazer mais isso...”. Só que era muito serviço pra mim, né. Daí eu dizia: “vem aqui ver a sujeira”, daí eu pegava e tirava foto e enviava para ela a sujeira da cozinha, botavam graxa, pingavam graxa. Eu tinha que passar água quente na cozinha para sair a graxa. Daí eu mandava as fotos pra ela: “É, eles têm que cuidar, vou falar com eles”. Mas ela nunca falava, ela deixava, que daí eu ia lá no outro dia e estava daquele jeito de novo. Era a coisa mais horrível. É horrível. Eu depois que peguei aquele serviço, que saí da Y... é certo que eu ganhava pouco lá na dona Y, mas não era essa exploração, porque eles me exploravam, não era assim coisa de... eles me exploravam ali, a Y e o X, Deus o livre. A Y e o X eram muito explorador (Entrevista, Beatriz, 2020).

Como bem disse Saffioti (2013 [1987], p. 54): “sempre que um ser humano é usado como instrumento para a obtenção de uma meta, anula-se a sua humanidade”. A interlocutora ainda acrescenta o comportamento agressivo da chefia a fim de impor medo, constranger e humilhar, assumindo um tom extremado sobre os acontecimentos na labuta diária.

A Y era muito rude comigo. Ela queria que eu fizesse as coisas do jeito que ela queria. Mesmo eu enviando as fotos ela dizia: “não, tão reclamando do teu serviço, porque tu não foi na tal casa”. Os homens iam lá e reclamavam do meu serviço ainda, dizendo que eu não tinha ido nas casas, que era pra ir duas vezes por semana, só que não dava tempo. Eu trabalhava as vezes até no sábado de tarde, o horário era até meio dia né, mas daí se eu quisesse fazer hora extra eu fazia no sábado de tarde, mas eu tinha que fazer porque eu não tinha limpado a última casa, daí eu tinha que fazer e se ficasse a última casa sem limpar, Deus o livre, né. Eles reclamavam, os homens da casa ainda reclamavam do meu serviço, mas eu limpava como é lá em casa, eu limpava as coisas, eu deixava limpinho os balcões, tudo limpinho... era bem assim, era bem puxado e eles eram muito prevalecidos comigo (Entrevista, Beatriz, 2020).

Esse tipo de atitude direcionada às trabalhadoras, relativa às relações de poder, determina o “lugar” das mesmas no espaço de trabalho, além de serem “comunicações perigosas”, que criam um espaço “útil ao interesse do capital” (MARONI, 1981, p. 36), principalmente, para a extração de “mais-valia” (MARX, 2013). Pode-se dizer que o comportamento repressivo da chefia se converte num tom anônimo e automático.

No setor alimentício, as cobranças são estimuladas entre as próprias colegas de trabalho, em razão de as trabalhadoras dividirem as funções e de dependerem umas das outras para a obtenção dos produtos finais, as refeições e a organização do local. Para evitar conflitos, como os desentendimentos, uma das maneiras de exercer o domínio empresarial era utilizar formas de “*integração*” das trabalhadoras, visando a promover a harmonia entre as equipes, através de reuniões, aos finais de semanas, em que todas trabalhavam juntas, dado que estas relações tenderiam a implicar a maior produtividade e a garantir a ordem interna no espaço de trabalho, impedindo a “emergência do desvio” (MARONI, 1981).

Diante de conflitos e da improdutividade, é patente que as demissões, como aparatos de controle repressivo dos comportamentos individualizados, recaem de pronto sobre as trabalhadoras. Conforme Maroni (1981), na era fordista-taylorista, a classe se encontrava como “produto” (MARONI, 1981) das técnicas de dominação, o que demonstra a coexistente deste mecanismo no regime flexível.

A chefia empresarial, no setor dos alimentos, também externaliza formas de controles, que implicam no comportamento das trabalhadoras no espaço laboral, a fim de reduzir o desperdício de alimentos, como relata Vitória, atuante na prestação dos serviços terceirizados,

ao se referir à conduta empresarial: “[...] com o Y a gente tinha uns “arrancas rabos” bem grande as vezes...” (Entrevista, Vitória, 2020). A interlocutora acrescenta que o controle exacerbado dos custos e da produtividade eram os motivos principais dos conflitos.

Ele é pelo certo sabe, ele segue bem as regras, né [...] daí às vezes ele dava umas estressadas também, ele queria fazer mais do que era, e aí não conseguia né, até pela questão dá comida, até pela questão do custo, né. Eles lidavam muito com o custo. Ele queria que tu fizesse a comida na medida que não sobrasse e nem faltasse, só que as vezes comem mais, as vezes comem menos, tu nunca sabe a quantia que as pessoas vão comer. Daí uma das questões que ele mais batia era para não fazer demais, só que também não podia fazer pouco que faltasse, porque a gente fazia cinco qualidades de comida: a salada, o arroz, o feijão eram todos os dias, e dois tipos de carne a gente fazia (Entrevista com Vitória, 2020).

Havia, neste setor, um padrão para a realização das refeições, a partir de “*cardápio rígido*” (Entrevista, Maria, 2020), predefinido, com base nas orientações encaminhadas pela empresa matriz, que contava sempre com o controle da gestão. Em casos de alteração, esta deveria ser enviada, com antecedência, à gestão administrativa, que avaliava a possibilidade de mudança.

[...] eles me mandaram pra cá com intuito de ensinar as cozinheiras a fazer do jeito que a empresa faz, que é feito lá. Lá a gente serve 1.000 refeições por dia, transportada, fora que em 3 cozinhas tem 300 funcionários, que almoça todos os dias e janta também. Nessas 3 cozinhas é montado que nem aqui, uma equipe que faz e serve. Nas fábricas grandes eles fazem... tem a cozinha e é feito tudo ali, mas assim mesmo é feito 1000 refeições só na industrial, então é um padrão de como é feito lá (Entrevista, Maria, 2020).

No âmbito da prostituição, as regras também se sobrepõem, expressadas nos horários para as trabalhadoras comparecerem no “*salão*”, que corresponde à permanência delas, junto aos clientes, facilitando, conseqüentemente, a consumação e o maior lucro para os espaços. Outras estratégias utilizadas para aumentar a lucratividade recaem em intervenções sobre os ganhos das trabalhadoras, por meio da aplicação de multas pelos desentendimentos com clientes ou, mesmo, pela expulsão destes do local. Tal controle visa a assegurar a boa conduta e o bom desempenho. As trabalhadoras também correm o risco de serem expulsas, em caso de não aceitarem se relacionar com determinados homens, como indica a narrativa de uma delas:

Vou ser bem sincera, o meio mais fácil é a boate para ser bem franca né, porque é um dinheiro que vem, não vou dizer que vem fácil, mas vem mais rápido, entende, porque tu trabalhar as vezes um mês para vim... mas é puxado, bem complicado. As vezes entra uns caras lá lindos, cheirosos, bonitos, novos né, mas as vezes pode entrar um senhor de 60 anos, sem tomar banho, sem nada, e tu tem que ficar acompanhada com ele até a hora dele dizer: “agora não quero mais acompanhante”. Tem que ficar ali, se tu não fica, tu pode até dizer para dona: “agora não quero ser acompanhante daquele

cara, ele tá sujo, ele tá fedido. Tá tudo bem vai para o teu quarto então”, mas amanhã tu já não fica mais lá naquela boate. Tu tem que ficar, é como em um serviço de loja, tu tem que atender quem entra né, não importa se é mendigo ou não, é a mesma coisa a garota de programa, tu tem que atender quem entra (Entrevista, Mônica, 2020).

Segundo as trabalhadoras, somente o “*lucro é elogiado*”, a partir de comentários, com os quais a administração tensiona para entusiasmar as trabalhadoras. Esta forma, além de trazer benefícios econômicos ao estabelecimento, também impulsiona a competição entre as mesmas, diante das comparações entre as mulheres e os seus rendimentos, dentro do espaço laboral.

[...] se tá trabalhando bem te elogiam lá em cima, “há porque essa aqui é uma menina que bebe bastante, que trabalha bem”. Mas se um dia tu tiver ruim com dor de cabeça, “ai, ó, já não tá prestando mais como estava no primeiro dia”, entende? A gente vê falar assim “aí, a Y foi uma menina que ganhou muito dinheiro na boate”. Mas se eu ganho 2 mil, ela ganha quase 4 mil né, ela ganha o dobro, isso sim, entende? Elas ganham... se eu ganho 2, elas ganharam quase 4, porque se elas vendem a cerveja a 25, tu vai ganhar 5, 10 pila em uma cerveja, e o resto é tudo pra elas. Hoje tu chega na boate tu ganha super bem, e amanhã chega uma mais bonita que tu, e que bebe mais, aí tu já passa a desvalorizar pra elas e elas valorizaram aquela outra, entende? é só o lucro que é elogiado (Entrevista, Mônica, 2020).

Diante disso, as relações sociais estabelecidas nos espaços prostitucionais possuem um caráter econômico acentuado, do ponto de vista dos agenciadores dos programas femininos. No geral, mesmo que ainda haja laços de confiança ou de amizade entre as trabalhadoras e, mesmo, para com os clientes, a interlocutora Mônica deixa explícito que a relação pessoal, na sua percepção é: “[...] *passageira, é só o profissional mesmo ali, só para o trabalho*” (Entrevista, Mônica, 2020), após sair do local, é “[...] *tchau, nem te conheço*” (Entrevista, Mônica, 2020). Os elogios são causadores de estranhamentos e de controle, pois algumas das trabalhadoras são identificadas como “*profissionais*”, ao estarem dispostas a se envolver com os clientes, sendo encorajadas a “[...] *não escolher homens*” (Entrevista, Carmem, 2020), com o argumento de que, economicamente, elas “*perderiam*” mais do que os espaços laborais, em que atuam. Outra exigência que acomete estas mulheres é a limitação de circulação no espaço urbano, que também é designada diretamente dos espaços de atuação. Este controle é ampliado, na medida em que as trabalhadoras realizam viagens custeadas pelos agenciadores, que prescrevem os dias e as horas de retorno para cidade de origem.

Além disso, as interlocutoras nestes espaços laborais, vivenciam outro problema, referente ao acúmulo de dívidas, que podem ocasionar a permanência das mesmas “[...] *ali um determinado tempo para pagar aquele valor [...] a maioria delas são assim, elas pedem dinheiro e ficam presas nas casas*” (Entrevista, Carmem, 2020). Os empréstimos de pagamentos antecipados são formas utilizadas para contar com o serviço das trabalhadoras em

tempo integral, o que acarreta o domínio direto sobre o destino das mulheres e sobre o seu deslocamento geográfico.

O uso de “pulseiras” (coloridas ou de metal) nos estabelecimentos prostitucionais, é um meio utilizado para controlar o rendimento das mulheres, durante os expedientes. Nesse sentido, cada pulseira representa um determinado valor a ser pago, ao final da estadia no local, como relata a informante da pesquisa: “[...] as pulseiras são de responsabilidade delas, e é trocada e paga em dinheiro. É com a pulseira que tudo funciona” (Entrevista, Carmem, 2020). Assim, também é possível observar as trabalhadoras que mais geram lucro e garantir suas permanências no espaço. Igualmente, os espaços também são regidos por regras fixas, como revela uma das interlocutoras: “[...] é muito cheio de nove horas, em questões até de cozinhar, de fritar coisas, não pode sujar o fogão da bonita que ela já briga, ela não gosta” (Entrevista, Cristina, 2020). As trabalhadoras vivenciam, ainda, uma rotina marcada por proibições, referentes aos usos de determinados eletrodomésticos e, mesmo, dos cômodos do local.

3.5 OPRESSÕES DE GÊNERO NOS ESPAÇOS LABORAIS

“Não digo que a gente tem que ser aceita, porque não precisamos ser aceitas, a gente está aqui para trabalhar, e pronto” (Relato de trabalhadora, 2020).

Os assédios sexuais, morais e as agressões físicas nos espaços laborais foram revelados nas entrevistas das interlocutoras deste estudo. Conforme as trabalhadoras, o estresse, diante dos ocorridos, toma as suas realidades. Tais casos ocorrem em ambientes abertos, nas dependências das usinas hidrelétricas, bem como em transportes, em alojamentos e em refeitórios, frequentemente, locais de maior circulação masculina. Os assédios sexuais variam entre “[...] passar a mão nas pernas” (Entrevista, Olívia, 2020), realizar comentários sobre seus corpos, além de intimar a cometer atos sexuais, passando, também, pela solicitação de números de telefones e por questionamentos sobre a condição afetiva das trabalhadoras. Do ponto de vista do assédio moral, tais atos variam entre a desvalorização e a inferiorização do conhecimento das mesmas em determinados cargos. É possível observar que as mulheres mais próximas dos colegas eram as que sofriam assédios sexuais mais regularmente, sobretudo, nos horários das refeições ou na limpeza das residências e dos alojamentos. O relato abaixo expressa esses aspectos.

[...] ele bebia, daí ele ficava bem violento, sabe... mas eu nunca dei confiança. Ele dizia coisas assim, besteiras, ele me oferecia dinheiro, mas eu ficava na minha e fazia que nem escutava, sabe? Ele oferecia dinheiro e tudo, perguntava se eu era casada, se

eu era solteira, e um monte de coisa... Daí eu dizia que era casada e nunca desrespeitei o meu marido, daí ele pegava e saía para rua, sabe, daí eu ficava limpando a casa e eu limpava o mais ligeiro que eu podia para pode sair, ir embora [...] eu disse pra ele que eu ia denunciar, daí ele parou (Entrevista, Rita, 2020).

Nesse mesmo sentido, nos termos de Iman Karzabi e Sérverine Lemière (2019), as violências geram sentimentos que se configuram socialmente na “inversão da culpa [assim como na] instauração de um clima de medo” (KARZABI; LEMIÈRE, 2019, p. 157, grifos da autora), visível na narrativa anterior. As práticas de assédios morais são geralmente destinadas às trabalhadoras dos setores de nível de ensino superior, principalmente, da construção civil, incluindo comentários diretos e indiretos e olhares e gestos constrangedores. Estes ocorrem em locais variados, durante a jornada laboral, sobretudo, nos escritórios e nas áreas de construção das hidrelétricas. Como revela Olívia:

[...] era uma atividade que eu estava tocando de noite [...] e eu pedi para um dos líderes fazer uma determinada forma o serviço, que eles estavam fibrando a parede da casa de força, com concreto; aí eu expliquei para ele: “faz assim, assim, assado”, e ele foi lá e pediu para o vibradorista, para ele fazer daquela forma, e o vibradorista falou: “eu sei que foi ela que pediu, essa Y não sabe de nada”. Isso me incomodou bastante, e eu não cobrei diretamente dele, mas pedi para o feitor: “ele vai fazer dessa forma, porque é dessa forma que eu estou pedindo” e ele fez daquela forma, mas eu vi que ele fez, mas não gostou (Entrevista, Olívia, 2020).

Os relatos apontam para comportamentos vigilantes das mulheres, com os propósitos de se preservarem de momentos constrangedores, evitando conversas com os colegas, mesmo que isso não solucionasse as violências enfrentadas no cotidiano do trabalho. As trabalhadoras Olívia e Carla afirmam que, quando os trabalhadores de diferentes funções conhecem seus companheiros, seja por atuar na mesma empresa, seja por estarem na mesma cidade, os assédios, comparados aos sofridos pelas demais colegas de labuta, reduzem-se, embora já tenham sido assediadas em algumas ocasiões. A situação representa o “respeito” de um homem pelo outro, como analisado por Saffioti (2013, p. 130), uma vez que “o patriarcado é um pacto entre homens”.

[...] talvez por ele estar junto trabalhando na obra, as vezes o pessoal respeita um pouco mais, não larga piada. Mas, eu acredito também que não seja só por isso, porque se tu da oportunidade eles se passam, então, tu também não pode... claro, que não é uma coisa... uma culpa da mulher, né, o cara vim falar uma besteira para ela, mas tu tem que ir cortando a situação também, não dá para dar sorte para o azar, né (Entrevista, Olívia, 2020).

Os assédios também ocorrem em momentos, em que trabalhadores se encontram embriagados. Vitor relata ter presenciado tais comportamentos nas formas de tratamento e de

interação entre alguns trabalhadores: “[...] acham que elas têm a obrigação de fazer tudo para eles [...] e daí as meninas acabavam se sentindo mal, algumas questionavam algumas coisas com eles e eles já vinham com umas palavras a mais...” (Entrevista, Vitor, 2020). Frequentemente, os trabalhadores que cometem assédios (sexuais ou morais) são suspensos, trocam de setor ou são demitidos do emprego. Porém, tais decisões empresariais levam em consideração as explicações masculinas, como aponta a interlocutora Rita: “[...] o chefe até ia demitir o cara, mas daí ele explicou bem como tinha sido a coisa, daí não chegou a demitir. Ele explicou que ela que levou para o mal, que entendeu errado” (Entrevista, Rita, 2020). De modo geral, as explicações são acatadas, uma vez que as modalidades de empregos oferecidos representam a mão de obra barata dispêndida por estes trabalhadores. Igualmente, tal procedimento demonstra o pouco comprometimento empresarial para com o respeito e para com a integridade de suas funcionárias, na medida em que os casos de opressão são minimizados.

Algumas das estratégias empresariais para a promoção da redução dos assédios e das importunações às mulheres no trabalho dizem respeito à construções de orientações aos trabalhadores, por meio de reuniões, além de exigirem, das mulheres, o uso de uniformes fechados, a retirada de brincos, de anéis, de maquiagens e de perfumes, com a intenção de evitar o que se entende por “[...] chamar atenção” (Entrevista, Maria, 2020). Existem orientações para que as trabalhadoras não conversem com os colegas: “[...] o Y fez uma reunião e ele disse: olha, vocês não podem mostrar os dentes” (Entrevista, Maria, 2020). Tais instruções se convertem à lógica patriarcal, em que a “culpa” está na vestimenta feminina ou nos aspectos relacionados à condição da mulher. Conforme Saffioti (2013, p. 124): “a ideologia patriarcal corporifica-se nos agentes sociais tanto de um polo quanto de outro na relação de dominação-subordinação”.

A perpetuação do circuito de violência se estende, no território de gênero, também, aos espaços com prostituição, estreitando a conexão entre as vivências das mulheres das usinas e da prostituição, a partir das violências presentes em suas realidades, feitas pelos homens, que circulam entre os espaços. As trabalhadoras destacam experiências de agressões físicas, como puxões de cabelo e empurrões, e violências verbais, como a emissão de termos ofensivos, a fim de degradar e de inferiorizar as mesmas. As mulheres experimentam relações opressivas, de exploração, e posições de subalternidade, diante da presença masculina e dos seus poderes de escolha e de decisão nesses espaços. A trabalhadora Mônica relata sobre o sentimento de posse, direcionado a ela e as suas colegas, pelos clientes:

[...] tem caras que chegam na boate das 17 horas às 5 horas, que só bebe, mas tão ali te agarrando, te puxando, te encostando, tão ali [...] tem uns que se sentem dono da mulher enquanto tá ali, entende? tem uns que acham que a gente, no caso, eles tomam a gente como se fosse uma mulher deles ali [...] aí se outro olha tem uns que ficam brabo, bêbado, e já começam a discutir também, na boate tu vê de tudo e um pouco mais (Entrevista, Mônica, 2020)

As violências físicas ocorrem, sobretudo, no espaço laboral, durante ou após os encontros, como relata Mônica:

[...] ele foi ficando bravo, e eu já não estava mais com paciência também, e eu disse: “vamos fazer o seguinte, vamos lá tu pega o teu dinheiro e vamos sair do quarto. Eu não quero mais”. E ele me agarrou e me puxou pelo cabelo e eu peguei, empurrei ele, e saí [...] sei que ele ficou bem transtornado, depois saiu, eu me ajeitei, né, porque eu saí correndo, me ajeitei, e daí ele veio e me pediu desculpas, como se fosse uma coisa bem normal pra ele, sabe? É bem preocupante, tu sente medo, imagina tu tá fechada com um cara e tu sabe que um homem é bem mais forte que tu, sempre, né. Ainda bem que eu consegui sair, pensa se ele tivesse me batido lá, a música alta no salão, ninguém ia escutar, né (Entrevista, Mônica, 2020).

Frequentemente as mulheres que atuam na prostituição, diante das graves violências vivenciadas, tentam sair da ocupação. As trabalhadoras guardam o medo e a raiva e repudiam as situações vividas no espaço de trabalho: “[...] é mais coisas negativas do que positivas. Eu só digo assim, quem não precisar entrar nessa vida, que não entre, porque é complicadinho, é bem complicado” (Entrevista, Mônica, 2020). Como aponta Karzabi e Lemièrre (2019), as situações de violência “afetam a vida e têm consequências graves na saúde física e psicológica, e na situação social e econômica” (KARZABI; LEMIÈRE, 2019, p. 155). As tentativas de sair da atividade é constante, em meio as buscas individuais para encontrar um trabalho formal remunerado, comuns nas vivências ocupacionais das mulheres, e, geralmente, a não obtenção desta finalidade, resta as trabalhadoras seguir na prostituição, como indica Mônica:

Eu não conseguia serviço, larguei currículo naquela cidade, aquela cidadezinha pequena em R.S. (SC) [...] e daí um dia a minha irmã disse assim pra mim “mas para, deu, eu vou te levar para uma boate”, ela já tinha antigamente... ela já trabalhava em boate, daí me levou lá em T. (RS), daí cheguei lá, aquele lugar com um monte de gente né, muita mulher, daí ela me arrumou, e disse assim pra mim: “vai lá e agora chega naquele lá”, entrou um homem, no caso um cliente, eu fui e ele olhou bem pra mim e disse assim: “não, muito obrigado, tô bem sozinho”, eu não conseguia me virar pra sair de perto dele de vergonha, fui lá e disse para mana me levar embora. Eu não queria ficar ali, e ela: “não, não, mas espera porque vai chegar”, mas daí eu peguei e fui embora, daí eu não fui mais, não voltei mais lá, daí foi, foi, que eu fui numa menor, numa cidadezinha pequenininha lá em G. (RS), daí lá já era diferente, já tinha umas amigas minhas lá, que eu conhecia sabe? Porque a mana só podia me levar e saía, ficava só um pouquinho e tinha que sair lá em T. (RS) e lá em G. não, lá eu já conhecia mais. Não vou dizer que foi mais fácil, eu levava de um jeito mais diferente porque tinha várias pessoas que conhecia, mas é difícil no começo, é bem complicado. Depois eu trabalhei em vários lugares (Entrevista, Mônica, 2020).

Assim, as realidades femininas indicam a posição social destas como “corpos” disponíveis, passíveis de violação e de inferiorização. De acordo com Carole Pateman (1996), este sistema trata de garantir as assimetrias e as hierarquias pela supremacia masculina, no que se “refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (PATEMAN, 1996, p. 39), cujas relações, são fundamentalmente promotoras de violências de gênero.

3.5.1 Experiências femininas no espaço urbano

Assim como a presença feminina é inferiorizada nos espaços laborais, e exige uma luta constante das mulheres por respeito a sua integridade, no âmbito urbano, esta realidade não se altera. As dificuldades em ser mulher expressam as implicações do sistema capitalista, em sua simbiose com o patriarcal, com os principais agentes opressores, que atingem, sobretudo, as mulheres mais vulneráveis, em termos de classe e de raça. Por um lado, as trabalhadoras dos setores técnicos e administrativos das usinas identificam a população como acolhedora.

É uma questão de adaptação, mas o pessoal nos recebeu muito bem, então isso nos ajuda bastante, porque tu cair em uma cidade em que o pessoal não gosta, isso que é o difícil, e esse problema aqui a gente não teve. Gostei muito, o pessoal nos recebeu bem, todo mundo, nos ajudaram muito mesmo. Recebiam a gente direto em casa, o pessoal que vem de empreendimento e eles convidavam pra ir jantar e tudo mais. Pouco conheceram nós e já estavam convidando, sendo bons assim né, então isso não é todo lugar que oferece, que tem essa hospitalidade como aqui (Entrevista, Olívia, 2020).

Por sua vez, as trabalhadoras dos espaços com prostituição têm pouca circulação na cidade, em função do cansaço, que as deixa indispostas, durante o dia: “[...] *tu vai para uma boate, tu não sai, tu não convive com a sociedade lá fora entende? tu convive com a sociedade que vai até lá*” (Entrevista, Mônica, 2020) ou, mesmo, por controles de exposição pública, mas, ainda assim, as experiências citadinas, sempre que se encontram nos espaços públicos, revelaram “*olhares diferentes*”, indicando preconceitos e desrezos a elas direcionados.

Eu sinto que é bem mais complicado aqui do que nas outras cidades. Geralmente as mulheres parecem que te olham e sabe que eu fazia alguma coisa errada. Elas olham, só que já com outras... claro, já me relacionei, já fiz amizade com várias pessoas aqui, e que me tratam bem, mas eu vejo que é mais as mulheres de idade, as senhoras, que tu vê. A gurizada já fiz bastante amizade, tem umas gurias, tipo a do salão, sabe? As vezes quando eu estava ali na frente do bar, tomando cerveja e viam que tinha homem perto, já... Nunca me falaram nada, mas a gente vê, a gente nota (Entrevista, Mônica, 2020).

As dificuldades vividas pelas trabalhadoras se sobrepõem no caso das mulheres que atuam na prostituição, embora todas as mulheres envolvidas nestes labores do território de gênero, vivam situações de opressão, uma vez que estas possuem dificuldades em ser respeitadas como mulheres, em ser acolhidas e em ser aceitas nos espaços públicos da cidade, o que retrata as discriminações, tanto pelo estigma dirigido à prostituição quanto pelo machismo, que se soma às vulnerabilidades derivadas do pertencimento à classe popular. Tais opressões de gênero, soma-se a estes aspectos, uma vez que além do trabalho produtivo ou informal, as mulheres também são responsabilizadas pelo trabalho não pago, sobretudo aquelas que vivem junto as suas famílias, ou são dependentes de outras mulheres para a execução.

3.5.2 A dupla opressão: entre o lar e a esfera produtiva

O tempo entre o trabalho produtivo e a esfera privada tem sido, também, um desafio para as mulheres que residem com suas redes de parentesco na cidade de Quevedos. Evidencia-se que os corpos conferem certa identidade construída socialmente, e as mulheres são condicionadas a se sentirem pertencentes como um “inexorável vínculo” à esfera priva, tal como os estereótipos de gênero (DUARTE, SPINELLI, 2019), guardam o referente de feminilidade como impulsionador de responsabilidades extras. Nesse aspecto, após retornarem do emprego, notou-se que, geralmente cansadas ou com dores corporais, as trabalhadoras também realizam o trabalho reprodutivo, no lar, acarretando a intensificação das atividades laborativas. Esta realidade é comum nas experiências das mulheres e se configura como uma exploração “absoluta do trabalho” (SAFFIOTI, 2013 [1976]), pela disparidade, sobretudo, na distribuição de horas laborais entre homens e mulheres. Como evidenciam Vitória e Beatriz, as atividades de preparar alimentos e de limpar a casa, de modo geral, têm ocasionado estresse, conflitos, exaustão, além de desentendimentos familiares. Do ponto de vista de Saffioti (2013 [1976]), isto expressa um “status dual”, referente à execução de um trabalho não pago. Nos relatos das interlocutoras, após chegar do emprego, “[...] eu saía limpando a casa, fazendo comida, e daí se ia até tarde da noite fazendo as coisas de casa. E é bem cansativo, e daí o serviço de casa se torna cansativo para fazer” (Entrevista, Vitória, 2020). De acordo com a interlocutora Beatriz:

Eu ficava bem estressada, porque eu não gosto de deixar as coisas sujas sabe, eu chegava bem estressada. Aí o meu marido ficava em casa, ele limpava as coisas, só que eu sempre me estressava sabe, eu sempre fiquei bem estressada com esse serviço, com os outros não, mas com esse eu fiquei estressada porque era muito serviço, daí

eu chegava cansada e tinha que fazer comida, tinha que fazer minhas coisas da casa, né... para no outro dia sair cedo de novo (Entrevista, Beatriz, 2020).

A apropriação do trabalho feminino, na concepção de Jules Falquet (2016), é tanto privada quanto coletiva. Isso significa que o trabalho reprodutivo não pago, junto a força de trabalho dispendida no labor produtivo da sociedade capitalista mal paga, são formas idênticas de expropriação, com a finalidade de manter este mesmo sistema. E principalmente tratando-se do trabalho que permite a manutenção da vida, se necessita da “disposição do indivíduo vivo” (MARX, 2013, p. 245). Nesse aspecto,

Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor (MARX, 2013, p. 245).

Ainda, nos termos de Rosso (2017), ocorre uma apropriação “adicional” da mão de obra feminina, combinada a excessivas jornadas e a baixos salários. A estrutura patriarcal agencia as ideologias culturais e políticas, que impulsionam a dupla jornada feminina. Como destaca Flávia Biroli (2018, p. 26): “na confrontação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais, as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente”. Esta realidade redundava nos estresses, no cansaço e no adoecimento corporal, frente à extensão da jornada do trabalho formal. As demais trabalhadoras entrevistadas, sempre que não se encontram em contato direto com seus(suas) filhos(as), sendo, a maioria delas, mães, utilizam-se do auxílio de cuidadoras ou de suas famílias, geralmente, de suas mães. A interlocutora Adriana aponta a necessidade de atuar em um dos locais das usinas, próximo de sua residência, a fim de ter maior facilidade para promover deslocamentos, quando preciso, uma vez que seus filhos, de treze e de seis anos de idade, permanecem sozinhos no lar, durante o turno da manhã, e, à tarde, encontram-se na escola: “[...] eu geralmente não saio daqui porque eu tenho meus filhos pequenos, e se der alguma coisa [com os filhos], eu estou pertinho” (Entrevista, Adriana, 2020).

Em linhas gerais, Saffioti (2013 [1976]) evidencia que o fenômeno da dupla jornada é um dos obstáculos na integração social das mulheres à esfera da produção, e a ela destinou-se as tarefas, cujos “setores de atividades os capitalistas não tiveram interesse em explorar por que o capital busca os ramos mais rentáveis da economia, as atividades que podem render mais

lucros” (SAFFIOTI, (2013 [1976], p. 49). Além disso, a sociedade estreita as alianças entre patriarcado e capitalismo, quando condiciona as mulheres a secundarizarem seus próprios interesses, para atuarem como “guardiãs do lar”, isto é, o controle sob a força de trabalho feminina mantém a estrutura familiar e garante o “equilíbrio” e a “conservação” da sociedade, através dos trabalhos reprodutivos. A labuta no lar vem servindo para manter a base da estrutura econômica, cujo papel tem sido construído pelo processo de mistificação das capacidades femininas, reduzidas à maternidade e à mão de obra barata, no sistema capitalista vigente.

3.6 ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS FEMININAS

As “resistências”, como formas de contestação da classe trabalhadora no espaço laboral, manifestam-se em experiências repressivas nas relações de trabalho. As práticas contestatórias estão presentes nos debates teóricos, desde o século XIX. No mundo do trabalho, ainda que o ambiente produtivo seja definido como neutro, ao invés de um campo de luta, toda forma de contestação se fez presente. As resistências das mulheres, conforme Elizabeth Souza-Lobo (2001), eram tipificadas como “delicadas”, “desunidas” e “transitórias”, ausentes de um caráter “profissional”, configurando-se como um “peso morto”, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, precisamente diferente das ações masculinas, consideradas mais eficientes e coesas.

As estratégias de dominação e de controle sobre a força de trabalho fazem parte do universo laboral. Os regulamentos internos das empresas, por exemplo, replicam diretamente as repressões laborais. Tais precariedades das condições de trabalho tornam o território de gênero deste estudo, propício para as tônicas de resistência. Nesta pesquisa, o setor alimentício é um dos que mais houveram relatos de casos de ações contestatórias, promovidas por trabalhadoras. Os relatos mais comuns descrevem negativas no cumprimento das regras determinadas pela empresa, no que tange à realização das medições das quantidades e do peso correto das porções de alimentos e à padronização no uso dos temperos nas refeições, conforme o cardápio, mesmo diante das exigências e das supervisões constantes no espaço de labuta. Como relata a “teamlíder” (ALVES, 2007) da equipe de trabalhadoras deste setor: “[...] elas sempre tentam mudar, querem fazer do jeito delas e não é assim... ou a gente pega de um jeito ou... a gente tem que fazer como a empresa manda” (Entrevista, Maria, 2020). Uma das principais práticas de recusa é a incorporação, na preparação dos alimentos, dos conhecimentos apreendidos socialmente, por parte das trabalhadoras. Elas também consomem alimentos no local, fora dos horários determinados para as refeições, descumprindo outras demandas

empresariais. Este comportamento se acentua nos momentos, em que as mulheres não contam com a supervisão empresarial no espaço de trabalho.

Eu fiquei uns dias fora daqui e ficou bem complicada a coisa, e quando eu voltei estava assim a situação, bem complicada, porque se eu estou junto até que estão fazendo tudo certinho, mas se eu não estou, já desandam as coisas. Eu fiquei fora uns 15 dias, e tive que voltar para cá, se não [...]. Elas são cozinheira, mas elas não querem fazer como eu ensino, né. Tu sabe que elas querem já mudar o rumo das coisas... querem fazer do jeito delas, então não dá certo. E eu sempre digo, tem que fazer como a empresa ensinou, como eu estou ensinando, que é o que a empresa me ensinou lá (Entrevista, Maria, 2020).

No setor de limpeza também ocorrem formas de desvio das normas, como as limpezas “*só pelo meio*” (Entrevista, Beatriz, 2020), deixando de se ater às partes inferiores de móveis, à higienização de armários e de geladeiras e a locais com pouca circulação de trabalhadores. Estes comportamentos encontrados nos relatos das interlocutoras sinalizam, com base em Amnérís Ângela Maroni (1982), as lutas “espontâneas”, cujas ações políticas se manifestam, por meio de reclamações explícitas ou ações comportamentais. Nesse sentido, a autora aponta que o que está em jogo são as “experiências ocultas”, que não são visíveis ou organizadas e, portanto, sua natureza é diferente das formas de resistências sindicalizadas ou vinculadas a partidos.

Estes comportamentos denotam o acúmulo de tensões e de conflitos contra a organização e contra a verticalidade das relações do processo de trabalho. Tais ações das trabalhadoras nos setores de alimentos proporcionaram novos conflitos sociais, mais amplos, que ocasionaram insatisfações dos funcionários, habituados a um padrão específico de refeições. Nesse aspecto, houve reclamações destes às chefias no momento do consumo dos alimentos, os quais incluíam relatos sobre elas estarem “*sem gosto*”, “*frio*”, “*morno*”, “*fraco*”, *etc.*; bem como insultos diretos às mulheres, como destaca a interlocutora Maria: “*Esses dias eles estavam reclamando muito da comida, e estavam fazendo escândalos e coisas assim, estavam fazendo o terror*” (Entrevista, Maria, 2020). Os casos também desencadearam a criação de um abaixo-assinado, exigindo a demissão das funcionárias encarregadas da preparação das refeições. Desse ponto de vista, destacamos o estudo realizado por Laura Senna Ferreira (2008) no estado do Rio Grande do Sul, na região de Pelotas, que também expressa as formas de resistência no cotidiano laboral, em uma indústria de produção de conservas de frutas e de hortaliças. Segundo a autora, as práticas difusas de contestação, as recusas e as resistências contra a repressão autoritária da gestão empresarial, permeavam a dimensão simbólica, trazendo inconformidades e sabotagens aos serviços em geral, como os termos pejorativos, atribuído às chefias, bem como as tentativas

de desacelerar e de arruinar a produção, como o desperdício de frutas, o uso dos banheiros para dormir, a quebra de máquinas, etc., ações comuns no ambiente laboral, em meio aos conflitos, referentes às relações de exploração e de repressão compartilhadas pelas trabalhadoras.

Todavia, diante dos casos encontrados nos setores alimentício e de limpeza, as empresas que atuam na órbita energética, em Quevedos, responderam com mais repressão, a fim de conter as resistências espontâneas e, simultaneamente, evitar as perdas de controle da produção e do ritmo laboral, para garantir a maximização do lucro, além de impedir, de isolar e de enfraquecer as possíveis “comunicações horizontais” (MARONI, 1982) de combatividade, a fim de arruinar as lutas espontâneas. Para isso, as empresas recorrem a demissões e a reuniões com os(as) funcionários(as) dos setores, além de promover certa “autonomia relativa”, semelhante à encontrada no estudo de Maroni (1982), durante às greves operárias de maio de 1978 no ABC paulista, que também identificavam as ações empresariais como destrutivas das frentes operárias, com base em subornos de funcionários(as) e em impedimentos a que eles fossem admitidos em outros empregos. Segundo a interlocutora Vitória:

Quando eu comecei na segunda vez trabalhar lá, tinha umas que não eram muito caprichosas, era bem complicado de lidar com elas, elas só queriam fazer do jeito delas né, e eram de enfrentar... faziam do jeito delas, e deu, né. Aí na verdade não tem como, e teve umas quantas demissões por causa dessas coisas (Entrevista, Vitória, 2020).

De acordo com Maroni (1982, p. 104), entende-se que “a resistência é um dos campos em que se expressa, a luta de classes”. Ainda, nesse aspecto, as ações contestatórias das trabalhadoras dos espaços das usinas também incluíram críticas às regras no padrão de roupas, no que tange aos uniformes (jalecos, botas, aventais, luvas e toucas). Após observações, realizadas durante o mês de maio de 2020 no espaço da cozinha, percebeu-se que os aventais e o jaleco, assim como as luvas, eram retirados, pelas trabalhadoras, sobretudo, pela alta temperatura do local. Igualmente, as trabalhadoras dos setores em questão direcionaram nomes pejorativos, como apelidos, às chefias: “[...] sempre tem críticas em “off”, de colocarem apelidos e essas coisas” (Entrevista, Olívia, 2020), representando a “astúcia prática” (CHAUÍ, 2014) e subversiva às imposições das ordens. Segundo Marilena Chauí (2014) no livro *Conformismo e resistência*, a “cultura popular” possui suas próprias formas de manifestação, que aderem às lógicas dominantes, ao mesmo tempo que as recusam, bem como suas próprias experiências impulsionam resistências, ou conivência, em relação às ordens estabelecidas. Tais ações integram a disciplina e a vigilância, e são “tecidas de ignorância de saber, de atraso e de desejo de emancipação” (CHAUÍ, 2014, p. 104).

Da mesma forma, nos espaços com prostituição, a incessante busca pelo lucro impacta o bem-estar das mulheres. Esta precariedade imposta também fez as trabalhadoras criarem estratégias, como a recusa a se relacionarem com determinados clientes nos espaços, assim como a estimular a sua embriaguez, a fim de possibilitar o consumo de bebidas mais caras e, conseqüentemente, de elevar as “*comissões*”¹²⁶, e as suas rendas.

Eu sempre gostei de beber, então eu sou um funil, né. Eu bebo bastante, só que tem coisas assim, em questões de ter que ir para o quarto com quem tu não tem vontade, tu só vai pensando no dinheiro, essas coisas que é ruim, que pra mim é [...]. Eu fico praticamente só bebendo, porque daí eu dou uma de esperta né, se eu vejo que o homem tem muito dinheiro, eu vou sugando bebidas mais caras, que eu ganho a comissão mais cara também. Eu ganho mais dinheiro para beber, daí eu não preciso ir para o quarto sabe, aí tento tirar mais em bebida do que ter que ir para o quarto que eu não gosto (Entrevista, Cristina, 2020).

Mesmo consumindo bebidas, juntos aos clientes, as trabalhadoras relatam que tentam “[...] *fazer o homem ficar bêbedo mais rápido*”, com o propósito de que fica “[...] *mais fácil pra tirar bebida mais cara* [...] *É que tem uns que quando estão mais no “trago” sabe? gastam mais*” (Entrevista, Cristina, 2020). As ações expressam a ambigüidade entre a exploração e as ações espontâneas. Nesse mesmo aspecto, Carmem observa que, ao deixá-los embriagados, “[...] *tira o que tu quiser dele, ele vai gastar o último centavo que ele tem na carteira*” (Entrevista, Carmem, 2020). Além disso, as mulheres tentam elaborar estratégias para se manterem sóbrias, durante o tempo em que permanecem envolvidas com o cliente, incluindo o consumo de água após, ingerir as bebidas alcoólicas. Segundo os relatos, não há interesse, por parte das trabalhadoras, em se relacionar com clientes com mais de 60 anos: “[...] *as vezes até olho, e nossa, tem a idade pra ser meu vô, meu pai, daí prefiro beber, claro não é que eu nunca vou né, mas eu prefiro beber*” (Entrevista, Cristina, 2020). Com frequência, o consumo alcoólico é uma alternativa, entre as trabalhadoras, para que estas não precisem ficar junto de homens indesejáveis. A informante Carmem revela, sobre a relação das trabalhadoras nos espaços de atuação prostitucionais: “[...] *se é um mais velho, elas nunca vão poder beijar na boca*” (Entrevista, Carmem, 2020). As “formas de ser” das práticas exercidas pelas trabalhadoras, conforme Maroni (1982) e Antunes (1995), permitem o fluxo das agitações no espaço de trabalho. Por vezes, as estratégias de lutas combinam “ações espontâneas” e não organizadas; porém seu impacto político não se exclui das ações. De acordo com Antunes (1995) a “ação espontânea” pode ser definida da seguinte forma:

¹²⁶ Termo empírico referente a renda-extra das interlocutoras, para além dos programas realizados.

Uma ação espontânea pode contar ou não com o apoio da organização sindical. Uma greve deixa de ser espontânea quando o seu agir é fundado numa ação política prévia e consciente, quando este caráter se agrega a um elemento qualitativo superior no plano de sua ação (ANTUNES, 1995, p. 26).

Maroni (1982, p. 116) observa que “a análise do processo de lutas da qual ela é fruto, nos leva, no entanto, a compreendê-la como processo”, que se constrói, ao longo das insatisfações e das estratégias de classe, com fins que interferem nas condições objetivas da labuta e das repressões. Nas palavras da autora, “os movimentos [mesmo, os não organizados] questionavam as condições gerais de trabalho e tentavam, a partir de questões mínimas, adquirir algum controle sobre suas condições gerais de trabalho” (MARONI, 1982, p. 132). Assim, afirma-se que “a organização do processo de trabalho é o exercício sempre presente dessa repressão” (MARONI, 1982, p. 99), em razão de que o “poder disciplinador” da lógica despótica do capital se soma às opressões de gênero.

No caso das interlocutoras inseridas em trabalho flexíveis e, portanto, mais instáveis, cujas interações decorrem de curto praxismo, é possível observar tais comportamentos contestatórios, uma vez que o espaço de trabalho representa um campo político, dotado de reações diversas e não hegemônicas. Entende-se, conforme Chauí (2014), que é possível observar que a resistência reforça ou repudia as contradições impostas às mulheres. Ocorre o que a autora revela, pois: “descobrir a diferença entre o que é e o que poderia ser e que por isso mesmo transgride a ordem estabelecida” (CHAUÍ, 2014, p. 147), a fim de se emancipar da condição social de precariedade, ao elevar a “desordem no meio da ordem, ameaçando a captura nascida de seu interior” (CHAUÍ, 2014, p. 108). A realidade, assim, é paradoxal e a “consciência [é] trágica”, isto é, tecida de saberes e crivada pela dominação e pela exploração nas relações sociais mais amplas. O conjunto de análises das velhas e das novas relações, em âmbito estrutural, mesmo as localizadas em um espaço micro da esfera produtiva, é significativo.

As motivações destas lutas giram em torno da intensificação do ritmo do trabalho, dos baixos salários, da jornada excessiva, do controle laboral, e, como indica Maroni (1982, p. 107), elas servem para “deter as investidas repressivas do capital” (MARONI). Este estudo se propõe a não considerar a “ação espontânea” como inconsciente ou não política¹²⁷. Compreende-se,

¹²⁷ Nesse mesmo sentido, bell hooks (2000), no livro, *O feminismo é para todo mundo*, demonstra que, frequentemente, o comportamento em conformidade ao feminismo no dia a dia, pode não ser identificado enquanto tal (por diversas razões, incluindo preconceitos e difamações reproduzidas pelo senso comum), no entanto, isso não o faz alguém menos feminista, considerando as ações práticas no cotidiano e nas maneiras de ver o mundo. Por vezes, não possuir “consciência” da potencialidade de uma ação, não faz que o comportamento deixe de representar e significar uma “ação política”. Segundo a autora, “para realizar uma determinada ação, também

aqui, que ela parte de uma experiência concreta, que pode refletir descontentamentos e rebeldias, com potência de transformar a realidade, isto é, ela conta com intenções combativas. O grau de espontaneidade não anula a sua prática política, mas expressa as situações precárias e de superexploração vivenciadas, cujo ciclo se pretende interromper.

3.6.1 As relações ambivalentes nos espaços de trabalho: entre a solidariedade e a competição

A realidade empírica deste estudo expressa que, nos trabalhos em equipe, como o do setor de alimentos, as trabalhadoras controlam a si mesmas, além de existir uma competitividade e um sentimento de “*traição*”, gerado pela fragmentação de classe. Quando ocorre a execução de atividades, conforme as regras empresariais, especialmente, neste setor, pelas trabalhadoras, estabelece-se uma tensão com as ações contestatórias das demais colegas de labor. Estas primeiras expressam visões caracterizadas como conformistas, e são denominadas “*puxa-saco*”¹²⁸ ou “*queridinhas da chefia*” pelas demais. O comportamento reflete nas tentativas de conquistar a confiança empresarial e de supervisionar o grupo de trabalho em situações de afastamento temporário da chefia.

Vou te dizer, era difícil porque tinha umas que faziam bem feito, e é uma empresa que tem regras a seguir, e se tu seguia as regras, as outras achavam que tu tava puxando saco por tu seguir as regras e fazer as coisas certas, sabe. Diziam que a gente era puxa saco uma da outra, só que na verdade eu fazia igual ela porque era a ordem. Só que as outras queriam fazer do jeito delas, só que aí fugia do padrão da empresa (Entrevista, Vitória, 2020).

[...] pra elas eu tirei o lugar delas, e das quarto só eu que aprendi a fazer como ela ensinou, sabe. As gurias queriam mudar e daí dava errado [...] uma falava da outra. Quando eu entrei diziam: “porque Deus o livre...”. Daí a dona Y me ensinou, daí falavam a “queridinha da dona Y” (Entrevista, Rita, 2020).

Nesse aspecto, a relação de afastamento entre as mulheres se acentua, a partir do momento que algumas trabalhadoras não acompanham o ritmo laboral, sendo chamadas, frequente e pejorativamente, de “*preguiçosas*”, “*relaxadas*” e “*desleixada*”, ao tentar desviar das regras,

encontramos um sistema subjacente que conforma os pensamentos e as práticas” (HOOKS, 2000, p. 41, tradução da autora). Em alguns casos, no cotidiano das ações práticas, se aprende a “ser” feminista pelas experiências vividas, que levam a criticidade sobre o social, ora pela socialização primária, ora pela secundária, mediante as estratégias de inversão e de transformação no solo da vida.

¹²⁸ Esta expressão coloquial se refere a comportamentos, que visam a agradar terceiros, para a obtenção de vantagens individuais.

além de ouvirem reclamações e de não obterem a “ajuda” das colegas nas atividades. Estes aspectos acendem os conflitos entre as próprias mulheres.

Eu brigava muito pelo capricho do corpo da pessoa que estava lidando na cozinha sabe, porque às vezes do jeito que a pessoa acordava, saía. Tu não está lá para passear, mas tu está fazendo uma comida, tu tem que ter capricho né, tem que estar limpa, né. Tinha umas que era complicado, que só levantavam e saíam, outras que amanheciam de baile e iam para o trabalho sem banho (Entrevista, Vitória, 2020).

Os conflitos laborais também se acentuavam pelo “cansaço” e pelo “estresse” no cotidiano de produção. Tais exaustões são entendidos, pelas próprias mulheres, como os principais percursos dos desentendimentos, pois até mesmo um “litro de água” fora do lugar despertava discussões entre as trabalhadoras.

Teve uma vez que deu um desentendimento por causa de um “litrinho” de água que uma mulher botou fora [...] viviam se desentendendo até por mínima coisa, sabe. Daí tinha semanas assim que eram um terror, era duas e três, e estavam brigando, dizendo as coisas, ofendendo, as vezes a troco de nada, acho que um pouco era estresse, cansaço, e acabavam descontando uma na outra, sabe [...] às vezes as gurias chegavam cansadas também né, aí não queriam trabalhar, queriam ficar paradas, aí a gente falava pra elas irem fazer as coisas e elas embrabeciam e a gente acabava discutindo (Entrevista, Vitória, 2020).

Nos espaços de atuação prostitucional, nota-se, principalmente, a competição estimulada entre as trabalhadoras. Com frequência, elas relatam que tentam se aproximar de clientes com maior poder econômico e, neste sentido, os conflitos são comuns, especialmente, pelos interesses compartilhados. Em momentos de embriaguez ou quando os clientes preferem uma trabalhadora a outra, geralmente se acentua um sentimento de competição, ao mesmo tempo que isso é induzido nos locais, a partir de elogios a determinadas trabalhadoras, que consomem mais ou são mais procuradas no local, como viu-se em outro momento, no capítulo dois. Nesse aspecto, refazem-se as trocas de palavras ofensivas entre as colegas de labuta e, mesmo, ocorrem agressões físicas, em alguns casos. Como revela Mônica,

Lá todas são amigas, né. Todas são aquelas colegas, só que tem amigas que são amigas mesmo, mas tem umas que não, tem umas que tu tá ali com o cara, e já tá querendo falar mal de ti para pegar o teu cliente, sabe. Mas ainda tem, mas é muito raro. Fazer amizade mesmo, que cresça dentro da boate, é difícil, porque tem bastante competição: “há esse é um cliente bom, eu queria pra mim”, aí já começa (Entrevista, Mônica, 2020).

Ao situar os debates sobre individualismo e sobre competitividade no âmbito da sociologia, Maria Aparecida Bridi (2009) denota que este fenômeno não é recente no século

XX, tratando-se de uma saída estratégica do capital, para se ampliar, a partir das mudanças vinculadas ao sistema (neo)liberal, especialmente, após os anos de 1970 e de 1990, num contexto marcado pelo processo de crise. Junto às mudanças sociais, as teorias sociais também se alteram, tal como houve com os conceitos de “trabalho” e das “classes sociais”, após análises explicativas “pós-modernas”¹²⁹. Bridi (2009) revela que o que está em jogo é a “crise da solidariedade” de classe, uma vez que a sociedade capitalista enseja um “individualismo exacerbado”, referente à conduta, a sentimentos e a escolhas, fazendo os indivíduos estarem centrados em si próprio e em seus desejos pessoais. Do ponto de vista de gênero, o individualismo se intensifica, uma vez que as mulheres são socialmente marginalizadas e concentradas em ocupações de baixa proteção laboral e estão sob ataques de diferentes formas de opressão e de divisões sexual e racial do trabalho, as quais são hierarquizantes (SAFFIOTTI, 2013).

Entretanto, os laços de pessoalidade, de colaboração e de união ainda se fazem presentes nas interações e permitem os vínculos no cotidiano da produção, embora, em meio aos regimes flexível e neoliberal, tenham sido enfraquecidas as relações de confiança e de amizade. Tais alterações são observadas nos relatos das trabalhadoras desta pesquisa, mas não significam a eliminação dos conflitos e dos antagonismos, como afirma Bridi (2009, p. 164). Assim, as mulheres trabalhadoras deste estudo vivem em um paradoxo, mesmo frente a um contexto neoliberal, como indica Bridi (2009, p. 165): “desenvolvem ações de solidariedade, que ultrapassam os muros da própria empresa onde trabalham”. Algumas trabalhadoras dos setores de alimentos, de limpeza e das áreas com ensino superior se definem como “*amigas*” — o que se denomina, também, “*coleguismo*” — no espaço de trabalho. Frequentemente, as relações se enaltecem, quando a equipe se encontra em sintonia, no mesmo ritmo e em colaboração na produção. Nesse caso, sempre que as trabalhadoras não se rebelam contra as regras, florescem as amizades. Algumas das trabalhadoras também têm momentos de interação fora da esfera de produção, principalmente, as residentes na cidade de Quevedos (RS), que, até mesmo, indicaram umas às outras para os cargos nas usinas. Igualmente, os locais de refeição e de transporte aproximam as mulheres, assim como o bairro em que residem, em razão de serem espaços geradores de afinidades pessoais.

[...] tinha umas que eu já conhecia, mas na verdade eu fiz uma amizade bem grande com a Y né, nós nunca discutimos, acho que foi a única que eu trabalhei todo o tempo

¹²⁹ Sobre este aspecto, Bridi (2009, p. 171) entende que: “se não há teorias que possam explicar o sistema mundial, o capitalismo, as estruturas, as instituições, resta contentar-se com o fragmento em si, com a descrição do miúdo, do cotidiano. Tais descrições revelam-se problemáticas, no entanto, quando desprovidos de história, de contradições econômicas, políticas, ideológicas que atravessam aquelas dimensões”.

junto com ela e nunca discutimos, nunca, nunca... foi uma amizade assim, como vou te dizer, uma amizade que parecia que a gente já se conhecia a anos sabe, e eu aprendi bastante com ela, e sempre teve bastante paciência (Entrevista, Vitória, 2020).

A interlocutora Carla, ao se referir as suas colegas de equipe, destaca:

Aqui a gente trabalha em um ambiente que uma tenta ajudar a outra, não adianta, na cozinha... se não, não dá certo, sempre quando alguém tenta fazer a sua parte dá certo. Mas a gente é bem amiga, e além do lado profissional, a gente é amiga, e por morar na mesma cidade, já se conhecer, é bem mais fácil o relacionamento entre a gente (Entrevista, Carla, 2020).

Os demais espaços de convivência e de sociabilidade no território de gênero compartilhado pelas trabalhadoras, para além da esfera de trabalho, contribuem para a identificação de classe. As mulheres experienciam realidades semelhantes, em condições objetivas, atreladas à pobreza, à baixa escolaridade, a salários inferiores, a jornadas exaustivas, a problemas de saúde e a moradias precárias – pequenas e simples em suas estruturas. De acordo com os relatos, as trabalhadoras residem nos mesmos bairros ou em alojamentos da cidade de Quevedos (RS), portanto, encontram-se na mesma vizinhança e circulam nos mesmos lugares, uma vez o município sendo de pequeno porte territorial. Tal inserção espacial, indica os “padrões de moradia”, na perspectiva de Marilena Chauí (2014), e expressam as lógicas de discriminação e de segregação na ordem espacial, segregação contrastivas com a classe dominante. Para a autora, esta realidade comum forja as normas, os valores e os símbolos entre as mulheres, ou pode reforçar aqueles já existentes, em meio às redes de sociabilidade. Igualmente, nos setores administrativos, as trabalhadoras também procuram se “ajudar”, resgatando a “consciência de classe” (MARX, 2013) ou uma “consciência fluída” (BRIDI, 2009), característica do regime flexível. Nos termos de Bridi (2009), trata-se de algo irrefletido, como uma “compleição social”, isto é, uma inclinação para a classe, mas “nem a consciência está dada *a priori* e nem é possível medir a consciência” (BRIDI, 2009, p. 179). As demissões ocorridas neste setor são vivenciadas de forma tensa pela equipe de trabalho, gerando preocupações para com as colegas, pois, além da relação do dia a dia, as trabalhadoras apoiam umas às outras.

A equipe administrativa aqui, todo mundo se ajuda muito, até nós tivemos dois que acabaram de sair, que uma era do RH e a outra da “compra”, porque foi feito uma reformulação do processo de empresa, e a “compra” passou a ser feita pela matriz. Então eles liberaram a compradora, e todo mundo ficou chateado sabe, porque tu acaba fazendo amizade com o pessoal que tá aqui dentro, e um acaba protegendo o outro, se ajudando. Então interno, nos aqui, a equipe, é bem unida (Entrevista, Olívia, 2020).

Os desentendimentos são frequentemente solucionados, através das relações nos espaços laborais:

[...] sempre dá alguma discussõzinha mas a gente se entende depois. Imagina onde tem bastante mulher... a gente mesmo quando fala alguma palavra a gente fala errado, mas isso acontece em todo lugar. Mas a gente se entende porque a gente trabalha junto, e se não trabalha junto durante a semana, no domingo, o domingo o almoço é feito aqui... o domingo a gente se encontra todas aqui (Entrevista, Maria, 2020).

Nesse sentido, a convivência das mulheres, propiciam vivências que permitem a afinidade e os laços de amizade entre as mesmas ou, mesmo, de identificação, pelas condições de vida semelhantes, ao passo que elas circulam em locais e tecem os mecanismos de aproximações. Ou seja, o sentimento de solidariedade é forjado na realidade concreta das interlocutoras, ao compartilharem experiências comuns no espaço laboral e na vida, como um todo. Conforme a autora, a “cultura popular trata de um conjunto disperso de práticas, de representações e de formas de consciência” (CHAUÍ, 2014, p. 28, grifos da autora), as quais possuem sua lógica própria e que se constituem, durante os acontecimentos e as ações, que reelaboram, que reinterpretam e que respondem “a condições novas” (CHAUÍ, 2014, p. 34). Assim, a classe que se constitui, através da posição social e pela ordem espacial, tal qual as trabalhadoras deste estudo, define-se como uma “totalidade orgânica autônoma” (CHAUÍ, 2014, p. 40).

Os espaços de atuação prostitucional também aproximam as realidades das mulheres. Do ponto de vista de classe, as mulheres que atuam nestes espaços, também apresentam formas de solidariedade, como as indicações de locais de trabalho, demonstrando preocupação de uma pela outra, diante da vida dura que elas levam nesta atividade, a despeito da necessidade econômica de estarem na labuta. Além disso, grupos de mulheres realizam viagens a locais de entretenimento em momentos de lazer, como rios, shopping e pontos turísticos presentes na região da cidade Quevedos, como revela a interlocutora Bianca, sobretudo, as que possuem carros, para auxiliar na locomoção das outras colegas. Nos espaços de atuação prostitucional, pelo caráter móvel da ocupação, ocorrem alterações de trabalhadoras nos espaços, que, por vezes, não são as mesmas em cada mês ou semana. No entanto, isto não impede que parte das trabalhadoras crie laços de amizade entre si, mesmo que não isto seja algo frequente. Os relatos a seguir indicam esses aspectos:

Eu me dou bem com todas as meninas, tanto é que essas que estão essa semana são gurias diferentes. Eu estava acostumada com as outras, essas são novas, as outras não vieram. Mas eu me dou bem com todas, se quiser ajuda, eu ajudo, brinco, quanto a isso eu faço amizade bem rápido (Entrevista, Cristina, 2020).

[...] tem umas que a gente não conhece né, uma hora é uma coisa, aí pode ser que uma não goste dá outra. Eu sou muito quieta, as vezes as pessoas acham que eu sou uma coisa, e daí tipo, falam que eu sou diferente, sei lá, porque eu não tenho muita amizade, sabe. Eu faço meu trabalho e se tiver outra menina e quiser beber comigo, ajudo, e coisa assim, sabe, mas se não fico na minha, não sou muito de puxar assunto (Entrevista, Juliana, 2020).

Nesse mesmo sentido, há outros aspectos de acolhimento e de preocupação, referentes aos pedidos de embelezamento, em que é solicitado que um dos “salões de beleza” da cidade restrinja o atendimento às trabalhadoras da prostituição, especialmente, para que elas não se sintam desconfortáveis no local, em função do preconceito e do estigma vivenciados: “*eu sempre digo para Y, eu fecho o salão dela para ela atender as meninas, e digo: “Y, eu quero respeito com elas”, elas vão todas lá, e depois a Y manda para mim o valor, aí eu vou lá e acerto com ela*” (Entrevista, Carmem, 2020). Tal comportamento expressa as relações de cuidado e de amizade entre as mulheres, o que também foi observado entre mãe e filha, no que tange à prostituição. Conforme observam Mônica e Juliana, suas mães as aconselhavam sobre o perigo de atuar “*na noite*”, assim como os riscos de envolvimento com os bares/boates/casas/rua, a fim de proteger e de alertar suas filhas. Uma delas depõe que sua mãe a alertou, com base em sua experiência pessoal, sobre as dificuldades e sobre os riscos de trabalhar como “*garota de programa*”:

A minha mãe na verdade há muitos anos atrás ela trabalhou com isso sabe, mas depois ela ficou evangélica, hoje ela é missionária. A minha outra irmã é pastora sabe. Então quando eu falei para minha mãe, a minha mãe... ela já passou, ela sabe que a noite na boate é uma noite muito perigosa, entendeu? porque tu não sabe, às vezes tu está ali bem, e quanto tu vê um cara já quer brigar, já quer sabe, uma coisa ou outra, então minha mãe sempre me aconselhou “*minha filha não vai*”. Ela sempre disse para mim não ir, nunca ela disse para mim ir, porque ela dizia assim: “*aonde come um, come dois*”, entende? Ela passava dificuldade, mas ela sempre dizia para mim “*não vai, fica aqui*”, e eu ia, ela nunca me julgou, nunca me criminou por eu ir, entendeu? sempre me deu conselho para mim não ir, mas ela que ficava com minhas crianças para mim ir (Entrevista, Mônica, 2020).

Conforme indica Angela Davis (2016), é comum que os grupos sociais periféricos construam princípios de unidades entre si, pela consciência gritante sobre as necessidades imediatas, como ocorreu na luta desencadeada contra a exploração de classe (salários miseráveis e discriminações de raça e de gênero), no século XX, nos países do norte, no movimento operário em busca de condições dignas de trabalho, aonde homens negros se aliam as mulheres negras e demais trabalhadoras¹³⁰. Situação semelhante é possível de observar, no

¹³⁰ Este apoio dos trabalhadores as demais mulheres que vivem nas mesmas condições de labor, propiciou, inclusive, o reconhecimento do trabalho feminino, e levou a eleição de uma mulher para atuar no comitê executivo

Brasil, como ressalta Marcelo Badaró (2019), em que as vivências na base material de produção e de vida compartilhada em um mesmo território, proporcionam uma identificação e a formação de uma consciência coletiva. No livro *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*, ao analisar o compartilhar de vivências em diferentes cidades brasileira, no século XIX, o autor destaca que os “trabalhadores escravizados e livres conviviam lado a lado, nas ruas, moradias e locais de trabalho das maiores cidades brasileiras” (BADARÓ, 2009, p. 18). O convívio no espaço urbano e o contato direto entre si, pelas condições de vida, lutas, angustias, hábitos e organização em comum foram propulsores para os movimentos sociais deste século. Percebe-se que “os setores operários estavam presentes de forma ativa na fase final da luta contra a escravidão, apoiando as fugas em massa e a formação dos quilombos abolicionistas” (BADARÓ, 2009, p. 20), como reflexo das redes de solidariedade pela condição de raça e de classe em formação. Não raramente, este comportamento de empatia também se percebe nos relatos das trabalhadoras das usinas sobre as mulheres que atuam na prostituição, e vice e versa. A solidariedade, constitui-se através das identificações no local de labuta, além de representar a afetividade, por parte de algumas trabalhadoras. Estas relações têm demonstrado que, mesmo diante de um contexto flexível, de insegurança e de instabilidade no ciclo de vida, é possível o estabelecimento de relações que resistem à lógica do capital e à competitividade exacerbada, denotando a resistência à ordem social dominante.

3.6.2 Percepções das trabalhadoras: entre os espaços das usinas e da prostituição

O estigma laboral entre as diferentes ocupações e entre as próprias mulheres estão geralmente atrelados aos costumes patriarcais e moralizantes, os quais tendem a segregar as trabalhadoras em grupos sociais, incluindo as próprias interlocutoras, fazendo persistir visões distintas sobre as suas ocupações. O trabalho no setor das usinas, sobretudo, nos serviços alimentício e de limpeza, é identificado, pelas trabalhadoras que atuam na prostituição, como cargos, em que gostariam de se inserir, em razão de considerarem a prostituição como um “*trabalho temporário*”: “[...] eu não quero ficar sempre assim, né” (Entrevista, Cristina, 2020). Sobre esse aspecto, Mônica também relata:

[...] se abrisse uma vaga ia ver se conseguia numa limpeza numa coisa né, eu trabalharia normal, porque eu acho que é um serviço bem mais... acho não é mais digno, vamos ser bem sincera, e é um serviço que tu sabe tu tá ali trabalhando, tu

de elaboração das políticas da organização sindical, mesmo que houvessem algumas restrições, tal relação tornou-se oportuna para a visibilidade das mulheres naquele contexto.

limpou e não tem estresse com nada, é só tu fazer direitinho teu serviço que tu não vai ter estresse e numa boate já não, numa boate se o cara achar que tu tá agarrando menos ele, ele vai brigar contigo por tu não tá agarrando ele, e em um serviço assim não, se tu fez teu serviço o teu gerente, ou teu responsável, não vai brigar contigo, porque tu tá fazendo direitinho, né (Entrevista, Mônica, 2020).

O trabalho prostitucional é identificado, pelas trabalhadoras que ocupam cargos nas usinas, como propícios para “*não cumprir horários*” e para “*não estragar as unhas*”, num sentido pejorativo. Por outro lado, esta atividade também é caracterizada como indiferente pelas mulheres, principalmente, por aquelas que se solidarizam, de alguma forma, com as demais, sobretudo, do ponto de vista de classe. Segundo Beatriz, sobre esse aspecto relata:

A gente ficou com medo dos maridos da gente ir lá, e pegar doença e trazer doença para gente. Mas, elas trabalham e de certo é um meio delas ter o dinheiro para sobreviver né, porque tem umas que tem crianças, outras que não tem, e a gente em casa mesmo, a gente tem que ter o servicinho da gente para ter um meio de pagar as contas, de sobreviver (Entrevista, Beatriz, 2020).

Dessa forma, com base em Badaró (2019, p. 141), entende-se que, “trata-se de uma análise sobre o processo por meio do qual a consciência de classe se “eleva” a partir do senso comum”, e poderiam resultar em lutas defensivas na práxis. Nesse sentido, as trabalhadoras dos distintos espaços laborais das usinas e da prostituição representam um “corpo-máquina-de-trabalho” (FALQUET, 2016). Tal associação indica a apropriação e a exploração que estas mulheres vivenciam, cuja esta noção da teoria materialista feminista explica, a partir da expropriação do tempo, do corpo, da coação sexual e da carga física, relativo ao labor degradante e à vulnerabilidade social ocasionada, dos pontos de vista social, político e econômico. Nesse aspecto, vinculadas aos seus trabalhos, há poucas diferenças, nos sentidos da mão de obra e do que ela exprime para o capital, considerando a posição social das mulheres, desde o ponto de vista interseccional. Como revela Jules Falquet (2016, p. 43), “do norte a sul observam-se fenômenos de expropriação massiva das mulheres mais pobres – por multinacionais extrativistas, barragens, guerras ou desastres ambientais”. A força de trabalho das mulheres deste estudo denota baixos ganhos e insegurança laboral, além da exposição a violências, como nos casos aqui analisados.

Embora haja diferenças socialmente construídas e moralmente dominantes sobre as ocupações, em que as trabalhadoras se encontram, as evidências empíricas, relativas à desigualdade e às opressões de gênero, em maior ou menor grau, permitem demonstrar que as mulheres “podem muito bem ser a mesma mulher, em diferentes momentos do dia ou de suas vidas” (FALQUET, 2016, p. 40-41). Conforme Biroli (2018, p. 33), o trabalho sexual e o

reprodutivo, por exemplo, fazem parte da condição do casamento, segundo a autora, “daí a afirmação de que “se um homem se casa com sua empregada doméstica ou com uma prostituta, o mesmo trabalho e a mesma mulher repentinamente se tornam não remunerados e improdutivos”. Ou seja, as opressões que abrangem a vida feminina, as tornando propícias a exercerem as mesmas atividades, no que tange a ordem social e dominante. Isso quer dizer que os efeitos da (super)exploração da força de trabalho, em seu caráter sistêmico e institucional, atravessam as experiências comuns, dos pontos de vista de gênero e de classe, aproximam suas realidades cotidianas, constituindo, assim, um determinado território de gênero. Entende-se que a ideologia neoliberal privilegia e induz as mulheres a serem “tudo” ao mesmo tempo: mães, donas de casa, trabalhadoras formais e informais e prostitutas, e isso tampouco é uma novidade para as mulheres inseridas em países colonizados e periféricos, como no caso brasileiro. Assim, a noção de território de gênero permitiu demonstrar a relação existente entre as usinas e os espaços de prostituição, através das experiências comuns das mulheres que atuam nestes locais, cuja ligação se expressa pelos trabalhos precários e pela flexibilidade da condição laboral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O trabalho é essa janela para o mundo social, suas hierarquias, suas clivagens e suas tensões, mas também suas mutações e suas transformações.”
(Margaret Maruani)

Neste estudo, almejou-se analisar tanto as condições de trabalho e as implicações destas na vida das trabalhadoras quanto os demais acontecimentos e fenômenos sociais, que levaram a emergência do complexo energético na cidade de Quevedos (RS). Ponderou-se um olhar para as ligações econômicas, políticas, sociais e culturais, que desencadearam as transformações locais e, a partir desse olhar amplo, buscou-se compreender o modo pelo qual se construíram as possibilidades de alteração da estrutura ocupacional neste território.

Nesse sentido, esta dissertação apresentou, em um primeiro momento, as dinâmicas que conduziram à instalação dos empreendimentos energéticos. Foram demonstradas as adesões e as recusas da população, diante da dualidade dos impactos promovidos pelas usinas, inseridas nos moldes do desenvolvimentismo, por efeito do resgate, por parte do estado do Rio Grande do Sul e dos empreendedores, do mito da modernização brasileira, que persiste, dentro da conjuntura política atual. O estado atuou como o principal agente na promoção de estratégias, na elaboração de programas, de eventos, de flexibilizações de leis de proteção ambiental, bem como nos leilões de concessões (e permissões), com o objetivo de garantir autonomia e liberdade ao capital privado no uso do território em questão. Este amparo contribuiu para a ampliação da competitividade das cadeias produtivas globais, como primazia da distribuição de energias vendidas a baixo custo no mercado, além do fornecimento de mão de obra barata, para o uso de grandes empresas, pela característica interiorana do município. Conseqüentemente, tais intervenções também desencadearam desapropriações de terras para a exploração lucrativa, desterritorializando parte da população citadina, composta por famílias agricultoras, que foram espoliadas de seus meios de subsistência, face ao poder das ações racionalizadoras, que fragmentam, que degradam e que excluem povos.

Os impactos decorrentes das usinas hidrelétricas se estendem entre os anos de 2011 e 2018. Articulações e reações da população local foram possíveis de se observar, pela contraposição à degradação do meio ambiente, o que se liga à dimensão simbólica, atrelada às experiências de sociabilidade, junto aos recursos naturais, os quais sofreram alterações irreversíveis. Para tal, destacou-se a dualidade nas relações sociais, no que tange às classificações hierarquizantes: de um lado, há as percepções opostas ao mito do

desenvolvimento, que considera prioritária a dimensão subjetiva da vida humana, privilegiando a manutenção dos rios e das fontes naturais; de outro, tem as ideologias favoráveis ao “processo de racionalização”, em que o “progresso” é identificado, a partir das conquistas materiais, que tende a infantilizar e a reduzir as mentalidades divergentes, além de negar as incrustações do econômico nas relações sociais. Assim, o estudo partiu destas discussões para o entendimento geral das condições criadas pelo projeto desenvolvimentista, que trouxeram novas perspectivas e mudanças ao território, alterando todas as esferas da vida experienciada no local. Ademais, este estudo também auxiliou, especialmente, na compreensão de uma nova estrutura ocupacional e de relações de trabalho sobrepostas, que alteraram as dinâmicas laborais existentes, na medida em que impactaram a subsistência da população e o setor dos negócios.

O novo tempo do capitalismo flexível tem intensificado as formas de ser da informalidade, sobretudo, no Brasil, expandindo empregos ainda mais marginalizados, sobre os quais se concentram as interlocutoras deste estudo. A pesquisa demonstra que as condições laborais, em que se encontram as mulheres que atuam nos diferentes espaços de trabalho, na órbita das usinas hidrelétricas, representam a preconização generificada da flexibilidade, a qual estrutura o mundo do trabalho contemporâneo. A partir do território de gênero, entre os espaços das usinas e os da prostituição, buscou-se um olhar sobre as experiências comuns na vida das mulheres, referentes aos aspectos embutidos nas dimensões subjetiva e objetiva, do ponto de vista de classe, uma vez que estes espaços exprimem as dinâmicas flexíveis e os riscos e permitem conceber os modos distintos e semelhantes de vivências, além de reger as formas de interações e de sociabilidade, tal qual a identificação entre as mulheres, em termos de trajetórias de vida, de valores, de ideias, de sonhos, de preocupações, entre outros aspectos. Assim, o estudo buscou conceituar a noção de território de gênero, com base nas vivências semelhantes das mulheres, afirmando que as condições de gênero, de classe e de trabalho coexistem e se elevam, independentemente das diferenças moralizantes e sociais, atribuídas às ocupações, e que pressupõem a separação das realidades femininas, mas se alerta para o fato de que estas mulheres, numa situação hipotética, poderiam ser “as mesmas”, em diferentes fases de suas vidas.

Com efeito, as desigualdades sistemáticas imbricadas nas divisões sexual e racial do trabalho intensificam a precariedade das experiências femininas, diante das formas variadas de superexploração laboral, como uma das dimensões da flexibilidade. No interior das atividades das usinas e dos espaços de prostituição, há uma rigidez de comportamentos sociais, que divide e que hierarquiza explicitamente o trabalho, na qual as mulheres se situam como mão de obra subalterna, no que tange a salários e a rendimentos inferiores, quando equiparados às funções

masculinas. Elas experimentam a desvalorização social e a degradação moral, associadas aos empregos externalizados e informais, dos quais fazem parte. Como consequência dos baixos rendimentos, a realidade das mulheres se torna ainda mais deprimente, quando elas sustentam sozinhas o grupo familiar. Mais do que isso, as trabalhadoras que atuam na prostituição são identificadas como objetos de “*diversão diferenciada*”, do ponto de vista empresarial, e convivem diariamente com o preconceito, no âmbito da cidade. Da mesma forma, as demais trabalhadoras são tratadas com indiferença no interior das usinas. Em geral, as mulheres se encontram sob a repressão das demissões desmedidas, promovidas pela ordem da gestão, sempre que as demandas desta não são cumpridas, ou são expulsas dos espaços prostitucionais, quando se recusam a despendar comportamentos submissos aos clientes.

As implicações das condições laborais impactam, sobremaneira, a degradação da saúde e os acidentes, em razão das altas jornadas e do maior controle do aparato repressivo no trabalho — referente a disciplinamentos e a adaptações —, reflexo de um cotidiano exaustivo, comum nas ocupações do território de gênero, resultado da negligência sistêmica do capital e da ordem patriarcal. Tal realidade se soma às opressões de gênero, pelas quais as trabalhadoras necessitam estar à disposição das ordens masculinas, além de sofrer com as violências físicas e verbais e com os assédios morais e sexuais, imbricados no circuito de opressões e que perfaz o corolário da conduta dos homens que circulam de um a outro espaço. Por sua vez, a vida das trabalhadoras, no seio familiar também se encontram marcadas pelas relações violentas.

Conforme indicado, os processos de desenvolvimento tendem a implicar a incidência de empregos precários, tal qual ocorre nas condições e nas relações laborais, os quais também não são neutros, do ponto de vista de gênero. Parte das trabalhadoras se submete aos empregos como meio de sobrevivência, uma vez que estas possuem baixo nível de instrução escolar. Esse contexto se configura em uma dupla via de opressão para as mulheres, que são vistas como mão de obra barata e superexplorada e são regidas pelo processo de dominação de gênero nas diferentes esferas da vida.

As condições flexíveis de trabalho impõem a estas trabalhadoras a necessidade de estarem dispostas a adaptações e à realização das exigências nas funções ou as deixam subservientes a qualquer ocupação e mais próximas do desemprego. A multiterritorialidade, atrelada ao ciclo de vida flexível das interlocutoras, vincula-se ao caráter móvel dos subempregos, que impulsionam, na mesma medida, a individualidade e a fragilidade dos vínculos sociais pelo tempo de “curto prazo”, considerando, também, o não pertencimento a um local. As consequências da flexibilidade condicionam afastamentos familiares, devido à instabilidade e à rotatividade nos empregos. É possível perceber a ambiguidade entre o tempo

e o espaço, que, no que lhe concerne, desumaniza as trabalhadoras, em meio às novas formas de poder. A flexibilidade é vista como positiva e como negativa, em termos de previsibilidade do futuro, em relação ao uso do próprio tempo, pelas mulheres. A estabilidade laboral é identificada como um dos principais sonhos/interesses ao longo prazo, sendo caracterizada como fonte de segurança, sobremaneira, em prol do futuro dos(as) filhos(as), em termos educacionais e profissionais.

Diante das precariedades enfrentadas pelas trabalhadoras no território de gênero, também é possível visualizar o modo pelo qual elas resistem e lutam contra as imposições das condições degradantes de trabalho. Do ponto de vista de classe, as identificações e a construção de solidariedades entre as mulheres, através do sentimento de empatia, ocorrem, em alguns casos, pelo fato de estarem inseridas em um mesmo contexto social, e próximas, no que tange aos bairros, aos gostos e aos projetos pessoais. A convivência cotidiana em diferentes espaços citadinos permite uma maior sociabilidade entre estas, e favorece à solidariedade de classe, mesmo que não apague a competitividade, demonstrando a complexidade de tal realidade. Ainda, outras formas de conviver com a flexibilidade incluem a utilização dos meios de “reterritorialização”, por efeito das tecnologias informacionais (via ligações, chamadas de vídeos, envio de fotos, etc.), que permitem a reaproximação com o núcleo familiar, apaziguando o distanciamento afetivo. A construção de amizades também atua, a fim de amenizar as dificuldades cotidianas das condições da labuta. As trabalhadoras (sobre)vivem no território de gênero, no qual habitam. Em meio a estas experiências, que aproximam as vidas das trabalhadoras, tais relações externam a complexificação, cujas desigualdades entrecruzam as opressões de gênero e a deteriorização do trabalho, acarretando consequências amplas na esfera da vida, como um todo.

Destaca-se que a instalação dos empreendimentos tem representado, em detrimento do modelo de crescimento econômico no território, a não garantia de um número de empregos significativos, que pudesse incorporar a mão de obra local e garantir maior estabilidade e dignidade para quem neles se encontram inseridos. Portanto, estes não corresponderam às expectativas construídas em torno das usinas, do ponto de vista do emprego, uma vez que não trouxeram melhorias às condições laborais, e à qualidade de vida local. Diante disso, este estudo carrega preocupações que atravessam os interesses pessoais da pesquisadora, e, a partir deles, buscou-se trazer algumas análises, que pudessem contribuir para o entendimento das mudanças drásticas e permanentes vividas pelo grupo social em foco neste trabalho. Diante da complexidade de tais impactos sociais na comunidade investigada e do trabalho feminino, não houve a pretensão de esgotar as inquietações e os questionamentos sobre o objeto de estudo.

Mais especificamente, não foi possível preencher todas as lacunas, as quais ainda devem ser mais bem investigadas, por parte de quem também carrega estes desassossegos e que possa vir a se interessar pelas diversas dinâmicas impostas a este território, quer por meio de um olhar sobre o mundo do trabalho, quer por meio de outras perspectivas das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís W.; ABREU, Alice R. P. Gênero e trabalho na Sociologia Latino-Americana. Uma introdução. **Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho**, Rio de Janeiro, 1997.
- ALEXANDER, Jeffrey. O Novo Movimento Teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 4 (2), pp. 5-28, 1987.
- ALMEIDA, Luana. **O que a pedra não canta, o jornal enuncia: O discurso do jornal nosso tempo sobre a prostituição em Foz do Iguaçu (1980-1985)**. Trabalho de Conclusão (Graduação) em Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2 ed. Editora Praxis: Bauru, 2007.
- _____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AMADO, Janaina. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. *História*, São Paulo, 14: 125-136.1995.
- ANDRADE, Manuel, C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. Editora Hucitec: São Paulo, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARAÚJO, Wagner dos Reis Marques. **Tem “barrageiro” no brega? Um estudo acerca das trajetórias de mulheres que se prostituem nas áreas atingidas pelas Usinas Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio no Estado de Rondônia**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2018.
- ATLAS DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – Brasil – 2020. Relatório de indicadores. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao556/Atlas%20consolidado_08_03_2021.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2021.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: justificando, 2018.
- BAUER, Martin; BAS, Aartes. A construção do *corpus*: um princípio para coletas de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BECKER, Howards. **História de vida. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

BENINCA, Dirceu. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragem**. São Paulo: Cortez, 2011.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho. In. BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1 ed. Boitempo, 2018.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In Renato Ortiz, org. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: LTC, 1980.

BRIDI, Maria Aparecida. **Trabalhadores dos anos 2000: o sentido da ação coletiva na fábrica de nova geração**. 1ª ed. São Paulo: LTr, 2009.

BRUSCHINI, Cristina.; LOMBARDI, Maria, R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de pesquisa**, n.110, p.67-104, julho/2000.

CARDOSO, Adalberto M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARTILHA - Escassez hídrica e o fornecimento de energia elétrica no Brasil – ANEEL. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/sala-de-imprensa/noticias/Documents/infogr%c3%a1fico.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CELLARD, André. A análise documental. In. Vários autores. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80, p.9-20, Out. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092012000300001&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 18 de agosto de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEDECCA, Claudio. In. GUIMARÃES, Nadya A.; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (Org.). **Trabalho flexível, empregos precários?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DRUCK, Graça [et.al.](#) A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CrH**, Salvador, v. 32, n. 86, Maio/Ago. 2019.

DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia M. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. **Revista Sociais e Humanas**, vol.3, nº.2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/36316/pdf_1>. Acessado em: 28 de fevereiro de 2022.

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: libertação ou novas formas de apropriação? In. ABREU, Alice R. P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Laura, S. **Processos de resistência e novos desenhos identitários: o ofício do mecânico e a racionalização da indústria da reparação automotiva**. (Tese) Doutorado em sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2013.

_____. **Reestruturação produtiva: mudanças e permanências no mundo do trabalho e empresarial da indústria conserveira na região de Pelotas – Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, BR-SC, 2008.

FLICK, Uwe. Reflexão e escrita. In. FLICK, Uwe. **Introdução a metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

_____. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Cláudia. Que ética? Que ciência? Que sociedade?, 2010. In: FLEISCHER; SCHUCH (orgs). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GALVÃO, Andréia. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CrH**, Salvador, v. 32, n. 86, Maio/Ago. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. **Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh**, v.5, 1979.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (1934): Americanismo e fordismo. In. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, 91(3): 481-510, 1985.

GUIMARÃES, Nadya A. Laboriosas mas relutantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis n.1 p.82-102, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2019.

HAGUETTE, Tereza Maria, F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. (Liv Sovik, org.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.5, p.7-45, jan. 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HERNÁNDEZ, Delmy T. C. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos A very other gaze at the territories-female bodies. **Solar**, vol.12, n.1, Lima, 2016.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Flexibilidade, trabalho e gênero. In. HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. **Organização, trabalho e gênero**. Editora Senac: São Paulo, 2007.

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In. (Org.) GUIMARÃES, Nadya A; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. **Trabalho flexível, Empregos Precários? Uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièlli. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

_____. **El feminismo es para todo mundo**. São Paulo: Rosas dos ventos, 2000.

IVO, Anete, B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago. 2012.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. A entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KARZABI, Iman; LEMIÈRE, Sérvirine. Acesso ao emprego e violências cometidas contra as mulheres. In. MARUANI, Margaret. **Trabalho logo existo: perspectivas feministas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

KERGOAT, D. Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. **Graduate Institute Publications**, 2001. Disponível em: <<https://books.openedition.org/iheid/5419>>. Acessado em: 21 de julho de 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Cobogó, 2019.

Lei Estadual nº 9.589. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-9589-1992-rio-grande-do-sul-cria-o-municipio-de-quevedos>>. Acessado em: 03 de setembro de 2020.

MARINI, Mauro, R. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa (análise das greves de maio/78)**. São Paulo: Brasilense, 1982.

MARTINS, Heloísa Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, V.30, n. 2, maio/ago. 2004.

MARX, Karl. **O capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGLES, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Trabalhadores e sindicato no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDES, Angelise V. **Impacto ambiental em local de acidente provocado por rompimento de tubulações forçadas: estudo de caso**. Dissertação de mestrado em Engenharia Florestal. Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. O debate sobre prostituição. In. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Aparecida Fonseca. Gabriela Leite e mudanças nas práticas discursivas sobre prostituição no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 33, nº 70, p.254-279, Maio-agosto, 2020.

NEVES, Gervásio, R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: algumas notas. In. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. Editora Hucitec: São Paulo, 1998.

NEVES, Magda, A.; NETO, Antônio C. Novos territórios produtivos e desenvolvimento local: limites e possibilidades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 46, p. 35-46, jan./abr. 2006.

NOTA TÉCNICA Nº 189. DIEESE - Departamento de Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Empresas estatais e desenvolvimento: considerações sobre a atual política de desestatização. Disponível:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec189Estatais.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

NOTA TÉCNICA EPE-DEA-SMA 012/2019 - Análise socioambiental

das fontes energéticas do PDE 2029. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-423/topico-489/10%20Nota%20Te%CC%81cnica%20DEA%2012-2019%20-%20PDE%202029_pos%20CP.pdf. Acesso em: 22 de junho de 2021.

PATEMAN, C. **Críticas feministas a la dicotomía público/privado**. Barcelona, Paidós, p. 2-23, 1996.

PAZ, Luciana R. L. **Hidrelétricas e Terras Indígenas na Amazônia: Desenvolvimento Sustentável?** Tese de Doutorado em Ciências de Planejamento Energético. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006. Disponível em:

http://www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/doutorado/Luciana_Rocha_Leal_da_Paz.pdf. Acessado em: 06/10/2021.

PEREIRA, Cláudio Nunes (Org.). **Genealogia Tropeira: Rio Grande do Sul, Séculos XIX e XX. v. II**. Coletânea de material histórico e genealógico. 2004. Disponível em:

<<http://www.genealogiacorrea.com.br/GENTROP7.pdf>>. Acessado em: 13 de maio de 2021.

PIB dos municípios do RS em 2018. Nota Técnica n. 31 16 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/15174130-pib-municipal-2018-nota-tecnica.pdf>>. Acessado em: 16 de abril de 2020.

PISCITELLI, Adriana. Tensões: tráfico de pessoas, prostituição e feminismos no Brasil. in. (Org.) Bela Feldman Bianco. **Desafios da Antropologia Brasileira; Brasília**. ABA Publicações, 2013.

POCHOMANN, Márcio. Desafios do desenvolvimento brasileiro. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 705-722, jul.-set. 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRAUN, Luci. **Reestruturação produtiva, saúde e degradação do trabalho**. Campinas: Papel Social, 2016.

Projeto Técnico de compensação Ambiental. Disponível em:

<<https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/06121507-flora-de-interesse-para-conservacao-rio-toropi-e-regiao.pdf>>. Acessado em: 14 de setembro de 2020.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In. DEL PRIORI, M. (Org.); PINSKY, C. B. (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. **Dados – Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, Vol.48, n.3, 2005, pp.491-524.

RAMALHO, José Ricardo.; OLIVEIRA, Roberto, V. (Dossiê) Atualidade sobre o debate e desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 211-215, Maio/Ago. 2013.

Resenha Mensal: O consumo de energia elétrica no Brasil em outubro de 2020 apresentou avanço de 3,5% em relação ao mesmo mês de 2019. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/imprensa/noticias/resenha-mensal-o-consumo-de-energia-eletrica-no-brasil-em-outubro-de-2020-apresentou-avanco-de-3-5-em-relacao-ao-mesmo-mes-de-2019->>. Acessado em 13 de maio de 2021.

ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1976].

SANTOS, Milton. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHIMITT, Judite V. **Os atingidos por ITAIPU: História e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000**. Dissertação (mestrado) em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2008.

SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. **Itaipu: geopolítica e corrupção**. São Paulo: CEDI, 1991.

SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, vol. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 3. tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistências**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

TEDESCO, Leticia da Luz. **No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro Amazônica**. Tese (doutorado) em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

THOMPSON, Edward P. **A formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos;** organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

ANEXO I ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

TRABALHADORAS

Eixos temáticos:

- Perfil das entrevistadas.
- Origem familiar e condição socioeconômica.
- Trajetória ocupacional.
- O modo de inserção nas ocupações.
- As percepções sobre o emprego.
- O grau de satisfação nas diferentes ocupações percorridas (se for o caso).
- Trabalhos “alternativos”.
- Rotina e jornada no trabalho e no domicílio.
- Os vínculos estabelecidos no local de trabalho e na cidade.
- Percepções sobre o ambiente de trabalho e residência.
- Relações de afeto.
- A vida no cotidiano.
- Planejamento de vida (sonhos, desejos, conquistas, expectativas, medos, angústias, saudades e mudanças culturais).
- Relação com as colegas de trabalho.
- Desentendimentos no emprego/ ocupação.
- Experiência com algum tipo violência.
- Percepções sobre os clientes – para a prostituição.
- Formas de abordagens no trabalho – para a prostituição.
- Negociações, e/ou regras no trabalho – para a prostituição.
- Comentários gerais.

INFORMANTES

Eixos temáticos:

- Perfil do(a) entrevistado(a).

- Características dos espaços prostitucionais.
- Regras e negociações vivenciadas ou percebidas.
- Consumo.
- Presenciou ou vivenciou desentendimentos.
- Impressões sobre a prostituição na cidade.
- Percepção sobre as trabalhadoras.
- Comentários gerais.

REPRESENTANTES DOS INVESTIDORES

Eixos temáticos:

- Perfil do(a) entrevistado(a).
- Recursos atrativos da cidade de Quevedos.
- Memória a respeito do surgimento da antiga usina.
- Trajetória da instalação do complexo de usinas.
- Os benefícios para a cidade de Quevedos.
- Percepções sobre a geração de empregos.
- Empresas, financiamentos e interesses futuros.
- Percepção sobre a prostituição.
- Comentários gerais.